

LEGISLAÇÃO

Tendo presente que existe um amplo universo dos instrumentos legais e regulamentares que preveem a prática de atos de engenharia e que a Ordem dos Engenheiros Técnicos tem defendido uma maior proximidade para com os eus membros, em particular, e para com os cidadãos e demais entidades de uma forma geral.

Nesse sentido, a Ordem dos Engenheiros Técnicos criou e divulga um compêndio de Legislação com o maior relevo na área da engenharia e no exercício da profissão de Engenheiro Técnico, que está organizado por ordem alfabética e que tem como objetivo tornar mais acessível ao Engenheiro Técnico e ao cidadão a consulta dos diplomas legais, contribuindo para uma pesquisa célere e acompanhar a nova legislação.

Por fim, esclarece-se que a consulta deste compêndio não substitui a consulta do Diário da República correspondente.



Índice

A.....	7
ACESSIBILIDADES	7
ACÚSTICA.....	8
ADMINISTRAÇÃO INTERNA	9
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	9
AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR – A3ES	13
AGRICULTURA E PESCAS.....	13
ÁGUAS E ESGOTOS	20
ALVARÁS	27
AMBIENTE.....	29
ANGOLA	35
ARMAZÉNS.....	35
ASSOCIAÇÕES PÚBLICAS PROFISSIONAIS	35
ATIVIDADE INDUSTRIAL.....	35
B.....	37
BARRAGENS.....	37
BRASIL.....	38
C.....	38
CAÇA	38
CÁLCULO DE HONORÁRIOS	38
CARTOGRAFIA.....	39
CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DAS PROFISSÕES.....	40
CÓDIGO DO NOTARIADO.....	42
CÓDIGO DO PROCESSO CIVIL	42
CÓDIGO DO REGISTO POREDIAL.....	42
CÓDIGO PENAL	42
CÓDIGO DO TRABALHO	43
COMBUSTÍVEIS	44
CONDUÇÃO.....	44





CONSUMIDOR.....	44
CONSTRUÇÃO	44
CONTRATOS PÚBLICOS.....	52
D.....	56
DEPÓSITO DE MINERAIS	56
DIREITO CIVIL.....	56
DIREITOS DE AUTOR E DIREITOS CONEXOS.....	59
E	61
EDUCAÇÃO	61
➤ Portaria n.º 306/2020, de 29 de dezembro.....	61
Aprova, em anexo a esta portaria e que dela faz parte integrante, a lista de substâncias e métodos proibidos a partir de 1 de janeiro de 2021.....	61
ELETRICIDADE	61
ELEVADORES, MONTACARGAS, ESCADAS E TAPETES ROLANTES	67
EMPREITADAS E OBRAS PÚBLICAS	68
ENERGIA.....	72
ENSINO SUPERIOR	83
ENTIDADES REGULARORAS	86
Aprova as tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços em 2021.	86
ESTATUTO DA OET	86
ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS	86
ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	92
ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO OU DE BEBIDAS	95
ESTÁGIOS.....	97
ESTRUTURAS.....	98
EXERCÍCIO DA PROFISSÃO	99
EXPLOSIVOS.....	100
EXPROPRIAÇÕES E ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS	101
F	102
FINANÇAS E IMPOSTOS	102
➤ Portaria n.º 8/2021, de 7 de janeiro.....	103





Aprova os modelos de impressos destinados ao cumprimento da obrigação declarativa prevista no n.º 1 do artigo 57.º do Código do IRS e respetivas instruções de preenchimento.....	103
➤ Portaria n.º 7/2021, de 7 de janeiro.....	103
Fixa a percentagem a afetar ao Fundo de Estabilização Tributário.	103
➤ Aviso n.º 21113/2020, de 31 de dezembro.....	103
Estabelece a taxa de referência para o cálculo das bonificações (TRCB) a vigorar no 1.º semestre de 2021.	103
➤ Portaria n.º 309-D/2020, de 31 de dezembro.....	103
Altera (terceira alteração) a Portaria n.º 278/2012, de 14 de setembro, que regulamenta a implementação gradual do princípio da onerosidade, através da determinação dos termos em que é devida a contrapartida pelos serviços, organismos ou demais entidades utilizadoras de espaços públicos.....	103
➤ Portaria n.º 309-A/2020, de 31 de dezembro.....	103
Altera a Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro, que aprova a lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada, claramente mais favoráveis.....	103
➤ Lei n.º 75-C/2020, de 31 de dezembro.....	103
Aprova a Lei das Grandes Opções para 2021-2023.....	103
➤ Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro.....	103
Aprova o Orçamento do Estado para 2021.	103
➤ Decreto-Lei n.º 109/2020, de 31 de dezembro.....	103
Estabelece uma isenção de imposto do selo sobre as apólices de seguros de crédito à exportação, apólices de seguros caução e garantias bancárias na ordem externa.	103
FLORESTAS.....	110
FUNÇÃO PÚBLICA.....	110
G.....	111
GÁS.....	111
H.....	116
HABITAÇÃO.....	116
I.....	126
INCÊNDIOS.....	126
INCOMPATIBILIDADES.....	128
INDUSTRIA.....	135
INSPEÇÃO DE AUTOMÓVEIS.....	143





INSTALAÇÕES DESPORTIVAS, RECREATIVAS E CULTURAIS.....	144
L	149
LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES E SERVIÇOS	149
LIVRE CIRCULAÇÃO	150
LIVRO DE OBRA.....	151
M.....	151
MÁQUINAS	151
MAR	151
MECENATO	152
MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	152
MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA	153
O	154
ORÇAMENTO DO ESTADO	154
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	154
P	166
PATRIMÓNIO	166
PEDREIRAS	169
PERITO AVALIADOR	170
POLUIÇÃO	171
POSTOS DE ABASTECIMENTO	173
PROCESSO DE BOLONHA	174
PRODUÇÃO ANIMAL	175
PROPRIEDADE INDUSTRIAL	179
PROPRIEDADE HORIZONTAL	179
PROTEÇÃO CIVIL	179
PROTEÇÃO DE DADOS	179
R	180
REGIME DE ARRENDAMENTO URBANO	180
REABILITAÇÃO URBANA	183
REGIME GERAL DAS EDIFICAÇÕES URBANAS	184
REGULAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS	186





RESÍDUOS.....	187
S	188
SEGURANÇA ALIMENTAR	188
SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS	189
SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO	191
SEGURANÇA – SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS	197
SEGURANÇA SOCIAL	197
SEGUROS	201
T	202
TELECOMUNICAÇÕES	202
TOPOGRAFIA.....	205
TRABALHO	205
➤ Decreto-Lei n.º 109-A/2020, de 31 de dezembro	205
Fixa o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2021.....	205
V.....	209
VIAS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES	210



A

ACESSIBILIDADES

- [Decreto-Lei n.º 125/2017, de 04 de outubro](#)
Altera o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais.
- [Resolução da Assembleia da República n.º 103/2014, de 23 de dezembro](#)
Visa a eliminação das barreiras arquitetónicas pela garantia do direito de todos os cidadãos à mobilidade e à acessibilidade.
- [Decreto-Lei n.º 17/2011, de 27 de janeiro](#)
Simplifica, no âmbito do Programa SIMPLEX, o modo de acesso e emissão do cartão de estacionamento para pessoas com mobilidade condicionada, alterando pela primeira vez o [Decreto-Lei n.º 307/2003](#), de 10 de dezembro.
- [Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro](#)
No uso da autorização concedida pela Lei n.º 95-A/2009, de 2 de setembro, aprova o regime jurídico da reabilitação urbana.
- [Decreto-Lei n.º 93/2009, de 16 de abril](#)
Aprova o sistema de atribuição de produtos de apoio a pessoas com deficiência e a pessoas com incapacidade temporária.
- [Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro](#)
Estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios.
- [Resolução do Conselho de Ministros n.º 155/2007, de 2 de outubro](#)
Estabelece as orientações relativas à acessibilidade pelos cidadãos com necessidades especiais aos sítios da Internet do Governo e dos serviços e organismos públicos da administração central.
- [Lei n.º 46/2006, de 28 de agosto](#)
Proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência e da existência de risco agravado de saúde.
- [Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto](#)
Aprova o regime de acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, revogando o [Decreto-Lei n.º 123/97](#), de 22 de maio
- [Lei n.º 38/2004, de 18 de agosto](#)
Define as bases do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência.
- [Resolução da AR n.º 82/2003, de 9 de dezembro](#)
Programa específico de favorecimento do acesso ao Parlamento e aos respetivos serviços pela parte de pessoas com deficiência ou incapacidade.
- [Decreto-Lei n.º 414/98, 31 de dezembro](#)
Aprova o Regulamento de Segurança contra Incêndio em Edifícios Escolares.

- **Lei n.º 9/89, de 2 de maio**
Lei de Bases da Proteção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/84, de 16 de agosto**
Determina o atendimento personalizado dos serviços públicos a utentes condicionados na mobilidade.

ACÚSTICA

- **Declaração de Retificação n.º 26/2010, de 27 de agosto**
Retifica o Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de junho, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que aprova o regulamento geral de ruído e de controlo da poluição sonora e transpõe para a ordem jurídica regional as Diretivas n.os 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de junho, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente, 2002/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de março, relativa ao estabelecimento de regras e procedimentos para a introdução de restrições de operação relacionadas com o ruído nos aeroportos comunitários, e 2003/10/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de fevereiro, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos ao ruído, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 125, de 30 de junho de 2010.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de junho**
Aprova o regulamento geral de ruído e de controlo da poluição sonora e transpõe para a ordem jurídica regional a Diretiva n.º 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de junho, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente, a Diretiva n.º 2002/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de março, relativa ao estabelecimento de regras e procedimentos para a introdução de restrições de operação relacionadas com o ruído nos aeroportos comunitários, e a Diretiva n.º 2003/10/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de fevereiro, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos ao ruído.
- **Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho**
Aprova o conteúdo obrigatório do programa e do Projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de Projetos de obras públicas, designados «Instruções para a elaboração de Projetos de obras», e a classificação de obras por categorias.
- **Decreto-Lei n.º 96/2008, de 9 de junho**
Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 129/2002, de 11 de maio, que aprova o Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios.
- **Portaria n.º 232/2008, de 11 de março**
Determina quais os elementos que devem instruir os pedidos de informação prévia, de licenciamento e de autorização referentes a todos os tipos de operações urbanísticas, e revoga a Portaria n.º 1110/2001 de 19 de setembro.
- **Declaração de Retificação n.º 18/2007, de 16 de março**
De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 9/2007, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que aprova o Regulamento Geral do Ruído e revoga o regime legal da poluição sonora, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de novembro, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 12, de 17 de janeiro de 2007.
- **Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro**
Aprova o Regulamento Geral do Ruído e revoga o regime legal da poluição sonora, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de novembro.

- **Decreto-Lei n.º 182/2006, de 6 de setembro**
Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2003/10/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de fevereiro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos aos agentes físicos (ruído).
- **Declaração de Retificação n.º 57/2006, de 31 de agosto**
De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 146/2006, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de junho, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 134, de 13 de julho de 2006.
- **Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho**
Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de junho, relativa à avaliação do ruído ambiente.
- **Decreto-Lei n.º 259/2002, de 23 de novembro**
Altera o Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de novembro, que aprova o Regulamento Geral do Ruído.
- **Decreto-Lei n.º 76/2002, de 26 de março**
Aprova o Regulamento das Emissões Sonoras para o Ambiente do Equipamento para Utilização no Exterior, transpondo para o ordenamento jurídico interno a Diretiva n.º 2000/14/CEE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de maio.
- **Portaria n.º 77/96, de 9 de março**
Estabelece disposições legais sobre a poluição sonora emitida por diversas atividades.
- **Portaria n.º 879/90, de 20 de setembro**
Estabelece disposições legais sobre a poluição sonora emitida por diversas atividades.
- **Decreto Regulamentar Regional n.º 3/90/M, de 2 de março**
Procede às adaptações necessárias à aplicação à Região Autónoma da Madeira do Regulamento Geral sobre o Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 251/87, de 24 de junho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 292/89, de 2 de setembro.
- **Decreto-Lei n.º 271/84, de 6 de agosto**
Estabelece as disposições relativas à construção de instalações destinadas a boites, discotecas e certos espetáculos ao ar livre e outras atividades similares, na perspectiva de controle de poluição sonora.

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- **Portaria n.º 309-C/2020, de 31 de dezembro**
Suspende o ciclo de serviço operacional dos bombeiros voluntários.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- **Decreto-Lei n.º 4/2021, de 11 de janeiro**
Estabelece o alargamento da ADSE aos titulares de contrato individual de trabalho que exerçam funções em entidades de natureza jurídica pública.

- **[Decreto Legislativo Regional n.º 13/2019/A, de 07 de junho](#)**
Adaptação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas à administração regional da Região Autónoma dos Açores, e quarta alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A](#), de 14 de outubro, que procede à harmonização, na Administração Pública da Região Autónoma dos Açores, dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, sucessivamente alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.os [33/2010/A](#), de 18 de novembro, [2/2014/A](#), de 29 de janeiro, e [3/2017/A](#), de 13 de abril.
- **[Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto](#)**
Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.
- **[Decreto Legislativo Regional n.º 26/2012/M. D.R., de 3 de setembro](#)**
Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 1/2009/M, de 12 de janeiro, que adapta à administração regional autónoma da Madeira a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas.
- **[Decreto Legislativo Regional n.º 27/2012/M. D.R., de 3 de setembro](#)**
Aplica à administração regional autónoma da Madeira o regime de mobilidade especial entre os serviços dos trabalhadores da Administração Pública visando o seu aproveitamento racional, estabelecido pela Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, e o regime geral de extinção, fusão e reestruturação de serviços públicos e de racionalização de efetivos, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro.
- **[Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto](#)**
Procede à adaptação à administração local da [Lei n.º 2/2004](#), de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.os [51/2005](#), de 30 de agosto, [64-A/2008](#), de 31 de dezembro, [3-B/2010](#), de 28 de abril, e [64/2011](#), de 22 de dezembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado.
- **[Lei 64/2011, de 22 de dezembro](#)**
Modifica os procedimentos de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direcção superior da Administração Pública, procedendo à quarta alteração à [Lei n.º 2/2004](#), de 15 de Janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, e à quinta alteração à [Lei n.º 4/2004](#), de 15 de Janeiro, que estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração directa do Estado.
- **[Lei n.º 34/2010, de 2 de setembro](#)**
Altera o regime de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, no capítulo referente às garantias de imparcialidade (terceira alteração à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro).
- **[Lei n.º 7/2010, de 13 de maio](#)**
Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, que procede à alteração do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico.
- **[Decreto Legislativo Regional n.º 1/2009/M, de 12 de janeiro](#)**
Adapta à administração regional autónoma da Madeira a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas.
- **[Decreto Legislativo Regional n.º 21/2009/M, de 4 de agosto](#)**

Adapta à Região Autónoma da Madeira o novo Código do Trabalho.

- **Lei n.º 20/2009, de 12 de maio**
Estabelece a transferência de atribuições para os municípios do continente em matéria de constituição e funcionamento dos gabinetes técnicos florestais, bem como outras no domínio da prevenção e da defesa da floresta.
- **Decreto-Lei n.º 201/2008, de 9 de outubro**
Procede à extinção dos gabinetes de apoio técnico (GAT) e revoga o Decreto-Lei n.º 58/79, de 29 de março.
- **Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de julho**
Extingue carreiras e categorias cujos trabalhadores transitam para as carreiras gerais.
- **Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro**
Aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas.
- **Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro**
Estatuto disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas.
- **Decreto-Lei n.º 127/2001, de 17 de abril**
Aprova a orgânica das direcções regionais do ambiente e do ordenamento do território.
- **Decreto Regulamentar n.º 32/2007, de 29 de março**
Define a composição e o modo de funcionamento do Conselho das Escolas do Ministério da Educação.
- **Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro**
Aprova a Lei das Finanças Locais, revogando a Lei n.º 42/98, de 6 de agosto.
- **Lei n.º 47/2005, de 29 de agosto**
Estabelece o regime de gestão limitada dos órgãos das autarquias locais e seus titulares.
- **Lei n.º 46/2005, de 29 de agosto**
Estabelece limites à renovação sucessiva de mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais.
- **Lei Orgânica n.º 3/2005, de 29 de agosto**
Terceira alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto (lei que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais).
- **Decreto-Lei n.º 144/2005, de 13 de julho**
Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de maio, que extingue as comissões de coordenação regionais e as direcções regionais do ambiente e do ordenamento do território e cria as comissões de coordenação e desenvolvimento regional no âmbito do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e o do Desenvolvimento Regional.
- **Portaria n.º 944/2004, de 27 de julho**
Aprova as taxas devidas pelos serviços prestados pelas comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR).
- **Decreto-Lei n.º 117/2004, de 18 de maio**

Altera o Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de maio, que extingue as comissões de coordenação regionais e as direcções regionais do ambiente e do ordenamento do território e cria as comissões de coordenação e desenvolvimento regional no âmbito do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

- **Regulamento (CE, EURATOM) n.º 723/2004, de 22 de março**
Altera o estatuto dos funcionários das comunicades europeias e o regime aplicável aos outros agentes das comunicades europeias.
- **Lei n.º 11/2003, de 13 de maio**
Estabelece o regime de criação, o quadro de atribuições e competências das comunidades intermunicipais de direito público e o funcionamento dos seus órgãos.
- **Lei n.º 10/2003, de 13 de maio**
Estabelece o regime de criação, o quadro de atribuições e competências das áreas metropolitanas e o funcionamento dos seus órgãos.
- **Decreto Regulamentar n.º 6/2003, de 1 de abril**
Define e regulamenta a estrutura das carreiras de inspeção da Inspeção-Geral da Administração Pública (IGAP), define o respectivo conteúdo funcional e estabelece as regras de transição dos funcionários e agentes afectos à realização de ações de inspeção e auditoria integrados no quadro provisório de pessoal da IGAP, aprovado pela Portaria n.º 1010/2000, de 20 de outubro.
- **Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de março**
Cria o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil e extingue o Serviço Nacional de Bombeiros e o Serviço Nacional de Protecção Civil.
- **Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2003/A, de 10 de fevereiro**
Altera o Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2001/A de 10 de agosto, que estabelece a composição e as normas de funcionamento do Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CRADS).
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 146/2002, de 24 de dezembro**
Altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 171/2000, de 16 de novembro, que cria o Programa de Formação para as Autarquias Locais (Programa Foral).
- **Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro**
Transfere para as câmaras municipais as competências dos governos civis, alterando o Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de novembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 316/95, de 28 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 213/2001, de 2 de agosto.
- **Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28 de agosto**
Lei da estabilidade – Primeira alteração à Lei n.º 91/2001, 20 de agosto, segunda alteração à Lei n.º 13/98, de 24 de fevereiro, e quinta alteração à Lei n.º 42/98, de 6 de agosto.
- **Declaração de Retificação n.º 9/2002, de 5 de março**
De ter sido retificada a Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, - Primeira alteração à Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, publicada no Diário da República, 1ª série-A, n.º 9, suplemento, de 11 de janeiro.
- **Declaração de Retificação n.º 4/2002, de 6 de fevereiro**

De ter sido retificada a Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, - Primeira alteração à Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, publicada no Diário da República, 1ª série-A, n.º 9, suplemento, de 11 de janeiro.

- **Lei n.º 94/2001, de 20 de agosto**
Quarta alteração à Lei n.º 42/98, de 6 de agosto (Lei das Finanças Locais), alterada pelas Leis n.º 87-B/98, de 31 de dezembro, n.º 3-B/2000, de 4 de abril, e n.º 15/2001, de 5 de junho.
- **Decreto-Lei n.º 224/2001, de 18 de agosto**
Aprova a Lei Orgânica das Comissões de Coordenação Regional (CCR).
- **Lei n.º 15/2001, de 5 de junho**
Reforça as garantias do contribuinte e a simplificação processual, reformula a organização judiciária tributária e estabelece um novo regime geral para as infrações tributárias.
- **Declaração de Retificação n.º 13-D/2001, de 31 de maio**
De ter sido retificado o Decreto-Lei 127/2001 de 17 de abril, do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território que aprova a orgânica das direcções regionais do ambiente e do ordenamento do território.
- **Lei n.º 172/99, de 21 de setembro**
Estabelece o regime jurídico comum das associações de municípios de direito público.
- **Lei n.º 159/99, de 14 de setembro**
Quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais.
- **Lei n.º 42/98, de 6 de agosto**
Lei das finanças locais.
- **Lei n.º 27/96, de 1 de agosto**
Regime jurídico da tutela administrativa.
- **Decreto-Lei n.º 269-A/95, de 19 de outubro**
Aprova a Lei Orgânica da Inspeção-Geral das Atividades Económicas (IGAE).

AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR – A3ES

- **Decreto-Lei n.º 369/2007, de 5 de novembro**
Cria a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior e aprova os respetivos estatutos.

AGRICULTURA E PISCAS

- **Portaria n.º 33/2021, de 11 de fevereiro**
Altera (décima alteração) a Portaria n.º 57/2015, de 27 de fevereiro, que aprovou o regulamento de aplicação do regime de pagamento base, do pagamento por práticas agrícolas benéficas para o clima e para o ambiente (greening), do pagamento para os jovens agricultores, do pagamento específico para o algodão e do regime da pequena agricultura.
- **Portaria n.º 15-A/2021, de 14 de janeiro**

Altera (quarta alteração) a Portaria n.º 323/2017, de 26 de outubro, que estabelece, para o continente, no âmbito do programa nacional, as normas de execução do regime de apoio à reestruturação e reconversão das vinhas (VITIS), para o período 2019-2023, previsto no Regulamento (CE) n.º 1308/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro.

- **Decreto-Lei n.º 2/2021, de 7 de janeiro**
Altera as regras de rotulagem do mel.
- **Despacho n.º 9834/2020, de 12 de outubro**
Define os procedimentos para a atribuição do apoio financeiro no valor de 150 000 EUR destinado à realização de ações de sensibilização, em todo o território nacional, da população para os benefícios da esterilização de cães e gatos não destinados à reprodução.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2020, de 13 de outubro**
Aprova a Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030.
- **Portaria n.º 243/2020, de 14 de outubro**
Implementa procedimentos e medidas de proteção fitossanitária, adicionais, destinadas à erradicação no território nacional da bactéria de quarentena *Xylella fastidiosa* (Wells et al.), bem como é aplicável sem prejuízo do disposto no Regulamento (UE) n.º 2016/2031, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro de 2016, relativo a medidas de proteção contra as pragas dos vegetais, e no Regulamento de Execução (UE) n.º 2020/1201, da Comissão, de 14 de agosto de 2020, relativo às medidas para impedir a introdução e a propagação na União de *Xylella fastidiosa* (Wells et al.).
- **Decreto-Lei n.º 61/2020, de 18 de agosto**
Estabelece a organização institucional do setor vitivinícola e o respetivo regime jurídico.
- **Portaria n.º 47/2020, de 21 de fevereiro**
Sexta alteração à Portaria n.º 201/2015, de 10 de julho, alterada pelas Portarias n.os 249/2016, de 15 de setembro, 189/2017, de 7 de junho, 46/2018, de 12 de fevereiro, 202/2018, de 11 de julho, e 303/2018, de 26 de novembro, que estabelece o regime de aplicação da operação n.º 3.4.2, «Melhoria da eficiência dos regadios existentes», inserido na ação n.º 3.4, «Infraestruturas coletivas», da medida n.º 3, «Valorização da produção agrícola», integrada na área n.º 2, «Competitividade e organização da produção», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente
- **Portaria n.º 398/2019, de 21 de novembro**
Estabelece os requisitos, bem como o procedimento de atribuição da ajuda ao armazenamento privado de azeite, nos termos do Regulamento Delegado (UE) n.º 2016/1238 da Comissão, de 18 de maio, e do Regulamento de Execução (UE) n.º 2016/1240, da Comissão, de 18 de maio
- **Portaria n.º 338/2019, de 24 de setembro**
Aditamento da disposição interpretativa da alínea a) do n.º 1 do Anexo I do Regulamento de Aplicação da Ação n.º 4.3.1, «Serviços de Aconselhamento Agrícola», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente.
- **Portaria n.º 328/2019, de 24 de setembro**
Procede à primeira alteração da Portaria n.º 300-A/2018, de 22 de novembro.
- **Portaria n.º 327/2019, de 24 de setembro**
Procede à segunda alteração à Portaria n.º 38/2019, de 11 de janeiro.

- **Portaria n.º 325/2019, de 20 de setembro**
Procede à segunda alteração da Portaria n.º 26/2017, de 13 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 130/2018, de 9 de maio.
- **Declaração de Retificação n.º 8/2019, de 12 de março**
Retifica a Portaria n.º 42-A/2019, de 30 de janeiro, da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural que procede à sexta alteração à Portaria n.º 274/2015, de 8 de setembro, que estabelece o regime de aplicação das operações 8.1.1, «Florestação de terras agrícolas e não agrícolas», 8.1.2, «Instalação de sistemas agroflorestais», 8.1.5, «Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas», e 8.1.6, «Melhoria do valor económico das florestas», inseridas na ação 8.1, «Silvicultura sustentável», da medida 8, «Proteção e reabilitação dos povoamentos florestais», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020, de 30 de janeiro, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 21 (suplemento), de 30 de janeiro de 2019.
- **Portaria n.º 76/2019, de 12 de março**
Procede à primeira alteração à Portaria n.º 38/2019, de 11 de janeiro.
- **Portaria n.º 48/2019, de 17 de fevereiro**
Procede à segunda alteração à Portaria n.º 394/2015, de 3 de novembro.
- **Decreto-Lei n.º 15/2019, de 21 de janeiro**
Cria o procedimento de identificação e reconhecimento de prédio rústico ou misto sem dono conhecido, adiante designado por prédio sem dono, e respetivo registo.
- **Decreto-Lei n.º 13/2019, de 21 de janeiro**
Altera as normas gerais aplicáveis à produção e comercialização de materiais florestais de reprodução utilizados para fins florestais.
- **Decreto-Lei n.º 12/2019, de 21 de janeiro**
Altera o regime jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais.
- **Decreto-Lei n.º 11/2019, de 21 de janeiro**
Altera o regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal.
- **Resolução de Conselho de Ministros n.º 13/2019, de 21 de janeiro**
Aprova o relatório de diagnóstico e as medidas de atuação para a valorização do território florestal e de incentivo à gestão florestal ativa **Portaria n.º 12/2019, de 14 de janeiro.**
- **Declaração de retificação n.º 40/2018, de 12 de dezembro**
Retifica a Portaria n.º 303/2018, de 26 de novembro, da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, que procede à alteração de várias portarias do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2020 (PDR2020), publicada no Diário da República, n.º 227, 1.ª série, de 26 de novembro de 2018.
- **Portaria n.º 174/2018, de 18 de junho**
Procede à segunda alteração da Portaria n.º 286-A/2016, de 9 de novembro, alterada pela Portaria n.º 152/2017, de 3 de maio, que estabelece as regras nacionais complementares de aplicação do Programa Apícola Nacional (PAN) relativo ao triénio 2017-2019.

- **Resolução de Conselho de Ministros n.º 40/2018, de 28 de março**
Cria a Comissão de Acompanhamento do Recenseamento Agrícola 2019.
- **Decreto-Lei n.º 148/2017, de 05 de dezembro**
Estabelece o regime transitório a que ficam sujeitas, no território continental, as ações de rearborezação com recurso a espécies do género *Eucalyptus* sp.
- **Portaria n.º 343/2017, de 10 de novembro**
Procede à primeira alteração da Portaria n.º 324-A/2016, de 19 de dezembro.
- **Portaria n.º 283/2017, de 25 de setembro**
Procede à quarta alteração à Portaria n.º 31/2015, de 12 de fevereiro.
- **Despacho n.º 8263/2017, de 21 de setembro**
Catálogo Nacional de Variedades de Videira de alguns clones de variedades de videira.
- **Despacho n.º 5264/2017, de 21 de setembro**
Pedidos de inscrição de algumas variedades de videira no Catálogo Nacional de Variedades de Videira.
- **Decreto-Lei n.º 116/2017, de 11 de setembro**
Altera o Catálogo Nacional de Variedades de Espécies Agrícolas e de Espécies Hortícolas, transpondo as Diretivas de Execução (UE) n.os 2016/1914 e 2016/2109
- **Decreto-Lei n.º 112/2017, de 6 de setembro**
Estabelece o regime jurídico do ordenamento e da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores
- **Portaria n.º 259/2017, de 21 de agosto**
Fixa os termos e condições em que pessoas coletivas privadas sem fins lucrativos podem realizar, sob supervisão da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, ensaios de Valor Agronómico e de Utilização para efeitos de inscrição de variedades no Catálogo Nacional de Variedades de Espécies Agrícolas e Hortícolas
- **Lei n.º 77/2017, de 17 de agosto**
Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, que estabelece o regime jurídico aplicável às ações de arborização e rearborezação
- **Portaria n.º 252/2017, de 7 de agosto**
Altera a Portaria n.º 313-A/2016, <https://dre.pt/application/conteudo/107963501> de 12 de dezembro, que estabelece o regime de aplicação da ação n.º 10.3 «Atividades de cooperação dos GAL», integrada na medida n.º 10, «LEADER», da área n.º 4 «Desenvolvimento local», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020
- **Decreto-Lei n.º 67/2017, de 12 de junho**
Altera o regime de criação das zonas de intervenção florestal
- **Decreto-Lei n.º 66/2017, de 12 de junho**
Estabelece o regime jurídico de reconhecimento das entidades de gestão florestal
- **Decreto-Lei n.º 65/2017, de 12 de junho**
Altera o regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal

- **Decreto-Lei n.º 64/2017, de 12 de junho**
Aprova o regime para novas centrais de biomassa florestal
- **Portaria N.º 184/2017, de 31 de maio**
Procede à quinta alteração à [Portaria n.º 230/2014](#), de 11 de novembro, que estabelece o regime de aplicação da ação 3.2, «Investimento na exploração agrícola», e da ação 3.3, «Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas», ambas da medida 3, «Valorização da produção agrícola», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020
- **Portaria n.º 36/2017, de 23 de janeiro**
Procede à quarta alteração da [Portaria n.º 230/2014](#), de 11 de novembro, alterada pelas [Portarias n.os 249/2016](#), de 15 de setembro, [301-B/2016](#), de 30 de novembro, e [303-A/2016](#), de 5 de dezembro, que estabelece o regime de aplicação da ação 3.2, «Investimento na exploração agrícola», e da ação 3.3, «Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas», ambas da medida 3, «Valorização da produção agrícola», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020
- **Portaria n.º 233/2016, de 29 de agosto**
Procede à primeira alteração da [Portaria n.º 134/2015](#), de 18 de maio, que estabelece o regime de aplicação da operação 8.1.3 «Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos» e da operação 8.1.4 «Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente
- **Lei n.º 29/2016, de 23 de agosto**
Regime de apoio à agricultura familiar nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira
- **Decreto-Lei n.º 31/2016, de 24 de junho**
Transpõe a [Diretiva \(UE\) n.º 2015/254](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de fevereiro de 2015, que revoga a [Diretiva n.º 93/5/CEE](#), do Conselho, de 25 de fevereiro de 1993, relativa à assistência dos Estados membros à Comissão e à sua cooperação na análise científica de questões relacionadas com os produtos alimentares
- **Portaria n.º 174/2016, de 21 de junho**
Primeira alteração da [Portaria n.º 348/2015](#), de 12 de outubro, que estabelece as regras do regime de autorizações para a plantação da vinha
- **Portaria n.º 25/2016, de 12 de fevereiro**
Procede à primeira alteração da [Portaria n.º 169/2015](#), de 4 de junho, que estabelece as regras de reconhecimento de organizações de produtores e respetivas associações
- **Portaria n.º 409/2015, de 25 de novembro**
Primeira alteração à [Portaria n.º 57/2015](#), de 27 de fevereiro, que aprova o Regulamento de aplicação dos regimes de pagamento base, pagamento por práticas agrícolas benéficas para o clima e para o ambiente, pagamento para os jovens agricultores, pagamento específico para o algodão e regime de pequena agricultura
- **Decreto-Lei n.º 167/2015, de 21 de agosto**
Procede à sétima alteração ao [Decreto-Lei n.º 202/2004](#), de 18 de agosto, que estabelece o regime jurídico da conservação, fomento e exploração dos recursos cinegéticos, com vista à sua gestão sustentável, bem como os princípios reguladores da atividade cinegética

- **Portaria n.º 250/2015, de 18 de agosto**
Estabelece os requisitos específicos de construção e de exploração de hipódromos autorizados a realizar corridas de cavalos sobre as quais se praticam apostas hípcas
- **Lei n.º 92/2015, de 12 de agosto**
Primeira alteração à Lei n.º 86/95, de 1 de setembro, que aprova a lei de bases do desenvolvimento agrário
- **Decreto-Lei n.º 120/2014, de 06 de agosto**
Procede à 11.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 154/2004, de 30 de junho, que estabelece o regime geral do Catálogo Nacional de Variedades de Espécies Agrícolas e de Espécies Hortícolas, transpondo a Diretiva de Execução n.º 2013/57/UE, da Comissão, de 20 de novembro de 2013
- **Decreto-Lei n.º 115/2014, de 05 de agosto**
Transpõe a Diretiva de Execução n.º 2014/19/UE, da Comissão, de 6 de fevereiro de 2014, que altera o anexo I da Diretiva n.º 2000/29/CE, do Conselho de 8 de maio, relativa às medidas de proteção contra a introdução no espaço europeu de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais e contra a sua propagação no interior da União Europeia, procedendo à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de setembro
- **Portaria n.º 52/2014, de 28 de fevereiro**
Segunda alteração à Portaria n.º 42/2012, de 10 de fevereiro, que estabelece as condições de aplicação da medida de apoio à contratualização do seguro vitícola de colheitas
- **Decreto-Lei n.º 27/2014, de 18 de fevereiro**
Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, que estabelece o regime de criação das zonas de intervenção florestal, bem como os princípios reguladores da sua constituição, funcionamento e extinção, e à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro, que aprova o regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal
- **Portaria n.º 320/2012. D.R. n.º 198, Série I, de 12 de outubro**
Terceira alteração à Portaria n.º 229-A/2008, de 6 de março, que aprova o Regulamento de Aplicação da Medida n.º 2.1 «Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas»
- **Decreto-Legislativo Regional n.º 33/2012/A, de 16 de julho**
Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 32/2008/A, de 28 de julho, que estabelece o regime jurídico da Reserva Agrícola Regional
- **Portaria n.º 298/2011, de 18 de novembro**
Quinta alteração do Regulamento do Regime de Apoio aos Investimentos nos Domínios da Transformação e da Comercialização dos Produtos da Pesca e da Aquicultura, aprovado pela Portaria n.º 424-C/2008, de 13 de junho.
- **Declaração de Retificação n.º 10/2011, de 1 de abril**
Retifica a Portaria n.º 62/2011, de 2 de fevereiro, dos Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e do Ambiente e do Ordenamento do Território, que identifica os fatos relevantes que justificam o início dos procedimentos de alteração e revisão dos planos de ordenamento florestal (PROF) e suspende parcialmente a aplicação de vários PROF, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 23, de 2 de fevereiro de 2011.

- **Decreto-Lei n.º 114/2010, de 22 de outubro**
Simplifica a apresentação de candidatura a fundos destinados à beneficiação e valorização florestal, modifica o regime de aprovação, alteração ou revisão dos planos regionais de ordenamento florestal e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro.
- **Portaria n.º 230-B/2009, de 27 de fevereiro**
Altera as Portarias n.os 1339-A/2008, de 20 de novembro, que estabelece os termos da aplicação das medidas aprovadas pela Norma Internacional para as Medidas Fitossanitárias n.º 15 da FAO, relativas a material de embalagem de madeira não processada, estabelece as exigências a que as empresas transformadoras se devem sujeitar e as competências de fiscalização da atividade e do cumprimento das medidas de proteção fitossanitária, e revoga a Portaria n.º 124/2004, de 27 de novembro, e 553-B/2008, de 27 de junho, que procede à segunda alteração à Portaria n.º 103/2006, de 6 de fevereiro, que estabelece medidas extraordinárias de proteção fitossanitária indispensáveis para o combate ao nemátodo da madeira do pinheiro, e cria o Programa de Ação Nacional para Controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP).
- **Declaração de Retificação n.º 10/2009, de 9 de fevereiro**
Retifica o Decreto-Lei n.º 15/2009, de 14 de janeiro, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, que aprova o regime de criação das zonas de intervenção florestal (ZIF), bem como os princípios reguladores do seu funcionamento e da sua extinção, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 9, de 14 de janeiro de 2009.
- **Portaria n.º 1339/2008, de 20 de novembro**
Altera a Portaria n.º 1144/2008 de 10 de outubro, que estabelece, para o continente, as normas complementares de execução do regime de apoio à reestruturação e reconversão das vinhas e fixa os procedimentos administrativos aplicáveis à concessão das ajudas previstas, para as campanhas vitivinícolas de 2008-2009 a 2012-2013.
- **Portaria n.º 1339-A/2008, de 20 de novembro**
Estabelece os termos da aplicação das medidas aprovadas pela Norma Internacional para as Medidas Fitossanitárias n.º 15 da FAO, relativas a material de embalagem de madeira não processada, estabelece as exigências a que as empresas transformadoras se devem sujeitar, e as competências de fiscalização da atividade e do cumprimento das medidas de proteção fitossanitária, e revoga a Portaria n.º 124/2004 de 27 de novembro.
- **Portaria n.º 107/2007, de 23 de janeiro**
Altera a Portaria n.º 393/2004, de 16 de abril, que define uma taxa específica para a emissão dos pareceres pelas comissões de coordenação e desenvolvimento regional no âmbito do licenciamento das explorações de bovinos.
- **Portaria n.º 456/2006, de 16 de maio**
Altera a Portaria n.º 448-A/2001 de 3 de maio, que aprova o Regulamento de Aplicação das Ações n.os 3.1 e 3.2, «Apoio à Silvicultura» e «Restabelecimento do Potencial de Produção Silvícola», da medida n.º 3 do Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural - Programa AGRO.
- **Portaria n.º 222/2006, de 8 de março**
Estabelece os requisitos das entidades gestoras das zonas de intervenção florestal (ZIF).
- **Decreto-Lei n.º 173/2005, de 21 de outubro**

Regula as atividades de distribuição, venda, prestação de serviços de aplicação de produtos fitofarmacêuticos e a sua aplicação pelos utilizadores finais, revogando os n.os 4 e 5 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 94/98 de 15 de abril.

- **Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto**
Estabelece o regime de criação de zonas de intervenção florestal (ZIF), bem como os princípios reguladores da sua constituição, funcionamento e extinção.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 179/2003, de 18 de novembro**
Altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 118/2000, de 13 de setembro, que incumbe as direcções regionais de agricultura de elaborar os planos regionais de ordenamento florestal.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2003, de 30 de abril**
Aprova o Programa de Ação para o Sector Florestal.
- **Decreto-Lei n.º 34/99, de 5 de fevereiro**
Altera os artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, que regula a ocupação do solo objeto de um incêndio florestal.
- **Lei n.º 33/96, de 17 de agosto**
Lei de Bases da Política Florestal.
- **Lei n.º 54/91, de 8 de agosto**
Alteração, por ratificação, do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, (regula a ocupação do solo objeto de um incêndio florestal).
- **Portaria n.º 810/90, de 10 de setembro**
Aprova as normas sectoriais relativas à descarga de águas residuais provenientes de todas as explorações de suinicultura.
- **Portaria n.º 809/90, de 10 de setembro**
Aprova as normas de descarga das águas residuais provenientes de matadouros e de unidades de processamento de carnes.

ÁGUAS E ESGOTOS

- **Portaria n.º 266/2019, de 23 de agosto**
Aprova a informação e a sinalética a utilizar pelos produtores e utilizadores de água para reutilização (ApR)
- **Decreto-Lei n.º 152/2017, de 07/12/2017**
Altera o regime da qualidade da água para consumo humano, transpondo as Diretivas n.os 2013/51/EURATOM e 2015/1787
- **Decreto-Lei n.º 76/2016, de 09 de novembro**
Aprova o Plano Nacional da Água, nos termos do n.º 4 do artigo 28.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2008, de 31 de maio, e cria a Comissão Interministerial de Coordenação da Água
- **Decreto-Lei n.º 130/2012. D.R. n.º 120, Série I de 2012-06-22**

Procede à segunda alteração à [Lei n.º 58/2005](#), de 29 de dezembro, que aprova a Lei da Água, transpondo a Diretiva n.º [2000/60/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas

- [**Resolução da Assembleia da República n.º 5/2011, de 26 de janeiro**](#)
Recomenda ao Governo que adopte as medidas necessárias para implementar definitivamente o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA), que aguarda pela sua implementação desde o ano de 2001, e se promova a sua conciliação com os planos directores municipais.
- [**Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março**](#)
Procede à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio.
- [**Portaria n.º 1379/2009, de 30 de outubro**](#)
Regulamenta as qualificações específicas profissionais mínimas exigíveis aos técnicos responsáveis pela elaboração de Projetos, pela direcção de obras e pela fiscalização de obras.
- [**Decreto Legislativo Regional n.º 18/2009-A, de 19 de outubro**](#)
Fixa o regime jurídico da recolha, tratamento e descarga de águas residuais urbanas na Região Autónoma dos Açores.
- [**Declaração de Retificação n.º 73/2009, de 8 de outubro**](#)
Declara sem efeito a publicação da Portaria n.º 1114/2009, de 29 de setembro, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que estabelece os termos da delimitação dos perímetros de proteção das captações destinadas ao abastecimento público de água para consumo humano, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 189, de 29 de setembro de 2009.
- [**Portaria n.º 1114/2009, de 29 de setembro**](#)
Estabelece os termos da delimitação dos perímetros de proteção das captações destinadas ao abastecimento público de água para consumo humano.
- [**Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto**](#)
Estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.
- [**Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto**](#)
Altera o regime jurídico dos serviços de âmbito multimunicipal de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.
- [**Lei n.º 31/2009, de 3 de julho**](#)
Aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de Projetos, pela fiscalização de obra e pela direcção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são aplicáveis e revoga o Decreto n.º 73/73, de 28 de fevereiro.
- [**Decreto-Lei n.º 137/2009, de 8 de junho**](#)
Prorroga, por um ano, o prazo para a regularização dos títulos de utilização de recursos hídricos previsto no Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.
- [**Portaria n.º 702/2009, de 6 de junho**](#)

Estabelece os termos da delimitação dos perímetros de proteção das captações destinadas ao abastecimento público de água para consumo humano, bem como os respetivos condicionamentos.

- **Portaria n.º 1320/2008, de 17 de novembro**
Estabelece os requisitos específicos de instalação, classificação e funcionamento dos parques de campismo e de caravanismo.
- **Decreto-Lei n.º 208/2008, de 28 de outubro**
Estabelece o regime de proteção das águas subterrâneas contra a poluição e deterioração, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/118/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa à proteção da água subterrânea contra a poluição e deterioração.
- **Decreto-Lei n.º 198/2008, de 8 de outubro**
Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, que transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativamente ao tratamento de águas residuais urbanas.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 33/2008/M, de 14 de agosto**
Adapta à Região Autónoma da Madeira a Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, que aprova a Lei da Água, bem como o Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março, que complementa o regime jurídico consagrado na Lei da Água.
- **Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho**
Aprova o conteúdo obrigatório do programa e do Projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de Projetos de obras públicas, designados «Instruções para a elaboração de Projetos de obras», e a classificação de obras por categorias.
- **Decreto-Lei n.º 100/2008, de 16 de junho**
Estabelece os procedimentos relativos ao destino a dar às áreas compreendidas no domínio público hídrico do Estado em relação a usos com este compatíveis, nos termos legais, ou quando deixem de estar afectas exclusivamente ao interesse público do uso das águas.
- **Declaração de Retificação n.º 32/2008, de 12 de junho**
Retifica o Decreto-Lei n.º 93/2008, de 4 de junho, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, que estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 107, de 4 de junho de 2008.
- **Portaria n.º 232/2008, de 11 de março**
Determina quais os elementos que devem instruir os pedidos de informação prévia, de licenciamento e de autorização referentes a todos os tipos de operações urbanísticas, e revoga a Portaria n.º 1110/2001 de 19 de setembro.
- **Portaria n.º 1450/2007, de 12 de novembro**
Fixa as regras do regime de utilização dos recursos hídricos.
- **Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto**
Estabelece o regime da qualidade da água destinada ao consumo humano, revendo o Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de setembro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 98/83/CE, do Conselho, de 3 de novembro.

- **Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março**
Complementa a transposição da Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, que estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política da água, em desenvolvimento do regime fixado na Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro.
- **Declaração de Retificação n.º 11-A/2006, de 23 fevereiro**
De ter sido retificada a Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, que aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas.
- **Decreto-Lei n.º 133/2005, de 16 de agosto**
Aprova o regime de licenciamento da atividade das entidades que operam no sector da pesquisa, captação e montagem de equipamentos de extração de água subterrânea.
- **Decreto-Lei n.º 131/2005, de 16 de agosto**
Aprova um regime excepcional e transitório de atribuição de licença para a pesquisa e captação de águas subterrâneas e para a instalação de novas captações de águas superficiais destinadas ao abastecimento público e define os critérios mínimos de verificação da qualidade da água tanto na origem como na distribuída para consumo humano.
- **Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro**
Aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2004, de 16 de junho**
Aprova as linhas gerais do modelo de reestruturação do sector das águas em Portugal e fixa as várias etapas da sua implementação.
- **Decreto-Lei n.º 149/2004, de 22 de junho**
Altera o Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativamente ao tratamento de águas residuais urbanas.
- **Portaria n.º 19/2004, de 10 de janeiro**
Estabelece as categorias e subcategorias relativas à atividade da construção.
- **Decreto-Lei n.º 261/2003, de 21 de outubro**
Altera o anexo ao Decreto-Lei n.º 506/99, de 20 de novembro, que fixa os objetivos de qualidade de determinadas substâncias perigosas incluídas nas famílias ou grupos de substâncias da lista II do anexo XIX ao Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto.
- **Decreto-Lei n.º 223/2003, de 20 de setembro**
Adita o artigo 7.º ao Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, que estabelece o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de afluentes.
- **Decreto-Lei n.º 222/2003, de 20 de setembro**
Adita o artigo 6.º ao Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação de água para consumo público.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2003, de 17 de junho**

Cria, na dependência do Primeiro-Ministro, a Comissão Estratégica dos Oceanos, com o objectivo de proceder à definição de um plano estratégico sobre a gestão e exploração do oceano que, reforçando a associação de Portugal ao mar, assente no desenvolvimento e uso sustentável do oceano e seus recursos.

- **Lei n.º 16/2003, de 4 de junho**
Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de novembro (revê, actualiza e unifica o regime jurídico dos terrenos do domínio público hídrico).
- **Decreto-Lei n.º 103/2003, de 23 de maio**
Altera o artigo 4.º-A do Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro, que estabelece o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais e municipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 37/2002/A, de 28 de novembro**
Define e estrutura as competências do Conselho Regional da Água (CRA).
- **Portaria n.º 1358/2002, de 16 de outubro**
Aplica as regras comunitárias em matéria de procedimentos de celebração de contratos de direito público às entidades que operam nos sectores da água, da energia, dos transportes e das telecomunicações.
- **Portaria n.º 762/2002, de 1 de julho**
Aprova o Regulamento de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho na exploração dos Sistemas Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas residuais.
- **Decreto-Lei n.º 151/2002, de 23 de maio**
Altera o Estatuto do Instituto Regulador de Águas e Resíduos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 362/98, de 18 de novembro.
- **Decreto-Lei n.º 14/2002, de 26 de janeiro**
Altera o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro, que estabelece o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais e municipais de captação e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos.
- **Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de setembro**
Aprova normas relativas à qualidade da água destinada ao consumo humano transpondo para o direito interno a Diretiva n.º 98/83/CE, do Conselho, de 3 de novembro, relativa à qualidade da água destinada ao consumo humano.
- **Decreto-Lei n.º 172/2001, de 26 de maio**
Altera parcialmente o anexo II do Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho (transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativamente ao tratamento de águas residuais urbanas).
- **Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro**
Estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política da água.
- **Portaria n.º 251/2000, de 11 de maio**
Actualiza a classificação das águas salmonídeas. Revoga as Portarias n.ºs 21 873, de 14 de fevereiro de 1966, 22 598, de 27 de março de 1967, 159/76, de 23 de março, 30/79, de 19 de janeiro, e 105/94, de 16 de fevereiro.
- **Decreto-Lei n.º 431/99, de 22 de outubro**

Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 82/176/CEE, do Conselho, de 22 de março, relativa aos valores limite e aos objetivos de qualidade para as descargas de mercúrio para os sectores da electrólise dos cloretos alcalinos.

➤ **Decreto-Lei n.º 390/99, de 30 de setembro**

Altera o Decreto-Lei n.º 56/99, de 26 de fevereiro (transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 86/280/CEE, do Conselho, de 12 de junho, relativa aos valores limite e aos objetivos de qualidade para a descarga de certas substâncias perigosas, e a Diretiva n.º 88/347/CEE, do Conselho, de 16 de junho, que altera o anexo II da Diretiva n.º 86/280/CEE).

➤ **Decreto-Lei n.º 382/99, de 22 de setembro**

Estabelece perímetros de proteção para captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público.

➤ **Decreto-Lei n.º 261/99, de 7 de julho**

Altera o Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 348/98, de 9 de novembro, que transpõem para o direito interno, respectivamente, as Diretivas n.ºs 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de maio, e 98/15/CE, da Comissão, de 21 de fevereiro, relativas ao tratamento de águas residuais urbanas.

➤ **Portaria n.º 429/99, de 15 de junho**

Estabelece os valores limite de descarga das águas residuais, na água ou no solo, dos estabelecimentos industriais.

➤ **Decreto-Lei n.º 54/99, de 20 de fevereiro**

Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 84/491/CEE, do Conselho, de 9 de outubro, relativa aos valores limite e aos objetivos de qualidade para as descargas de hexaclorociclo-hexano.

➤ **Decreto-Lei n.º 53/99, de 20 de fevereiro**

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 83/513/CEE, do Conselho, de 26 de setembro, relativa aos valores limite e aos objetivos de qualidade para as descargas de cádmio.

➤ **Decreto-Lei n.º 52/99, de 20 de fevereiro**

Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 84/156/CEE, do Conselho, de 8 de março, relativa aos valores limite e aos objetivos de qualidade para a descarga de mercúrio de sectores que não o da electrólise dos cloretos alcalinos.

➤ **Decreto-Lei n.º 234/98, de 22 de julho**

Altera os artigos 45.º, 46.º, 47.º e 48.º do Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de fevereiro (limpeza e desobstrução de linhas de água).

➤ **Portaria n.º 423/97, de 25 de junho**

Estabelece normas de descarga de águas residuais especificamente aplicáveis às unidades industriais do sector têxtil, excluindo o subsector dos lanifícios.

➤ **Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto**

Aprova o Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais.

➤ **Portaria n.º 1147/94, de 26 de dezembro**

Estabelece as condições de licenciamento para a descarga, armazenagem, deposição ou injeção no solo de águas residuais ou de resíduos da indústria de dióxido de titânio.

- **Portaria n.º 895/94, de 3 de outubro**
Estabelece os valores limite de descarga nas águas e nos solos e os objetivos de qualidade para certas substâncias ditas “perigosas”, com vista a eliminar ou reduzir a poluição que podem provocar nesses meios.
- **Decreto-Lei n.º 207/94, de 6 de agosto**
Aprova o regime de conceção, instalação e exploração dos sistemas públicos e prediais de distribuição de água e drenagem de águas residuais.
- **Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de fevereiro**
Estabelece o regime de licenciamento da utilização do domínio hídrico, sob jurisdição do Instituto da Água
- **Decreto-Lei n.º 45/94, de 22 de fevereiro**
Regula o processo de planeamento de recursos hídricos e a elaboração e aprovação dos planos de recursos hídricos.
- **Portaria n.º 1049/93, de 19 de outubro**
Estabelece normas relativas à descarga de águas residuais aplicáveis a todas as atividades industriais que envolvam o manuseamento de amianto. Transpõe a Diretiva 87/217/CEE - JO L85 87-3-28.
- **Portaria n.º 1033/93, de 15 de outubro**
Estabelece normas relativas à descarga de águas residuais aplicáveis às unidades industriais em que se processa a electrólise dos cloretos alcalinos.
- **Portaria n.º 1030/93, de 14 de outubro**
Estabelece normas relativas à descarga de águas residuais no meio receptor natural (água ou solo) de unidades industriais do sector dos tratamentos de superfície.
- **Portaria n.º 512/92, de 22 de junho**
Estabelece normas de descarga das águas residuais do sector dos curtumes.
- **Portaria n.º 505/92, de 19 de junho**
Estabelece normas de descarga das águas residuais do sector da pasta de celulose.
- **Decreto-Lei n.º 446/91, de 22 de novembro**
Estabelece o regime de utilização na agricultura de certas lamas provenientes de estações de tratamento de águas residuais.
- **Portaria n.º 810/90, de 10 de setembro**
Aprova as normas sectoriais relativas à descarga de águas residuais provenientes de todas as explorações de suinicultura.
- **Portaria n.º 809/90, de 10 de setembro**
Aprova as normas de descarga das águas residuais provenientes de matadouros e de unidades de processamento de carnes.
- **Decreto-Lei n.º 86/90, de 16 de março**
Aprova o regulamento das águas minerais.

- [Decreto-Lei n.º 85/90, de 16 de março](#)
Aprova o regulamento das águas mineroindustriais.
- [Decreto-Lei n.º 84/90, de 16 de março](#)
Aprova o regulamento de exploração das águas de nascente.
- [Decreto-Lei n.º 70/90, de 2 de março](#)
Define o regime de bens do domínio público hídrico do Estado.
- [Decreto-Lei n.º 89/87, de 26 de fevereiro](#)
Estabelece medidas de proteção às zonas ameaçadas pelas cheias, introduzindo alterações ao Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de novembro.
- [Decreto n.º 34 021, de 11 de outubro de 1944](#)
Regulamenta as pesquisas, estudos e trabalhos de abastecimento de água.
- [Decreto n.º 5787-III, de 10 de maio de 1919](#)
Lei das Águas.

ALVARÁS

- [Portaria n.º 119/2012](#)
Fixa as classes de habilitação contidas nos alvarás das empresas de construção, bem como os valores máximos de obra que cada uma delas permite realizar, e revoga a [Portaria n.º 57/2011](#), de 28 de janeiro
- [Portaria n.º 1371/2008, de 2 de dezembro](#)
Fixa a correspondência entre o valor das classes de habilitações contidas nos alvarás de construção e o valor das obras.
- [Portaria n.º 57/2011, de 28 de janeiro](#)
Estabelece as classes das habilitações contidas nos alvarás de construção, e os correspondentes valores, e revoga a Portaria n.º 21/2010, de 11 de janeiro.
- [Portaria n.º 216-D/2008, de 3 de março](#)
Aprova os modelos de alvarás de licenciamento de operações urbanísticas.
- [Portaria n.º 216-E/2008, de 3 de março](#)
Enuncia todos os elementos que devem instruir os pedidos de emissão dos alvarás de licença ou autorização de utilização das diversas operações urbanísticas e revoga a Portaria n.º 1105/2001, de 18 de setembro.
- [Portaria n.º 216-F/2008, de 3 de março](#)
Aprova os modelos de aviso a fixar pelo titular de alvará de licenciamento de operações urbanísticas e pelo titular de operações urbanísticas objeto de comunicação prévia e a publicar pelas entidades promotoras de operação urbanísticas.
- [Portaria n.º 1308/2005, de 20 de dezembro](#)
Altera a Portaria n.º 16/2004, de 10 de janeiro, que estabelece o quadro mínimo de pessoal das empresas classificadas para o exercício da atividade da construção.

- **Portaria n.º 637/2005, de 4 de agosto**
Define o regime aplicável por força de caducidade de alvarás e licenças dos estabelecimentos de fabrico e armazenagem de produtos explosivos.
- **Decreto-Lei n.º 87/2005, de 23 de maio**
Define o regime aplicável por força de caducidade de alvarás e licenças dos estabelecimentos de fabrico e de armazenagem de produtos explosivos.
- **Portaria n.º 256/2013, de 13 de agosto**
Fixa o valor das taxas relativas do procedimento de emissão de alvará de licença de funcionamento de recintos com diversões aquáticas do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.
- **Portaria n.º 19/2004, de 10 de janeiro**
Estabelece as categorias e subcategorias relativas à atividade da construção.
- **Portaria n.º 18/2004, de 10 de janeiro**
Estabelece quais os documentos comprovativos do preenchimento dos requisitos de ingresso e permanência na atividade da construção.
- **Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro**
Estabelece o regime jurídico de ingresso e permanência na atividade da construção.
- **Decreto-Lei n.º 139/2003, de 2 de julho**
Prorroga, pelo período de dois anos, o prazo de caducidade dos alvarás e licenças de fabrico ou de armazenagem de produtos explosivos, fixado no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 139/2002, de 17 de maio.
- **Decreto-Lei n.º 115/2001, de 7 de abril**
Simplifica os procedimentos de alteração a planos municipais de ordenamento do território e alvarás de loteamento urbano no âmbito da execução e concretização dos programas de realojamento regulados pelo Decreto-Lei n.º 226/87, de 6 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 163/93 de 7 de maio (Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto), bem como dos programas de construção de habitação a custos controlados destinado a arrendamento.
- **Portaria n.º 1061/2000, de 31 de outubro**
Aprova o modelo de alvará de licença de utilização relativo aos estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 370/99, de 18 de setembro.
- **Decreto-Lei n.º 156/97, de 24 de junho**
Estabelece medidas especiais no âmbito do Decreto-Lei n.º 226/87, de 6 de junho, do Decreto-Lei n.º 163/93 de 7 de maio, e dos programas de habitação a custos controlados destinados ao arrendamento para alteração aos planos municipais de ordenamento do território e alvarás de loteamento urbano.
- **Decreto-Lei n.º 130/97, de 27 de maio**
Aprova o regime de licenciamento das estações emissoras de radiodifusão e atribuição de alvarás
- **Portaria n.º 578/95, de 17 de junho**
Fixa os indicadores de solvabilidade que permitem apurar a capacidade económica e financeira das empresas candidatas à concessão de alvará de certificação de conformidade dos Projetos de obras sujeitas a licenciamento municipal.

- [Portaria n.º 155/95, de 23 de fevereiro](#)
Aprova o modelo do certificado de conformidade previsto no Decreto-Lei n.º 83/94, de 14 de março, e o modelo do alvará de reconhecimento a emitir pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano (DGOTDU).
- [Portaria n.º 6065, de 30 de março de 1929](#)
Concessão pelas Câmaras Municipais de alvarás de licença dos estabelecimentos insalubres, incómodos e perigosos.

AMBIENTE

- [Decreto-Lei n.º 8/2021, de 21 de janeiro](#)
Procede à atualização das metas de incorporação de biocombustíveis nos combustíveis para consumo em território nacional para 2021.
- [Resolução do Conselho de Ministros 5/2021, de 19 de janeiro](#)
Aprova o modelo do projeto-piloto relativo à avaliação prévia de impacto legislativo na ação climática.
- [Portaria n.º 13/2021, de 12 de janeiro](#)
Fixa os valores das taxas devidas no âmbito dos procedimentos administrativos estabelecidos no Decreto-Lei n.º 62/2020, de 28 de agosto, relativos às atividades de produção de gases de origem renovável, de gases de baixo teor de carbono assim como de comercialização de gás.
- [Portaria n.º 17/2021, de 11 de janeiro](#)
Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 343-A/2019, de 16 de maio, que fixou a contribuição regulatória devida à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) pela regulação e supervisão do Sistema Petrolífero Nacional.
- [Decreto-Lei n.º 3/2021, de 7 de janeiro](#)
Prorroga o prazo de integração das regras dos planos especiais de ordenamento do território.
- [Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro](#)
Aprova a delimitação dos territórios vulneráveis com base nos critérios fixados no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho, que estabelece o regime jurídico da reconversão da paisagem.
- [Decreto-Lei n.º 60/2020, de 17 de agosto](#)
Estabelece o mecanismo de emissão de garantias de origem para gases de baixo teor de carbono e para gases de origem renovável, atualizando as metas de energia de fontes renováveis.
- [Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto](#)
Altera o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional
- [Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto](#)
Define o modelo de cogestão das áreas protegidas
- [Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro](#)

Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do [Regulamento \(UE\) n.º 517/2014](#), relativo aos gases fluorados com efeito de estufa

- **[Decreto-Lei n.º 61/2017, de 09 de junho](#)**
Estabelece o regime jurídico da utilização de substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos, transpondo as Diretivas Delegadas (UE) [2016/585](#), [2016/1028](#) e a [2016/1029](#)
- **[Decreto-Lei n.º 47/2017, de 10 de maio](#)**
Altera o regime de avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente, transpondo a [Diretiva \(UE\) 2015/1480](#)
- **[Portaria n.º 30/2017, de 17 de janeiro](#)**
Procede à primeira alteração da [Portaria n.º 326/2015](#), de 2 de outubro, que estabelece os requisitos e condições de exercício da atividade de verificador de pós-avaliação de projetos sujeitos a avaliação de impacto ambiental
- **[Portaria n.º 29/2017, de 17 de janeiro](#)**
Procede à segunda alteração ao artigo 2.º da [Portaria n.º 976/2009](#), de 1 de setembro
- **[Decreto-Lei n.º 34/2016, de 28 de junho](#)**
Procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 208/2008](#), de 28 de outubro, que estabelece o regime de proteção das águas subterrâneas contra a poluição e deterioração, transpondo a Diretiva [2014/80/UE](#) da Comissão, de 20 de junho de 2014, que altera o anexo II da Diretiva [2006/118/CE](#) do Parlamento e do Conselho, relativa à proteção das águas subterrâneas contra a poluição e a deterioração
- **[Decreto-Lei n.º 30/2016, de 24 de junho](#)**
Procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 79/2013](#), de 11 de junho, que estabelece regras relativas à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos (EEE) com o objetivo de contribuir para a proteção da saúde humana e do ambiente, incluindo a valorização e a eliminação, ecologicamente corretas, dos resíduos de EEE, e transpõe para a ordem jurídica interna a [Diretiva Delegada \(UE\) 2015/573](#) da Comissão, de 30 de janeiro de 2015, a [Diretiva Delegada \(UE\) 2015/574](#), da Comissão, de 30 de janeiro de 2015 e a [Diretiva Delegada \(UE\) 2015/863](#) da Comissão, de 31 de março de 2015
- **[Portaria n.º 395/2015, de 04 de novembro](#)**
Estabelece os requisitos técnicos formais a que devem obedecer os procedimentos previstos no regime jurídico de avaliação de impacto ambiental e revoga a [Portaria n.º 330/2001](#), de 2 de abril
- **[Portaria n.º 326/2015, de 2 de outubro](#)**
Aprova os requisitos e condições de exercício da atividade de verificador de pós-avaliação de projetos sujeitos a avaliação de impacto ambiental
- **[Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto](#)**
Procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 151-B/2013](#), de 31 de outubro, que estabelece o regime jurídico da avaliação de impacto ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna a [Diretiva n.º 2011/92/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente
- **[Decreto-Lei n.º 150/2015, de 05 de agosto](#)**

Estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente, transpondo a [Diretiva n.º 2012/18/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias perigosas

➤ **Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março**

Procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 151-B/2013](#), de 31 de outubro, que estabelece o regime jurídico de avaliação de impacto ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º [2011/92/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente

➤ **Decreto-Lei n.º 252/2012, de 26 de novembro**

Procede à alteração do regime jurídico do comércio de licenças de emissão de gases com efeito estufa, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 233/2004](#), de 14 de dezembro, transpondo parcialmente a Diretiva n.º [2009/19/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril

➤ **Decreto-Lei n.º 154/2012, de 16 de julho**

Altera a lista de substâncias ativas que podem ser incluídas em produtos biocidas, tendo em vista a proteção da saúde humana e animal e a salvaguarda do ambiente, transpõe as Diretivas n.os [2011/66/UE](#), [2011/67/UE](#), [2011/69/UE](#), da Comissão, de 1 de julho, e as Diretivas n.os [2011/71/UE](#), da Comissão, de 26 de julho, [2011/78/UE](#), [2011/79/UE](#), [2011/80/UE](#), [2011/81/UE](#), da Comissão, de 20 de setembro, e procede à nona alteração ao [Decreto-Lei n.º 121/2002](#), de 3 de maio

➤ **Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2011, de 22 de dezembro**

Autoriza a renovação, por um período de quatro anos, do contrato de concessão do exercício da atividade de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, celebrado entre o Estado Português e a EXMIN - Companhia de Indústria e Serviços Mineiros e Ambientais, S. A., relativamente ao qual a sociedade EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S. A., assumiu, em virtude do processo de fusão por incorporação efectivado, a posição de concessionária

➤ **Decreto-Lei n.º 58/2011, 04 de maio**

Estabelece deveres de divulgação de informação relativa à avaliação ambiental, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

➤ **Decreto-Lei n.º 56/2011, de 21 de abril**

Estabelece o regime aplicável a determinados gases fluorados com efeito estufa, assegurando a execução do Regulamento (CE) n.º 842/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio, e dos respetivos regulamentos de desenvolvimento.

➤ **Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro**

Estabelece o regime jurídico da avaliação do impacto e do licenciamento ambiental.

➤ **Portaria n.º 1067/2009, de 18 de setembro**

Altera e republica a Portaria n.º 1102/2007, de 7 de setembro, que fixa o valor das taxas a cobrar pela autoridade de AIA no âmbito do procedimento de avaliação de impacto ambiental.

➤ **Decreto-Lei 49/2009, de 26 de fevereiro**

Estabelece mecanismos de promoção de biocombustíveis nos transportes rodoviários, definindo e regulando quotas mínimas de incorporação obrigatória de biocombustíveis em gasóleo, bem como os procedimentos aplicáveis à sua monitorização e controlo.

- **Decreto-Lei n.º 35/2008, de 27 de fevereiro**
Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 152/2005 de 31 de agosto, que regula a aplicação na ordem jurídica interna do artigo 16.º e do n.º 1 do artigo 17.º do Regulamento (CE) n.º 2037/2000, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de junho, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono.
- **Decreto-Lei n.º 279/2007, de 6 de agosto**
Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 276/99, de 23 de julho, que define as linhas de orientação da política de gestão da qualidade do ar e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 96/62/CE, do Conselho, de 27 de setembro, relativa à avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente.
- **Portaria n.º 387/2006, de 21 de abril**
Estabelece as regras relativas à atribuição de licenças de emissão a novas instalações.
- **Declaração de Retificação n.º 2/2006, de 6 de janeiro**
De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 197/2005, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, contendo a terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, transpondo parcialmente para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 214, de 8 de novembro de 2005.
- **Declaração de Retificação n.º 38/2005, de 16 de maio**
De ter sido retificada a Portaria n.º 263/2005, de 17 de março, que fixa novas regras para cálculo da altura de chaminés e define as situações em que devem para esse efeito ser realizados estudos de poluentes atmosféricos, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 54, de 17 de março de 2005.
- **Decreto-Lei n.º 152/2005, de 31 de agosto**
Regula a aplicação na ordem jurídica interna do artigo 16.º e do n.º 1 do artigo 17.º do Regulamento (CE) n.º 2037/2000, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de junho, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono.
- **Decreto-Lei n.º 85/2005, de 28 de abril**
Estabelece o regime legal da incineração e co-incineração de resíduos, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2000/76/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de dezembro.
- **Decreto-Lei n.º 132/2004, de 3 de junho**
Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2003/76/CE, da Comissão, de 11 de agosto, relativa às medidas a tomar contra a poluição do ar pelas emissões provenientes dos veículos a motor, e altera o Decreto-Lei n.º 202/200, de 1 de setembro.
- **Decreto-Lei n.º 320/2003, de 20 de dezembro**
Estabelece os objetivos a longo prazo, valores alvo, um limiar de alerta e um limiar de informação ao público para as concentrações do ozono no ar ambiente, bem como as regras de gestão da qualidade do ar aplicáveis a esse poluente, em execução do disposto nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 276/99, de 23 de julho, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2002/3/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de fevereiro, relativa ao ozono no ar ambiente.
- **Decreto-Lei n.º 178/2003, de 5 de agosto**

Estabelece limitações às emissões para a atmosfera de certos poluentes provenientes de grandes instalações de combustão, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2001/80/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro.

- **NP EN ISO 19011 2003**
Linhas de orientação para auditorias a sistemas de gestão da qualidade e/ou de gestão ambiental.
- **Portaria n.º 379/2003, de 10 maio**
Altera a Portaria n.º 1107/2000, de 25 de novembro, que aprova o Regulamento da Aplicação das Componentes n.ºs 1, 2 e 3 da Ação n.º 8.2 «Redução do Risco e dos Impactes Ambientais na Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos», da Medida n.º 8 do Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural – Programa AGRO.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 6/2003/A, de 11 de março**
Aplica à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 268/98, de 28 de agosto (regula a localização dos parques de sucata e o licenciamento da instalação e ampliação de depósitos de sucata).
- **Decreto-Lei n.º 237/2002, de 5 de novembro**
Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2001/27/CE, da Comissão, de 10 de abril, alterando o Regulamento Respeitante ao Nível das Emissões Poluentes Provenientes dos Motores Alimentados a Diesel, Gás Natural Comprimido ou Gás de Petróleo Liquefeito Utilizados em Automóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 13/2002, de 26 de janeiro.
- **Decreto-Lei n.º 236/2002, de 5 de novembro**
Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2001/1/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de janeiro, e altera o Regulamento das Homologações CE de Veículos, Sistemas e Unidades Técnicas Relativo às Emissões Poluentes.
- **Decreto n.º 35/2002, de 5 de novembro**
Aprova as Emendas de 1997 ao Protocolo de Montreal Relativo às Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono, assinado em Montreal em 16 de setembro de 1987.
- **Decreto-Lei n.º 175/2002, de 25 de julho**
Extingue a Comissão Científica Independente de Controlo e Fiscalização Ambiental da Co-Incinação, criada pelo Decreto-Lei n.º 120/99, de 16 de abril.
- **Decreto-Lei n.º 119/2002, de 20 de abril**
Assegura o cumprimento, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Estado Português do Regulamento (CE) n.º 2037/2000, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de junho, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono.
- **Decreto-Lei n.º 111/2002, de 16 de abril**
Estabelece os valores limite das concentrações no ar ambiente do dióxido de enxofre, dióxido de azoto e óxidos de azoto, partículas de suspensão, chumbo, benzeno e monóxido de carbono, bem como as regras de gestão da qualidade do ar aplicáveis a esses poluentes, em execução do disposto nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 276/99, de 23 de julho, transpondo para a ordem interna da Diretivas Comunitárias n.ºs 1999/30/CE, do Conselho, de 22 de abril, e 2000/69/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de novembro.
- **Portaria n.º 123/2002, de 8 de fevereiro**

Define a composição e o modo de funcionamento e regulamenta a competência do Conselho Consultivo de Avaliação de Impacte Ambiental.

- **Decreto-Lei n.º 242/2001, de 31 de agosto**
Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 1999/13/CE, do Conselho, de 11 de março, relativa à limitação das emissões e compostos orgânicos voláteis resultantes da utilização de solventes orgânicos em certas atividades de instalações.
- **Declaração de Retificação n.º 13-H/2001, de 31 de maio**
De ter sido retificada a Portaria 330/2001 de 2 de abril, do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território que fixa as normas técnicas para a estrutura da proposta de definição do âmbito do EIA (PDA) e normas técnicas para a estrutura do estudo do impacte ambiental (EIA).
- **Declaração de Retificação n.º 13-D/2001, de 31 de maio**
De ter sido retificado o Decreto-Lei 127/2001 de 17 de abril, do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território que aprova a orgânica das direcções regionais do ambiente e do ordenamento do território.
- **Decreto-Lei n.º 154-A/2001, de 8 de maio**
Cessa a suspensão da vigilância das normas do Decreto-Lei n.º 273/98 de 2 de setembro, no que respeita às operações de co-incineração de resíduos industriais perigosos, incluindo a avaliação e seleção de locais para queimas e tratamento desses resíduos.
- **Decreto-Lei n.º 74/2001, de 26 de fevereiro**
Revoga o n.º 3 do art.º 46º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, que institui o novo regime jurídico de avaliação de impacte ambiental.
- **Declaração de Retificação n.º 7-D/2000, de 30 de junho**
De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 69/2000 de 3 de maio, do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, que aprova o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 85/337/CEE, com as alterações introduzidas pela Diretiva n.º 97/11/CE, do Conselho, de 3 de março de 1997.
- **NP EN ISO 9004 2000**
Sistema de gestão da qualidade: linhas de orientação para melhoria de desempenho.
- **NP EN ISO 9001 2000**
Sistema de gestão da qualidade: requisitos.
- **Decreto-Lei n.º 477/99, de 9 de novembro**
Cria, em sede de IRC, um crédito fiscal e por investimento em bens do activo imobilizado corpóreo para proteção ambiental para os exercícios de 1999, 2000 e 2001.
- **Lei n.º 149/99, de 3 de setembro**
Primeira alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei n.º 120/99, de 16 de abril, que cria um sistema especial de controlo e fiscalização ambiental da co-incineração.
- **Decreto-Lei n.º 268/98, de 28 de agosto**
Estabelece o regime do licenciamento da instalação e ampliação de depósitos de sucata.
- **Portaria n.º 125/97, de 21 de fevereiro**

Altera a Portaria n.º 286/93, de 12 de março (fixa os valores limites e os valores guias no ambiente para o dióxido de enxofre, partículas em suspensão, dióxido de azoto e monóxido de carbono, o valor limite para o chumbo e os valores guias para o ozono).

➤ **Portaria n.º 1058/94, de 2 de dezembro**

Altera a Portaria n.º 286/93, de 12 de março (fixa os valores limites e os valores gerais no ambiente para o dióxido de enxofre, partículas em suspensão, dióxido de azoto e monóxido de carbono, o valor limite para o chumbo e os valores guias para o ozono).

➤ **Regulamento (CEE) n.º 1836/93, de 29 de junho**

Permite a participação voluntária das empresas do sector industrial num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS).

ANGOLA

➤ **Decreto n.º 6/2008, de 26 de março**

Aprova o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Portuguesa e a República de Angola, assinado em Luanda em 5 de abril de 2006.

➤ **Lei n.º 1/2004, de 13 de fevereiro (DR Angola)**

Sociedades comerciais.

ARMAZÉNS

➤ **Portaria n.º 637/2005, de 4 de agosto**

Define o regime aplicável por força de caducidade de alvarás e licenças dos estabelecimentos de fabrico e armazenagem de produtos explosivos.

➤ **Decreto-Lei n.º 87/2005, de 23 de maio**

Define o regime aplicável por força de caducidade de alvarás e licenças dos estabelecimentos de fabrico e de armazenagem de produtos explosivos.

ASSOCIAÇÕES PÚBLICAS PROFISSIONAIS

➤ **Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro**

Estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais.

ATIVIDADE INDUSTRIAL

➤ **Decreto-Lei n.º 24/2010, de 25 de outubro**

Fixa até 31 de dezembro de 2010 o prazo de regularização dos estabelecimentos de produção de vinhos comuns e licorosos, incluindo de engarrafamento e de envelhecimento dos mesmos, procedendo à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro.

➤ **Portaria n.º 479/2010, de 12 de julho**

Segunda alteração à Portaria n.º 1098/2008, de 30 de setembro, que aprova as taxas relativas a atos e serviços prestados no âmbito da propriedade industrial, e à tabela de taxas do Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

- **Portaria n.º 1255/2009, de 14 de outubro**
Regula a tramitação por via electrónica do parecer a que se refere o n.º 8 do artigo 60.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, no momento do pedido de registo do Projeto de fusão ou de cisão, quando promovido através da Internet.
- **Portaria n.º 1254/2009, de 14 de outubro**
Regulamenta o envio, por via electrónica, do requerimento de isenção de impostos, emolumentos e outros encargos legais, previsto no n.º 6 do artigo 60.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, no momento do pedido de registo do Projeto de fusão ou de cisão, quando promovido através da Internet, e altera a Portaria n.º 1098/2008, de 30 de setembro.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 28/2009/M, de 25 de setembro**
Estabelece o regime de exercício da industrial na Região Autónoma da Madeira.
- **Portaria n.º 547/2009, de 25 de maio**
Regulamenta os procedimentos para operações especiais de registos.
- **Decreto-Lei n.º 72/2009, de 31 de março**
Estabelece o regime jurídico de instalação e exploração das áreas de localização empresarial e revoga o Decreto-Lei n.º 70/2003, de 10 de abril.
- **Declaração de Retificação n.º 15/2009, de 10 de fevereiro**
Retifica a Declaração de Retificação n.º 77-A/2008, de 26 de dezembro, que retifica o Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro, que estabelece o regime de exercício da atividade industrial (REAI), e revoga o Decreto-Lei n.º 69/2003, de 10 de abril, e respetivos diplomas regulamentares, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 249, suplemento, de 26 de dezembro de 2008.
- **Decreto-Lei n.º 143/2008, de 25 de julho**
Aprova medidas de simplificação e acesso à propriedade industrial, alterando o Código da Propriedade Industrial.
- **Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2007/M, de 12 de novembro**
Elimina o acto administrativo autónomo de registo obrigatório dos estabelecimentos industriais no âmbito do cadastro industrial.
- **Portaria n.º 1298/2007, de 2 de outubro**
Altera a Portaria n.º 699/2003, de 31 de julho, que aprova as taxas relativas a atos e serviços prestados pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).
- **Decreto-Lei n.º 183/2007, de 9 de maio**
Altera os Decretos-Leis n.ºs 69/2003, de 10 de abril, e 194/2000, de 21 de agosto, substituindo o regime de licenciamento prévio obrigatório dos estabelecimentos industriais de menor perigosidade, incluídos no regime 4, por um regime de declaração prévia ao exercício da atividade industrial.
- **Decreto Regulamentar n.º 61/2007, de 9 de maio**
Altera o Regulamento do Licenciamento da Atividade Industrial, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 8/2003, de 11 de abril.
- **Decreto-Lei n.º 174/2006, de 25 de agosto**
Elimina o acto administrativo de registo obrigatório dos estabelecimentos industriais, dispensando o industrial do fornecimento de informação que já consta do processo de licenciamento.

- **Portaria n.º 1058/2004, de 21 de agosto**
Altera a Portaria n.º 1235/2003, de 27 de outubro, que estabelece o âmbito de aplicação do seguro em articulação com os regimes de licenciamento dos estabelecimentos industriais.
- **Decreto-Lei n.º 197/2003, de 27 de agosto**
Altera a CAE - Rev. 2 constante do anexo ao Decreto-Lei n.º 182/93, de 14 de maio, que revê a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas.
- **Lei n.º 17/2002, de 15 de julho**
Autoriza o Governo a legislar em matéria de propriedade industrial, aprovado um novo código e revogando a legislação em vigor nessa matéria.
- **Portaria n.º 1214/2000, de 27 de dezembro**
Cria o Sistema de Incentivos à Utilização da Propriedade Industrial.
- **Decreto Regulamentar n.º 17/95, de 30 de maio**
Prorroga o regime transitório previsto no artigo 24.º do Decreto Regulamentar n.º 25/93, de 17 de agosto (aprova o novo Regulamento do exercício da atividade Industrial).
- **Decreto-Lei n.º 282/93, de 17 de agosto**
Altera o Decreto-Lei n.º 109/91 de 15 de março, que estabelece normas disciplinadoras do exercício da atividade industrial.
- **Declaração de Retificação n.º 144-A/93, de 9 de junho**
Retifica a Portaria n.º 744-B/93 de 18 de agosto.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 14/88/A, de 6 de abril**
Estabelece os princípios gerais para o exercício de atividades industriais na Região Autónoma dos Açores.

B

BARRAGENS

- **Decreto-Lei n.º 21/2018, de 28 de março**
Altera o Regulamento de Segurança de Barragens e aprova o Regulamento de Pequenas Barragens
- **Lei n.º 11/2009, de 25 de março**
Estabelece o regime contra-ordenacional do Regulamento de Segurança de Barragens, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 344/2007, de 15 de outubro.
- **Decreto-Lei n.º 344/2007, de 15 de outubro**
Aprova o Regulamento de Segurança de Barragens e revoga o Decreto-Lei n.º 11/90 de 6 de janeiro.
- **Portaria n.º 246/98, de 21 de abril**
Aprova as Normas de Construção de Barragens.
- **Decreto-Lei n.º 11/90, de 6 de janeiro**
Aprova o Regulamento de Segurança de Barragens.

BRASIL

- **Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de dezembro**
Aprova o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000.

C

CAÇA

- **Decreto Regulamentar Regional n.º 22/2012/A, de 13 de novembro**
Terceira alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2009/A, de 5 de maio, que regulamenta o Decreto Legislativo Regional n.º 17/2007/A, de 9 de julho, que aprova o regime jurídico da gestão sustentável dos recursos cinegéticos e os princípios reguladores da atividade cinegética e da administração da caça na Região Autónoma dos Açores
- **Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto**
Estabelece o regime de criação de zonas de intervenção florestal (ZIF), bem como os princípios reguladores da sua constituição, funcionamento e extinção.
- **Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto**
Estabelece o regime jurídico da conservação, fomento e exploração dos recursos cinegéticos, com vista à sua gestão sustentável, bem como os princípios reguladores da atividade cinegética.
- **Despacho Normativo n.º 6/2001, de 2 de fevereiro**
Estabelece as condições a preencher pelos técnicos responsáveis pelos Projetos de planos de ordenamento e exploração cinegéticos a apresentar nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 227-B/2000 de 15 de setembro. Revoga o Despacho Normativo n.º 19/97, de 11 de abril.
- **Decreto-Lei n.º 227-B/2000, de 15 de setembro**
Regulamenta a Lei n.º 173/99 de 21 de setembro, Lei de Bases Gerais da Caça.
- **Decreto-Lei n.º 481/99, de 5 de novembro**
Alteração ao Decreto-Lei n.º 44/96 de 10 de maio, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 92/45/CEE, do Conselho, de 16 de junho, relativa aos problemas sanitários referentes ao abate de caça selvagem e à colocação no mercado das respetivas carnes.

CÁLCULO DE HONORÁRIOS

- **Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro**
Aprova um conjunto de medidas adicionais de redução de despesa com vista à consolidação orçamental prevista no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para 2010-2013.
Nota: este diploma altera o valor do cálculo das ajudas de custo para deslocações.
- **Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro**
Aprova a tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, contendo o número de níveis remuneratórios e o montante pecuniário correspondente a cada um e actualiza os índices 100 de todas as escalas salariais.
- **Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de dezembro**



Procede à revisão anual das tabelas de ajudas de custo, subsídios de refeição e de viagem, bem como dos suplementos remuneratórios, para os trabalhadores em funções públicas e actualiza as pensões de aposentação e sobrevivência, reforma e invalidez.

- **Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho**
Aprova o conteúdo obrigatório do programa e do Projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de Projetos de obras públicas, designados «Instruções para a elaboração de Projetos de obras», e a classificação de obras por categorias.
- **Portaria n.º 88-A/2007, de 18 de janeiro**
Procede à revisão anual das remunerações dos funcionários e agentes da administração central, local e regional e pensões de aposentação e de sobrevivência a cargo da Caixa Geral de Aposentações (CGA).
- **Portaria n.º 229/2006, de 10 de março**
Procede à revisão anual das remunerações dos funcionários e agentes da administração central, local e regional, actualizando os índices 100 e as escalas salariais em vigor, bem como as tabelas de ajudas de custo, subsídios de refeição e de viagem e marcha e participação da ADSE.
- **Regulamento (CE, EURATOM) n.º 723/2004, de 22 de março**
Altera o estatuto dos funcionários das comunicadas europeias e o regime aplicável aos outros agentes das comunicadas europeias.
- **Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril**
Estabelece normas relativas ao abono de ajudas de custo e de transporte pelas deslocações em serviço.
- **Portaria de 7 de fevereiro de 1972**
Cálculo dos honorários.

CARTOGRAFIA

- **Decreto Regulamentar n.º 4/2019, de 20 de setembro**
Altera a regulamentação aplicável ao sistema de informação cadastral simplificada
- **Decreto-Lei n.º 130/2019, de 30 de agosto**
Altera os princípios e normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional
- **Lei n.º 65/2019, de 23 de agosto**
Mantém em vigor e generaliza a aplicação do sistema de informação cadastral simplificada
- **Lei n.º 78/2017, de 17 de agosto**
Cria um sistema de informação cadastral simplificada e revoga a [Lei n.º 152/2015](#), de 14 de setembro
- **Decreto-Lei n.º 85/2017, de 27 de julho**
Cria um regime excecional que agiliza os processos aquisitivos, administrativos e financeiros para o desenvolvimento do sistema de informação cadastral simplificado.
- **Aviso n.º 10321/2016, de 19 de agosto**
Autorização, mediante emissão de alvará, para o exercício de atividades no domínio do cadastro predial



- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/2015, de 24 de novembro**
Delega no Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia a competência para a prática de todos os atos necessários à execução dos contratos celebrados na sequência da [Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2009](#), de 22 de setembro, no âmbito do Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral
- **Portaria n.º 160/2015, de 01 de junho**
Primeira alteração à [Portaria n.º 976/2009](#), de 1 de setembro, que fixa o âmbito temporal e espacial de aplicabilidade do regime experimental de execução, exploração e acesso à informação cadastral previsto no [Decreto-Lei n.º 224/2007](#), de 31 de maio
- **Decreto-Lei N.º 84/2015, de 21 de maio**
Procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 180/2009](#), de 7 de agosto, que aprova o regime do Sistema Nacional de Informação Geográfica
- **LEI N.º 3/2015, de 9 de janeiro**
Regula o regime de acesso e exercício da atividade profissional de cadastro predial, em conformidade com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.os 2005/36/CE, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, relativa aos serviços no mercado interno.
- **Decreto-Lei n.º 141/2014, de 19 de setembro**
Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho, que estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional
- **Declaração de Retificação n.º 54/2009, de 28 de julho**
Retifica o Decreto Regulamentar n.º 10/2009, de 29 de maio, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que fixa a cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial, bem como na representação de quaisquer condicionantes, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 104, de 29 de maio de 2009.
- **Decreto-Lei n.º 202/2007, de 25 de maio**
Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 193/95 de 28 de julho, que estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional.

CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DAS PROFISSÕES

- **Decreto-Lei n.º 14/2017, de 26 de janeiro**
Altera o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações e define as estruturas que asseguram o seu funcionamento
- **Decreto-Lei n.º 37/2015, de 10 de março de 2015**
No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, estabelece o regime de acesso e exercício de profissões e de atividades profissionais
- **Portaria n.º 214/2011, de 30 de maio**
Estabelece o regime de formação e certificação de competências pedagógicas dos formadores que desenvolvem a sua atividade no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações e revoga a Portaria n.º 1119/97, de 5 de novembro.

- **Decreto-Lei n.º 92/2011, de 27 de julho**
Estabelece o regime jurídico do Sistema de Regulação de Acesso a Profissões (SRAP).
- **Portaria n.º 211/2011, de 26 de maio**
Regula a certificação de competências profissionais resultantes do reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais adquiridas e desenvolvidas ao longo da vida, nomeadamente em contextos de trabalho.
- **Portaria n.º 199/2011, de 19 de maio**
Aprova os modelos de diplomas e de certificados que conferem uma qualificação de nível não superior no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações.
- **Deliberação n.º 967/2010, de 1 de junho**
14.ª deliberação da secção permanente de coordenação estatística relativa à aprovação da classificação portuguesa das profissões de 2010 (CPP/2010).
- **Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho**
Regula o Quadro Nacional de Qualificações e define os descritores para a caracterização dos níveis de qualificação nacionais.
- **Portaria n.º 781/2009, de 23 de julho**
Estabelece a estrutura e organização do Catálogo Nacional de Qualificações.
- **Lei 9/2009, de 4 de março**
Efectua a transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, alterada pelo Regulamento (CE) n.º 1430/2007, da Comissão, de 5 de dezembro, e pelo Regulamento (CE) n.º 755/2008, da Comissão, de 31 de julho, e da Diretiva n.º 2006/100/CE, do Conselho, de 20 de novembro, que adapta determinadas diretivas no domínio da livre circulação de pessoas, em virtude da adesão da Bulgária e da Roménia, estabelecendo o regime aplicável, no território nacional, ao reconhecimento das qualificações profissionais adquiridas noutro Estado membro da União Europeia por nacional de Estado membro que pretenda exercer, como trabalhador independente ou como trabalhador subordinado, uma profissão regulamentada não abrangida por outro regime específico.
- **Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro**
Estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações e define as estruturas que regulam o seu funcionamento.
- **Diretiva 2005/36/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro**
Reconhecimento das qualificações profissionais.
- **Portaria n.º 325/2000, de 8 de junho**
Aprova a lista de profissões regulamentadas, bem como das autoridades que, para cada profissão, são competentes para receber, apreciar e decidir dos pedidos formulados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 289/91 de 10 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 396/99 de 13 de outubro.
- **Decreto Regulamentar n.º 45/88, de 16 de dezembro**
Altera a disciplina de classificação de serviço do pessoal da administração.
- **Decreto Regulamentar n.º 40/85, de 1 de julho**

Altera a redacção do n.º 1 e aditado um n.º 4 ao artigo 20.º do Decreto Regulamentar n.º 44-B/83, de 1 de junho (regime de classificação de serviço).

CÓDIGO DO NOTARIADO

- [Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março](#)
Actualiza e flexibiliza os modelos de governo das sociedades anónimas, adopta medidas de simplificação e eliminação de atos e procedimentos notariais e registrais e aprova o novo regime jurídico da dissolução e da liquidação de entidades comerciais.
- [Decreto-Lei n.º 207/95, de 14 de agosto](#)
Aprova o Código do Notariado.

CÓDIGO DO PROCESSO CIVIL

- [Decreto-Lei n.º 51/218, de 25 de junho](#)
Altera o Código do Registo Civil.
- [Lei n.º 41/2013, de 26 de junho](#)
Aprova o Código de Processo Civil.

CÓDIGO DO REGISTO POREDIAL

- [Decreto-Lei n.º 125/2013, de 30 de agosto](#)
Altera o Código do Registo Predial, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 224/84](#), de 6 de julho, o [Decreto-Lei n.º 263-A/2007](#), de 23 de julho e o Código do Notariado, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 207/95](#), de 14 de agosto.

CÓDIGO PENAL

- [Lei n.º 41/2010, de 3 de setembro](#)
Procede à terceira alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de julho, relativa a crimes da responsabilidade de titulares de cargos políticos.
- [Lei n.º 40/2010, de 3 de setembro](#)
Segunda alteração à Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, que aprova o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade e 26.ª alteração ao Código Penal.
- [Lei n.º 33/2010, de 2 de setembro](#)
Regula a utilização de meios técnicos de controlo à distância (vigilância electrónica) e revoga a Lei n.º 122/99, de 20 de agosto, que regula a vigilância electrónica prevista no artigo 201.º do Código de Processo Penal.
- [Lei n.º 32/2010, de 2 de setembro](#)
Procede à 25.ª alteração ao Código Penal.
- [Declaração de Retificação n.º 105/2007, de 9 de novembro](#)

Retifica a Declaração de Retificação n.º 100-A/2007, de 26 de outubro, que retifica a Lei n.º 48/2007, de 29 de agosto, que procede à 15.ª alteração e republica o Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro.

➤ **Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro**

Vigésima terceira alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82 de 23 de setembro.

➤ **Acórdão n.º 320/2002, de 7 de outubro**

Declara, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma do artigo 412.º, n.º 2, do Código de Processo Penal, interpretada no sentido de que a falta de indicação, nas conclusões da motivação, de qualquer das menções contidas nas alíneas a), b) e c) tem como efeito a rejeição liminar do recurso do arguido, sem que ao mesmo seja facultada a oportunidade de suprir tal deficiência.

➤ **Lei n.º 7/2000, de 27 de maio**

Quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 400/82 de 3 de setembro (aprova o Código Penal), alterado pela Lei n.º 6/84 de 11 de maio, pelos Decretos-Leis n.os 132/93, de 23 de abril, e 48/95, de 15 de março, e pela Lei n.º 65/98 de 2 de setembro, e nona alteração ao Decreto-Lei n.º 78/87 de 17 de fevereiro (aprova o Código de Processo Penal), alterado pelo Decreto-Lei n.º 387-E/87 de 29 de dezembro, pelas Leis n.os 17/91, de 10 de janeiro, e 57/91, de 13 de agosto, pelos Decretos-Leis n.os 343/93, de 1 de outubro, e 423/91, de 30 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 317/95 de 28 de novembro, e pelas Leis n.os 59/98, de 25 de agosto, e 3/99, de 13 de janeiro (reforça as medidas de proteção a pessoas vítimas de violência).

CÓDIGO DO TRABALHO

➤ **Lei n.º 107/2019, de 09 de setembro**

Altera o Código de Processo do Trabalho, adequando-o ao Código de Processo Civil

➤ **Lei n.º 28/2016, de 23 de agosto**

Combate as formas modernas de trabalho forçado, procedendo à décima primeira alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela [Lei n.º 7/2009](#), de 12 de fevereiro, à quinta alteração ao regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, aprovado pela [Lei n.º 102/2009](#), de 10 de setembro, e à terceira alteração ao regime jurídico do exercício e licenciamento das agências privadas de colocação e das empresas de trabalho temporário, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 260/2009](#), de 25 de setembro

➤ **Lei n.º 55/2014, de 25 de agosto**

Procede à sétima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro

➤ **Lei n.º 27/2014, de 08 de maio**

Procede à sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela [Lei n.º 7/2009](#), de 12 de fevereiro

➤ **Lei n.º 69/2013, de 30 de agosto**

Quinta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela [Lei n.º 7/2009](#), de 12 de fevereiro, ajustando o valor da compensação devida pela cessação do contrato de trabalho

➤ **Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro**

Aprova a revisão do Código do Trabalho.

➤ **Lei n.º 35/2004, de 29 de julho**

Regulamenta a Lei n.º 99/2003 de 27 de agosto, que aprovou o Código do Trabalho.

COMBUSTIVEIS

- [Regulamento n.º 697/2019, de 5 de setembro](#)
Regulamento Relativo ao Regime de Acesso e Exercício de Atividades Espaciais.
- [Decreto-Lei n.º 60/2017, de 09 de junho](#)
Projeto de decreto-lei que estabelece o enquadramento para a implantação de uma infraestrutura para combustíveis alternativos, transpondo a Diretiva n.º 2014/94/UE.

CONDUÇÃO

- [Lei n.º 2/2020, de 14 de janeiro](#)
Altera o Regulamento da Matrícula, o Código da Estrada e o Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir
- [Lei n.º 14/2014, de 18 de março](#)
Aprova o regime jurídico do ensino da condução, regulando o acesso e o exercício da atividade de exploração de escolas de condução e das profissões de instrutor de condução e de diretor de escola de condução e a certificação das respetivas entidades formadoras.

CONSUMIDOR

- [Decreto-Lei n.º 102/2017, de 23 de agosto](#)
Implementa a medida do SIMPLEX+ 2016 «Informação ao consumidor + simples».
- [Lei n.º 10/2013, de 28 de janeiro](#)
Procede à 5.ª alteração da [Lei n.º 23/96](#), de 26 de julho, à 3.ª alteração da [Lei n.º 24/96](#), de 31 de julho, e à 7.ª alteração da [Lei n.º 5/2004](#), de 10 de fevereiro, no sentido de se atribuir maior eficácia à proteção do consumidor.

CONSTRUÇÃO

- [Portaria n.º 3/2020, de 13 de janeiro](#)
Fixa o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a vigorar no ano de 2020
- [Portaria n.º 301/2019, de 12 de setembro](#)
Define o método de projeto para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada em edifícios habitacionais existentes
- [Portaria n.º 302/2019, de 12 de setembro](#)
Define os termos em que obras de ampliação, alteração ou reconstrução estão sujeitas à elaboração de relatório de avaliação de vulnerabilidade sísmica, bem como as situações em que é exigível a elaboração de projeto de reforço sísmico
- [Portaria n.º 303/2019, de 12 de setembro](#)

Fixa os custos-padrão, definidos por tecnologia, sistema, ou elemento construtivo que permitem quantificar o custo das intervenções para operações de reabilitação

- **Portaria n.º 304/2019**
Define os requisitos funcionais da habitação e da edificação em conjunto, aplicáveis às operações de reabilitação em edifícios ou frações com licença de construção emitida até 1 de janeiro de 1977, sempre que estes se destinem a ser total ou predominantemente afetos ao uso habitacional
- **Portaria n.º 305/2019, de 12 de setembro**
Fixa as normas técnicas dos requisitos acústicos em edifícios habitacionais existentes
- **Lei n.º 63/2018, de 10 de outubro**
Remoção de amianto em edifícios, instalações e equipamentos de empresas
- **Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2018/M, de 19 de março**
Fixa o valor do metro quadrado de construção para o ano de 2018
- **Lei n.º 41/2015, de 3 de junho**
Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção, e revoga o Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro
- **Decreto-Lei n.º 112/2015, de 19 de junho**
Procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 242/2006](#), de 28 de dezembro, que aprova as bases da concessão da conceção, projeto, construção, aumento do número de vias, financiamento, manutenção e exploração dos lanços de autoestrada e conjuntos viários associados, designada por Grande Lisboa
- **Decreto-Lei n.º 113/2015, de 19 de junho**
Procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 323-G/2000](#), de 19 de dezembro, que aprova as bases da concessão da conceção, projeto, construção, financiamento, exploração e conservação de lanços de autoestrada e conjuntos viários associados, designada por Interior Norte
- **Portaria n.º 116/2015, de 27 de abril**
Altera o protocolo do Centro de Formação Profissional para o Sector da Construção Civil e Obras Públicas do Sul (CENFIC), anexo à [Portaria n.º 492/87](#), de 12 de junho
- **Portaria n.º 280/2014, de 30 de dezembro de 2014**
Fixa o valor médio de construção por metro de quadrado a vigorar no ano 2015
- **Portaria n.º 156/2014, de 12 de agosto**
Fixa, para vigorar em 2014, o preço da habitação por metro quadrado de área útil, bem como as condições de alienação e a fórmula de cálculo do preço de venda dos terrenos destinados a programas de habitação de custos controlados
- **Declaração de Retificação n.º 19/2014, de 24 de março**
Retifica o [Decreto-Lei n.º 15/2014](#), de 23 de janeiro, do Ministério da Economia, que procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 39/2008](#), de 7 de março, que aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 16, de 23 de janeiro de 2014
- **Portaria n.º 40/2014, de 17 de fevereiro**

Estabelece as normas para a correta remoção dos materiais contendo amianto e para o acondicionamento, transporte e gestão dos respetivos resíduos de construção e demolição gerados, tendo em vista a proteção do ambiente e da saúde humana

- **Portaria n.º 370/2013, de 27 de dezembro**
Fixa o valor médio de construção por metro quadrado a vigorar no ano de 2014
- **Portaria n.º 424/2012, de 28 de dezembro**
Fixa em (euro) 482,40 o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis, a vigorar no ano de 2013
- **Portaria n.º 358/2012. D.R. n.º 211, Série I de 2012-10-31**
Fixa, para vigorar no ano de 2013, os preços da habitação por metro quadrado, consoante as zonas do País, para efeitos de cálculo da renda condicionada
- **Declaração de Retificação n.º 25/2012, de 23 de maio**
Retifica a [Portaria n.º 119/2012](#), de 30 de abril, do Ministério da Economia e Emprego, que fixa as classes de habilitação contidas nos alvarás das empresas de construção, bem como os valores máximos de obra que cada uma delas permite realizar, e revoga a [Portaria n.º 57/2011](#), de 28 de janeiro, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 84, de 30 de abril de 2012
- **Portaria n.º 64/2012, de 20 de março**
Fixa, para vigorar em 2012, o preço da habitação por metro quadrado de área útil e o preço de venda dos terrenos destinados a programas de habitação de custos controlados.
- **Portaria 307/2011, de 21 de dezembro**
Fixa, para o ano de 2012, os preços da habitação por metro quadrado, consoante as zonas do País, para efeitos de cálculo da renda condicionada.
- **Decreto-Lei n.º 69/2011, de 15 de junho**
Simplifica os regimes de acesso e exercício das atividades de construção, mediação e angariação imobiliária e altera a Lei Orgânica do InCI, I. P., aprovada pelo Decreto-Lei n.º 144/2007, de 27 de abril.
- **Lei n.º 2/2011, de 9 de fevereiro**
Remoção de amianto em edifícios, instalações e equipamentos públicos.
- **Decreto-Lei n.º 55/2010, de 31 de maio**
Procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 186/2007, de 10 de maio, que fixa as condições de construção, certificação e exploração dos aeródromos civis nacionais, estabelece os requisitos operacionais, administrativos, de segurança e de facilitação a aplicar nessas infraestruturas e procede à classificação operacional dos aeródromos civis nacionais para efeitos de ordenamento aeroportuário.
- **Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2010/M, de 25 de março**
Fixa o valor do metro quadrado de construção para o ano de 2010 na Região Autónoma da Madeira
- **Portaria 22/2010, de 11 de janeiro**
Estabelece a constituição da Comissão de Índices e Fórmulas de Empreitadas (CIFE) do Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P. (InCI, I. P.).
- **Portaria n.º 1456/2009, de 30 de dezembro**

Fixa o valor médio de construção por metro quadrado para vigorar em 2010.

- **Portaria n.º 1379-B/2009, de 30 de outubro**
Fixa, para vigorar em 2010, o preço de construção da habitação por metro quadrado, consoante as zonas do País, para efeitos de cálculo da renda condicionada.
- **Portaria n.º 417/2008, de 11 de junho**
Aprova os modelos de guias de acompanhamento de resíduos para o transporte de resíduos de construção e demolição (RCD).
- **Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março**
Aprova o regime da gestão de resíduos de construção e demolição.
- **Decreto-Lei n.º 389/2007, de 30 de novembro**
Altera o Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, que estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos do petróleo e postos de abastecimento de combustíveis, e o Decreto-Lei n.º 125/97, de 23 de maio, que estabelece as disposições relativas ao Projeto, à construção e à exploração das redes e ramais de distribuição alimentadas com gases combustíveis da terceira família, simplificando o respectivo licenciamento.
- **Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2007/A, de 11 de maio**
Regulamenta o Decreto Legislativo Regional n.º 59/2006/A, de 29 de dezembro, que estabelece o regime jurídico dos apoios financeiros à construção, ampliação, alteração e aquisição de habitação própria permanente na Região Autónoma dos Açores.
- **Decreto-Lei n.º 186/2007, de 10 de maio**
Fixa as condições de construção, certificação e exploração dos aeródromos civis nacionais e estabelece os requisitos operacionais, administrativos, de segurança e de facilitação a aplicar nessas infraestruturas e procede à classificação operacional dos aeródromos civis nacionais para efeitos de ordenamento aeroportuário.
- **Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2007/A, de 23 de março**
Regulamenta o Decreto Legislativo Regional n.º 21/2005/A, de 3 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos apoios à construção de habitação própria e à construção de habitação de custos controlados na Região Autónoma dos Açores.
- **Declaração de Retificação n.º 15/2007, de 19 de fevereiro**
De ter sido retificado o Decreto Legislativo Regional n.º 59/2006/A, que estabelece o regime jurídico dos apoios financeiros à construção, ampliação, alteração e aquisição de habitação própria permanente na Região Autónoma dos Açores, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 249, de 29 de dezembro de 2006.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 59/2006/A, de 29 de dezembro**
Estabelece o regime jurídico dos apoios financeiros à construção, ampliação, alteração e aquisição de habitação própria permanente na Região Autónoma dos Açores.
- **Portaria n.º 1152/2006, de 30 de outubro**
Procede à actualização dos preços de construção da habitação por metro quadrado para efeito de cálculo da renda condicionada – artigo 4.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 329-A/2000, 22 de dezembro.
- **Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto**

Aprova o regime de acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, revogando o Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de maio.

- **Decreto Legislativo Regional n.º 21/2005/A de 3 de agosto**
Estabelece o regime jurídico dos apoios à construção de habitação própria e à construção de habitação de custos controlados na Região Autónoma dos Açores.
- **Portaria n.º 982/2004, de 4 de agosto**
Aprova e dá publicidade aos coeficientes a fixar dentro dos limites estabelecidos no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), bem como aprova e dá publicidade ao custo médio de construção e aos coeficientes de capitalização da renda anual para a determinação do valor patrimonial tributário dos prédios urbanos arrendados com rendas degradadas que sejam transmitidos.
- **Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 12/2004/A, de 23 de julho**
Recomenda ao Governo Regional a adoção de medidas no âmbito do processo de reconstrução das habitações afectadas pelo sismo de 1998.
- **Portaria n.º 15/2004, de 10 de janeiro**
Estabelece as taxas devidas pelos procedimentos administrativos tendentes à emissão, substituição ou revalidação de alvarás e títulos de registo, à emissão de certidões, bem como pelos demais procedimentos previstos no Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro, relativas à atividade da construção.
- **Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro**
Estabelece o regime jurídico de ingresso e permanência na atividade da construção.
- **Decreto Regulamentar Regional n.º 22/2003/M, de 8 de outubro**
Fixa o valor do metro quadrado padrão para efeitos da indústria de construção civil.
- **Decreto-Lei n.º 223/2003, de 20 de setembro**
Adita o artigo 7.º ao Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, que estabelece o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de afluentes.
- **Decreto-Lei n.º 222/2003, de 20 de setembro**
Adita o artigo 6.º ao Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação de água para consumo público.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 17/2003/A, de 7 de abril**
Cria o Conselho Consultivo para a Reconstrução.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 8/2003/A, de 12 de março**
Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 15-A/98/A, de 25 de setembro (estabelece os apoios a conceder aos sinistrados da crise sísmica de 9 de julho de 1998, com vista a promover a reconstrução das habitações afectadas, através da adoção de medidas excepcionais de carácter financeiro).
- **Decreto-Lei n.º 313/2002, de 23 de dezembro**
Estabelece o regime jurídico aplicável à construção, colocação em serviço e exploração das instalações por cabo para transporte de pessoas, transpondo para a ordem jurídica portuguesa a Diretiva n.º 2000/9/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de março.
- **Decreto-Lei n.º 227/2002, de 30 de outubro**

Opera a fusão no Instituto das Estradas de Portugal do Instituto das Estradas de Portugal, do Instituto para a Construção Rodoviária e do Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária, pela transferência para o Instituto das Estradas de Portugal de todas as respetivas atribuições e competências.

- **Declaração de Retificação n.º 27-A/2002, de 28 de agosto**
De ter sido retificada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2002, que aprova a minuta do contrato da concessão, Projeto, construção, aumento do número de vias, financiamento, exploração e conservação de lanços de auto-estrada e conjuntos viários associados designada por concessão SCUT do Grande Porto, a que se referem as alíneas d) do n.º 1 e d) do n.º 2 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 267/97, de 2 de outubro, a celebrar entre o Estado Português e a LUSOScut do grande Porto, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 198, de 28 de agosto de 2002.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2002, de 28 de agosto**
Aprova a minuta do contrato de concessão, Projeto, construção, aumento do número de vias, financiamento, exploração e conservação de lanços de auto-estrada e conjuntos viários associados designada por concessão SCUT do Grande Porto, a que se referem as alíneas d) do n.º 1 e d) do n.º 2 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 267/97, de 2 de outubro, a celebrar entre o Estado Português e a LUSOScut- Auto-Estradas do grande Porto, S. A..
- **Decreto-Lei n.º 189/2002, de 28 de agosto**
Aprova as bases da concessão da concessão, Projeto, construção, aumento do número de vias, financiamento, exploração e conservação de lanços de auto-estrada e conjuntos viários associados designada por concessão SCUT do Grande Porto.
- **Portaria n.º 765/2002, de 1 de julho**
Aprova o Regulamento de Segurança Relativo ao Projeto, Construção, Exploração e Manutenção de Oleodutos de Transporte de Hidrocarbonetos Líquidos e Liquefeitos.
- **Portaria n.º 1270/2001, de 8 de novembro**
Aprova o Regulamento de Segurança Relativo ao Projeto, Construção, exploração e Manutenção de Postos de Enchimento de Gás Natural.
- **Decreto-Lei n.º 234/2001, de 28 de agosto**
Aprova as bases da concessão da concessão, Projeto, construção, financiamento, exploração e conservação de lanços de auto-estrada e conjuntos viários associados, designada com Concessão SCUT Norte Litoral.
- **Portaria n.º 690/2001, de 10 de julho**
Altera as Portarias n.ºs 386/94, de 16 de junho (Regulamento Técnico Relativo ao Projeto, Construção, Exploração e Manutenção de Redes de Distribuição e Gases Combustíveis), 316/98 de 26 de junho (Regulamento Técnico Relativo ao Projeto, Construção, Exploração e Manutenção das Instalações de Gás Combustível Canalizado em Edifícios) e 362/2000 de 20 de junho (Procedimentos Relativos às Inspeções e à Manutenção das Redes e Ramais de Distribuição e Instalações de Gás).
- **Portaria n.º 670/2001, de 4 de julho**
Adopta, como Regulamento Técnico Relativo ao Projeto, Construção, Exploração e Manutenção do Terminal, a norma EN 1473.
- **Portaria n.º 451/2001, de 5 de maio**
Aprova o Regulamento de Segurança Relativo à Construção, Exploração e Manutenção dos Parques de Garrafas de Gases de Petróleo Liquefeitos (GPL).

- **Decreto-Lei n.º 142-A/2001, de 24 de abril**
Atribui à Sociedade LUSOS CUT – Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta, S.A., a concessão da conceção, Projeto, construção, financiamento, exploração e conservação de lanços de auto-estradas e conjuntos viários associados, designados por Beira Litoral/Beira Alta, a que se refere a alínea f) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 267/97, de 2 de outubro.
- **Decreto-Lei n.º 115/2001, de 7 de abril**
Simplifica os procedimentos de alteração a planos municipais de ordenamento do território e alvarás de loteamento urbano no âmbito da execução e concretização dos programas de realojamento regulados pelo Decreto-Lei n.º 226/87, de 6 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 163/93 de 7 de maio (Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto), bem como dos programas de construção de habitação a custos controlados destinado a arrendamento.
- **Decreto-Lei n.º 7/2000, de 3 de fevereiro**
Estabelece os princípios a que deve obedecer o Projeto, a construção, a exploração e a manutenção do sistema de abastecimento de gás natural, alterando a redação do Decreto-Lei n.º 232/90 de 16 de julho.
- **Decreto-Lei n.º 521/99, de 10 de dezembro**
Estabelece as normas a que ficam sujeitos os Projetos de instalações de gás a incluir nos Projetos de construção, ampliação ou reconstrução de edifícios, bem como o regime aplicável à execução da inspeção das instalações.
- **Decreto-Lei n.º 281/99, de 26 de julho**
Estabelece a disciplina aplicável à exigência de apresentação perante o notário de licença de construção ou de utilização na celebração de atos de transmissão da propriedade de prédios urbanos.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 30/98/M, de 29 de dezembro**
Altera o artigo 16.º do Decreto Legislativo Regional n.º 18/98/M, de 26 de agosto (cria um programa de construção de habitações económicas, a afetar à venda ou ao arrendamento social, gozando os particulares promotores de um conjunto de apoios públicos).
- **Portaria n.º 361/98, de 26 de junho**
Aprova o Regulamento Técnico Relativo ao Projeto, Construção, Exploração e Manutenção das Instalações de Gás Combustível Canalizado em Edifícios. Revoga a Portaria n.º 364/94 de 11 de junho.
- **Portaria n.º 500/97, de 21 de julho**
Estabelece disposições sobre os parâmetros de área e de custos de construção, os valores máximos de venda e os conceitos a que devem obedecer as habitações a custos controlados. Revoga a Portaria n.º 828/88 de 29 de dezembro.
- **Decreto-Lei n.º 124/97, de 23 de maio**
Estabelece as disposições respeitantes à aprovação dos regulamentos de segurança das instalações de armazenagem de gases de petróleo liquefeitos (GLP) com capacidade até 200 m³ por recipiente e os relativos à construção e manutenção dos parques de garrafas de GLP, bem como a instalação de aparelhos a gás com potências elevadas.
- **Portaria n.º 1457/95, de 12 de dezembro**
Aprova as Medidas de Segurança contra riscos de incêndio aplicáveis na construção, instalação e funcionamento dos empreendimentos turísticos.

- **Decreto-Lei n.º 63/95, de 7 de agosto**
Altera o Decreto-Lei n.º 164/93 de 7 de maio (estabelece o Programa de Construção de Habitações Económicas).
- **Portaria n.º 704-B/94, de 29 de julho**
Aprova o programa de concurso tipo e o caderno de encargos tipo a adotar pelo Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) nos concursos públicos a lançar no âmbito do Programa de Construção de Habitações Económicas.
- **Portaria n.º 390/94, de 17 de junho**
Aprova o Regulamento Técnico Relativo ao Projeto, Construção, Exploração e Manutenção de Gasodutos de Transporte de Gases Combustíveis. Revoga a Portaria n.º 695/90, de 20 de Agosto.
- **Decreto-Lei n.º 272/93, de 4 de agosto**
Estabelece medidas relativas aos programas de realojamento e de construção de habitações económicas.
- **Decreto-Lei n.º 113/93, de 10 de abril**
Transpõe para o direito interno a Diretiva do conselho n.º 89/106/CEE, de 21 de dezembro de 1988, relativa aos produtos de construção, tendo em vista a aproximação das disposições legislativas dos Estados membros.
- **Portaria n.º 1196/92, de 22 de dezembro**
Estabelece os requisitos técnicos e de segurança aos quais devem obedecer a construção e a instalação de novas escadas mecânicas e tapetes rolantes.
- **Decreto Regulamentar n.º 32/92, de 28 de novembro**
Altera o Decreto Regulamentar n.º 11/92, de 16 de maio (institui a obrigatoriedade de celebração de um contrato de seguro para os técnicos autores de Projetos e industriais de construção civil no âmbito do licenciamento municipal de obras particulares).
- **Portaria n.º 736/92, de 22 de julho**
Fixa o montante capital obrigatoriamente seguro, nos contratos a celebrar pelos autores de Projetos e industriais de construção civil, no processo de licenciatura municipal de obras particulares. Revogado pela Portaria n.º 245/93.
- **Decreto Regulamentar n.º 11/92, de 16 de maio**
Institui a obrigatoriedade de celebração de um contrato de seguro para os técnicos autores de Projetos e industriais de construção civil no âmbito do licenciamento municipal de obras particulares.
- **Decreto-Lei n.º 315/91, de 20 de agosto**
Aprova as novas bases da concessão da construção, conservação e exploração das auto-estradas, outorgada à BRISA – Auto-Estradas de Portugal, S.A..
- **Decreto-Lei n.º 286/91, de 9 de agosto**
Estabelece normas para a construção, verificação e funcionamento dos aparelhos de elevação e movimentação. Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 84/528/CEE, de 17 de setembro de 1984.
- **Decreto-Lei n.º 33/91, de 16 de janeiro**
Aprova as bases de concessão, em regime de serviço público, e construção das respetivas infraestruturas, de redes de distribuição de gás natural.
- **Decreto-Lei n.º 382/90, de 10 de dezembro**

Alteração do Decreto-Lei n.º 19/90 de 11 de janeiro, sobre caducidade de licenças municipais de obras de construção civil.

- **Portaria n.º 572/88, de 20 de agosto**
Fixa o regime de correspondência dos valores das obras com os das classes de alvarás de empreiteiro de obras públicas e de industrial de construção civil, referentes ao ano civil em curso.
- **Decreto-Lei n.º 335/86, de 2 de outubro**
Autoriza os estabelecimentos de abate de aves a proceder à construção de dependências anexas destinadas ao abate de coelhos.
- **Portaria n.º 237/85, de 5 de julho**
Características técnicas da habitação social relativas à conceção, Projeto e qualidade da construção.
- **Decreto-Lei n.º 271/84, de 6 de agosto**
Estabelece as disposições relativas à construção de instalações destinadas a boites, discotecas e certos espetáculos ao ar livre e outras atividades similares, na perspectiva de controle de poluição sonora.
- **Portaria n.º 784/81, de 10 de setembro**
Altera a Portaria 13 038, de 9 de janeiro, que estabelece a obrigatoriedade de construção de passagens superiores nos caminhos de ferro.
- **Decreto-Lei n.º 90/77, de 9 de março**
Dá nova redação aos artigos 3.º, 4.º, 5.º, 6.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 804/76 de 6 de novembro (áreas de construção clandestina).
- **Decreto-Lei n.º 804/76, 6 de novembro**
Determina as medidas a aplicar na construção clandestina, bem como nas operações de loteamento clandestino.
- **Decreto-Lei n.º 41 821, de 11 de agosto de 1958**
Regulamento de segurança no trabalho da construção civil.
- **Decreto-Lei n.º 41 820, de 11 de agosto de 1958**
Regulamento de segurança no trabalho da construção civil.

CONTRATOS PÚBLICOS

- **Decreto-Lei n.º 170/2019, de 04 de dezembro**
Procede à décima primeira alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao [Decreto-Lei n.º 18/2008](#), de 29 de janeiro, e à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 111/2012](#), de 23 de maio
- **Portaria n.º 371/2017, de 14 de dezembro**
Estabelece os modelos de anúncio aplicáveis aos procedimentos pré-contratuais previstos no Código dos Contratos Públicos
- **Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro**
Define as regras e os termos de apresentação dos documentos de habilitação do adjudicatário no âmbito de procedimentos de formação de contratos públicos

- **[Despacho normativo n.º 9/2014](#)**
Prazo de garantia das obras públicas – definição de conceitos
- **[Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro](#)**
Aprova o regime jurídico dos contratos públicos na Região Autónoma dos Açores
- **[Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto](#)**
Regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública e transpõe o artigo 29.º da Diretiva [2014/23/UE](#), o artigo 22.º e o anexo IV da Diretiva [2014/24/UE](#) e o artigo 40.º e o anexo V da Diretiva [2014/25/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, revogando o [Decreto-Lei n.º 143-A/2008](#), de 25 de julho
- **[Portaria n.º 85/2013, de 27 de fevereiro](#)**
Primeira alteração à [Portaria 701-F/2008](#), de 29 de julho que regula a constituição, funcionamento e gestão do portal único da Internet dedicado aos contratos públicos (Portal dos Contratos Públicos)
- **[Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto](#)**
Estabelece um regime excecional e temporário, que vigorará até 1 de julho de 2016, da liberação das cauções prestadas para garantia da execução de contratos de empreitada de obras públicas e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que deles decorrem para o empreiteiro
- **[Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho](#)**
Procede à sétima alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao [Decreto-Lei n.º 18/2008](#), de 29 de janeiro
- **[Decreto-Lei n.º 40/2011, de 22 de março de 2011](#)**
Estabelece o regime da autorização da despesa inerente aos contratos públicos a celebrar pelo Estado, institutos públicos, autarquias locais, fundações públicas, associações públicas e empresas públicas.
- **[Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro](#)**
Introduz o mecanismo do anúncio voluntário de transparência, modifica o regime da invalidade de atos procedimentais de formação de contratos administrativos, clarifica a aplicação de regras do Código dos Contratos Públicos, procede à quinta alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e transpõe a Diretiva n.º 2007/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro, que altera as Diretivas n.ºs 89/665/CEE, do Conselho, de 21 de dezembro, e 92/13/CEE, do Conselho, de 25 de fevereiro, no que diz respeito à melhoria da eficácia do recurso em matéria de adjudicação de contratos públicos.
- **[Resolução da Assembleia da República n.º 52/2010, de 7 de junho](#)**
Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 29/2010, de 1 de abril (prorroga até 31 de dezembro de 2010 a aplicação das medidas excepcionais de contratação pública, permitindo a adoção do procedimento de ajuste directo para a celebração de contratos de empreitada de obras públicas, de locação ou aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços, no âmbito da prossecução do objeto da Parque Escolar, E. P. E., alterando o Decreto-Lei n.º 34/2009, de 6 de fevereiro).
- **[Decreto-Lei n.º 25/2010, de 29 de março](#)**
Prorroga, até 31 de dezembro de 2010, a vigência do regime excepcional criado pelo Decreto-Lei n.º 48/2008, de 13 de março, para a contratação de empreitadas de obras públicas e a aquisição ou locação de bens e

serviços destinados à instalação das Unidades de Saúde Familiar, bem como à instalação ou requalificação dos serviços de saúde integrados na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

- **Resolução da Assembleia da República n.º 17/2010, de 1 de março**
Transparência nos contratos públicos.
- **Portaria n.º 1265/2009, de 16 de outubro**
Primeira alteração à Portaria n.º 701-B/2008, de 29 de julho, que nomeia a comissão de acompanhamento do Código dos Contratos Públicos e fixa a sua composição.
- **Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro**
Procede à segunda alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com vista a garantir a flexibilidade da sua aplicação às atividades de investigação e desenvolvimento em instituições científicas e de ensino superior.
- **Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro**
Altera o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos, prorrogando até 31 de outubro de 2009 a possibilidade de os documentos que constituem a proposta ou a candidatura poderem ser apresentados em suporte papel.
- **Portaria n.º 959/2009, de 21 de agosto**
Aprova o formulário de caderno de encargos relativo aos contratos e empreitadas de obras públicas e revoga a [Portaria n.º 104/2001](#), de 21 de Fevereiro.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009/A, de 6 de agosto**
Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de julho, que aprova as regras especiais da contratação pública na Região Autónoma dos Açores.
- **Deliberação n.º 1377/2009, de 14 de maio**
Deliberações do Conselho de Prevenção da Corrupção no âmbito da alteração do Código dos Contratos Públicos operada pelo Decreto-Lei n.º 34/2009, de 6 de Fevereiro.
- **Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de outubro**
Aprova o regime jurídico aplicável à constituição, estrutura orgânica e funcionamento das centrais de compras.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto**
Adapta à Região Autónoma da Madeira o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.
- **Portaria n.º 701-J/2008, de 29 de julho**
Define o regime de acompanhamento e fiscalização da execução dos Projetos de investigação e desenvolvimento e cria a respectiva comissão.
- **Portaria n.º 701-I/2008, de 29 de julho**
Constitui e define as regras de funcionamento do sistema de informação designado por Observatório das Obras Públicas.
- **Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho**

Aprova o conteúdo obrigatório do programa e do Projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de Projetos de obras públicas, designados «Instruções para a elaboração de Projetos de obras», e a classificação de obras por categorias.

- **Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho**
Define os requisitos e condições a que deve obedecer a utilização de plataformas electrónicas pelas entidades adjudicantes, na fase de formação dos contratos públicos, e estabelece as regras de funcionamento daquelas plataformas.
- **Portaria n.º 701-F/2008, de 29 de julho**
Regula a constituição, funcionamento e gestão do portal único da Internet dedicado aos contratos públicos (Portal dos Contratos Públicos).
- **Portaria n.º 701-E/2008, de 29 de julho**
Aprova os modelos do bloco técnico de dados, do relatório de formação do contrato, do relatório anual, do relatório de execução do contrato, do relatório de contratação e do relatório final de obra.
- **Portaria n.º 701-D/2008, de 29 de julho**
Aprova o modelo de dados estatísticos.
- **Portaria n.º 701-C/2008, de 29 de julho**
Publica a actualização dos limiares comunitários.
- **Portaria n.º 701-B/2008, de 29 de julho**
Nomeia a comissão de acompanhamento do Código dos Contratos Públicos e fixa a sua composição.
- **Portaria n.º 701-A/2008, de 29 de julho**
Estabelece os modelos de anúncio de procedimentos pré-contratuais previstos no Código dos Contratos Públicos a publicitar no Diário da República.
- **Decreto-Lei n.º 143-A/2008, de 25 de julho**
Estabelece os termos a que deve obedecer a apresentação e recepção de propostas, candidaturas e soluções no âmbito do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.
- **Decreto-Lei n.º 85/2008, de 27 de maio**
Determina a aplicação do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, ao procedimento tendente à celebração do contrato de concessão, em regime de parceria público-privada, para a implementação da rede ferroviária de alta velocidade em Portugal, referente ao troço Poceirão-Caia, que integra o eixo Lisboa-Madrid.
- **Decreto-Lei n.º 317-A/2007, de 21 de setembro**
Estabelece um regime especial de procedimento para a aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas no âmbito da reforma consular.
- **Decreto-Lei n.º 141/2006, de 27 de julho**
Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 86/2003, de 26 de abril, revendo o regime jurídico aplicável à intervenção do Estado na definição, concessão, preparação, concurso, adjudicação, alteração, fiscalização e acompanhamento global de parcerias público-privadas.
- **Portaria n.º 1075/2005, de 19 de outubro**

Altera a Portaria n.º 104/2001, de 21 de fevereiro, que aprova os programas de concurso tipo, os cadernos de encargos tipo, respetivos anexos e memorandos, para serem adoptados nas empreitadas de obras públicas por preço global ou por série de preços e com Projetos do dono da obra e nas empreitadas de obra públicas por percentagem.

➤ **Decreto-Lei n.º 43/2005, de 22 de fevereiro**

Altera o Decreto-Lei n.º 245/2003, de 7 de outubro, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2001/78/CE, da Comissão, de 13 de setembro, alterando os anexos relativos aos modelos dos concursos para os contratos relativos à adjudicação de empreitadas de obras públicas, constantes do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março, os anexos relativos aos modelos dos concursos para a aquisição de bens móveis e serviços, constantes do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e os anexos relativos aos modelos dos concursos para a celebração de contratos nos sectores da água, energia, transportes e telecomunicações, constantes do Decreto-Lei n.º 223/2001, de 9 de Agosto.

➤ **Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro**

Primeira alteração à Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro, que aprova o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, primeira alteração à Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro, que aprova o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, e primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 134/98, de 15 de maio, que aprova o regime jurídico do recurso contencioso dos atos administrativos relativos à formação dos contratos de empreitada de obras públicas, de prestação de serviços e de fornecimento de bens.

➤ **Portaria n.º 949/99, de 28 de outubro**

Aprova os modelos de documentos de contratação pública.

➤ **Portaria n.º 504/95, de 26 de maio**

Determina que seja comunicado aos concorrentes preteridos nas empreitadas e fornecimentos de obras públicas a respectiva preterição devidamente fundamentada.

➤ **Decreto-Lei n.º 211/79, de 12 de julho**

Define despesas a efectuar com obras e aquisição de bens e serviços para os organismos do Estado.

D

DEPÓSITO DE MINERAIS

➤ **Decreto-Lei n.º 317/2003, de 20 de dezembro**

Prorroga por seis meses o prazo previsto no Decreto-Lei n.º 112/2003, de 4 de junho, aplicável ao regime jurídico de pesquisa e exploração de massas minerais.

➤ **Decreto-Lei n.º 112/2003, de 4 de junho**

Prorroga por seis meses o prazo previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 63.º do Decreto-Lei n.º 270/2001 de 6 de outubro, que provou o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais-pedreiras.

➤ **Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março**

Aprova o Regulamento de depósito de Minerais.

DIREITO CIVIL

➤ **Decreto-Lei n.º 99/2010, de 2 de setembro**

Altera o Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro, e legislação conexas.

- **Portaria n.º 1256/2009, de 14 de outubro**
Regulamenta a disponibilização de modelos de Projetos de fusão e de cisão e altera o Regulamento do Registo Comercial e a Portaria n.º 1416-A/2006, de 19 de dezembro.
- **Portaria n.º 1109/2009, de 25 de setembro**
Determina o suporte informático para os atos e processos de registo civil e regulamenta a reconstituição de atos e processos de registo.
- **Lei n.º 103/2009, de 11 de setembro**
Aprova o regime jurídico do apadrinhamento civil, procedendo à alteração do Código do Registo Civil, do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais e do Código Civil.
- **Portaria n.º 547/2009, de 25 de maio**
Regulamenta os procedimentos para operações especiais de registos.
- **Decreto-Lei n.º 122/2009, de 21 de maio**
Simplifica as comunicações dos cidadãos e das empresas ao Estado, procedendo à 20.ª alteração ao Código do Registo Predial, à alteração do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, à 31.ª alteração ao Código do Registo Comercial, à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, à 9.ª alteração ao regime do Registo Nacional de Pessoas Colectivas, à 20.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro, à 20.ª alteração ao Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado, à 5.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 8-B/2002, de 15 de janeiro, à 1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 129/2007, de 27 de abril, à 1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2007, de 27 de abril, à 1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 263-A/2007, de 23 de julho, à 1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 20/2008, de 31 de janeiro, e à 9.ª alteração ao Decreto Regulamentar n.º 55/80, de 8 de outubro.
- **Lei n.º 19/2009, de 12 de maio**
Altera o Código das Sociedades Comerciais e o Código do Registo Comercial, transpondo para a ordem jurídica interna as Diretivas n.ºs 2005/56/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro, relativa às fusões transfronteiriças das sociedades de responsabilidade limitada, e 2007/63/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de novembro, que altera as Diretivas n.ºs 78/855/CEE e 82/891/CEE, do Conselho, no que respeita à exigência de um relatório de peritos independentes aquando da fusão ou da cisão de sociedades anónimas, e estabelece o regime aplicável à participação dos trabalhadores na sociedade resultante da fusão.
- **Portaria n.º 1536/2008, de 30 de dezembro**
Altera a Portaria n.º 99/2008, de 31 de janeiro, que regulamenta a promoção online de atos de registo de veículos, a certidão online de registo de veículos, a promoção de atos de registo de veículos pelo vendedor que tenha por atividade principal a compra de veículo para revenda, a promoção de atos de registo de veículos pelo vendedor que proceda com carácter de regularidade à transmissão da propriedade de veículos e a promoção online do registo da penhora de veículos.
- **Portaria n.º 1535/2008, de 30 de dezembro**
Regulamenta o depósito electrónico de documentos particulares autenticados e o pedido online de atos de registo predial.
- **Portaria n.º 1534/2008, de 30 de dezembro**

Atribui competência aos serviços de registo onde funcione um posto de atendimento do balcão único «casa pronta» para a realização do procedimento especial de aquisição, oneração e registo imediato de imóveis.

- **Decreto-Lei n.º 247-B/2008, de 30 de dezembro**
Cria e regula o cartão da empresa e o Sistema de Informação da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas (SI) e adopta medidas de simplificação no âmbito dos regimes do Registo Nacional de Pessoas Colectivas (RNPC), do Código do Registo Comercial, dos procedimentos simplificados de sucessão hereditária e divórcio com partilha, do regime especial de constituição imediata de sociedades («empresa na hora») e do regime especial de constituição online de sociedades comerciais e civis sob forma comercial («empresa on-line»), do regime especial de constituição imediata de associações («associação na hora») e do regime especial de criação de representações permanentes em Portugal de entidades estrangeiras («sucursal na hora»).
- **Portaria n.º 1513/2008, de 23 de dezembro**
Regula a certidão permanente do registo predial.
- **Lei n.º 43/2008, de 27 de agosto**
Primeira alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro, que «[n]o uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 26/2007, de 23 de julho, aprova o Regulamento das Custas Processuais, procedendo à revogação do Código das Custas Judiciais e a alterações ao Código de Processo Civil, ao Código de Processo Penal, ao Código de Procedimento e de Processo Tributário, ao Código do Registo Comercial, ao Código do Registo Civil, ao Decreto-Lei n.º 269/98, de 1 de setembro, à Lei n.º 115/99, de 3 de agosto, e aos Decretos-Leis n.os 75/2000, de 9 de maio, 35 781, de 5 de agosto de 1946, e 108/2006, de 8 de junho».
- **Declaração de Retificação n.º 47/2008, de 25 de agosto**
Retifica o Decreto-Lei n.º 116/2008, de 4 de julho, do Ministério da Justiça, que adopta medidas de simplificação, desmaterialização e eliminação de atos e procedimentos no âmbito do registo predial e atos conexos, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 128, de 4 de julho de 2008.
- **Lei n.º 39/2008, de 11 de agosto**
Primeira alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei n.º 20/2008, de 31 de janeiro, que simplifica o regime do registo de veículos e procede à nona alteração ao Decreto-Lei n.º 54/75, de 12 de fevereiro, à sétima alteração ao Regulamento do Registo de Automóveis, aprovado pelo Decreto n.º 55/75, de 12 de fevereiro, à décima sexta alteração ao Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 178-A/2005, de 28 de outubro.
- **Declaração de Retificação n.º 107/2007, de 27 de novembro**
Retifica o Decreto-Lei n.º 324/2007, de 28 de setembro, que altera o Código do Registo Civil, o Código Civil, o Decreto-Lei n.º 519-F2/79, de 29 de dezembro, o Código do Notariado, o Decreto-Lei n.º 272/2001, de 13 de outubro, o Decreto-Lei n.º 236/2001, de 30 de agosto, e o Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado.
- **Decreto-Lei n.º 303/2007, de 24 de agosto**
No uso de autorização legislativa concedida pela Lei n.º 6/2007, de 2 de fevereiro, altera o Código de Processo Civil, procedendo à revisão do regime de recursos e de conflitos em processo civil e adaptando-o à prática de atos processuais por via electrónica; introduz ainda alterações à Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, e aos Decretos-Leis n.os 269/98, de 1 de setembro, e 423/91, de 30 de outubro.
- **Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de dezembro**

Aprova o Regulamento da Nacionalidade Portuguesa e introduz alterações no Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro.

- **Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março**
Actualiza e flexibiliza os modelos de governo das sociedades anónimas, adopta medidas de simplificação e eliminação de atos e procedimentos notariais e registrais e aprova o novo regime jurídico da dissolução e da liquidação de entidades comerciais.
- **Lei n.º 51/2004, de 29 de outubro**
Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de fevereiro, que, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 49/2003, de 22 de agosto, aprova o Estatuto do Notariado.
- **Portaria n.º 1269/2004, de 6 de outubro**
Altera o Regulamento do Registo Comercial no que se refere às menções especiais das inscrições relativas a decisões judiciais proferidas durante o processo de insolvência e das menções especiais dos averbamentos às inscrições resultantes de decisões judiciais e outros atos que tenham lugar no decurso do processo de insolvência.
- **Decreto-Lei n.º 202/2003, de 10 de setembro**
Regula o regime das comunicações por meios telemáticos entre as secretarias judiciais e os solicitadores de execução previsto no Código de Processo Civil.
- **Decreto-Lei n.º 201/2003, de 10 de setembro**
Regula o registo informático de execuções previsto no Código de Processo Civil.
- **Decreto-Lei n.º 200/2003, de 10 de setembro**
Aprova o modelo de requerimento executivo previsto no Código de Processo Civil e prevê as respetivas formas de entrega.
- **Decreto-Lei n.º 199/2003, de 10 de setembro**
Altera o Código de Processo Civil, o Código Civil e o regime transitório previsto no Decreto-Lei n.º 38/2003 de 8 de março.
- **Lei n.º 49/2003, de 22 de agosto**
Autoriza o Governo a aprovar o novo regime jurídico do notariado e a criar a Ordem dos Notários.
- **Declaração de Retificação n.º 5-C/2003, de 30 de abril**
De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 38/2003, do Ministério da Justiça, que, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 23/2002, de 21 de agosto, altera o Código do Processo Civil, o Código Civil, o Código do Registo Predial, o Código dos Processos Especiais d Recuperação de Empresas e de Falência, o Código de Procedimento e de Processo Tributário, o Código de Processo do Trabalho, o Código dos Valores Mobiliários e legislação conexa, alterando o regime jurídico da ação executiva, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 57, de 8 de março de 2003.
- **Decreto-Lei n.º 281/99, de 26 de julho**
Estabelece a disciplina aplicável à exigência de apresentação perante o notário de licença de construção ou de utilização na celebração de atos de transmissão da propriedade de prédios urbanos.

➤ **Lei n.º 46/2011, de 24 de junho**

Cria o tribunal de competência especializada para propriedade intelectual e o tribunal de competência especializada para a concorrência, regulação e supervisão e procede à 15.ª alteração à Lei n.º 3/99, de 13 de janeiro, que aprova a Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, à 4.ª alteração à Lei n.º 18/2003, de 11 de junho, que aprova o Regime Jurídico da Concorrência, à 5.ª alteração à Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, que aprova a Lei das Comunicações Electrónicas, à 2.ª alteração à Lei n.º 25/2008, de 5 de junho, que estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo, à 7.ª alteração à Lei n.º 52/2008, de 28 de agosto, que aprova a Lei de Organização e Financiamento dos Tribunais Judiciais, à 1.ª alteração à Lei n.º 99/2009, de 4 de setembro, que aprova o regime quadro das ordenações do sector das comunicações, à 23.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, que aprova o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, à 15.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de abril, que regula as condições de acesso e de exercício da atividade seguradora e resseguradora no território da Comunidade Europeia, ao Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro, ao Código de Propriedade Industrial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36/2003, de 5 de março, à 2.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 95/2006, de 29 de maio, que estabelece o regime jurídico aplicável aos contratos à distância relativos a serviços financeiros celebrados com consumidores, e à 2.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2002/92/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de dezembro.

➤ **Lei n.º 16/2008, de 1 de abril**

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2004/48/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, relativa ao respeito dos direitos de propriedade intelectual, procedendo à terceira alteração ao Código da Propriedade Industrial, à sétima alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 332/97, de 27 de novembro.

➤ **Lei n.º 24/2006, de 30 de junho**

Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2001/84/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de setembro, relativa ao direito de sequência em benefício do autor de uma obra de arte original que seja objeto de alienações sucessivas no mercado de arte, após a sua alienação inicial pelo seu autor, e altera o Decreto-Lei n.º 332/97, de 27 de novembro.

➤ **Decreto-Lei n.º 30/2005, de 10 de fevereiro**

Aprova a tabela de taxas emolumentares devidas pelo registo de obras literárias e artísticas e o respectivo regulamento.

➤ **Lei n.º 50/2004, de 24 de agosto**

Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2001/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio, relativa à harmonização de certos aspectos do direito de autor e dos direitos conexos na sociedade de informação (quinta alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos e primeira alteração à Lei n.º 62/98, de 1 de setembro).

➤ **Acórdão n.º 616/2003, de 13 de março**

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas do artigo 3.º, n.ºs 1 e 2, da lei n.º 62/98, de 1 de setembro (diploma que regula o disposto no artigo 82.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos), limitando os efeitos da inconstitucionalidade.

➤ **Lei n.º 83/2001, de 3 de agosto**

Regula a constituição, organização funcionamento e atribuições das entidades de gestão colectiva do Direito de Autor e dos Direitos Conexos.

- **Diretiva n.º 2001/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio**
Relativa à harmonização de certos aspectos do direito de autor e dos direitos conexos na sociedade da informação.
Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º93/98/CEE, do Conselho, de 29 de outubro, relativa à harmonização do prazo de direitos de autor e de certos direitos conexos.
- **Decreto-Lei n.º 333/97, de 27 de novembro**
Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º93/83/CEE, do Conselho, de 27 de setembro de 1993, relativa à coordenação de determinadas disposições em matéria de direito de autor e de direitos conexos aplicáveis à radiodifusão por satélite e à retransmissão por cabo.
- **Lei n.º 114/91, de 3 de setembro**
Altera o Código do Direito de Autor e Direitos Conexos.
- **Lei n.º 45/85, de 17 de setembro**
Alteração do Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março e Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos.
- **Resolução da Assembleia da República n.º 16/85, de 18 de junho**
Suspensão de alguns artigos do Código de Direitos de Autor.

E

EDUCAÇÃO

- **Portaria n.º 306/2020, de 29 de dezembro**
Aprova, em anexo a esta portaria e que dela faz parte integrante, a lista de substâncias e métodos proibidos a partir de 1 de janeiro de 2021.

ELETRICIDADE

- **Declaração de Retificação n.º 5/2020, de 10 de fevereiro**
Retifica a Portaria n.º 15/2020, de 23 de janeiro, que fixa os valores das taxas devidas no âmbito dos procedimentos administrativos relativos às atividades de produção e comercialização de eletricidade, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 16, de 23 de janeiro de 2020
- **Portaria n.º 15/2020, de 23 de janeiro**
Fixa os valores das taxas devidas no âmbito dos procedimentos administrativos relativos às atividades de produção e comercialização de eletricidade
- **Decreto Legislativo Regional n.º 29/2019/ A, de 27 de novembro**
Estabelece o regime jurídico de licenciamento a que estão sujeitas as instalações elétricas de serviço particular na Região Autónoma dos Açores
- **Regulamento n.º 584/2019, de 4 de novembro**
Aprova o Regulamento da Mobilidade Elétrica.
- **Decreto Regulamentar Regional n.º8/209/M, de 31 de outubro**
Aprova o Regulamento da Rede de Transporte e de Distribuição de Energia Elétrica da Região Autónoma da Madeira

- **Declaração de Retificação n.º 36/2019, de 30 de julho**
Retifica o [Decreto-Lei n.º 76/2019](#), de 3 de junho, do Ambiente e Transição Energética, que altera o regime jurídico aplicável ao exercício das atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de eletricidade e à organização dos mercados de eletricidade, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 106, de 3 de junho de 2019
- **Diretiva n.º 13/2019, de 18 de julho**
Termos e condições do mecanismo de aquisição a prazo de energia elétrica por parte de comercializador de último recurso
- **Decreto Legislativo Regional n.º 4/2019/M, de 01 de julho**
Adapta o [Decreto-Lei n.º 96/2017](#), de 10 de agosto, alterado pela [Lei n.º 61/2018](#), de 21 de agosto, estabelece a disciplina das instalações elétricas de serviço particular alimentadas pela rede elétrica de serviço público (RESP) da Região Autónoma da Madeira (RAM), em média, alta ou em baixa tensão, e das instalações com produção própria, de caráter temporário ou itinerante, de segurança ou de socorro, e define o sistema de controlo, supervisão e regulação das atividades a elas associadas
- **Decreto-Lei n.º 76/2019, de 3 de junho**
Altera o regime jurídico aplicável ao exercício das atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de eletricidade e à organização dos mercados de eletricidade
- **Lei n.º 5/2019, de 11 de janeiro**
Regime de cumprimento do dever de informação do comercializador de energia ao consumidor
- **Diretiva n.º 16/2018, de 13 de dezembro**
Rotulagem de energia elétrica
- **Aviso n.º 11948/2018, de 22 de agosto**
Projeto de regulamento relativo à segurança e à integridade das redes e serviços de comunicações eletrónicas
- **Lei n.º 61/2018, de 21 de agosto**
Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao [Decreto-Lei n.º 96/2017](#), de 10 de agosto, que estabelece o regime das instalações elétricas particulares
- **Lei n.º 20/2018, de 045 de maio**
Reforça as regras de proteção contra a exposição aos campos eletromagnéticos, procedendo à primeira alteração à [Lei n.º 30/2010](#), de 2 de setembro
- **Diretiva n.º 8/2018, de 30 de abril**
Fornecimento de energia elétrica a instalações eventuais
- **Despacho n.º 3306/2018, de 03 de abril**
Regulamento que estabelece os requisitos transitórios a aplicar na ligação de geradores de eletricidade à rede elétrica de serviço público (RESP) de geradores PV e CPV
- **Diretiva n.º 2/2018, de 04 de janeiro**
Tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços em 2018
- **Regulamento n.º 623/2017, de 21 de dezembro**
Primeira Alteração ao Regulamento de Relações Comerciais do Setor Elétrico

- **Regulamento n.º 629/2017, de 20 de dezembro**
Aprova o Regulamento da Qualidade de Serviço do Setor Elétrico e do Setor do Gás Natural
- **Regulamento n.º 621/2017, de 18 de dezembro**
Primeira Alteração ao Regulamento de Operação das Redes do Setor Elétrico
- **Regulamento n.º 620/2017, de 18 de dezembro**
Primeira alteração ao Regulamento de Acesso às Redes e às Interligações do Setor Elétrico.
- **Declaração de Retificação n.º 33/2017, de 9 de outubro**
Retifica o Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10 de agosto, da Economia, que estabelece o regime das instalações elétricas particulares, publicado no Diário da República, n.º 154, 1.ª série, de 10 de agosto de 2017
- **Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10 de agosto**
Estabelece o regime das instalações elétricas particulares
- **Lei n.º 31/2017, de 31 de maio**
Aprova os princípios e regras gerais relativos à organização dos procedimentos de concurso público para atribuição, por contrato, de concessões destinadas ao exercício em exclusivo da exploração das redes municipais de distribuição de eletricidade de baixa tensão
- **Resolução da Assembleia da República n.º 210/2016, de 28 de outubro**
Recomenda ao Governo a regulamentação da Lei n.º 30/2010, de 2 de setembro, sobre a proteção contra exposição aos campos elétricos e magnéticos derivados de linhas, de instalações e de equipamentos elétricos
- **Portaria n.º 231/2016, de 29 de agosto**
Estabelece a cobertura, as condições e o capital mínimo do seguro obrigatório de responsabilidade civil por danos causados no exercício das atividades de comercialização de eletricidade para a mobilidade elétrica e de operação de pontos de carregamento para a mobilidade elétrica, e revoga a Portaria n.º 173/2011, de 28 de abril
- **Portaria n.º 173/2016, de 21 de junho**
Estabelece os termos e condições para a atribuição de potência de injeção de energia elétrica em determinado ponto da RESP aplicáveis no âmbito da modalidade especial do regime de remuneração da produção em cogeração titulado por licença
- **Diretiva n.º 7/2016, de 11 de março**
Normas complementares do setor elétrico
- **Diretiva n.º 6/2016, de 08 de março**
Registo e comunicação de transações de energia elétrica por agentes de mercado em regimes remuneratórios específicos
- **Regulamento n.º 879/2015, de 22 de dezembro**
Regulamento da Mobilidade Elétrica
- **Portaria n.º 325/2015, de 02 de outubro**
Segunda alteração à Portaria n.º 662/96, de 14 de novembro, que define as regras relativas à seleção e reconhecimento da entidade nacional inspetora de instalações elétricas (ANIIE)

- **Decreto-Lei n.º 178/2015, de 27 de agosto**
Procede à sexta alteração ao [Decreto-Lei n.º 29/2006](#), de 15 de fevereiro, que estabelece regras comuns para o mercado interno de eletricidade
- **Portaria n.º 252/2015, de 19 de agosto**
Procede à alteração da [Portaria n.º 949-A/2006](#), de 11 de setembro, que aprovou as Regras Técnicas das Instalações Elétricas de Baixa Tensão (RTIEBT), nos termos previstos no artigo 2.º do [Decreto-Lei n.º 226/2005](#), de 28 de dezembro, por aditamento da secção 722 à parte 7 das RTIEBT - Regras Técnicas das Instalações Elétricas de Baixa Tensão
- **Portaria n.º 241/2015, de 12 de agosto**
Estabelece os requisitos técnicos a que fica sujeita a atribuição de licença para o exercício da atividade de operação de pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica
- **Portaria n.º 225/2015, de 30 de julho**
Primeira alteração à [Portaria n.º 288/2013](#), de 20 de setembro que estabelece o procedimento de elaboração do estudo sobre os impactos de medidas e eventos extramercado registados no âmbito da União Europeia e os seus efeitos redistributivos nas diversas rubricas de proveitos que influem nas tarifas de energia elétrica, e o mecanismo de repartição dos custos de interesse económico geral a suportar pelos produtores de energia em regime ordinário e outros produtores não enquadrados no regime de remuneração garantida
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 57/2015, de 30 de junho**
Cria o Instrumento Financeiro para a Energia no âmbito do Portugal 2020
- **Lei n.º 75/2015, de 28 de julho**
Regime de acesso e exercício da atividade de prestação de serviços de auditoria de instalações de produção em cogeração ou de produção a partir de fontes de energia renováveis
- **Lei n.º 14/2015, de 16 de fevereiro**
Estabelece os requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais responsáveis pelas instalações elétricas, conformando-os com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.os 2005/36/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno.
- **Regulamento n.º 560/2014, de 22 de dezembro**
Aprovação do Regulamento de Acesso às Redes e às Interligações do Setor Elétrico
- **Regulamento n.º 561/2014, de 22 de dezembro**
Aprovação do Regulamento de Relações Comerciais do Setor Elétrico
- **Regulamento n.º 557/2014, de 19 de dezembro**
Aprovação do Regulamento de Operação das Redes do Setor Elétrico.
- **Decreto-Lei n.º 119/2014, de 06 de agosto**
Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho, que estabelece regras relativas à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos, transpondo as Diretivas Delegadas n.os 2014/1/UE, 2014/2/UE, 2014/3/UE, 2014/4/UE, 2014/5/UE, 2014/6/UE, 2014/7/UE, 2014/8/UE, 2014/9/UE, 2014/10/UE, 2014/11/UE, 2014/12/UE, 2014/13/UE, 2014/14/UE, 2014/15/UE e 2014/16/UE, todas da Comissão, de 18 de outubro de 2013, e as Diretivas Delegadas n.os

2014/69/UE, 2014/70/UE, 2014/71/UE, 2014/72/UE, 2014/73/UE, 2014/74/UE, 2014/75/UE e 2014/76/UE, todas da Comissão, de 13 de março de 2014

- **Diretiva n.º 9/2014, de 15 de abril**
Alteração do Procedimento n.º 13 do Manual de Procedimentos da Gestão Global do Sistema do setor elétrico
- **Decreto-Lei n.º 50/2014, de 31 de março**
Estabelece o regime jurídico aplicável ao licenciamento das estações radioelétricas instaladas a bordo de aeronaves
- **Diretiva n.º 7/2014, de 10 de fevereiro**
Parâmetros definidos no âmbito da Portaria n.º 279/2011, de 17 de outubro
- **Diretiva n.º 5/2014, de 16 de janeiro**
Perfis de perdas, perfis de consumo e perfis de produção aplicáveis em 2014
- **Diretiva n.º 2/2014, de 03 de janeiro**
Incentivos para a gestão otimizada dos CAE não cessados e das licenças de CO2
- **Diretiva n.º 1/2014, de 03 de janeiro**
Alteração ao Regulamento Tarifário do Setor Elétrico
- **Regulamento n.º 489/2013, de 31 de dezembro**
Regulamento de Relações Comerciais do setor elétrico
- **Declaração de retificação n.º 1404/2013, de 31 de dezembro**
Retificação da diretiva n.º 22/2013, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 227, de 22 de novembro de 2013
- **Diretiva n.º 27/2013, de 30 de dezembro**
Entidades habilitadas a integrar a unidade de desvio de comercialização nos termos do Manual de Procedimentos da gestão Global do Sistema
- **Diretiva n.º 26/2013, de 27 de dezembro**
Regime de equilíbrio concorrencial de mercado grossista
- **Diretiva n.º 25/2013, de 26 de dezembro**
Tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços em 2014
- **Regulamento n.º 455/2013, de 29 de novembro**
Regulamento de Qualidade de Serviço do Setor Elétrico
- **Diretiva n.º 20/2013, de 22 de novembro**
Parâmetros de regulação da qualidade de serviço do setor elétrico
- **Diretiva n.º 21/2013, de 22 de novembro**
Prazos para a classificação de eventos excecionais e para o envio de informação à ERSE no âmbito do Regulamento da Qualidade de Serviço do setor elétrico
- **Diretiva n.º 22/2013, de 22 de novembro**

Alteração ao guia de medição, leitura e disponibilização de dados de energia elétrica em Portugal continental

- **[Diretiva n.º 23/2013, de 22 de novembro](#)**
Diferenciação de imagem no setor elétrico
- **[Portaria n.º 243/2013, de 2 de agosto](#)**
Estabelece os termos, condições e critérios de atribuição de capacidade de injeção na rede elétrica de serviço público bem como da obtenção da licença de produção e respetiva licença de exploração
- **[Portaria n.º 231/2013, de 22 de julho](#)**
Aprova os requisitos técnicos e funcionais dos contadores inteligentes
- **[Decreto-Lei n.º 25/2013, de 19 de fevereiro](#)**
Procede à terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 363/2007](#), de 2 de novembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à produção de eletricidade por intermédio de unidades de microprodução, e à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 34/2011](#), de 8 de março, que estabelece o regime jurídico aplicável à produção de eletricidade por unidades de miniprodução
- **[Decreto-Lei n.º 170/2012, de 1 de agosto](#)**
Procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 39/2010](#), de 26 de abril, que cria o regime jurídico da mobilidade elétrica
- **[Portaria n.º 139/2012, de 14 de maio](#)**
Procede à revogação do regime de prestação de serviços de garantia sw potência dps centros electroprodutores ao Sistema Eléctrico Nacional e do respectivo mecanismo de remuneração e estabelece os princípios orientadores da regulamentação do regime de subsidiação substituto, e revoga a [Portaria n.º 765/2010, de 20 de agosto](#)
- **[Portaria n.º 140/2012, de 14 de maio](#)**
Estabelece os termos da tarifa de referência do regime remuneratório aplicável às instalações de cogeração
- **[Portaria n.º 310/2011, de 21 de dezembro](#)**
Revoga a [Portaria n.º 1309/2010](#), de 23 de Dezembro, e a [Portaria n.º 117/2011](#), de 25 de Março, referentes ao regime transitório aplicável, durante o ano de 2011, à prestação de serviço de interruptibilidade por consumidor de eletricidade em muita alta tensão (MAT), alta tensão (AT) e média tensão (MT) ao operador da rede de transporte
- **[Decreto-Lei n.º 25/2012, de 06 de fevereiro](#)**
Suspende com efeitos imediatos a atribuição de potências de injeção na Rede Elétrica de Serviço Público (RESP) nos termos e ao abrigo dos artigos 4.º e 10.º do [Decreto-Lei n.º 312/2001](#), de 10 de dezembro
- **[Portaria n.º 299/2011, de 24 de novembro](#)**
Altera o anexo à Portaria n.º 311/2002, de 22 de Março, que aprovou os coeficientes e as formas de cálculo das taxas de instalações elétricas e revogou a Portaria n.º 362/93, de 30 de Março.
- **[Portaria n.º 250/2011, de 24 de junho](#)**
Primeira alteração à Portaria n.º 1057/2010, de 15 de outubro, que estabelece o valor do coeficiente Z aplicável a centrais fotovoltaicas de concentração de forma a permitir remunerar a eletricidade produzida e entregue à rede.
- **[Decreto-Lei n.º 78/2011, de 20 de junho](#)**

Estabelece regras comuns para o mercado interno da eletricidade, transpondo a Diretiva n.º 2009/72/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho, que revoga a Diretiva n.º 2003/54/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de Fevereiro.

- **Decreto-Lei n.º n.º 34/2011, de 8 de março**
Estabelece o regime jurídico aplicável à produção de eletricidade por intermédio de instalações de pequena potência, designadas por unidades de miniprodução.
- **Portaria n.º 1232/2010, de 9 de dezembro**
Fixa o valor das taxas devidas pela emissão das licenças de comercialização de eletricidade para a mobilidade elétrica e de operação de pontos de carregamento, bem como da taxa de inspeção devida pela realização de inspeções periódicas.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2010, de 4 de agosto**
Resolve aprovar medidas de implementação da produção descentralizada de energia através de miniprodução de eletricidade.
- **Decreto-Lei n.º 23/2009, de 20 de janeiro**
Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2005/89/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de janeiro de 2006, relativa a medidas destinadas a garantir a segurança do fornecimento de eletricidade e o investimento em infraestruturas.
- **Decreto-Lei n.º 229/2006, de 24 de novembro**
Altera o Decreto Regulamentar n.º 31/83 de 18 de abril, que aprova o Estatuto do Técnico Responsável por Instalações Elétricas de Serviço Particular, e derroga parcialmente o disposto na alínea e) do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2004 de 6 de janeiro.
- **Portaria n.º 949-A/2006, de 11 de setembro**
Aprova as Regras Técnicas das Instalações Elétricas de Baixa Tensão.
- **Decreto-Lei n.º 312/2001, de 10 de dezembro**
Define o regime de gestão da capacidade de recepção de energia elétrica nas redes do Sistema Elétrico de Serviço Público proveniente de centros electroprodutores do Sistema Elétrico Independente.
- **Decreto-Lei n.º 313/2001 de 10 de dezembro**
Altera o Decreto-Lei 538/99, de 13 de dezembro, revendo normas relativas às condições de exploração e tarifários da atividade da produção combinada de calor e eletricidade.
- **Decreto Regulamentar n.º 31/83, de 18 de abril**
Aprova o Estatuto do Técnico Responsável por Instalações Elétricas de Serviço Particular.

ELEVADORES, MONTACARGAS, ESCADAS E TAPETES ROLANTES

- **Decreto-Lei n.º 58/2017, de 9 de junho**
Estabelece os requisitos aplicáveis à conceção, fabrico e colocação no mercado de ascensores e de componentes de segurança para ascensores, transpondo a Diretiva n.º 2014/33/UE
- **Despacho n.º 8892/2015, de 11 de agosto**

Requisitos de conceção relativos à qualidade térmica e à eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios, relativamente à metodologia de classificação a adotar para os ascensores, tapetes rolantes e escadas mecânicas a instalar

- **Portaria n.º 97/2014, de 6 de maio**
Fixa o valor das taxas devidas pelo reconhecimento das empresas de manutenção e das entidades inspetoras de instalações de elevação, pelo reconhecimento de qualificação profissionais adquiridas fora do território nacional, pela certificação de organismos de formação e pela realização de auditorias e revoga a [Portaria n.º 912/2003](#), de 30 de agosto
- **Lei n.º 65/2013, de 27 de agosto**
Aprova os requisitos de acesso e exercício das atividades das empresas de manutenção de instalações de elevação e das entidades inspetoras de instalações de elevação, e seus profissionais, conformando-os com a disciplina da [Lei n.º 9/2009](#), de 4 de março, e do [Decreto-Lei n.º 92/2010](#), de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.os [2005/36/CE](#), relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e [2006/123/CE](#), relativa aos serviços no mercado interno
- **Decreto Legislativo Regional n.º 2/2004/M, de 10 de março**
Define o regime de manutenção e inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, após a sua entrada em serviço, bem como as condições de acesso às atividades de manutenção.
- **Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro**
Estabelece o regime de manutenção e inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, após a sua entrada em serviço, bem como as condições de acesso às atividades de manutenção e inspeção.
- **DIRETIVA 95/16/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de junho**
Relativa à aproximação das legislações dos Estados-membros respeitantes aos ascensores.
- **Portaria n.º 1196/92, de 22 de dezembro**
Estabelece os requisitos técnicos e de segurança aos quais devem obedecer a construção e a instalação de novas escadas mecânicas e tapetes rolantes.
- **Portaria n.º 269/89, de 11 de abril**
Regula o enquadramento das obras de conservação e beneficiação dos elevadores antigos.
- **Decreto Regulamentar n.º 13/80, de 16 de maio**
Introduz alterações ao Regulamento de Segurança de Elevadores Elétricos, aprovado pelo Decreto n.º 513/70 de 30 de outubro.

EMPREITADAS E OBRAS PÚBLICAS

- **Resolução do Conselho de Ministros, n.º 127/2018, de 01 de outubro**
Designa a presidente do Conselho Superior de Obras Públicas
- **Decreto Regulamentar n.º 8/2018, de 4 de setembro**
Cria o Conselho Superior de Obras Públicas
- **Decreto Legislativo Regional n.º 9/2012/M, de 14 de maio**

Primeira alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 12/2011/M, de 29 de julho](#), que estabelece, na região autónoma da Madeira, o regime excepcional da liberação das cauções prestadas para garantir a execução de contratos de empreitada de obras públicas

- [Portaria n.º 274/2011, de 26 de setembro](#)
Define os indicadores de liquidez geral e autonomia financeira com vista ao acesso e permanência na atividade de construção das empresas do sector e fixa os respetivos valores de referência e revoga a Portaria n.º 971/2009, de 27 de Agosto.
- [Decreto-Lei n.º 69/2011, de 15 de junho](#)
Simplifica os regimes de acesso e exercício das atividades de construção, mediação e angariação imobiliária e altera a Lei Orgânica do InCI, I. P., aprovada pelo Decreto-Lei n.º 144/2007, de 27 de abril.
- [Portaria n.º 57/2011, de 28 de janeiro](#)
Estabelece as classes das habilitações contidas nos alvarás de construção, e os correspondentes valores, e revoga a Portaria n.º 21/2010, de 11 de janeiro.
- [Acórdão n.º do Supremo Tribunal Administrativo n.º 1/2010, de 20 de janeiro](#)
Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 22 de outubro de 2009, no processo n.º 557/08. Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: se, após a adjudicação de uma empreitada de obras públicas, o dono da obra não promover a celebração do contrato, o direito do adjudicatário a ser indemnizado pelo dano negativo (dano de confiança) abrange as despesas com a aquisição do processo de concurso e com a elaboração da proposta, que possuem uma efectiva conexão com a ilicitude específica geradora da responsabilidade pré-contratual.
- [Portaria n.º 959/2009, de 21 de agosto](#)
Aprova o formulário de caderno de encargos relativo aos contratos e empreitadas de obras públicas e revoga a Portaria n.º 104/2001, de 21 de fevereiro.
- [Decreto Legislativo Regional n.º 14/2009/A, de 29 de julho](#)
Estabelece um regime excepcional de liberação da caução nos contratos de empreitada de obras públicas.
- [Decreto-Lei n.º 118/2009, de 19 de maio](#)
Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro, que estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os estabelecimentos onde se forneçam bens e se prestem serviços aos es-
- [Aviso n.º 19999/2008 \(II série\), de 14 de julho](#)
Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2008, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.
- [Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de novembro](#)
Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro, estabelecendo a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os estabelecimentos onde se forneçam bens e se prestem serviços aos consumidores.
- [Decreto-Lei n.º 317-A/2007, de 21 de setembro](#)
Estabelece um regime especial de procedimento para a aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas no âmbito da reforma consular.

- **Decreto-Lei n.º 17/2007, de 22 de janeiro**
Cria um regime excepcional de contratação de empreitadas de obras públicas, fornecimento de bens e aquisição de serviços que tenham em vista acorrer, com carácter de urgência, a situações extraordinárias decorrentes dos altos índices de pluviosidade verificados em outubro e novembro de 2006.
- **Decreto-Lei n.º 141/2006, de 27 de julho**
Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 86/2003, de 26 de abril, revendo o regime jurídico aplicável à intervenção do Estado na definição, conceção, preparação, concurso, adjudicação, alteração, fiscalização e acompanhamento global de parcerias público-privadas.
- **Portaria n.º 1308/2005, de 20 de dezembro**
Altera a Portaria n.º 16/2004, de 10 de janeiro, que estabelece o quadro mínimo de pessoal das empresas classificadas para o exercício da atividade da construção.
- **Decreto-Lei n.º 132/2005, de 16 de agosto**
Cria um regime excepcional para a contratação de empreitadas de obras públicas, fornecimento de bens e aquisição de serviços que tenham em vista prevenir ou acorrer a situações extraordinárias decorrentes da seca em 2005.
- **Decreto-Lei n.º 43/2005, de 22 de fevereiro**
Altera o Decreto-Lei n.º 245/2003, de 7 de outubro, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2001/78/CE, da Comissão, de 13 de setembro, alterando os anexos relativos aos modelos dos concursos para os contratos relativos à adjudicação de empreitadas de obras públicas, constantes do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março, os anexos relativos aos modelos dos concursos para a aquisição de bens móveis e serviços, constantes do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e os anexos relativos aos modelos dos concursos para a celebração de contratos nos sectores da água, energia, transportes e telecomunicações, constantes do Decreto-Lei n.º 223/2001, de 9 de agosto.
- **Portaria n.º 994/2004, de 5 de agosto**
Define os indicadores de liquidez geral e autonomia financeira e fixa os respetivos valores de referência, para efeitos de avaliação da capacidade económica e financeira das empresas de construção.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 13/2004/M, de 14 junho**
Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, que estabelece o novo regime jurídico para a revisão de preços das empreitadas de obras públicas.
- **Decreto-Lei n.º 14/2004, de 10 de janeiro**
Estabelece os requisitos e procedimentos a cumprir para a concessão e reavaliação dos títulos de registo.
- **Portaria n.º 19/2004, de 10 de janeiro**
Estabelece as categorias e subcategorias relativas à atividade da construção.
- **Portaria n.º 18/2004, de 10 de janeiro**
Estabelece quais os documentos comprovativos do preenchimento dos requisitos de ingresso e permanência na atividade da construção.
- **Portaria n.º 15/2004, de 10 de janeiro**

Estabelece as taxas devidas pelos procedimentos administrativos tendentes à emissão, substituição ou revalidação de alvarás e títulos de registo, à emissão de certidões, bem como pelos demais procedimentos previstos no Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro, relativas à atividade da construção.

- **Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro**
Estabelece o regime jurídico de ingresso e permanência na atividade da construção.
- **Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro**
Estabelece o regime de revisão de preços das empreitadas de obras públicas e de obras particulares e de aquisição de bens e serviços.
- **Portaria n.º 1547/2002, de 24 de dezembro**
Altera o Decreto-Lei n.º 61/99, de 2 de março (define o acesso e permanência na atividade de empreiteiro de obras públicas e industrial de construção civil).
- **Portaria n.º 1465/2002, de 14 de novembro**
Altera a Portaria n.º 104/2001, de 21 de fevereiro, que aprova os programas de concurso tipo, os cadernos de encargos tipo, respetivos anexos e memorandos, para serem adoptados nas empreitadas de obras públicas por preço global ou por série de preços e com Projetos do dono da obra e nas empreitadas de obra públicas por percentagem. Revoga a Portaria n.º 428/95 de 10 de maio.
- **Portaria n.º 1407/2002, de 29 de outubro**
Fixa as classes das autorizações contidas nos certificados da classificação de empreiteiros de obras públicas (EOP) e industrial de construção civil (ICC) e os correspondentes valores. Revoga a Portaria n.º 1221/2001, de 24 de outubro.
- **Portaria n.º 509/2002, de 30 de abril**
Altera a Portaria n.º 1454/2002, de 28 de dezembro (define e fixa os valores de referência dos indicadores financeiros para os empreiteiros de obras públicas e industriais de construção civil).
- **Portaria n.º 3/2002, de 4 de janeiro**
Altera a Portaria n.º 104/2001, de 21 de fevereiro, (aprova os programas de concurso tipo, os cadernos de encargos tipo, respetivos anexos e memorandos, para serem adoptados nas empreitadas de obras públicas por preço global ou por série de preços e com Projetos do dono da obra e nas empreitadas de obra públicas por percentagem. Revoga a Portaria n.º 428/95 de 10 de maio).
- **Decreto-Lei n.º 339-E/2001, de 31 de dezembro**
Altera o Decreto-Lei n.º 60/99, de 2 de março, que criou o Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 23/2001/A, de 13 de novembro**
Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 10/2000/A, de 12 de maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 61/99, de 2 de março (acesso e permanência na atividade de construção civil).
- **Portaria n.º 608/2001, de 20 de junho**
Define os conceitos de liquidez geral, autonomia financeira e grau de cobertura do imobilizado para efeitos de avaliação da capacidade económica e financeira dos empreiteiros de obras públicas e industriais de construção civil.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 11/2001/M, de 10 de maio**

Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 59/99 de 2 de março, alterado pela Lei n.º 163/99 de 14 de setembro, relativo ao Regime Jurídico de Empreitadas de Obras Públicas.

- **Portaria n.º 1215/2000, de 28 de dezembro**
Mantém em vigor, para o ano de 2001, os actuais valores fixados na Portaria n.º 412-G/99, de 4 de junho, para as classes e os correspondentes valores das autorizações contidas nos certificados de classificação de empreiteiro e obras públicas e de industrial de construção civil.
- **Decreto-Lei n.º 159/2000, de 27 de julho**
Altera o Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março, que aprova o novo regime de empreitadas e obras públicas.
- **Portaria n.º 907/99, de 13 de outubro**
Estabelece a Comissão de Classificação de Empresas de Obras Públicas e Particulares (CCEOPP) e da Comissão de Índices e Fórmulas de Empreitadas.
- **Lei n.º 163/99, de 14 de setembro**
Primeira alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei n.º 59/99 de 2 de março.
- **Lei n.º 155/99, de 14 de setembro**
Primeira alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei n.º 61/99 de 2 de março.
- **Portaria n.º 660/99, de 17 de agosto**
Altera a Portaria n.º 412-I/99 de 4 de junho.
- **Portaria n.º 504/95, de 26 de maio**
Determina que seja comunicado aos concorrentes preteridos nas empreitadas e fornecimentos de obras públicas a respectiva preterição devidamente fundamentada.
- **Portaria n.º 155/95, de 23 de fevereiro**
Aprova o modelo do certificado de conformidade previsto no Decreto-Lei n.º 83/94, de 14 de março, e o modelo do alvará de reconhecimento a emitir pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano (DGOTDU).
- **Decreto Regulamentar n.º 11/92, de 16 de maio**
Institui a obrigatoriedade de celebração de um contrato de seguro para os técnicos autores de Projetos e os industriais de construção civil no âmbito do licenciamento municipal de obras particulares.
- **Decreto-Lei n.º 572/88, de 20 de agosto**
Fixa o regime de correspondência dos valores das obras com os das classes de alvarás de empreiteiro de obras públicas e de industrial de construção civil, referentes ao ano civil em curso

ENERGIA

- **Portaria n.º 6/2021, de 6 de janeiro**
Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 348/2017, de 14 de novembro, que estabelece o regime equiparado ao das tarifas transitórias ou reguladas de que podem beneficiar os clientes finais com contrato de fornecimento de eletricidade com um comercializador em regime de mercado.
- **Portaria n.º 308-C/2020, de 29 de dezembro**
Alteração ao artigo 2.º da Portaria n.º 244/2020, de 15 de outubro, que fixa a tarifa aplicável aos centros eletroprodutores que utilizam resíduos urbanos como fonte de produção de eletricidade em instalações de

valorização energética, na vertente de queima de resíduos sólidos urbanos indiferenciados provenientes de sistemas de gestão de resíduos urbanos.

- **Portaria n.º 203/2020, de 21 de agosto**
Altera (terceira alteração) a Portaria n.º 102/2015, de 7 de abril, que estabelece os critérios de atribuição da autorização para a instalação do sobre-equipamento de centros eletroprodutores eólicos.
- **Portaria n.º 16/2020, de 23 de janeiro**
Fixa os valores das taxas devidas no âmbito dos procedimentos administrativos relativos à atividade de autoconsumo e às Comunidades de Energia Renovável (CER)
- **Portaria n.º 297/2017, de 09 de setembro**
Quarta alteração à [Portaria n.º 349-B/2013](#), de 29 de novembro, que define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré-certificados e certificados do SCE, bem como os requisitos de comportamento técnico e de eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos e edifícios sujeitos a grande intervenção
- **Portaria n.º 98/2019, de 02 de abril**
Terceira alteração da [Portaria n.º 349-B/2013](#), de 29 de novembro, alterada pela [Portaria n.º 379-A/2015](#), de 22 de outubro, e pela [Portaria n.º 319/2016](#), de 15 de dezembro, que define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré-certificados e certificados do SCE, bem como os requisitos de comportamento técnico e de eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos e edifícios sujeitos a grande intervenção
- **Portaria n.º 42/2019, de 30 de janeiro**
Segunda alteração à [Portaria n.º 349-D/2013](#), de 2 de dezembro, retificada pela [Declaração de Retificação n.º 3/2014](#), de 31 de janeiro, e republicada pela [Portaria n.º 17-A/2016](#), de 4 de fevereiro, que estabelece os requisitos de conceção relativos à qualidade térmica da envolvente e à eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos, dos edifícios sujeitos a intervenção e dos edifícios existentes
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2018, de 11 de janeiro**
Aprova o programa de ações e estudos a desenvolver pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
- **Declaração de retificação n.º 34/2017, de 09 de outubro**
Retifica o [Decreto-Lei n.º 97/2017](#), de 10 de agosto, da Economia, que estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios, publicado no Diário da República, n.º 154, 1.ª série, de 10 de agosto de 2017
- **Decreto-Lei n.º 97/2017, de 10 de agosto**
Estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios
- **Portaria n.º 319/2016, de 15 de dezembro**
Procede à segunda alteração da [Portaria n.º 349-B/2013](#), de 29 de novembro, alterada pela [Portaria n.º 379-A/2015](#), de 22 de outubro, que define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré-certificados e certificados SCE, bem como os requisitos de comportamento térmico e de eficiência de sistemas técnicos dos edifícios novos e sujeitos a intervenção
- **Decreto-Lei n.º 28/2016, de 23 de junho**

Procede à quarta alteração ao [Decreto-Lei n.º 118/2013](#), de 20 de agosto, relativo à melhoria do desempenho energético dos edifícios, e que transpõe a [Diretiva n.º 2010/31/UE](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010

➤ [Portaria n.º 39/2016, de 07 de março](#)

Procede à segunda alteração do Anexo IV da [Portaria n.º 349-A/2013](#), de 29 de novembro, que determina as competências da entidade gestora do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), regulamenta as atividades dos técnicos do SCE, estabelece as categorias de edifícios, para efeitos de certificação energética, bem como os tipos de pré-certificados e certificados SCE e responsabilidade pela sua emissão, fixa as taxas de registo no SCE e estabelece os critérios de verificação de qualidade dos processos de certificação do SCE, bem como os elementos que deverão constar do relatório e da anotação no registo individual do Perito Qualificado (PQ)

➤ [Diretiva n.º 5/2016, de 26 de fevereiro](#)

Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados de energia elétrica em Portugal continental

➤ [Diretiva n.º 2/2016, de 08 de janeiro](#)

Normas Complementares para prestação de informação à ERSE pelos operadores das redes elétricas ao abrigo do artigo 22.º do RARI

➤ [Diretiva n.º 1/2016, de 8 de janeiro](#)

Perfis de perdas, perfis de consumo, perfis de produção e perfis para instalações de autoconsumo aplicáveis em 2016

➤ [Decreto-Lei n.º 251/2015, de 25 de novembro](#)

Procede à terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 118/2013](#), de 20 de agosto, que aprovou o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços, e transpõe a [Diretiva n.º 2010/31/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios

➤ [Portaria n.º 115/2015, de 24 de abril](#)

Primeira alteração à Portaria n.º 349-A/2013, de 29 de novembro que determina as competências da entidade gestora do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), regulamenta as atividades dos técnicos do SCE, estabelece as categorias de edifícios, para efeitos de certificação energética, bem como os tipos de pré-certificados e certificados SCE e responsabilidade pela sua emissão, fixa as taxas de registo no SCE e estabelece os critérios de verificação de qualidade dos processos de certificação do SCE, bem como os elementos que deverão constar do relatório e da anotação no registo individual do Perito Qualificado (PQ)

➤ [Decreto-Lei n.º 47/2015, de 09 de abril](#)

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 223/2000, de 9 de setembro, que criou a Agência para a Energia (ADENE)

➤ [Portaria n.º 208/2014, de 10 de outubro](#)

Aprova o modelo oficial da declaração da contribuição extraordinária sobre o setor energético (declaração modelo 27), bem como as respetivas instruções de preenchimento

➤ [Portaria n.º 66/2014, de 12 de março](#)

Define o sistema de avaliação dos técnicos do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE) e aprova as adaptações ao regime jurídico de certificação para acesso e exercício da atividade de formação profissional, aprovado pela [Portaria n.º 851/2010](#), de 6 de setembro

➤ **Lei n.º 9/2014, de 24 de fevereiro**

Autoriza o Governo a legislar sobre o regime de salvaguarda de ativos estratégicos essenciais para garantir a defesa e segurança nacional e a segurança do aprovisionamento do País em serviços fundamentais para o interesse nacional, nas áreas da energia, transportes e comunicações, através da instituição de um procedimento de investigação às operações relativas a tais ativos

➤ **Declaração de Retificação n.º 3/2014, de 31 de janeiro**

Retifica a [Portaria n.º 349-D/2013](#), de 2 de dezembro, dos Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social que estabelece os requisitos de conceção relativos à qualidade térmica da envolvente e à eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos, dos edifícios sujeitos a grande intervenção e dos edifícios existentes, publicada no Diário da República n.º 233, 1.ª série, 2.º suplemento, em 2 de dezembro de 2013

➤ **Portaria n.º 349-A/2013, de 29 de novembro**

Determina as competências da entidade gestora do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), regulamenta as atividades dos técnicos do SCE, estabelece as categorias de edifícios, para efeitos de certificação energética, bem como os tipos de pré-certificados e certificados SCE e responsabilidade pela sua emissão, fixa as taxas de registo no SCE e estabelece os critérios de verificação de qualidade dos processos de certificação do SCE, bem como os elementos que deverão constar do relatório e da anotação no registo individual do Perito Qualificado (PQ)

➤ **Portaria n.º 349-B/2013, de 29 de novembro**

Define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré-certificados e certificados SCE, bem como os requisitos de comportamento técnico e de eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos e edifícios sujeitos a grande intervenção.

➤ **Portaria n.º 349-D/2013, de 02 de dezembro**

Estabelece os requisitos de conceção relativos à qualidade térmica da envolvente e à eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos, dos edifícios sujeitos a grande intervenção e dos edifícios existentes.

➤ **Declaração de Retificação n.º 41/2013, de 17 de outubro**

Retifica o Decreto-Lei n.º 118/2013 de 20 de agosto, do Ministério da Economia e do Emprego, que aprova o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços, e transpõe a Diretiva n.º 2010/31/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios, publicado no Diário da República n.º 159, 1.ª Série, de 20 de agosto de 2013.

➤ **Diretiva n.º 14/2013, de 2 de setembro**

Termos e condições das ausitorias a realizar no âmbito da aplicação do Apoio Social Extraordinário ao Consumidor de Energia.

➤ **Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto**

Aprova o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços, e transpõe a Diretiva n.º [2010/31/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios.

➤ **Lei n.º 58/2013. D.R. n.º 159, de 20 de agosto**

Aprova os requisitos de acesso e de exercício da atividade de perito qualificado para a certificação energética e de técnico de instalação e manutenção de edifícios e sistemas, conformando-o com a disciplina da [Lei n.º 9/2009](#), de 4 de março, que transpõe a Diretiva n.º [2005/36/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais.

➤ **Portaria n.º 172/2013, de 3 de maio**

Estabelece o regime de verificação da disponibilidade dos centros electroprodutores.

➤ **Diretiva n.º 2/2013, de 01 de fevereiro**

Perfis de perdas, perfis de consumo e perfis de produção aplicáveis em 2013.

➤ **Lei n.º 9/2013, de 28 de janeiro**

Aprova o regime sancionatório do setor energético, transpondo, em complemento com a alteração aos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, as Diretivas n.os [2009/72/CE](#) e [2009/73/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009, que estabelecem regras comuns para o mercado interno da eletricidade e do gás natural e revogam, as Diretivas n.os [2003/54/CE](#) e [2003/55/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2003.

➤ **Lei n.º 7/2013, de 22 de janeiro**

Aprova o regime de acesso e exercício das atividades de realização de auditorias energéticas, de elaboração de planos de racionalização dos consumos de energia e de controlo da sua execução e progresso, nomeadamente mediante a emissão de relatórios de execução e progresso, no âmbito do Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE) e no âmbito de aplicação do regulamento da gestão do consumo de energia para o setor dos transportes, aprovado pela [Portaria n.º 228/90](#), de 27 de março, alterando o [Decreto-Lei n.º 71/2008](#), de 15 de abril.

➤ **Diretiva n.º 1/2013, de 2 de janeiro**

Alteração ao mecanismo de otimização da gestão das licenças de emissão de CO₂ (índice 2).

➤ **Diretiva n.º 21/2012, de 2012-12-31**

Revisão das tarifas transitórias de gás natural aplicáveis a consumidores com consumos anuais superiores a 10 000 m³ para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2013.

➤ **Diretiva n.º 19/2012, de 26 de dezembro**

Revisão das tarifas transitórias de gás natural para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2013.

➤ **Diretiva n.º 20/2012, de 26 de dezembro**

Tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços em 2013.

➤ **Portaria n.º 228/2012. D.R. n.º 150, de 3 de agosto**

Primeira alteração à [Portaria n.º 48/2012](#), de 27 de fevereiro, que especifica as profissões regulamentadas abrangidas no setor da energia e designa a respetiva autoridade competente para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais.

- **Decreto-Lei n.º 109/2011, de 18 de novembro**
Procede, a título excepcional, ao diferimento excepcional do ajustamento anual do montante da compensação referente a 2010 devido pela cessação antecipada dos contratos de aquisição de energia, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 240/2004, de 27 de dezembro.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 23/2011/A, de 13 de julho**
Estabelece a obrigatoriedade de monitorização e de divulgação do consumo energético dos edifícios públicos e das vias públicas afectos e dependentes à administração regional autónoma e autárquica.
- **Portaria n.º 250/2011, de 24 de junho**
Primeira alteração à Portaria n.º 1057/2010, de 15 de outubro, que estabelece o valor do coeficiente Z aplicável a centrais fotovoltaicas de concentração de forma a permitir remunerar a eletricidade produzida e entregue à rede.
- **Decreto-Lei n.º 78/2011, de 20 de junho**
Estabelece regras comuns para o mercado interno da eletricidade, transpondo a Diretiva n.º 2009/72/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho, que revoga a Diretiva n.º 2003/54/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro.
- **Decreto do Presidente da República n.º 50/2011, 09 de maio**
Ratifica o Estatuto da Agência Internacional para as Energias Renováveis (IRENA), adoptado em Bona em 26 de janeiro de 2009.
- **Resolução da Assembleia da República n.º 105/2011, 09 de maio**
Aprova o Estatuto da Agência Internacional para as Energias Renováveis (IRENA), adoptado em Bona em 26 de janeiro de 2009.
- **Decreto-Lei n.º 34/2011, de 8 de março**
Estabelece o regime jurídico aplicável à produção de eletricidade por intermédio de instalações de pequena potência, designadas por unidades de miniprodução.
- **Decreto-Lei n.º 138-A/2010, de 28 de dezembro**
Cria, no âmbito da Estratégia Nacional para a Energia 2020, a tarifa social de fornecimento de energia elétrica.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2010, de 4 de agosto**
Resolve aprovar medidas de implementação da produção descentralizada de energia através de miniprodução de eletricidade.
- **Decreto-Lei n.º 90/2010, de 22 de julho**
Aprova, simplificando, o novo Regulamento de Instalação, de Funcionamento, de Reparação e de Alteração de Equipamentos sob Pressão, revogando o Decreto-Lei n.º 97/2000, de 25 de maio.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 16/2009/A, de 13 de outubro**
Estabelece normas relativas ao desempenho energético dos edifícios e à qualidade do ar interior, transpondo para o ordenamento jurídico regional a Diretiva n.º 2002/91/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 24/2009/M, de 14 de Agosto**

Aprova as normas essenciais relativas ao licenciamento de instalações elétricas de serviço particular.

- **Portaria n.º 558/2009, de 27 de maio**
Fixa a taxa de inscrição dos electricistas no cadastro de técnicos responsáveis de instalações elétricas de serviço particular.
- **Portaria n.º 419/2009, de 17 de abril**
Altera o Estatuto das Entidades Inspectoras de Instalações de Combustíveis Derivados do Petróleo (EIC), aprovado pela Portaria n.º 1211/2003, de 16 de outubro.
- **Resolução da Assembleia da República n.º 12/2009, de 2 de março**
Promoção dos aproveitamentos hidroelétricos.
- **Decreto-Lei n.º 23/2009, de 20 de janeiro**
Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2005/89/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de janeiro de 2006, relativa a medidas destinadas a garantir a segurança do fornecimento de eletricidade e o investimento em infraestruturas.
- **Portaria n.º 519/2008, de 25 de junho**
Aprova os requisitos de credenciação dos técnicos e entidades responsáveis, previstos no Decreto-Lei n.º 71/2008 de 15 de abril, que criou o sistema dos consumos intensivos de energia (SGCIE).
- **Decreto-Lei n.º 363/2007, de 2 de novembro**
Estabelece o regime jurídico aplicável à produção de eletricidade por intermédio de unidades de micro-produção.
- **Portaria n.º 835/2007, de 7 de agosto**
Fixa o montante da taxa correspondente ao registo dos certificados na Agência para a Energia (ADENE), entidade gestora do Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios (SCN).
- **Declaração de Retificação n.º 71/2007, de 24 de julho**
De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 225/2007, de 31 de maio, do Ministério da Economia e da Inovação, que concretiza um conjunto de medidas ligadas às energias renováveis previstas na estratégia nacional para a energia, estabelecida através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de outubro, publicado no Diário da República, 1.ª série, de 31 de maio de 2007.
- **Decreto-Lei n.º 101/2007 de 2 de abril**
Simplifica o licenciamento de instalações elétricas, quer de serviço público quer de serviço particular, alterando os Decretos-Leis n.ºs 26852, de 30 de julho de 1936, 517/80, de 31 de outubro, e 272/92, de 3 de dezembro.
- **Portaria n.º 3-A/2007, de 2 de Janeiro**
Regulamenta o n.º 4 do artigo 71.º-A aditado ao Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC) pelo Decreto-Lei n.º 66/2006, de 22 de março, fixando o valor da isenção do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos para os biocombustíveis, e regula o processo de reconhecimento da isenção para operadores económicos de maior dimensão e pequenos produtores dedicados.
- **Decreto-Lei n.º 229/2006, de 24 de novembro**

Altera o Decreto Regulamentar n.º 31/83 de 18 de abril, que aprova o Estatuto do Técnico Responsável por Instalações Elétricas de Serviço Particular, e derroga parcialmente o disposto na alínea e) do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2004 de 6 de janeiro.

- **Decreto-Lei n.º 80/2006, de 4 de abril**
Aprova o Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE) da produção descentralizada de energia através de miniprodução de eletricidade.
- **Decreto-Lei n.º 79/2006, de 4 de abril**
Aprova o Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios.
- **Decreto-Lei n.º 78/2006, de 4 de abril**
Aprova o Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios e transpõe parcialmente para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2002/91/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, relativa ao desempenho energético dos edifícios.
- **Decreto-Lei n.º 31/2006, de 15 de fevereiro**
Estabelece os princípios gerais relativos à organização e funcionamento do Sistema Petrolífero Nacional (SPN), bem como ao exercício das atividades de armazenamento, transporte, distribuição, refinação e comercialização e à organização dos mercados de petróleo bruto e de produtos de petróleo.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de outubro**
Aprova a estratégia nacional para a energia.
- **Decreto-Lei n.º 43/2005, de 22 de fevereiro**
Altera o Decreto-Lei n.º 245/2003, de 7 de outubro, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2001/78/CE, da Comissão, de 13 de setembro, alterando os anexos relativos aos modelos dos concursos para os contratos relativos à adjudicação de empreitadas de obras públicas, constantes do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março, os anexos relativos aos modelos dos concursos para a aquisição de bens móveis e serviços, constantes do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e os anexos relativos aos modelos dos concursos para a celebração de contratos nos sectores da água, energia, transportes e telecomunicações, constantes do Decreto-Lei n.º 223/2001, de 9 de agosto.
- **Portaria n.º 1211/2003, de 16 de outubro**
Aprova o Estatuto das Entidades Inspectoras das Instalações de Combustíveis Derivados do Petróleo.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2003, de 10 de maio**
Define as linhas gerais do quadro estratégico e organizativo do sector energético.
- **DIRETIVA 2002/91/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro**
Relativa ao desempenho energético dos edifícios.
- **Portaria n.º 1358/2002, de 16 de outubro**
Aplica as regras comunitárias em matéria de procedimentos de celebração de contratos de direito público às entidades que operam nos sectores da água, da energia, dos transportes e das telecomunicações.
- **Resolução da Assembleia da República n.º 53/2002, de 3 de agosto**
Código de conduta e boas práticas para a instalação de equipamentos que criam campos electromagnéticos.
- **Portaria n.º 399/2002, de 18 de abril**

Estabelece normas relativas ao estabelecimento e exploração das instalações de co-geração.

- **Decreto-Lei n.º 97/2002, de 12 de abril**
Transforma a Entidade Reguladora do Sector Elétrico em Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos e aprova os respetivos estatutos.
- **Decreto-Lei n.º 85/2002, de 6 de abril**
Altera o Decreto-Lei n.º 182/95, de 27 de julho, sujeitando os aproveitamentos hidroelétricos instalados até 10 MW ao regime previsto no Decreto-Lei n.º 189/98, de 27 de maio.
- **Decreto-Lei n.º 69/2002, de 25 de março**
Aprova a extensão das competências de regulação da Entidade Reguladora do Sector Elétrico às Regiões Autónomas, no âmbito das atividades de produção, transporte e distribuição de energia elétrica prevista nos artigos 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 182/95, de 27 de julho.
- **Decreto-Lei n.º 68/2002, de 25 de março**
Regula o exercício da atividade de produção de energia elétrica em baixa tensão (BT), desde que a potência a entregar à rede pública não seja superior a 150kW.
- **Portaria n.º 295/2002, de 19 de março**
Regula o procedimento de obtenção das licenças necessárias para a produção de energia hidroelétrica por pequenas centrais hidroelétricas. Revoga a Portaria n.º 445/88, de 8 de julho.
- **Decreto-Lei n.º 339-C/2001, de 29 de dezembro**
Altera o Decreto-Lei n.º 168/99, de 18 de maio, que revê o regime aplicável à atividade de produção de energia elétrica, no âmbito do sistema elétrico independente.
- **Decreto-Lei n.º 313/2001, de 10 de dezembro**
Altera o Decreto-Lei 538/99, de 13 de dezembro, revendo normas relativas às condições de exploração e tarifários da atividade da produção combinada de calor e eletricidade.
- **Decreto-Lei n.º 312/2001, de 10 de dezembro**
Define o regime jurídico de gestão da capacidade de recepção de energia elétrica nas redes do Sistema Elétrico de Serviço Público proveniente de centros electroprodutores do Sistema Elétrico Independente.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 29/2001/M, de 20 de dezembro**
Cria o Sistema de Incentivos à Energia Solar Térmica para o Sector Residencial (SIEST).
- **Decreto-Lei n.º 198/2000, de 24 de Agosto**
Revê a legislação do sector elétrico. Altera os Decretos-Lei n.ºs 182/95 e 183/95, ambos de 27 de julho, alterados pelo Decreto-Lei n.º 56/97, de 14 de março. Revoga o artigo 56.º do Decreto-Lei n.º 183/95, de 27 de julho, o Decreto-Lei n.º 24/99, de 28 de janeiro, e a portaria n.º 166/97 (2.ª série), de 8 de maio.
- **Despacho n.º 16217/2000 (II série), de 9 de agosto**
Direcção Geral de Energia – reconhecimento do GASMED – Inspeção e Análise de Projetos de Gás, L.da, como entidade inspectora das redes e ramais de distribuição e instalações de gás, pelo um prazo de um ano.
- **Despacho n.º 16216/2000 (II série), de 9 de agosto**

Direcção Geral de Energia – reconhecimento da TOTALINSP– Inspeção de Sistemas Energéticos e Ambiente, S.A., como entidade inspectora das redes e ramais de distribuição e instalações de gás pelo um prazo de um ano.

- **Despacho n.º 16215/2000 (II série), de 9 de agosto**
Direcção Geral de Energia – reconhecimento do ISQ – Instituto de Soldadura e Qualidade como entidade inspectora das redes e ramais de distribuição e instalações de gás pelo um prazo de um ano.
- **Despacho n.º 16214/2000 (II série), de 9 de agosto**
Direcção Geral de Energia – reconhecimento do ITG – Instituto Tecnológico do Gás como entidade inspectora das redes e ramais de distribuição e instalações de gás pelo um prazo de um ano.
- **Decreto-Lei n.º 24/99, de 28 de janeiro**
Revoga o n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 182/95, de 27 de julho, que estabeleceu as bases da organização do Sistema Elétrico Nacional.
- **Portaria n.º 1056/98, de 28 de dezembro**
Fixa as taxas a cobrar pela aprovação de Projetos e pela certificação de instalações elétricas.
- **Decreto-Lei n.º 56/97, de 14 de março**
Revê a legislação do sector elétrico nacional. Altera os Decretos-Lei n.º 182/95, n.º 183/95, n.º 184/95, 185/95 e 186/95, todos de 27 de julho, e o Decreto-Lei n.º 189/95 de 27 de maio. Revoga o Decreto-Lei n.º 188/95, de 27 de julho.
- **Portaria n.º 662/96, de 14 de novembro**
Aprova o Regulamento da Atividade e Reconhecimento da Associação Nacional Inspectora de Instalações Elétricas, o Regulamento da Atividade das Entidades Regionais Inspectoras de Instalações Elétricas e o Regulamento para a Seleção e Reconhecimento das Entidades Regionais Inspectoras de Instalações Elétricas.
- **Decreto-Lei n.º 315/95, de 28 de novembro**
Regula a instalação e o funcionamento dos recintos de espetáculos e divertimentos públicos e estabelece o regime jurídico dos espetáculos de natureza artística. Revoga: · o artigo 10.º da Lei n.º 2 041, de 16 de junho de 1950; · Decreto-Lei n.º 42 660, de 20 de novembro de 1959; · Decreto-Lei n.º 42 661, de 20 de novembro de 1959; · Decreto-Lei n.º 42 663, de 20 de novembro de 1959; · Decreto-Lei n.º 42 664, de 20 de novembro de 1959; · os artigos 40.º e 41.º do Decreto-Lei n.º 184/73, de 25 de abril; · Portaria n.º 366/77, de 20 de junho; · Portaria n.º 165/78, de 28 de março; · Decreto-Lei n.º 94/79, de 20 de abril; · Decreto-Lei n.º 456/85, de 29 de outubro; · o artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 106-B/92, de 1 de junho.
- **Despacho Normativo n.º 11-C/95, de 6 de março**
Regulamenta o domínio de intervenção referente à utilização racional de energia nos edifícios não residenciais.
- **Decreto-Lei n.º 35/95, de 11 de fevereiro**
Altera o Decreto-Lei n.º 188/88, de 27 de maio, (Cria o Sistema de Incentivos à Utilização Racional de Energia de Base Regional).
- **Despacho Normativo n.º 681/94, de 26 de setembro**
Regulamenta o regime de apoio ao aproveitamento do potencial de recursos energéticos endógenos.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/94, de 11 de agosto**
Aprova o regulamento de aplicação do Programa Energia.

- **Decreto-Lei n.º 195/94, de 19 de julho**
Cria o Programa Energia.
- **Decreto-Lei n.º 106/93, de 7 de abril**
Estabelece a obrigatoriedade de prestação de informação à Direcção-Geral de Energia pelos operadores dos mercados do petróleo e do carvão.
- **Portaria n.º 74-A/93, de 19 de janeiro**
Transpõe para a ordem jurídica interna nacional a Diretiva n.º 90/547/CEE, de 29 de outubro, relativa ao trânsito de energia elétrica entre grandes redes de transporte de alta tensão.
- **Portaria n.º 1/92, de 18 de Fevereiro**
Aprova o Regulamento de Segurança de Linhas Elétricas de Alta Tensão.
- **Decreto-Lei n.º 99/91, de 2 de março**
Estabelece o regime jurídico do exercício das atividades de produção, transporte e distribuição de energia elétrica.
- **Decreto-Lei n.º 77/90, de 12 de março**
Isenta de licenciamento municipal as instalações elétricas que resultem de acto administrativo que determine o embargo e demolição de obras que violem a legislação urbanística.
- **Decreto-Lei n.º 263/89, de 17 de agosto**
Aprova o Estatuto das Entidades Instaladoras e Montadoras e define os grupos profissionais associados à indústria dos gases combustíveis.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 12/89/A, de 28 de julho**
Regulamenta o Decreto-Lei n.º 393/85, de 9 de outubro, que aprova o Regulamento de Segurança de Instalações Elétricas de Parques de Campismo e de Marinas (RPCM).
- **Portaria n.º 344/89, de 13 de maio**
Altera os artigos 19.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de julho de 1936. Revoga a Portaria n.º 24/80, de 9 de janeiro.
- **Decreto-Lei n.º 189/88, de 27 de maio**
Estabelece normas relativas à atividade de produção de energia elétrica por pessoas singulares ou por pessoas colectivas de direito público ou privado.
- **Portaria n.º 334/88, de 27 de maio**
Aprova o Regulamento para a Concessão das Comparticipações Financeiras Previstas no Sistema de Incentivos à Utilização Racional de Energia de Base Regional.
- **Decreto Regulamentar n.º 56/85, de 6 de setembro**
Dá nova redação a vários artigos do Regulamento de Segurança de Subestações e Postos de Transformação e de Seccionamento, aprovado pelo Decreto n.º 42 895, de 31 de março de 1960.
- **Decreto Regulamentar n.º 90/84, de 26 de dezembro**
Estabelece disposições relativas ao estabelecimento e à exploração das redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão.

- **Decreto-Lei n.º 428/83, de 9 de dezembro**
Estabelece as Normas Gerais para as Instalações Consumidoras Intensivas de Energia. Altera o Decreto-Lei n.º 58/82, de 26 de fevereiro.
- **Decreto Regulamentar n.º 31/83, de 18 de abril**
Aprova o Estatuto do Técnico Responsável por Instalações Elétricas de Serviço Particular.
- **Portaria n.º 359/82, de 7 de abril**
Regulamento de Gestão do Consumo de Energia.
- **Decreto-Lei n.º 517/80, de 31 de outubro**
Estabelece normas a observar na elaboração dos Projetos das instalações elétricas de serviço particular.
- **Decreto-Lei n.º 303/76, de 26 de abril**
Introduz alterações no Decreto-Lei n.º 740/74, de 26 de dezembro, que aprova o Regulamento de Segurança de Instalações de Utilização de Energia Elétrica e o Regulamento de Instalações Colectivas de Edifícios e Entradas.
- **Portaria n.º 401/76, de 6 de julho**
Estabelece as normas a que deverão obedecer os Projetos destinados a instruir os pedidos de licença de instalações elétricas de serviço público.

ENSINO SUPERIOR

- **Despacho n.º 15/2021, de 4 de janeiro**
Prorroga o prazo de matrícula e inscrição nas instituições de ensino superior dos candidatos colocados através dos regimes especiais, identificado nas referências 4 e 9 do calendário aprovado em anexo ao Despacho n.º 6844/2020, de 2 de julho de 2020.
- **Portaria n.º 197/2020, de 17 de agosto**
Regulamenta os planos de regularização de dívidas de propinas.
- **Portaria n.º 43/2020, de 14 de fevereiro**
Altera a [Portaria n.º 33/2019](#), de 25 de janeiro, que regula aspetos da tramitação procedimental do reconhecimento de graus académicos e diplomas atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras.
- **Lei n.º 94/2019, de 04 de setembro**
Primeira alteração à [Lei n.º 38/2007](#), de 16 de agosto, que aprova o regime jurídico da avaliação do ensino superior
- **Portaria n.º 192/2019, de 25 de junho**
Aprova os requisitos específicos de certificação das entidades formadoras para ministrarem formação adequada à obtenção da qualificação profissional de técnico de gás, instalador de instalações de gás e de redes e ramais de distribuição de gás, instalador de aparelhos a gás e soldador de aço por fusão na área do gás
- **Portaria n.º 33/2019, de 25 de janeiro**

Regula aspetos da tramitação procedimental do reconhecimento de graus académicos e diplomas atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras

- **[Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto](#)**
Aprova o regime jurídico de reconhecimento de graus académicos e diplomas de ensino superior atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras
- **[Decreto-Lei n.º 65/2018, de 16 de agosto](#)**
Altera o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior
- **[Deliberação n.º 52/2017, de 20 de janeiro](#)**
Revisão da Deliberação n.º 158/2015. Procedimento especial de renovação da acreditação de ciclos de estudos com acreditação prévia ou não alinhados com o ciclo regular de avaliação
- **[Deliberação n.º 1571/2015, de 11 de agosto](#)**
Fixa os pré-requisitos para a candidatura de 2015-2016
- **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2015, de 14 de julho](#)**
Determina a elaboração do Plano de Ação Bienal para a Internacionalização do Ensino Superior Português
- **[Decreto-Lei n.º 3/2015, de 06 de janeiro](#)**
Estabelece os critérios a adotar para verificar a satisfação do requisito da titularidade do título de especialista a que se refere o artigo 49.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que aprova o regime jurídico das instituições de ensino superior.
- **[Decreto-Lei n.º 43/2014, de 18 de março](#)**
Cria os cursos técnicos superiores profissionais, como formação superior de curta duração não conferente de grau
- **[Aviso n.º 15798/2013, de 30 de dezembro](#)**
Projeto de regulamento que aprova a disciplina da verificação prévia de pressupostos da acreditação de ciclos de estudos
- **[Deliberação n.º 2392/2013, de 26 de dezembro](#)**
Alteração dos elementos caracterizadores de um ciclo de estudos
- **[Portaria n.º 375/2013, de 27 de dezembro](#)**
Primeira alteração à [Portaria n.º 204-B/2013](#), de 18 de junho, que cria a medida Estágios Empreg
- **[Deliberação n.º 1859/2013, de 16 de outubro](#)**
Alteração dos elementos caracterizadores de um ciclo de estudos
- **[Regulamento n.º 392/2013, de 16 de outubro](#)**
Aprova o regime dos procedimentos de avaliação e de acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos
- **[Decreto-Lei n.º 115/2013, de 07 de agosto](#)**
Procede à terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 74/2006](#), de 24 de março, que aprova o regime jurídico dos graus académicos e diplomas do ensino superior, em desenvolvimento do disposto nos artigos 11.º a 17.º da [Lei n.º 46/86](#), de 14 de outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo)

- **Deliberação n.º 1019/2013, de 3 de maio**
Fixação de prazos. Pedidos de acreditação prévia de novos ciclos de estudos. Apresentação de relatórios de auto-avaliação de ciclos de estudos em funcionamento
- **Separata BTE n.º 1, de 28/01/2011**
Projeto de Decreto-Lei que estabelece as regras a que deve obedecer a realização de estágios profissionais, incluindo os que tenham como objetivo a aquisição de uma habilitação profissional legalmente exigível para o acesso ao exercício de determinada profissão.
- **Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho**
Altera os Decretos-Leis n.os 74/2006, de 24 de março, 316/76, de 29 de abril, 42/2005, de 22 de fevereiro, e 67/2005, de 15 de março, promovendo o aprofundamento do Processo de Bolonha no ensino superior, assim como uma maior simplificação e desburocratização de procedimentos no âmbito da autorização de funcionamento de cursos, introduzindo medidas que garantem maior flexibilidade no acesso à formação superior, criando o regime legal de estudante a tempo parcial, permitindo a frequência de disciplinas avulsas por estudantes e não estudantes, apoiando os diplomados estagiários e simplificando o processo de comprovação da titularidade dos graus e diplomas.
- **Portaria 401/2007, de 5 de abril**
Aprova o Regulamento dos Regimes de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso no Ensino Superior.
- **Decreto-Lei n.º 196/2006, de 10 de outubro**
Atribui ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior a competência para proceder à simplificação e integração num regime comum das regras a que está sujeito o reingresso, mudança de curso ou transferência para cursos de licenciatura e para ciclos de estudos integrados conducentes ao grau de mestre dos estudantes oriundos de estabelecimentos de ensino superior nacionais e estrangeiros.
- **Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de fevereiro**
Aprova os princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior.
- **Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto**
Segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior.
- **Despacho n.º 10543/2005 (2.ª série), de 11 de maio**
Através do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de fevereiro, foram aprovados os princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior. Entre estes princípios constam os que se referem ao sistema europeu de transferência de créditos (*European credit transfer system*). Nos termos do artigo 43.º daquele diploma, as suas disposições aplicam-se, com carácter obrigatório.
- **Lei n.º 26/2000, de 23 de agosto**
Aprova a organização e ordenamento do ensino superior.
- **Decreto-Lei n.º 289/91, de 10 de agosto**
Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 89/48/CEE, de 21 de dezembro, relativa ao reconhecimento de diplomas de ensino superior.
- **Portaria n.º 6/83, de 3 de janeiro**

Estatuto da carreira docente universitária, da carreira de investigação científica, da carreira docente do ensino superior politécnico, bem como das demais carreiras médicas vieram consagrar nas suas disposições o regime da dedicação exclusiva.

- [Lei n.º 5/73, de 25 de julho](#)
Aprova as bases a que deve obedecer a reforma do sistema educativo.

ENTIDADES REGULARORAS

- [Diretiva n.º 1/2021, de 8 de janeiro](#)
Aprova as tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços em 2021.
- [Regulamento n.º 1129/2020, de 30 de dezembro](#)
Aprova o Regulamento das Relações Comerciais dos Setores Elétrico e do Gás e revoga o Regulamento n.º 561/2014, de 22 de dezembro, e o Regulamento n.º 416/2016, de 29 de abril.
- [Diretiva \(extrato\) n.º 16/2020, de 24 de dezembro](#)
Aprova os perfis de consumo, de produção e de autoconsumo aplicáveis em 2021.

ESTATUTO DA OET

- [Lei n.º 157/2015, de 17 de setembro](#)
Segunda alteração ao Estatuto da Ordem dos Engenheiros Técnicos, em conformidade com a [Lei n.º 2/2013](#), de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais
- [Lei n.º 47/2011, de 27 de julho](#)
Cria a Ordem dos Engenheiros Técnicos e aprova o respectivo Estatuto e procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 349/99, de 2 de setembro

ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS

- [Decreto-Lei n.º 74/2017, de 21 de junho](#)
Implementa as medidas SIMPLEX+ 2016 «Livro de reclamações on-line», «Livro de reclamações amarelo» e «Atendimento Público avaliado».
- [Portaria n.º 239/2011, de 21 de junho](#)
Identifica os elementos que as meras comunicações prévias e as comunicações prévias com prazo previstas no Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, devem conter.
- [Decreto-Lei n.º 48/2011, de 01 de abril](#)
Simplifica o regime de acesso e de exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa «Licenciamento zero», no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 49/2010, de 12 de novembro, e pelo artigo 147.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro.
- [Decreto-Lei n.º 118/2009, de 19 de maio](#)

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro, que estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os estabelecimentos onde se forneçam bens e se prestem serviços aos consumidores.

- **Portaria n.º 418/2009, de 16 de abril**
Fixa a metodologia para a determinação da valia do Projeto (VP) para efeitos de avaliação e pontuação dos Projetos de instalação e modificação dos estabelecimentos de comércio alimentar e misto, de comércio não alimentar e de conjuntos comerciais.
- **Portaria n.º 417/2009, de 16 de abril**
Estabelece as regras de funcionamento das Comissões de Autorização Comercial (COMAC).
- **Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de abril**
Estabelece o regime jurídico da designação, competência e funcionamento das entidades que exercem o poder de autoridades de saúde.
- **Decreto-Lei n.º 21/2009, de 19 de janeiro**
No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 42/2008, de 27 de agosto, estabelece o regime jurídico de instalação e de modificação dos estabelecimentos de comércio a retalho e dos conjuntos comerciais.
- **Decreto-Lei n.º 207/2008, de 23 de outubro**
Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 147/2006, de 31 de julho, que aprova o Regulamento das Condições Higiénicas e Técnicas a Observar na Distribuição e Venda de Carnes e Seus Produtos, revogando os Decretos-Leis n.os 402/84, de 31 de dezembro, e 158/97, de 24 de junho.
- **Lei n.º 42/2008, de 27 de agosto**
Autoriza o Governo a rever o regime jurídico de instalação e de modificação dos estabelecimentos de comércio a retalho e dos conjuntos comerciais em matéria de taxas e a adaptar o regime geral das contra-ordenações às infrações decorrentes da violação das regras fixadas para aquelas unidades comerciais.
- **Decreto-Lei n.º 177/2008, de 26 de agosto**
Estabelece o regime jurídico aplicável aos mercados abastecedores e revoga o Decreto-Lei n.º 258/95, de 30 de Setembro.
- **Decreto-Lei n.º 42/2008, de 10 de março**
Aprova o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de comércio a retalho exercida por feirantes, bem como o regime aplicável às feiras e aos recintos onde as mesmas se realizam.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/M, de 4 de março**
Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 259/2007, de 17 de julho, que estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a instalação e modificação dos estabelecimentos de comércio alimentar e de certos estabelecimentos de comércio não alimentar e de prestação de serviços.
- **Portaria n.º 1635/2007, de 31 de dezembro**
Altera o n.º 1.3.6 do anexo i do Regulamento de Execução do Sistema de Incentivos a Projetos de Urbanismo Comercial (URBCOM), aprovado pela Portaria n.º 188/2004, de 26 de fevereiro.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 26/2007/A, de 7 de dezembro**
Estabelece um regime de autorização prévia para a instalação ou modificação de estabelecimentos comerciais na Região Autónoma dos Açores.

- **Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de novembro**
Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro, estabelecendo a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os estabelecimentos onde se forneçam bens e se prestem serviços aos consumidores.
- **Decreto-Lei n.º 329/2007, de 8 de outubro**
Regula a produção, controlo, certificação e comercialização de materiais de propagação e de plantação de espécies hortícolas, com excepção das sementes, e de materiais de propagação de fruteiras e de fruteiras destinadas à produção de frutos, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/124/CE, da Comissão, de 5 de dezembro, na parte em que altera a Diretiva n.º 92/33/CEE, do Conselho, de 28 de abril, relativa à comercialização de material de propagação e plantação de espécies hortícolas.
- **Decreto-Lei n.º 318/2007, de 26 de setembro**
Aprova um regime especial de aquisição imediata e de aquisição online de marca registada e altera o Código da Propriedade Industrial, o Código do Registo Comercial, o Decreto-Lei n.º 145/85, de 8 de maio, o Decreto-Lei n.º 111/2005, de 8 de julho, o Decreto-Lei n.º 125/2006, de 29 de junho, e o regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e de liquidação de entidades comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março.
- **Lei n.º 37/2007, de 14 de agosto**
Aprova normas para a proteção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo.
- **Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho**
Estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as Diretivas n.os 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio.
- **Portaria n.º 657-A/2006, de 20 de julho**
Aprova o Regulamento do Registo Comercial.
- **Portaria n.º 657-C/2006, de 20 de julho**
Regula a designação, o funcionamento e as funções do sítio na Internet que permite a constituição online de sociedades comerciais e civis sob a forma comercial do tipo por quotas e anónima, bem como a utilização dos meios de autenticação electrónica e de assinatura electrónica, na indicação dos dados e na entrega de documentos, conforme dispõe o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 125/2006, de 29 de junho.
- **Decreto-Lei n.º 125/2006, de 29 de junho**
Cria a «empresa on-line», através de um regime especial de constituição on-line de sociedades comerciais e civis sob forma comercial, e cria a «marca na hora», alterando o regime do Registo Nacional de Pessoas Colectivas, o Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado, o Decreto-Lei n.º 8-B/2002, de 15 de janeiro, e o Decreto-Lei n.º 111/2005, de 8 de julho.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 1/2006/M, de 3 de janeiro**
Estabelece o regime de autorização a que estão sujeitas a instalação e a modificação dos estabelecimentos de comércio a retalho e de comércio por grosso em livre serviço e a instalação dos conjuntos comerciais.
- **Portaria n.º 1297/2005, de 20 de dezembro**
Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo de Modernização do Comércio.

- **Portaria n.º 827/2005, de 14 de setembro**
Estabelece as condições da venda de medicamentos não sujeitos a receita médica (MNSRM).
- **Decreto-Lei n.º 143/2005, de 26 de agosto**
Altera o Decreto-Lei n.º 178/2004, de 27 de julho, que cria o Fundo de Modernização do Comércio, no âmbito do Ministério da Economia.
- **Decreto-Lei n.º 134/2005, de 16 de agosto**
Estabelece o regime da venda de medicamentos não sujeitos a receita médica fora das farmácias.
- **Decreto-Lei n.º 81/2005, de 20 de abril**
Actualiza o regime da primeira venda de pescado fresco.
- **Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro**
Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2001/45/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde para a utilização de equipamentos de trabalho, e revoga o Decreto-Lei n.º 82/99, de 16 de março.
- **Portaria n.º 1068/2004, de 26 de agosto**
Revoga a Portaria n.º 991/2000, de 17 de outubro, que criou o sistema de incentivos a Projetos integradores da função comercial.
- **Portaria n.º 620/2004, de 7 de junho**
Fixa as taxas a que se refere o artigo 30.º da Lei n.º 12/2004, de 30 de março (taxas de instalação de estabelecimentos de comércio a retalho e de comércio por grosso e a instalação de conjuntos comerciais).
- **Portaria n.º 520/2004, de 20 de maio**
Estabelece a fórmula para o cálculo da valia dos Projetos, a metodologia para a sua determinação e as restantes regras técnicas necessárias para a avaliação, pontuação e hierarquização dos Projetos.
- **Portaria n.º 519/2004 de 20 de maio**
Estabelece as fases para apresentação de pedidos de autorização a que se refere o n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 12/2004, de 30 de março.
- **Declaração de Retificação n.º 33/2004, de 16 de abril**
De ter sido retificada a Portaria n.º 188/2004, do Ministério da Economia, que aprova o Regulamento de Execução do sistema de Incentivos a Projetos de Urbanismo Comercial (URBCOM), publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 48, de 26 de fevereiro de 2004.
- **Lei n.º 12/2004, de 30 de março**
Estabelece o regime de autorização a que estão sujeitas a instalação e a modificação de estabelecimentos de comércio a retalho e de comércio por grosso em livre serviço e a instalação de conjuntos comerciais.
- **Decreto-Lei n.º 197/2003, de 27 de agosto**
Altera a CAE - Rev. 2 constante do anexo ao Decreto-Lei n.º 182/93, de 14 de maio, que revê a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2002, de 7 de novembro**
Aprova um conjunto de medidas a adotar na área da segurança alimentar.

- **Portaria n.º 113-A/2002, de 7 de fevereiro**
Altera a Portaria n.º 317-B/2000 de 31 de maio, que cria o Sistema de Incentivos a Projetos de Urbanismo Comercial (URBCOM).
- **Decreto-Lei n.º 9/2002, de 24 de janeiro**
Estabelece restrições à venda e consumo de bebidas alcoólicas e altera os Decretos-Lei n.º 122/79, de 8 de maio, 252/86, de 25 de agosto, 168/97, de 4 de junho, e 370/99, de 18 de setembro.
- **Decreto-Lei n.º 20/2001, de 30 de janeiro**
Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 1999/89/CE do Conselho de 15 de novembro, que altera a Diretiva n.º 91/494/CEE, do Conselho, de 26 de junho relativa às condições da polícia sanitária que regem o comércio intracomunitário e as importações provenientes de países terceiros de carnes frescas de aves de capoeira.
- **Portaria n.º 1061/2000, de 31 de outubro**
Aprova o modelo de alvará de licença de utilização relativo aos estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 370/99, de 18 de setembro.
- **Portaria n.º 317-B/2000, de 31 de maio**
Cria o Sistema de Incentivos a Projetos de Urbanismo Comercial (URBCOM).
- **Decreto-Lei n.º 447/99, de 3 de novembro**
Altera o Decreto-Lei n.º 375/98, de 24 de novembro, que adapta as normas sanitárias relativas à produção e à colocação no mercado dos produtos da pesca destinados ao consumo humano, e transpõe a Diretiva n.º 97/79/CE, do Conselho, de 18 de dezembro.
- **Decreto-Lei n.º 425/99, de 21 de outubro**
Altera o Regulamento da Higiene dos Géneros Alimentícios, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 67/98, de 18 de março.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 17/99/M, 29 de abril**
Cria um regime de autorização prévia de licenciamento comercial na Região Autónoma dos Açores.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 7/99/M, de 2 de março**
Define o regime jurídico para a instalação de unidades comerciais de dimensão relevante na Região Autónoma da Madeira.
- **Decreto-Lei n.º 417/98, de 31 de dezembro**
Altera algumas disposições do Regulamento das Condições Higiénicas e Técnicas a Observar na Distribuição e Venda de Carnes e seus Produtos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/97 de 24 de junho.
- **Decreto-Lei n.º 243/98, 7 de agosto**
Altera o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 304/87, de 4 de agosto, que regulou o regime legal da primeira venda de pescado fresco.
- **Decreto-Lei n.º 101/98, de 21 de abril**
Altera o Decreto-Lei n.º 259/95, de 30 de setembro (estabelece novas condições de realização das feiras e mercados grossistas).

- **Portaria n.º 252/96, de 10 de julho**
Altera a Portaria n.º 971/94 de 29 de outubro (aprova o Regulamento das Condições Sanitárias de Produção de Carnes Frescas e Sua Colocação no Mercado).
- **Portaria n.º 154/96, de 15 de maio**
Define o conceito relativo ao estabelecimento designado como «loja de conveniência».
- **Portaria n.º 153/96, de 15 de maio**
Aprova o horário de funcionamento das grandes superfícies comerciais contínuas.
- **Decreto-Lei n.º 184/94, de 1 de julho**
Cria o Programa de Apoio à Modernização do Comércio (PROCOM).
- **Decreto-Lei n.º 252/93, de 14 de julho**
Altera o Decreto-Lei n.º 122/79, de 8 de maio (regulamenta a venda ambulante).
- **Decreto-Lei n.º 251/93, de 14 de julho**
Altera o Decreto-Lei n.º 252/86 (regulamenta a atividade de comércio a retalho exercida pelos feirantes).
- **Portaria n.º 742/92, de 24 de julho**
Estabelece Regras sobre a produção, comercialização e consumo de iogurte e de leites fermentados.
- **Decreto-Lei n.º 9/91, de 8 de janeiro**
Determina a aplicabilidade do disposto no Decreto-Lei n.º 190/89 de 6 de junho, às grandes superfícies de comércio grossista.
- **Decreto-Lei n.º 237/90, de 24 de julho**
Altera o Decreto-Lei n.º 304/87, de 4 de agosto (estabelece o regime de primeira venda de pescado fresco).
- **Despacho Normativo n.º 109/89, 15 de dezembro**
Revoga o Despacho Normativo n.º 148/83, de 25 de junho, que estabelece normas sobre licenciamento de supermercados.
- **Portaria n.º 506/89, de 5 de julho**
Estabelece os requisitos e trâmites a que devem obedecer a instalação e licenciamento das lotas.
- **Decreto-Lei n.º 190/89, de 6 de junho**
Sujeita a localização prévia de grandes superfícies comerciais.
- **Decreto Regulamentar Regional n.º 22/88/M, de 5 de dezembro**
Aplica à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 304/87, de 4 de agosto, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 281/88, de 12 de agosto, que estabelece o regime da primeira venda de pescado fresco.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/88, de 6 de janeiro**
Estabelece medidas relativas à implementação do Regulamento Geral de Higiene e Segurança no Trabalho nos Estabelecimentos Comerciais, de Escritórios e Serviços e nos serviços da Administração Pública.
- **Decreto-Lei n.º 243/86, de 20 de agosto**
Aprova o Regulamento Geral de Higiene e Segurança do Trabalho nos Estabelecimentos Comerciais, de Escritório e Serviços.

- **Portaria n.º 424/85, de 5 de julho**
Determina a definição de centro comercial.
- **Decreto-Lei n.º 340/82, de 25 de agosto**
Estabelece o regime de ocupação e exploração de lugares e estabelecimentos nos mercados municipais.
- **Portaria n.º 559/76, de 7 de setembro**
Aprova o regulamento de inspeção e fiscalização hígio-saniitárias do pescado.

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

- **Decreto-Lei n.º 99/2011, de 28 de setembro**
Altera o regime de licenciamento e fiscalização da prestação de serviços e dos estabelecimentos de apoio social, regulado pelo Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, contemplando os princípios de simplificação e agilização do regime de licenciamento previstos no Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, e actualiza as remissões e referências legislativas constantes do Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março.
- **Portaria n.º 262/2011, de 31 de agosto**
Estabelece as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento das creches.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 17/2011/A, de 6 de junho**
Estabelece o regime jurídico de acesso e de exercício da atividade de organização de campos de férias.
- **Decreto-Lei n.º 32/2011, de 7 de março**
Estabelece o regime jurídico de acesso e de exercício da atividade de organização de campos de férias.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 1/2011/M, de 10 de janeiro**
Adapta à Região Autónoma da Madeira a Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, com a redação dada pela Lei n.º 17-A/2006, de 26 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 255/2007, de 13 de julho, que estabelece o regime jurídico do transporte colectivo de crianças e jovens até aos 16 anos.
- **Decreto-Lei n.º 163/2009, de 22 de julho**
Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 304/2003, de 9 de dezembro, que estabelece o regime jurídico de acesso e de exercício da atividade de promoção e organização de campos de férias.
- **Decreto-Lei n.º 119/2009, de 19 de maio**
Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de dezembro, que aprova o regulamento que estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, conceção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respectivo equipamento de superfície.
- **Decreto-Lei n.º 118/2009, de 19 de maio**
Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro, que estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os estabelecimentos onde se forneçam bens e se prestem serviços aos consumidores.
- **Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro**
Aprova o Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (SCIE).

- **Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro**
Estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios.
- **Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de novembro**
Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro, estabelecendo a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os estabelecimentos onde se forneçam bens e se prestem serviços aos consumidores.
- **Lei n.º 37/2007, de 14 de agosto**
Aprova normas para a proteção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo.
- **Portaria n.º 127-A/2007, de 25 de janeiro**
Estabelece o ajustamento anual da rede escolar com a consequente criação, extinção e transformação de escolas.
- **Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto**
Aprova o regime de acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, revogando o Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de maio.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 23/2006/A, de 12 de junho**
Estabelece o regime jurídico do transporte colectivo de crianças.
- **Lei n.º 17-A/2006, de 26 de maio**
Primeira alteração à Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, (transporte colectivo de crianças).
- **Decreto Legislativo Regional n.º 16/2006/M, de 2 de maio**
Aprova o Estatuto das Creches e dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Região Autónoma da Madeira.
- **Despacho n.º 16 835 (II série), de 30 de julho**
Atribui competências ao director regional de educação para apreciação dos Projetos de edifícios destinados ao ensino escolar.
- **Decreto-Lei n.º 109/2005, de 8 de julho**
Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 304/2003, de 9 de dezembro, que estabelece o regime jurídico de acesso e de exercício da atividade de promoção e organização de campos de férias.
- **Decreto Regulamentar n.º 4/2002/A, de 21 de janeiro**
Estabelece as normas referentes à criação, características, funcionamento e financiamento dos centros de atividades de tempos livres.
- **Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2001/A, de 29 de novembro**
Aprova o Estatuto dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar na região Autónoma dos Açores.
- **Lei n.º 26/2000, de 23 de agosto**
Aprova a organização e ordenamento do ensino superior.
- **Decreto-Lei n.º 190/2000, de 16 de agosto**

Estabelece um regime excepcional para a realização de obras em prédios destinados a centros educativos, aquisição de bens e serviços e recrutamento de pessoal para o Instituto de Reinserção Social.

- **Despacho Normativo n.º 27/99, de 25 de maio**
Determina que as escolas profissionais devem desenvolver as suas capacidades em instalações que proporcionem as condições de habitabilidade e de segurança e devem encontrar-se devidamente licenciadas pelas entidades competentes.
- **Portaria n.º 364/98, de 26 de junho**
Fixa os valores das taxas a aplicar nos processos de licenciamento de estabelecimentos de apoio social.
- **Despacho Conjunto n.º 414/97 (II série), de 3 de novembro**
Define as normas que regulamentam a nomeação do júri do concurso de acesso ao apoio financeiro a prestar pelo Estado no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Expansão da Educação Pré-Escolar.
- **Despacho Conjunto n.º 300/97 (II série), de 4 de setembro**
Define as normas que regulam as comparticipações familiares.
- **Despacho Conjunto n.º 291/97 (II série), de 4 de setembro**
Aprova o regime dos concursos para acesso ao financiamento para infraestruturas bem como para equipamento e apetrechamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar.
- **Despacho Conjunto n.º 268/97 (II série), de 25 de agosto**
Define os mecanismos de apoio à criação e funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar, bem como o correspondente sistema de incentivos financeiros.
- **Despacho Conjunto n.º 258/97 (II série), de 21 de agosto**
Define os princípios pedagógicos, organizacionais e medidas de segurança a que deve obedecer o equipamento utilizado nos diversos estabelecimentos de educação pré-escolar.
- **Despacho n.º 5520/97 (II série), de 4 de agosto**
Define as orientações curriculares para a educação pré-escolar.
- **Despacho n.º 4734/97 (II série), de 26 de julho**
Define o apoio financeiro para aquisição de material nos estabelecimentos públicos do Ministério da Educação.
- **Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de junho**
Estabelece o ordenamento jurídico do desenvolvimento e expansão de rede nacional de educação pré-escolar e define o respectivo sistema de organização e financiamento.
- **Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro**
Lei Quadro da Educação Pré-Escolar.
- **Despacho Normativo n.º 96/89, de 21 de outubro**
Estabelece as Normas Reguladoras das Condições da Instalação e Funcionamento dos Centros de Atividades de Tempos Livres com Fins Lucrativos.
- **Decreto-Lei n.º 30/89, de 24 de janeiro**
Disciplina o licenciamento, funcionamento e fiscalização dos estabelecimentos de apoio social com fins lucrativos.

- **Lei n.º 46/86, de 14 de outubro**
Lei de bases do Sistema Educativo.
- **Decreto-Lei n.º 2/86, de 2 de janeiro**
Define os princípios básicos a que devem obedecer os lares, com suporte em entidades públicas ou privadas, como forma de resposta social dirigida aos menores transitória ou definitivamente desinseridos do meio familiar.
- **Decreto-Lei n.º 158/84, de 17 de maio**
Estabelece e define o regime jurídico aplicável à atividade que, no âmbito das respostas da segurança social, é exercida pelas amas e as condições do seu enquadramento em creches familiares.
- **Decreto-Lei n.º 46 847, de 27 de janeiro de 1966**
Proíbe a passagem de linhas aéreas de alta tensão sobre recintos escolares.
- **Decreto-Lei n.º 44 220, de 3 de março de 1962**
Define os afastamentos mínimos entre os recintos escolares e os cemitérios e estabelecimentos insalubres, incómodos e perigosos.
- **Decreto-Lei n.º 37 575, de 8 de outubro de 1949**
Estabelece a proteção dos edifícios escolares.

ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO OU DE BEBIDAS

- **Portaria n.º 239/2011, de 21 de junho**
Identifica os elementos que as meras comunicações prévias e as comunicações prévias com prazo previstas no Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, devem conter.
- **Portaria n.º 215/2011, de 31 de maio**
Estabelece os requisitos específicos relativos a instalações, funcionamento e regime de classificação aplicáveis aos estabelecimentos de restauração ou bebidas, incluindo aos integrados em empreendimentos turísticos e às secções acessórias de restauração ou de bebidas instaladas em estabelecimentos comerciais com outra atividade.
- **Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril**
Simplifica o regime de acesso e de exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa «Licenciamento zero», no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 49/2010, de 12 de novembro, e pelo artigo 147.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro.
- **Lei n.º 16/2010, de 30 de julho**
Excepciona os bares, cantinas e refeitórios das associações sem fins lucrativos do regime geral de licenciamento.
- **Decreto-Lei n.º 267/2009, de 29 de setembro**
Estabelece o regime jurídico da gestão de óleos alimentares usados.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 13/2009/M, de 28 de maio**
Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19 de junho, que aprova o novo regime de instalação e funcionamento dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas.
- **Decreto-Lei n.º 118/2009, de 19 de maio**

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro, que estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os estabelecimentos onde se forneçam bens e se prestem serviços aos consumidores.

- **Decreto-Lei n.º 101/2008, de 16 de junho**
Estabelece o regime jurídico dos sistemas de segurança privada dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas e revoga o Decreto-Lei n.º 263/2001, de 28 de setembro.
- **Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de novembro**
Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro, estabelecendo a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os estabelecimentos onde se forneçam bens e se prestem serviços aos consumidores.
- **Lei n.º 37/2007, de 14 de agosto**
Aprova normas para a proteção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo.
- **Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto**
Aprova o regime de acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, revogando o Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de maio.
- **Declaração de Retificação n.º 19-Q/2002, de 10 de maio**
De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 57/2002, do Ministério da Economia, que altera o Decreto-Lei n.º 168/97, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos estabelecimentos de restauração e bebidas, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 59, de 11 de março de 2002.
- **Decreto-Lei n.º 9/2002, de 24 de janeiro**
Estabelece restrições à venda e consumo de bebidas alcoólicas e altera os Decretos-Lei n.ºs 122/79, de 8 de maio, 252/86, de 25 de agosto, 168/97, de 4 de junho, e 370/99, de 18 de setembro.
- **Decreto-Lei n.º 222/2000, de 9 de setembro**
Altera o artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 168/97 de 4 de julho que aprova o regime jurídico de Estabelecimentos de Restauração e de Bebidas.
- **Portaria n.º 25/2000, de 26 de janeiro**
Aprova os modelos, fornecimento e distribuição das placas de classificação dos estabelecimentos hoteleiros, dos meios complementares de alojamento turístico, dos parques de campismo públicos, das casas e empreendimentos de turismo no espaço rural, dos parques de campismo privados, bem como placas identificativas dos estabelecimentos de restauração e bebidas. Revoga as Portarias n.ºs 1070/97, de 23 de outubro, e 60/98, de 12 de fevereiro.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 28/99/M, de 28 de agosto**
Adapta à Região Autónoma da Madeira do Decreto-Lei n.º 168/97, de 4 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 139/99, de 24 de abril, e respectivo Decreto Regulamentar n.º 38/97, de 25 de setembro, que aprova o regime jurídico da instalação e funcionamento dos estabelecimentos de restauração e bebidas.
- **Declaração de Retificação n.º 10-AR/99, de 30 de junho**
De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 139/99 de 24 de abril, que altera algumas disposições do Decreto-Lei n.º 168/97 de 4 de julho, que aprovou o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos estabelecimentos de restauração e bebidas.

- **Decreto-Lei n.º 139/99, de 24 de abril**
Altera algumas disposições do Decreto-Lei n.º 168/97 de 4 de julho, que aprovou o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos estabelecimentos de restauração e bebidas.
- **Decreto Regulamentar n.º 4/99, de 1 de abril**
Altera o Decreto Regulamentar n.º 38/97, de 25 de setembro, que regula os estabelecimentos de restauração e bebidas.
- **Portaria n.º 26/99, de 16 de janeiro**
Estabelece as condições objectivas em que os estabelecimentos de restauração e bebidas que disponham de espaços ou salas destinados a dança ou onde habitualmente se dance são obrigados a dispor de sistemas de segurança privada.
- **Portaria n.º 930/98, de 24 de outubro**
Aprova o modelo de alvará de licença de utilização turística e o modelo de alvará de licença de utilização para serviços de restauração e de bebidas.
- **Portaria n.º 1071/97, de 23 de outubro**
Aprova os mecanismos inerentes à implementação e organização do registo dos empreendimentos turísticos e dos estabelecimentos de restauração e de bebidas classificados como típicos.
- **Portaria n.º 1068/97, de 23 de outubro**
Aprova os sinais normalizados dos empreendimentos turísticos, dos estabelecimentos de restauração e de bebidas e das casas e empreendimentos de turismo de carácter geral e dos serviços por eles prestados.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/88, de 6 de janeiro**
Estabelece medidas relativas à implementação do Regulamento Geral de Higiene e Segurança no Trabalho nos Estabelecimentos Comerciais, de Escritórios e Serviços e nos serviços da Administração Pública.
- **Decreto-Lei n.º 243/86, de 20 de agosto**
Aprova o Regulamento Geral de Higiene e Segurança do Trabalho nos Estabelecimentos Comerciais, de Escritório e Serviços.

ESTÁGIOS

- **Portaria n.º 198/2015, de 6 de julho**
Fixa o número máximo de estagiários a seleccionar anualmente e estabelece os prazos das candidaturas e a data de início dos estágios no âmbito do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central
- **Decreto-Lei n.º 66/2011, de 1 de junho**
Estabelece as regras a que deve obedecer a realização de estágios profissionais extracurriculares, no uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 146.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro.
- **Decreto-Lei n.º 65/2010, de 11 de junho**
Adapta à administração local o regime de estágios da Administração Pública.
- **Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de março**
Estabelece o regime do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública e revoga o Decreto-Lei n.º 326/99, de 18 de agosto.

- **Portaria n.º 262/2009, de 12 de março**
Altera a Portaria n.º 131/2009, de 30 de janeiro, que regulamenta o programa de Estágios Qualificação-Emprego.
- **Portaria n.º 1256/2005, de 2 de dezembro**
Regulamenta o Programa Estágios Profissionais na Administração Pública.

ESTRUTURAS

- **Decreto-Lei n.º 301/2007, de 23 de agosto**
Estabelece as condições a que deve obedecer a especificação e produção dos betões de ligantes hidráulicos, assim como as disposições relativas à execução das estruturas de betão, e revoga o Decreto-Lei n.º 330/95 de 14 de dezembro.
- **Portaria n.º 217/2003, de 10 de março**
Extingue a Subcomissão de Regulamentos de Estruturas de Betão Armado e Pré-Esforçado, a Subcomissão de Regulamentos de Solicitações em Edifícios, Pontes e Estruturas e a Subcomissão de Instituição do Regulamento de Estruturas Metálicas.
- **Portaria n.º 246/98, de 21 de abril**
Aprova as Normas de Construção de Barragens.
- **Decreto-Lei n.º 330/95, de 14 de dezembro**
Aprova o Regulamento de Betões e Ligantes Hidráulicos.
- **Decreto-Lei n.º 11/90, de 6 de janeiro**
Aprova o Regulamento de Segurança de Barragens.
- **Decreto-Lei n.º 211/86, de 31 de julho**
Aprova o Regulamento de Estruturas de Aço para Edifícios. Revoga o Decreto n.º 46 160, de 19 de janeiro de 1965.
- **Decreto-Lei n.º 357/85, de 2 de setembro**
Alarga o período transitório previsto nos diplomas que aprovaram o Regulamento e Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes e o Regulamento de Estruturas de Betão Armado e Pré-Esforçado.
- **Portaria n.º 50/85, de 25 de janeiro**
Regulamento da Marca Nacional de Conformidade com as Normas de Cimentos.
- **Decreto-Lei n.º 235/83, de 31 de maio**
Aprova o Regulamento de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes.
- **Decreto-Lei n.º 599/76, de 23 de julho**
Alteração ao Regulamento de Estruturas de Betão Armado, aprovado pelo Decreto 47 723 de 20 de maio de 1967.
- **Decreto n.º 48446, de 22 de junho de 1968**
Suspende a aplicação do disposto no § 1.º do artigo 2.º do Regulamento de Estruturas de Betão Armado, aprovado pelo Decreto n.º 47723.

➤ **Decreto n.º 47723, de 20 de maio de 1967**

Aprova o Regulamento de Estruturas de Betão Armado - Revoga o Regulamento do Betão Armado, aprovado pelo Decreto n.º 25948 com as alterações introduzidas pelos Decretos n.os 33021 e 42873, e considera igualmente revogadas as disposições relativas a estruturas de betão armado constantes dos artigos 11.º a 14.º do Regulamento de Segurança das Construções contra os Sismos, aprovado pelo Decreto n.º 41658.

➤ **Decreto n.º 46 658, de 31 de maio de 1958**

Regulamento de Segurança das Construções contra os Sismos.

EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

➤ **Lei n.º 28/2018, de 29 de março**

Estabelece uma presunção de entrada legal na concessão de autorização de residência para o exercício de atividade profissional, procedendo à sétima alteração à [Lei n.º 23/2007](#), de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional

➤ **Lei n.º 25/2018, de 14 de junho**

Procede à segunda alteração da [Lei n.º 31/2009](#), de 3 de julho, que aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são aplicáveis, e à primeira alteração à [Lei n.º 41/2015](#), de 3 de junho, que estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção

➤ **Decreto Legislativo Regional n.º 14/2015/M**

Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 37/2015, de 10 de março, que estabelece o regime de acesso e exercício de profissões e de atividades profissionais

➤ **Lei n.º 40/2015, de 01 de junho**

Estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, coordenação de projetos, direção de obra pública ou particular, condução da execução dos trabalhos das diferentes especialidades nas obras particulares de classe 6 ou superior e de direção de fiscalização de obras públicas ou particulares, procedendo à primeira alteração à [Lei n.º 31/2009](#), de 3 de julho

➤ **Lei n.º 41/2012, de 28 de agosto**

Procede à primeira alteração à [Lei n.º 9/2009](#), de 4 de março, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º [2005/36/CE](#), do Parlamento e do Conselho, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e a Diretiva n.º [2006/100/CE](#), do Conselho, de 20 de novembro, que adapta determinadas diretivas no domínio da livre circulação de pessoas, em virtude da adesão da Bulgária e da Roménia

➤ **Portaria n.º 96/2012, de 05 de abril**

Especifica as profissões regulamentadas abrangidas nos setores das obras públicas, transportes e comunicações e designa as respetivas autoridades competentes para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais, nos termos da Lei n.º 9/2009, de 4 de março.

➤ **Portaria n.º 1379/2009, de 30 de outubro**

Regulamenta as qualificações específicas profissionais mínimas exigíveis aos técnicos responsáveis pela elaboração de Projetos, pela direcção de obras e pela fiscalização de obras.

- **Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de agosto**
Aprova o regime jurídico do título de especialista a que se refere o artigo 48.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que aprovou o regime jurídico das instituições de ensino superior.
- **Lei n.º 31/2009, de 3 de julho**
Aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de Projetos, pela fiscalização de obra e pela direcção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são aplicáveis e revoga o Decreto n.º 73/73, de 28 de fevereiro.
- **Portaria n.º 193/2005, de 17 de fevereiro**
Actualiza a relação das disposições legais e regulamentares a observar pelos técnicos responsáveis dos Projetos de obras e sua execução.
- **Portaria n.º 69/2003, de 20 de janeiro**
Actualiza a relação das disposições legais e regulamentares a observar pelos técnicos responsáveis dos Projetos de obras e sua execução.
- **Portaria n.º 1104/2001, de 17 de setembro**
Actualiza, relativamente ao ano de 2000, a relação das disposições legais e regulamentares a observar pelos técnicos responsáveis dos Projetos de obras e sua execução.
- **Portaria n.º 1101/2000, de 20 de novembro**
Aprova a relação das disposições legais a observar pelos técnicos responsáveis dos Projetos de obras e sua execução.
- **Decreto-Lei n.º 292/95, de 14 de novembro**
Estabelece os princípios relativos à definição das qualificações oficiais a exigir aos autores dos Planos Municipais de Ordenamento do Território e das operações de loteamentos.
- **Decreto n.º 11988, de 29 de julho de 1926**
Declara que a designação de «engenheiro» pertence aos diplomados com qualquer dos cursos nacionais indicados neste decreto.

EXPLOSIVOS

- **Portaria n.º 1231/2010, de 9 de dezembro**
Fixa as taxas devidas à administração pela prática de atos relacionados com a organização e andamento dos processos de licenciamento dos estabelecimentos de fabrico e armazenagem de produtos explosivos.
- **Portaria n.º 637/2005, de 4 de agosto**
Define o regime aplicável por força de caducidade de alvarás e licenças dos estabelecimentos de fabrico e armazenagem de produtos explosivos.
- **Decreto-Lei n.º 87/2005, de 23 de maio**
Define o regime aplicável por força de caducidade de alvarás e licenças dos estabelecimentos de fabrico e de armazenagem de produtos explosivos.

- **Decreto-Lei n.º 139/2003, de 2 de julho**
Prorroga, pelo período de dois anos, o prazo de caducidade dos alvarás e licenças de fabrico ou de armazenagem de produtos explosivos, fixado no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 139/2002, de 17 de Maio.
- **Decreto-Lei n.º 474/88, de 22 de dezembro**
Altera algumas disposições dos Regulamentos sobre o Fabrico, Armazenagem, Comercialização e Emprego de Produtos Explosivos e sobre Fiscalização de Produtos Explosivos, submetendo a licenciamento prévio a venda e lançamento das chamadas «bombas de Carnaval».
- **Portaria n.º 29/74, de 16 de janeiro**
Aprova o Regulamento das Condições de Higiene e Segurança do Trabalho e das Instalações para as Indústrias de Explosivos e de Pirotécnica.

EXPROPRIAÇÕES E ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS

- **Decreto-Lei n.º 123/2010, de 12 de novembro**
Cria um regime especial das expropriações necessárias à realização de infraestruturas que integram candidaturas beneficiárias de co-financiamento por fundos comunitários, bem como das infraestruturas afectas ao desenvolvimento de plataformas logísticas, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 31/2010, de 2 de setembro.
- **Lei n.º 31/2010, de 2 de setembro**
Autoriza o Governo a criar um regime especial das expropriações necessárias à realização de infraestruturas que integram candidaturas beneficiárias de co-financiamento por fundos comunitários, bem como das infraestruturas afectas ao desenvolvimento de plataformas logísticas.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 20/2009/M, de 3 de agosto**
Estabelece os princípios gerais de aquisição, gestão e alienação dos bens móveis do domínio privado da Região Autónoma da Madeira.
- **Decreto-Lei n.º 94/2009, de 27 de abril**
Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 125/2002, de 10 de maio, que regula as condições de exercício das funções de perito e de árbitro no âmbito dos procedimentos para a declaração de utilidade pública e para a posse administrativa dos processos de expropriação previstos no Código das Expropriações.
- **Lei n.º 56/2008, de 4 de setembro**
Procede à quarta alteração ao Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro.
- **Decreto-Lei n.º 12/2007, de 19 de janeiro**
Altera o Decreto-Lei n.º 125/2002, de 10 de maio, que regula as condições de exercício das funções de perito e de árbitro no âmbito dos procedimentos para a declaração de utilidade pública e para a posse administrativa dos processos de expropriação previstos no Código das Expropriações.
- **Portaria n.º 788/2004, de 9 de julho**
Determina os cursos superiores que habilitam ao exercício de perito avaliador (Decreto-Lei n.º 125/2002, de 10 de maio).
- **Despacho Normativo n.º 30-A/2004, de 30 de junho**

Altera o Despacho Normativo n.º 27-A/2001, de 31 de maio, que define as normas, termos e condições a que deve obedecer a venda de imóveis, a realizar mediante hasta pública ou por ajuste directo, com as alterações introduzidas pelo Despacho Normativo n.º 29/2002, de 26 de abril.

➤ **Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro**

Primeira alteração à Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro, que aprova o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, primeira alteração à Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro, que aprova o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, e primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 134/98, de 15 de maio, que aprova o regime jurídico do recurso contencioso dos atos administrativos relativos à formação dos contratos de empreitada de obras públicas, de prestação de serviços e de fornecimento de bens.

➤ **Portaria n.º 493/2002, de 27 de abril**

Fixa a remuneração de □ 100 por cada imóvel ou conjunto de bens móveis a avaliar nos termos do n.º 18 do artigo 201º do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).

➤ **Despacho Normativo n.º 29/2002, de 26 de abril**

Altera o Despacho Normativo n.º 27-A/2001, de 31 de maio, que define as normas, termos e condições a que deve obedecer a alienação de imóveis, a realizar através de hasta pública ou por ajuste directo, durante o ano de 2001.

➤ **Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro**

Aprova o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (revoga o Decreto-Lei n.º 129/84, de 27 de abril) e procede à 3.ª alteração do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março, alterado pela Lei n.º 163/99, de 14 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 159/2000, de 27 de julho, à 42.ª alteração do Código do Processo Civil, à 1.ª alteração da Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, e à 2.ª alteração da lei n.º 11/87, de 7 de abril, alterada pelo Decreto-Lei n.º 224-A/96, de 26 de novembro.

➤ **Decreto-Lei n.º 172/95, de 18 de julho**

Regulamento do Cadastro Predial.

➤ **Decreto-Lei n.º 44/94, de 19 de fevereiro**

Regula o exercício da função de perito avaliador nos processos de avaliação.

➤ **Decreto Regulamentar n.º 21/93, de 15 de julho**

Regula o recrutamento dos peritos avaliadores.

➤ **Decreto-Lei n.º 141/88, de 22 de abril**

Alienação de fogos de habitação social propriedade do Estado.

F

FINANÇAS E IMPOSTOS

➤ **Decreto-Lei n.º 5/2021, de 11 de janeiro**

Estabelece as regras aplicáveis aos bens imóveis do domínio privado do Estado e dos institutos públicos sitos no estrangeiro ou afetos ou a afetar a outros Estados ou a organizações internacionais, bem como os termos da regularização, entre entidades públicas, de situações carecidas de formalização relativas à transmissão, uso ou afetação de património imobiliário público.

- **Portaria n.º 8/2021, de 7 de janeiro**
Aprova os modelos de impressos destinados ao cumprimento da obrigação declarativa prevista no n.º 1 do artigo 57.º do Código do IRS e respetivas instruções de preenchimento.
- **Portaria n.º 7/2021, de 7 de janeiro**
Fixa a percentagem a afetar ao Fundo de Estabilização Tributário.
- **Aviso n.º 21113/2020, de 31 de dezembro**
Estabelece a taxa de referência para o cálculo das bonificações (TRCB) a vigorar no 1.º semestre de 2021.
- **Portaria n.º 309-D/2020, de 31 de dezembro**
Altera (terceira alteração) a Portaria n.º 278/2012, de 14 de setembro, que regulamenta a implementação gradual do princípio da onerosidade, através da determinação dos termos em que é devida a contrapartida pelos serviços, organismos ou demais entidades utilizadoras de espaços públicos.
- **Portaria n.º 309-A/2020, de 31 de dezembro**
Altera a Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro, que aprova a lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada, claramente mais favoráveis.
- **Lei n.º 75-C/2020, de 31 de dezembro**
Aprova a Lei das Grandes Opções para 2021-2023.
- **Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro**
Aprova o Orçamento do Estado para 2021.
- **Decreto-Lei n.º 109/2020, de 31 de dezembro**
Estabelece uma isenção de imposto do selo sobre as apólices de seguros de crédito à exportação, apólices de seguros caução e garantias bancárias na ordem externa.
- **Despacho n.º 12622/2020, de 29 de dezembro**
Regulamenta o pedido de reembolso do pagamento especial por conta do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 29/2020, de 31 de julho, e altera a regulamentação da suspensão temporária do pagamento por conta do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, nos termos do artigo 2.º do mesmo diploma.
- **Portaria n.º 304/2020, de 29 de dezembro**
Aprova a declaração modelo 58 para cumprimento da obrigação declarativa de comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) de determinados mecanismos internos ou transfronteiriços com relevância fiscal, conforme previsão da Lei n.º 26/2020, de 21 de julho, e respetivas informações gerais e instruções de preenchimento.
- **Portaria n.º 303/2020, de 28 de dezembro**
Regulamenta a apresentação do pedido de autorização prévia no procedimento de regularização previsto nos artigos 78.º-B e 78.º-C do Código do IVA e aprova os modelos e respetivas instruções.
- **Portaria n.º 300/2020, de 24 de dezembro**
Aprova a Declaração Modelo 10 - Rendimentos e retenções - Residentes, e respetivas instruções de preenchimento.

- **Declaração de retificação n.º 34/2020, de 1 de setembro**
Declaração de Retificação à Lei n.º 48/2020, de 24 de agosto, «Altera o Código do IRS e a Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro»
- **Portaria n.º 98/2020, de 20 de abril**
Procede à alteração da Portaria n.º 320-A/2011, de 30 de dezembro - criação da Direção de Serviços de Apoio e Defesa do Contribuinte
- **Portaria n.º 57/2020, de 4 de março**
Fixa o valor da «taxa sanitária e de segurança alimentar mais» para o ano de 2020
- **Portaria n.º 42/2020, de 14 de fevereiro**
Fixa a taxa do adicionamento sobre as emissões de CO₂ (índice 2) previsto no artigo 92.º-A do CIEC e o valor do adicionamento resultante da aplicação dessa taxa aos fatores de adicionamento relativos a cada produto
- **Portaria n.º 397/2019, de 21 de novembro**
Princípio da onerosidade
- **Portaria n.º 289/2019, de 5 de setembro**
Regulamenta os aspetos complementares da fatura eletrónica
- **Decreto-Lei n.º 67/2019, de 21 de maio**
Procede ao agravamento do imposto municipal sobre imóveis relativamente a prédios devolutos em zonas de pressão urbanística
- **Portaria n.º 319/2018, de 12 de dezembro**
Portaria que aprova a declaração modelo 39 e respetivas instruções de preenchimento
- **Decreto-Lei n.º 52/2018, de 25 de junho**
Altera o Registo Nacional de Pessoas Coletivas e cria a certidão online das Pessoas Coletivas
- **Portaria n.º 379/2017, de 19 de dezembro**
Portaria que fixa o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a vigorar no ano de 2018
- **Lei n.º 92/2017, de 22 de agosto**
Obriga à utilização de meio de pagamento específico em transações que envolvam montantes iguais ou superiores a EUR 3 000, alterando a Lei Geral Tributária e o Regime Geral das Infrações Tributárias
- **Portaria n.º 180/2017, de 31 de maio**
Portaria que aprova o novo modelo de declaração e respetivas instruções, designado por Declaração de Títulos de Compensação Extrassalarial (Modelo 18), para cumprimento da obrigação referida no n.º 2 do artigo 126.º do Código do IRS
- **Portaria n.º 11/2017, de 09 de janeiro**
Aprova a lista de prédios para efeitos de avaliação de IMI
- **Lei n.º 40/2016, de 19 de dezembro**

Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao [Decreto-Lei n.º 41/2016](#), de 1 de agosto, que altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, o Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias, o [Decreto-Lei n.º 185/86](#), de 14 de julho, o Código do Imposto do Selo, o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Código do Imposto Único de Circulação

- [Decreto Legislativo Regional n.º 24/2016/M, de 28 de junho](#)
Cria o Código Fiscal do Investimento na Região Autónoma da Madeira
- [Lei n.º 5/2016, de 29 de fevereiro](#)
Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 442-B/88](#), de 30 de novembro, transpondo a Diretiva [2015/121/UE](#), do Conselho, de 27 de janeiro de 2015
- [Lei n.º 67/2015, de 6 de julho](#)
Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 442-A/88](#), de 30 de novembro, alargando o âmbito da dedução das despesas de saúde e clarificando as relativas a despesas com creches
- [Declaração de Retificação n.º 18/2014, de 13 de março](#)
Declaração de retificação à [Lei n.º 2/2014](#), de 16 de janeiro, que «Procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 442-B/88](#), de 30 de novembro, o [Decreto Regulamentar n.º 25/2009](#), de 14 de setembro, e o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 442-A/88](#), de 30 de novembro», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 11, de 16 de janeiro de 2014
- [Portaria n.º 372/2013, de 27 de dezembro](#)
Aprova a declaração modelo 30 para cumprimento da obrigação declarativa a que se refere o n.º 7 do artigo 119.º do Código do IRS e o artigo 128.º do Código do IRC e respetivas instruções de preenchimento
- [Portaria n.º 373/2013, de 27 de dezembro](#)
Aprova as instruções de preenchimento da declaração Modelo 13 e revoga a [Portaria n.º 415/2012](#), de 17 de dezembro
- [Despacho normativo n.º 11/2013, de 27 de dezembro](#)
Elimina obrigações declarativas no âmbito do IVA
- [Portaria n.º 6/2013, de 10 de janeiro](#)
Aprova a Declaração Mensal de Remunerações - AT e as respetivas instruções de preenchimento e revoga a [Portaria n.º 426-C/2012](#), de 28 de dezembro
- [Lei n.º 49/2011, de 7 de setembro](#)
Aprova uma sobretaxa extraordinária sobre os rendimentos sujeitos a IRS auferidos no ano de 2011, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro.
- [Portaria n.º 363/2010, de 23 de junho](#)
Regulamenta a certificação prévia dos programas informáticos de facturação do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.
- [Portaria n.º 293/2010, de 31 de maio](#)

Revoga o n.º 9.º da Portaria n.º 523/2003, de 4 de julho, que aprova o modelo da declaração de pagamento de retenções na fonte de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) e do imposto do selo (IS).

- **Portaria n.º 988/2009, de 7 de setembro**
Aprova o novo modelo da declaração periódica de IVA a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º do Código do IVA e respetivas instruções de preenchimento.
- **Decreto-Lei n.º 136-A/2009, de 5 de junho**
Altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, dispensando de algumas obrigações declarativas os sujeitos passivos que não possuam nem sejam obrigados a possuir contabilidade organizada e reduzindo o prazo das garantias exigidas para obtenção de reembolsos do imposto.
- **Portaria n.º 54/2009, de 21 de janeiro**
Aprova o novo modelo de impresso da declaração de aquisição e ou alienação de valores mobiliários, a que se refere o artigo 138.º do Código do IRS, e respetivas instruções de preenchimento.
- **Portaria n.º 1448/2008, de 16 de dezembro**
Aprova os novos modelos de impressos a que se refere o n.º 1 do artigo 57.º do código de IRS.
- **Declaração de Retificação n.º 44-A/2008, de 13 de agosto**
Retifica o Decreto-Lei n.º 102/2008, de 20 de junho, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, que, no uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 91.º da Lei n.º 67-A/2007, de 31 de dezembro, altera e republica o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro, e o regime do IVA nas transações intracomunitárias, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 290/92, de 28 de dezembro, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 118, de 20 de junho de 2008.
- **Lei n.º 26-A/2008, de 27 de junho**
Altera o Código do IVA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/94, de 26 de dezembro, e procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de agosto.
- **Decreto-Lei n.º 108/2008, de 26 de junho**
No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 91.º da Lei n.º 67-A/2007, de 31 de dezembro, altera e republica o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho.
- **Lei n.º 65-A/2007, de 26 de novembro**
Autoriza o Governo a alterar o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro, e o regime do IVA nas transações intracomunitárias, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 290/92, de 28 de dezembro, transpondo as Diretivas n.ºs 2006/69/CE e 2006/112/CE, ambas do Conselho, respectivamente, de 24 de julho e de 28 de novembro.
- **Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro**
Aprova a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3.
- **Decreto-Lei n.º 361/2007, de 2 de novembro**
Introduz alterações ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, dando execução à autorização legislativa constante do artigo 50.º da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de dezembro, e aperfeiçoando obrigações acessórias de carácter declarativo conexas com o processo de pré-preenchimento das declarações periódicas de rendimentos.

- **Portaria n.º 1370/2007, de 19 de outubro**
Estabelece as condições a observar na transposição dos ficheiros informáticos produzidos pelos programas de facturação para suportes electrónicos não regraváveis, destinados a substituir, para efeitos fiscais, os respetivos arquivos em papel.
- **Decreto-Lei n.º 196/2007, de 15 de maio**
Regula as condições técnicas para a emissão, conservação e arquivamento das facturas ou documentos equivalentes emitidos por via electrónica, nos termos do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.
- **Portaria n.º 210/2007, de 20 de fevereiro**
Aprova os novos modelos e as respetivas instruções de preenchimento das declarações de inscrição no registo/início, alterações e cessação de atividade, a que se referem os artigos 112.º do Código do IRS, 109.º do Código do IRC e 30.º a 32.º do Código do IVA.
- **Portaria n.º 121/2007, de 25 de janeiro**
Elimina a participação de início, suspensão ou cessação de atividade profissional dos trabalhadores independentes.
- **Portaria n.º 3-A/2007, de 2 de janeiro**
Regulamenta o n.º 4 do artigo 71.º-A aditado ao Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC) pelo Decreto-Lei n.º 66/2006, de 22 de março, fixando o valor da isenção do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos para os biocombustíveis, e regula o processo de reconhecimento da isenção para operadores económicos de maior dimensão e pequenos produtores dedicados.
- **Decreto-Lei n.º 238/2006, de 20 de dezembro**
Introduz alterações ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, ao Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias, ao Código do Imposto do Selo, ao Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, ao Código do Imposto sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, à lei geral tributária, ao Código do Procedimento Tributário e a legislação fiscal complementar, simplificando e racionalizando obrigações e procedimentos, no sentido da diminuição dos custos de cumprimento impostos aos contribuintes.
- **Decreto-Lei n.º 150/2006, de 2 de agosto**
Altera o regulamento de cobrança e reembolsos do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e o imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 492/88, de 30 de dezembro.
- **Portaria n.º 90/2006, de 27 de janeiro**
Fixa o custo médio de construção por metro quadrado e do factor de capitalização da renda anual dos prédios arrendados para vigorar em 2006.
- **Lei n.º 57/2005, de 13 de dezembro**
Altera o artigo 21.º do Código do IVA, no sentido de consagrar o direito à dedução de despesas com biocombustíveis e de reajustar o regime do direito à dedução de despesas resultantes da organização e participação em congressos, feiras, exposições, seminários, conferências e similares.
- **Decreto-Lei n.º 211/2005, de 7 de dezembro**
Introduz alterações aos Códigos de IRS, IRC, Selo, IMI, IMT e ao RITI e legislação complementar, aperfeiçoando e simplificando as obrigações acessórias impostas aos contribuintes.

- **Lei n.º 50/2005, de 30 de agosto**
Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, a lei geral tributária e o Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária.
- **Decreto-Lei n.º 124/2005, de 3 de agosto**
Altera o Decreto-Lei n.º 492/88, de 30 de dezembro, e o Decreto-Lei n.º 229/95, 11 de setembro, que regulamentam a cobrança e as formas de reembolso, respectivamente, do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares e das pessoas colectivas e do imposto sobre valor acrescentado.
- **Lei n.º 39/2005, de 24 de junho**
Altera o Código do IVA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro, e legislação complementar, procedendo ao aumento da taxa normal deste imposto.
- **Portaria n.º 1426/2004, de 25 de novembro**
Aprova os coeficientes de localização mínimos e máximos a aplicar em cada município, previstos no artigo 42.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI).
- **Portaria n.º 982/2004, de 4 de agosto**
Aprova e dá publicidade aos coeficientes a fixar dentro dos limites estabelecidos no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), bem como aprova e dá publicidade ao custo médio de construção e aos coeficientes de capitalização da renda anual para a determinação do valor patrimonial tributário dos prédios urbanos arrendados com rendas degradadas que sejam transmitidos.
- **Portaria n.º 894/2004, de 22 de julho**
Aprova os modelos oficiais da matriz predial urbana informatizada e da caderneta predial de prédio urbano.
- **Decreto-Lei n.º 92/2004, de 20 de abril**
No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 107-B/2003, de 31 de dezembro, estabelece a forma, extensão e limites da interconexão de dados entre os serviços da administração fiscal e as instituições da segurança social.
- **Portaria n.º 51/2004, de 16 de janeiro**
Estabelece o envio por transmissão electrónica de dados da declaração de "Comunicação de Rendimentos e Retenções".
- **Decreto-Lei n.º 17/2004, de 15 de janeiro**
Altera o artigo 119.º do Código do IRS.
- **Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro**
No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 26/2003, de 30 de julho, aprova o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, altera o Código do Imposto de Selo, altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais e os Códigos do IRS e do IRC e revoga o Código da Contribuição Predial e do Imposto sobre a Indústria Agrícola, o Código da Contribuição Autárquica e o Código do Imposto Municipal de Sisa e do Imposto sobre as Sucessões e Doações.
- **Decreto-Lei n.º 128/2003, de 26 de junho**
Altera os prazos de entrega do pagamento especial por conta de 2003.

- **Lei n.º 14/2003, de 30 de maio**
Altera o n.º 22 do artigo 11.º e o artigo 33.º do Código da Sisa e do Imposto sobre as Sucessões e Doações, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 41 969, de 24 de novembro de 1958.
- **Portaria n.º 1423-H/2003, de 16 de março**
Aprova a declaração do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis.
- **Lei n.º 16-B/2002, de 31 de maio**
Autoriza o Governo a alterar o Código do IRS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, revendo o regime jurídico das mais-valias estabelecido pela Lei n.º 30-G/2000, de 29 de dezembro, bem como a alterar o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo DL n.º 215/89, de 1 de julho, revendo o regime aplicável aos rendimentos dos fundos de investimento.
- **Portaria n.º 493/2002, de 27 de abril**
Fixa a remuneração de □ 100 por cada imóvel ou conjunto de bens móveis a avaliar nos termos do n.º 18 do artigo 201º do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).
- **Decreto-Lei n.º 198/2001, de 3 de julho**
Reforma a tributação do rendimento e adopta medidas destinadas a combater a evasão e fraude fiscais, alterando o Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Colectivas, o Estatuto dos Benefícios Fiscais, a Lei Geral Tributária, o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Código de Procedimento e de Processo Tributário e legislação avulsa.
- **Lei n.º 30-G/2000, de 29 de dezembro**
Revê o código do Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, o Código do imposto sobre pessoas colectivas e o Estatuto dos benefícios fiscais e legislação avulsa que dispõe sobre regime de benefícios fiscais.
- **Decreto-Lei n.º 533/99, de 11 de dezembro**
Alteração dos códigos do registo predial e do registo comercial.
- **Decreto-Lei n.º 477/99, de 9 de novembro**
Cria, em sede de IRC, um crédito fiscal e por investimento em bens do activo imobilizado corpóreo para proteção ambiental para os exercícios de 1999, 2000 e 2001.
- **Decreto-Lei n.º 73/99, de 16 de março**
Estabelece o regime dos juros de mora das dívidas ao Estado e outras entidades.
- **Decreto-Lei n.º 129/98, de 13 de maio**
Estabelece o regime jurídico do Registo Nacional de Pessoas Colectivas.
- **Decreto-Lei n.º 43/98, de 3 de março**
Aprova o Regulamento da Contribuição Especial, devida pela valorização dos imóveis beneficiados com a realização da CRIL, CREL, CRIP, CREP, travessia ferroviária do Tejo, troços ferroviários complementares, extensões do metropolitano de Lisboa e outros investimentos.
- **Decreto-Lei n.º 206/90, de 26 de junho**
Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88 de 30 de novembro (5.ª alteração).
- **Decreto-Lei n.º 353/89, de 16 de outubro**

Altera o Decreto-Lei n.º 513-Z/79 de 27 de dezembro, sobre as competências da Inspeção Geral das Finanças.

- **Lei n.º 20/89, de 28 de julho**
Autoriza o Governo a legislar em matéria de isenções fiscais para os deficientes motores.

FLORESTAS

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2018, de 06 de setembro**
Define uma nova orientação estratégica para o ordenamento florestal
- **Portaria n.º 46/2018, de 12 de fevereiro**
Procede à alteração de várias portarias do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR2020)
- **Portaria n.º 15-B/2018, de 12 de janeiro**
Define as habilitações mínimas, exigidas para elaboração e subscrição de projetos no âmbito das ações de arborização e de rearborização, com recurso a espécies florestais, para efeitos da autorização e da comunicação prévia previstas nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, alterado e republicado pela Lei n.º 77/2017, de 17 de agosto, bem como o seu registo
- **Portaria n.º 15-A/2018, de 12 de janeiro**
Estabelece as normas técnicas essenciais a considerar no âmbito da elaboração de projetos de arborização e de rearborização, do respetivo processo de análise e decisão, e da sua execução
- **Lei n.º 111/2017, de 19 de dezembro**
Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 66/2017, de 12 de junho, que estabelece o regime jurídico de reconhecimento das entidades de gestão florestal
- **Resolução da Assembleia da República n.º 268/2017, de 13 de dezembro**
Recomenda ao Governo maior investimento na prevenção de incêndios e na defesa da floresta

FUNÇÃO PÚBLICA

- **Portaria n.º 12-A/2021, de 21 de janeiro**
Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal de recrutamento, nos termos do n.º 2 do artigo 37.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 01 de julho**
Aprova o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050
- **Lei n.º 6/2019, de 14 de janeiro**
Altera a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, quanto à caducidade dos processos disciplinares e às condições de exercício de funções públicas por aposentados ou reformados
- **Lei n.º 25/2017, de 30 de maio**
Aprova o regime da valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público, procede à segunda alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e à quarta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, e revoga a Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro

- **Lei n.º 84/2015, de 07 de agosto**
Primeira alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, consagrando a meia jornada como nova modalidade de horário de trabalho
- **Lei n.º 35/2014, de 20 de junho**
Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 57/2013, de 30 de agosto**
Aprova um regime excecional de dispensa de serviço público dos trabalhadores da Administração Pública que cumulativamente detenham a qualidade de bombeiro voluntário, quando sejam chamados pelo respetivo corpo de bombeiros para combater um incêndio florestal
- **Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto**
Estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas e procede à quinta alteração à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de agosto, e à quinta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.
- **Lei n.º 59/2008, 11 de setembro**
Aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas.
- **Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro**
Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores Que Exercem Funções Públicas.
- **Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro**
Estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social no que respeita às condições de aposentação e cálculo de pensões.
- **Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de junho**
Estabelece os princípios gerais em matéria de emprego público, remunerações e gestão de pessoal da função pública.

G

GÁS

- **Decreto-Legislativo Regional n.º 23/2019/A, de 6 de novembro**
Aprova o Regime Jurídico das Instalações de Gás Combustível em Imóveis na Região Autónoma dos Açores
- **Decreto Legislativo Regional n.º 12/2019/M, de 14 de agosto**
Estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios, adiante designadas por instalações de gás, e dos aparelhos que aquelas abastecem, com exceção dos aparelhos alimentados diretamente por garrafas de gás colocadas no local do consumo, bem como a definição do sistema de supervisão e regulação das atividades a elas associadas.
- **Directiva n.º 12/2019, de 1 de julho**
Tarifas e preços de gás natural para o ano gás 2019-2020 e parâmetros para o período de regulação 2020-2023
- **Regulamento n.º 362/2019, de 23 de abril**
Alteração do Regulamento de Acesso às Redes, às Infraestruturas e às Interligações de gás natural

- **Regulamento n.º 361/2019, de 23 de abril**
Aprovação do Regulamento Tarifário do setor do gás natural **Declaração de Retificação n.º 28/2018, de 23 de agosto**
- Declaração de retificação à **Lei n.º 59/2018**, de 21 de agosto, «Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao **Decreto-Lei n.º 97/2017**, de 10 de agosto, que estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios»
- **Lei n.º 59/2018, de 21 de agosto**
Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao **Decreto-Lei n.º 97/2017**, de 10 de agosto, que estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios
- **Diretiva n.º 13/2017, de 21 de setembro**
Aprova o Manual de Procedimentos de Acesso às Infraestruturas do setor de gás natural.
- **Decreto-Lei n.º 13/2016, de 09 de março**
Estabelece disposições em matéria de segurança de operações de petróleo e gás no offshore de petróleo e gás, transpondo a **Diretiva n.º 2013/30/UE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de junho de 2013
- **Despacho n.º 9288/2015, de 17 de agosto**
Projetistas/responsáveis técnicos, seguros de postos de abastecimento
- **Lei n.º 15/2015, de 16 de fevereiro**
Estabelece os requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais que atuam na área dos gases combustíveis, dos combustíveis e de outros produtos petrolíferos, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.os 2005/36/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno, e procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro
- **Decreto-Lei n.º 15/2015, de 30 de janeiro**
Altera os Decretos-Leis n.os 74/2012, de 26 de março, 75/2012, de 26 de março, 66/2010, de 11 de junho, e 104/2010, de 29 de setembro, no sentido de alterar a forma de fixação do período de aplicação das respetivas tarifas transitórias para fornecimentos de gás natural e eletricidade aos clientes finais com consumos anuais inferiores ou iguais a 10 000 m3 e com consumos em baixa tensão normal
- **Diretiva n.º 13/2014, de 30 de julho**
Aprova o modelo de relatório relativo aos procedimentos dos casos fortuitos ou de força maior no gás natural
- **Portaria n.º 193-A/2013, de 27 de maio**
Primeira alteração à Portaria n.º 1213/2010, de 2 de dezembro que aprova os requisitos para a atribuição e transmissão da licença da distribuição local de gás natural, os fatores de ponderação dos critérios de seleção e avaliação, o respetivo modelo de licença.
- **Lei n.º 13/2013, de 31 de janeiro**
Estabelece o regime jurídico para a utilização de gases de petróleo liquefeito (GPL) e gás natural comprimido e liquefeito (GN) como combustível em veículos
- **Decreto-Lei n.º 230/2012. D.R. n.º 208, Série I de 2012-10-26**

Procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 30/2006, de 15 de fevereiro, que estabelece os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do Sistema Nacional de Gás Natural (SNGN), bem como ao exercício das atividades de receção, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de gás natural, e à organização dos mercados de gás natural

➤ **Decreto-Lei n.º 231/2012. D.R. n.º 208, Série I de 2012-10-26**

Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 140/2006, de 26 de julho, que desenvolve os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do Sistema Nacional de Gás Natural, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 30/2006, de 15 de fevereiro, regulamentando o regime jurídico aplicável ao exercício das atividades de transporte, armazenamento subterrâneo, receção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito, à distribuição e comercialização de gás natural e à organização dos mercados de gás natural

➤ **Decreto Legislativo Regional n.º 18/2012/M. D.R., de 16 de agosto**

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Estabelece as disposições relativas ao projeto, à construção e à exploração de redes e ramais de distribuição alimentados com gases combustíveis da 3.ª família

➤ **Decreto Legislativo Regional n.º 19/2012/M. D.R., de 16 de agosto**

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Estabelece as normas a que ficam sujeitos os projetos de instalações de gás a incluir nos projetos de construção, ampliação ou reconstrução de edifícios, bem como o regime aplicável à execução da inspeção das instalações

➤ **Portaria n.º 235/2012, de 8 de agosto**

Altera a Portaria n.º 142/2011, de 6 de abril, que aprova o Regulamento da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural

➤ **Portaria n.º 190/2012, de 15 de junho**

Fixa o valor mínimo do seguro obrigatório de responsabilidade civil a celebrar pelas entidades inspetoras das redes, ramais de distribuição e instalações de gás e revoga a Portaria n.º 138/2011, de 5 de abril

➤ **Portaria n.º 314/2009, de 30 de março**

Fixa o valor mínimo do seguro obrigatório de responsabilidade civil a celebrar pelas entidades exploradoras das armazenagens e das redes e ramais de distribuição de gás, para o ano civil de 2009.

➤ **Decreto-Lei n.º 389/2007, de 30 de novembro**

Altera o Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, que estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos do petróleo e postos de abastecimento de combustíveis, e o Decreto-Lei n.º 125/97, de 23 de maio, que estabelece as disposições relativas ao Projeto, à construção e à exploração das redes e ramais de distribuição alimentadas com gases combustíveis da terceira família, simplificando o respectivo licenciamento.

➤ **Decreto-Lei n.º 140/2006, de 26 de julho**

Desenvolve os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do Sistema Nacional de Gás Natural, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 30/2006, de 15 de fevereiro, regulamentando o regime jurídico aplicável ao exercício das atividades de transporte, armazenamento subterrâneo, receção, armazenamento e regaseificação

de gás natural liquefeito, à distribuição e comercialização de gás natural e à organização dos mercados de gás natural, e que completa a transposição da Diretiva n.º 2003/55/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho.

- **Decreto-Lei n.º 23/2003, de 4 de fevereiro**
Altera o Decreto-Lei n.º 11/94, de 13 janeiro, que define o regime aplicável às servidões necessárias à implantação das infraestruturas das concessões de gás natural.
- **Decreto-Lei n.º 237/2002, de 5 de novembro**
Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2001/27/CE, da Comissão, de 10 de abril, alterando o Regulamento Respeitante ao Nível das Emissões Poluentes Provenientes dos Motores Alimentados a Diesel, Gás Natural Comprimido ou Gás de Petróleo Liquefeito Utilizados em Automóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 13/2002, de 26 de janeiro.
- **Portaria n.º 468/2002, de 24 de abril**
Aprova o regulamento para a Atribuição de Licenças para a Exploração de Postos de Enchimento de Gás Natural Carburante.
- **Portaria n.º 5/2002, de 4 de janeiro**
Aprova o Regulamento das Condições para Atribuição de Licenças de Distribuição e Fornecimento de Gás Natural através da Exploração de Redes Locais Autónomas.
- **Portaria n.º 1270/2001, de 8 de novembro**
Aprova o Regulamento de Segurança Relativo ao Projeto, Construção, exploração e Manutenção de Postos de Enchimento de Gás Natural.
- **Portaria n.º 690/2001, de 10 de julho**
Altera as Portarias n.ºs 386/94, de 16 de junho (Regulamento Técnico Relativo ao Projeto, Construção, Exploração e Manutenção de Redes de Distribuição e Gases Combustíveis), 316/98 de 26 de junho (Regulamento Técnico Relativo ao Projeto, Construção, Exploração e Manutenção das Instalações de Gás Combustível Canalizado em Edifícios) e 362/2000 de 20 de junho (Procedimentos Relativos às Inspeções e à Manutenção das Redes e Ramais de Distribuição e Instalações de Gás).
- **Portaria n.º 82/2001, de 8 de fevereiro**
Aprova o Estatuto das Entidades Exploradoras das Armazenagens e das Redes e Ramais de Distribuição de Gás.
- **Decreto-Lei n.º 14/2001, de 27 de janeiro**
Transpõe a Diretiva n.º 98/30/CE, de 22 de junho, relativa às regras comuns para a liberalização do mercado de gás natural.
- **Portaria n.º 625/2000, de 22 de agosto**
Estabelece os montantes máximos das taxas a cobrar pelas unidades inspetoras de redes e ramais de distribuição e instalações de gás.
- **Despacho n.º 16217/2000 (II série), de 9 de agosto**
Direcção Geral de Energia – reconhecimento do GASMED – Inspeção e Análise de Projetos de Gás, L.da, como entidade inspetora das redes e ramais de distribuição e instalações de gás, pelo um prazo de um ano.
- **Despacho n.º 16216/2000 (II série), de 9 de agosto**

Direcção Geral de Energia – reconhecimento da TOTALINSP– Inspeção de Sistemas Energéticos e Ambiente, S.A., como entidade inspectora das redes e ramais de distribuição e instalações de gás pelo um prazo de um ano.

- **Despacho n.º 16215/2000 (II série), de 9 de agosto**
Direcção Geral de Energia – reconhecimento do ISQ – Instituto de Soldadura e Qualidade como entidade inspectora das redes e ramais de distribuição e instalações de gás pelo um prazo de um ano.
- **Despacho n.º 16214/2000 (II série), de 9 de agosto**
Direcção Geral de Energia – reconhecimento do ITG – Instituto Tecnológico do Gás como entidade inspectora das redes e ramais de distribuição e instalações de gás pelo um prazo de um ano.
- **Portaria n.º 362/2000, de 20 de junho**
Aprova os Procedimentos Relativos às Inspeções e à Manutenção das Redes e Ramais de Distribuição e Instalações de Gás e o Estatuto das Entidades Inspectoras das Redes e Ramais de Distribuição e Instalações de Gás.
- **Decreto-Lei n.º 8/2000, de 8 de fevereiro**
Aprova a importação e transporte de gás natural liquefeito e estabelece o regime de licença para a distribuição e fornecimento de gás natural em regime de serviço público em zonas não abrangidas pela concessão de distribuição regional, alterando a redacção do Decreto-Lei n.º 374/89, de 25 de outubro.
- **Decreto-Lei n.º 7/2000, de 3 de fevereiro**
Estabelece os princípios a que deve obedecer o Projeto, a construção, a exploração e a manutenção do sistema de abastecimento de gás natural, alterando a redacção do Decreto-Lei n.º 232/90 de 16 de julho.
- **Decreto-Lei n.º 521/99, de 10 de dezembro**
Estabelece as normas a que ficam sujeitos os Projetos de instalações de gás a incluir nos Projetos de construção, ampliação ou reconstrução de edifícios, bem como o regime aplicável à execução da inspeção das instalações
- **Portaria n.º 1025/98, de 12 de dezembro**
Aprova o Regulamento da Armazenagem subterrânea de Gás Natural em Formações Salinas Naturais.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 150/98, de 23 de setembro**
Introduz o gás natural no mercado energético português.
- **Portaria n.º 361/98, de 26 de junho**
Aprova o Regulamento Técnico Relativo ao Projeto, Construção, Exploração e Manutenção das Instalações de Gás Combustível Canalizado em Edifícios. Revoga a Portaria n.º 364/94 de 11 de junho.
- **Decreto-Lei n.º 124/97, de 23 de maio**
Estabelece as disposições respeitantes à aprovação dos regulamentos de segurança das instalações de armazenagem de gases de petróleo liquefeitos (GLP) com capacidade até 200 m3 por recipiente e os relativos à construção e manutenção dos parques de garrafas de GLP, bem como a instalação de aparelhos a gás com potências elevadas.
- **Despacho Normativo n.º 684/94, de 26 de setembro**
Regulamenta o regime de apoio às infraestruturas públicas de transporte de gás natural.
- **Despacho Normativo n.º 683/94, de 26 de setembro**

Regulamenta o regime de apoio às infraestruturas públicas de distribuição de gás natural.

- **Despacho Normativo n.º 682/94, de 26 de setembro**
Regulamenta o regime de apoio à reconversão de consumos para gás natural.
- **Decreto-Lei n.º 152/94, de 26 de maio**
Define o regime jurídico das servidões necessárias à implantação de oleodutos-gasodutos para o transporte de gás petróleo liquefeito e produtos refinados.
- **Decreto-Lei n.º 11/94, de 13 de janeiro**
Define o regime aplicável às servidões necessárias à implantação das infraestruturas das concessões de gás natural.
- **Decreto-Lei n.º 274-A/93, de 4 de agosto**
Altera o Decreto-Lei n.º 374/89, de 25 de outubro (aprova o regime do serviço público de importação de gás natural liquefeito e gás natural, da recepção, armazenamento e tratamento do gás natural liquefeito, da produção de gás natural e dos seus gases de substituição e do seu transporte e distribuição).
- **Decreto-Lei n.º 178/92, de 14 de agosto**
Altera o Decreto-Lei n.º 262/89, de 17 de agosto (estabelece as normas relativas ao Projeto, execução, abastecimento e manutenção das instalações de gás combustível em imóveis, designadas abreviadamente por instalações de gás).
- **Decreto-Lei n.º 33/91, de 16 de janeiro**
Aprova as bases de concessão, em regime de serviço público, e construção das respetivas infraestruturas, de redes de distribuição de gás natural.
- **Portaria n.º 163-A/90, de 28 de fevereiro**
Define os elementos que constituem as instalações de gás combustível em imóveis.
- **Decreto-Lei n.º 263/89, de 17 de agosto**
Aprova o Estatuto das Entidades Instaladoras e Montadoras e define os grupos profissionais associados à indústria dos gases combustíveis.

H

HABITAÇÃO

- **Decreto Legislativo Regional n.º 3/2021/M**
Fixação do valor do metro quadrado de construção para o ano de 2021
- **Portaria n.º 29/2021, de 9 de fevereiro**
Procede à criação do Conselho Nacional de Habitação, enquanto órgão de consulta do Governo no domínio da política nacional de habitação e aprova o Regulamento do Conselho Nacional de Habitação, constante do anexo à presente portaria, da qual faz parte integrante.
- **Lei n.º 83/2019, de 03 de setembro**

Lei de bases da habitação

- [Decreto-Lei n.º 94/2019, de 16 de julho](#)
Aprova o plano de reabilitação de património público para arrendamento acessível
- [Portaria n.º 179/2019, de 07 de junho](#)
Estabelece os requisitos imperativos das várias garantias aplicáveis às garantias de seguro de arrendamento acessível
- [Decreto Legislativo Regional n.º 11/2019/A](#)
Programa Casa Renovada, Casa Habitada
- [Decreto-Lei n.º 68/2019, de 22 de maio](#)
Cria o Programa de Arrendamento Acessível
- [Lei n.º 10/2019, de 17 de fevereiro](#)
Cria o Observatório da Habitação, do Arrendamento e da Reabilitação Urbana para acompanhamento do mercado de arrendamento urbano nacional
- [Lei n.º 2/2019, de 09 de janeiro](#)
Autoriza o Governo a aprovar um regime especial de tributação que preveja a isenção de tributação dos rendimentos prediais decorrentes de arrendamento ou subarrendamento habitacional no âmbito do Programa de Arrendamento Acessível
- [Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro](#)
Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação
- [Resolução da Assembleia da República n.º 172/2018, de 11 de julho](#)
Recomenda ao Governo que implemente a obrigatoriedade de informação sobre operações urbanísticas de reabilitação nos negócios jurídicos sobre imóveis
- [Decreto-Lei n.º 37/2018, de 04 de junho](#)
Cria o 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação
- [Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2018, de 07 de maio](#)
Aprova o Programa Da Habitação ao Habitat
- [Decreto-Lei n.º 29/2018, de 04 de maio](#)
Estabelece o Porta de Entrada - Programa de Apoio ao Alojamento Urgente
- [Portaria n.º 366/2017, de 07/12/2017](#)
Aprova o regulamento de atribuição dos apoios a conceder ao abrigo do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitação Permanente.
- [Decreto-Lei n.º 151/2017, de 07/12/2017](#)
Altera o Regulamento da Habitação Legal para Conduzir, transpondo a [Diretiva 2016/1106/UE](#)
- [Declaração de Retificação n.º 9/2017, de 06 de abril](#)
Declaração de Retificação à [Resolução da Assembleia da República n.º 48/2017](#), de 20 de março - «Recomenda ao Governo que, em articulação com as regiões autónomas e os municípios, proceda ao levantamento das necessidades de realojamento e proteção social em matéria de habitação, a nível nacional, avalie a execução do

Programa Especial de Realojamento e crie um novo programa nacional de realojamento que garanta o efetivo acesso ao direito à habitação»

- **Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto**
Primeira alteração à [Lei n.º 81/2014](#), de 19 de dezembro, que «estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a [Lei n.º 21/2009](#), de 20 de maio, e os [Decretos-Leis n.os 608/73](#), de 14 de novembro, e [166/93](#), de 7 de maio
- **Decreto-Lei n.º 245/2015, de 20 de outubro**
Procede à sexta alteração ao [Decreto-Lei n.º 275/93](#), de 5 de agosto, que aprova o regime jurídico da habitação periódica, concretizando a transposição para a ordem jurídica interna da [Diretiva n.º 2008/122/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de janeiro de 2009
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2015, de 15 de julho**
Aprova a Estratégia Nacional para a Habitação para o período de 2015-2031
- **Portaria n.º 353/2013, de 4 de dezembro**
Fixa, para vigorar no ano de 2014, os preços da habitação por metro quadrado, consoante as zonas do País, para efeitos de cálculo da renda condicionada
- **Portaria n.º 79/2013, de 19 de fevereiro**
Fixa, para vigorar em 2013, o preço da habitação por metro quadrado de área útil, bem como as condições de alienação e a fórmula de cálculo do preço de venda dos terrenos destinados a programas de habitação de custos controlados
- **Portaria n.º 291/2011, de 4 de novembro**
Fixa, para o ano de 2012, os preços da habitação por metro quadrado, consoante as zonas do País, para efeitos de cálculo da renda condicionada.
- **Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 362/2011, de 14 de setembro**
Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das seguintes normas do Decreto-Lei n.º 211/2004, de 20 de agosto (exercício das atividades de mediação imobiliária e de angariação imobiliária): a) da norma contida no n.º 2 do artigo 4.º; b) das normas constantes dos artigos 6.º, n.º 4, alínea c), 25.º, n.º 2, alínea b), e 44.º, n.º 1, alínea d), na parte em que se reportam à violação e aos efeitos da condenação na sequência da violação do preceituado no n.º 2 do artigo 4.º do mesmo diploma.
- **Portaria n.º 54/2011, de 28 de janeiro**
Cria o serviço de disponibilização online de informação não certificada, existente sobre a descrição do prédio e a identificação do proprietário, designado por informação predial simplificada.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 22/2010/A, de 30 de junho**
Aprova o regime jurídico do combate à infestação por térmitas.
- **Resolução da Assembleia da República n.º 28/2010, de 12 de abril**
Propõe medidas no âmbito do programa de apoio financeiro Porta 65 - Arrendamento por jovens.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 22/2009/A, de 16 de dezembro**
Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 6/2002/A, de 11 de março, que estabelece o regime de comparticipação na recuperação de habitação degradada.

- **Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro**
No uso da autorização concedida pela Lei n.º 95-A/2009, de 2 de setembro, aprova o regime jurídico da reabilitação urbana.
- **Decreto-Lei n.º 306/2009, de 23 de outubro**
No uso da autorização concedida pela Lei n.º 95-A/2009, de 2 de setembro, procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados.
- **Portaria n.º 1068/2009, de 18 de setembro**
Aprova o Regulamento e a tabela de taxas do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.
- **Lei n.º 95-A/2009 de 2 de setembro**
Autoriza o Governo a aprovar o regime jurídico da reabilitação urbana e a proceder à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados.
- **Portaria n.º 24/2009, de 15 de janeiro**
Prorroga, por mais um ano, o prazo previsto no artigo 19.º da Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de novembro, prorrogado pela Portaria n.º 246/2008, de 27 de março.
- **Portaria n.º 1529-A/2008, de 26 de dezembro**
Fixa, para vigorar em 2008, o preço da habitação por metro quadrado de área útil (Pc) a que se refere a alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 141/88, de 22 de abril.
- **Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2008/A, de 9 de julho**
Terceira alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2003/A, de 6 de fevereiro, que regulamenta o regime jurídico da concessão dos apoios financeiros a obras de reabilitação, reparação e beneficiação em habitações degradadas, instituído pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2002/A, de 11 de março.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 14/2008/M, de 21 de maio**
Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 161/2006, de 8 de agosto, que aprova e regula as comissões arbitrais municipais - CAM, no âmbito do Novo Regime do Arrendamento Urbano - NRAU, aprovado pela Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro.
- **Portaria n.º 246/2008, de 27 de março**
Prorroga, por um ano, o prazo previsto no artigo 19.º da Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de novembro.
- **Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2008/A, de 14 de fevereiro**
Altera a regulamentação do regime jurídico da concessão dos apoios financeiros a obras de reabilitação, reparação e beneficiação em habitações degradadas, instituída pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2003/A, de 6 de fevereiro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2004/A, de 26 de março.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 189/2007, de 31 de dezembro**
Prorroga até 31 de dezembro de 2013 o período de vigência da Iniciativa de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005, de 7 de setembro.
- **Portaria n.º 1434/2007, de 6 de novembro**
Aprova as directrizes relativas à apreciação da qualidade construtiva, de localização excepcional, de localização e operacionalidade relativas e de estado deficiente de conservação.

- **Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2007/A, de 11 de maio**
Regulamenta o Decreto Legislativo Regional n.º 59/2006/A, de 29 de dezembro, que estabelece o regime jurídico dos apoios financeiros à construção, ampliação, alteração e aquisição de habitação própria permanente na Região Autónoma dos Açores.
- **Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2007/A, de 23 de março**
Regulamenta o Decreto Legislativo Regional n.º 21/2005/A, de 3 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos apoios à construção de habitação própria e à construção de habitação de custos controlados na Região Autónoma dos Açores.
- **Decreto-Lei n.º 54/2007, de 12 de março**
Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 135/2004, de 3 de junho, que aprova o PROHABITA - Programa de Financiamento para Acesso à Habitação e regula a concessão de financiamento para resolução de situações de grave carência habitacional de agregados familiares residentes no território nacional.
- **Declaração de Retificação n.º 15/2007, de 19 de fevereiro**
De ter sido retificado o Decreto Legislativo Regional n.º 59/2006/A, que estabelece o regime jurídico dos apoios financeiros à construção, ampliação, alteração e aquisição de habitação própria permanente na Região Autónoma dos Açores, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 249, de 29 de dezembro de 2006.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 59/2006/A, de 29 de dezembro**
Estabelece o regime jurídico dos apoios financeiros à construção, ampliação, alteração e aquisição de habitação própria permanente na Região Autónoma dos Açores.
- **Portaria n.º 1192-A/2006, de 3 de novembro**
Aprova o modelo único simplificado através do qual os senhorios e arrendatários dirigem pedidos e comunicações a diversas entidades, no âmbito da Lei n.º 6/6006, de 27 de fevereiro, que aprovou o Novo Regime do Arrendamento Urbano, e dos Decretos-Leis n.ºs 156/2006, 157/2006, 158/2006 e 161/2006, todos de 8 de agosto.
- **Declaração de Retificação n.º 68/2006, de 3 de outubro**
De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, da Presidência do Conselho de Ministros, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 153, de 9 de agosto de 2006.
- **Declaração de Retificação n.º 67/2006 de 3 de outubro**
De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 158/2006, da Presidência do Conselho de Ministros, que aprova os regimes de determinação do rendimento anual bruto corrigido e a atribuição do subsídio de renda, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 152, de 8 de agosto de 2006.
- **Decreto-Lei n.º 161/2006, de 8 de agosto**
Aprova e regula as comissões arbitrais municipais.
- **Decreto-Lei n.º 160/2006, de 8 de agosto**
Aprova os elementos do contrato de arrendamento e os requisitos a que obedece a sua celebração.
- **Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto**
Aprova a definição do conceito fiscal de prédio devoluto.
- **Decreto-Lei n.º 156/2006, de 8 de agosto**

Aprova o regime de determinação e verificação do coeficiente de conservação.

- **Declaração de Retificação n.º 24/2006, de 17 de abril**
De ter retificada a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro [aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), que estabelece um regime especial de actualização de rendas antigas, e altera o Código Civil, o Código do Processo Civil, o Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Código do Registo Predial] publicada no Diário da República, 1.ª série-A, n.º 41 de 27 de fevereiro de 2006.
- **Portaria n.º 86/2006, de 24 de janeiro**
Fixa as tabelas de subsídio de renda de casa para vigorarem no ano civil de 2006, bem como as rendas limite para vigorarem no mesmo período.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 21/2005/A, de 3 de agosto**
Estabelece o regime jurídico dos apoios à construção de habitação própria e à construção de habitação de custos controlados na Região Autónoma dos Açores.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 38/2004/A, de 20 de outubro**
Primeira alteração aos estatutos da Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas (SPRHI), S. A., aprovados pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2-A/2003/ de 5 de fevereiro.
- **Portaria n.º 1327/2004, de 19 de outubro**
Regulamenta os procedimentos administrativos previstos no Decreto-Lei n.º 211/2004, de 20 de agosto, que regula o regime jurídico das atividades de mediação imobiliária e de angariação imobiliária.
- **Portaria n.º 1326/2004, de 19 de outubro**
Define a avaliação da capacidade profissional, bem como os critérios de adequação da formação, no acesso e permanência nas atividades de mediação imobiliária e angariação imobiliária.
- **Portaria n.º 1324/2004, de 19 de outubro**
Fixa o montante mínimo de seguro de responsabilidade civil na atividade imobiliária.
- **Decreto-Lei n.º 211/2004, de 20 de agosto**
No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 8/2004 de 10 de março, regula o exercício das atividades de mediação imobiliária e de angariação imobiliária.
- **Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 12/2004/A, de 23 de julho**
Recomenda ao Governo Regional a adoção de medidas no âmbito do processo de reconstrução das habitações afectadas pelo sismo de 1998.
- **Portaria n.º 70-A/2004, de 16 de janeiro**
Fixa os preços máximos, por tipologias e zonas, para aquisição de fogos no ano de 2003.
- **Decreto-Lei n.º 240/2003, de 4 de outubro**
Altera o Decreto-Lei n.º 243/2002, de 5 de novembro, que definiu e regulou a fusão e consequente extinção do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) com o Instituto Nacional de Habitação (INH), em execução do disposto no artigo 2.º da Lei n.º 16-H/2002, de 31 de maio.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 17/2003/A, de 7 de abril**
Cria o Conselho Consultivo para a Reconstrução.

- **Decreto Legislativo Regional n.º 8/2003/A, de 12 de março**
Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 15-A/98/A, de 25 de setembro (estabelece os apoios a conceder aos sinistrados da crise sísmica de 9 de julho de 1998, com vista a promover a reconstrução das habitações afectadas, através da adoção de medidas excepcionais de carácter financeiro).
- **Decreto Legislativo Regional n.º 2-A/2003/A, de 5 de fevereiro**
Cria a Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas (SPRHI), S.A..
- **Decreto-Lei n.º 199/2002, de 25 de setembro**
Alarga aos municípios não aderentes ao Programa Especial de Realojamento (PER) e aos municípios situados fora das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto a possibilidade de transferência, sem qualquer contrapartida, do património do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE).
- **Decreto-Lei n.º 157/2002, de 2 de julho**
Estende às Regiões Autónomas, através dos respetivos Governos, os apoios concedidos pela administração central aos municípios no âmbito da habitação social e realojamento.
- **Declaração de Retificação n.º 23-F/2002, de 29 de junho**
De ter sido retificado o Decreto Legislativo Regional n.º 6/2002/A, da Região Autónoma dos Açores, que estabelece o regime jurídico da concessão dos apoios financeiros a obras de reabilitação, reparação e beneficiação em habitações degradadas através de uma comparticipação financeira em materiais e mão-de-obra, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 59, de 11 de março de 2002.
- **Portaria n.º 690/2002, de 21 de junho**
Define os preços de aquisição de fogos destinados a realojamentos a efectuar no âmbito do Programa REHABITA, para efeito da concessão das comparticipações a fundo perdido e dos empréstimos nele previstos.
- **Decreto-Lei n.º 25/2002 de 11 de fevereiro**
Altera o Decreto-Lei n.º 39/2001, de 9 de fevereiro, que regula o programa de apoio à realização urbana denominado "SOLARH", estabelecendo um regime emolumentar especial aplicável às pessoas singulares beneficiárias do programa quando procedam à realização de obras na sua habitação permanente.
- **Portaria n.º 1052/2001, de 27 de setembro**
Fixa, para vigorar em 2001, os preços máximos de aquisição, por tipologia e consoante as zonas do País, de fogos destinados aos programas municipais de realojamento e ao Programa Especial de Realojamento (PER).
- **Decreto-Lei n.º 115/2001, de 7 de abril**
Simplifica os procedimentos de alteração a planos municipais de ordenamento do território e alvarás de loteamento urbano no âmbito da execução e concretização dos programas de realojamento regulados pelo Decreto-Lei n.º 226/87, de 6 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 163/93 de 7 de maio (Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto), bem como dos programas de construção de habitação a custos controlados destinado a arrendamento.
- **Portaria n.º 56-A/2001, de 29 de janeiro**
Fixa o regime de cálculo de comparticipação a fundo perdido a atribuir no âmbito do Programa RECREIA.
- **Decreto-Lei n.º 1/2001, de 4 de janeiro**
Altera do Decreto-lei n.º 163/93, de 7 de maio, que aprovou o Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

- **Decreto-Lei n.º 329-C/2000, de 22 de dezembro**
Altera o Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA), constante dos Decretos-Lei n.º 197/92 de 22 de setembro, e 104/96 de 31 de julho.
- **Portaria n.º 204/2000, de 5 de abril**
Estabelece o regime de atribuição da capacidade profissional dos responsáveis pelas sociedades de mediação imobiliária, previsto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 77/99 de 16 de março.
- **Portaria n.º 821/99, de 27 de setembro**
Fixa os preços máximos de aquisição de fogos destinados ao Programa Especial de Realojamento (PER).
- **Decreto Legislativo Regional n.º 5/99/A, de 11 de março**
Define o quadro jurídico disciplinador da colaboração entre a Administração Regional Autónoma dos Açores e os municípios da Região, no domínio da recuperação e melhoria de habitações em estado de degradação nos Açores.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 30/98/M, de 29 de dezembro**
Altera o artigo 16.º do Decreto Legislativo Regional n.º 18/98/M, de 26 de agosto (cria um programa de construção de habitações económicas, a afetar à venda ou ao arrendamento social, gozando os particulares promotores de um conjunto de apoios públicos).
- **Decreto Legislativo Regional n.º 28/98/M, de 29 de dezembro**
Cria um programa de apoio a famílias com carências habitacionais.
- **Portaria n.º 500/97, de 21 de julho**
Estabelece disposições sobre os parâmetros de área e de custos de construção, os valores máximos de venda e os conceitos a que devem obedecer as habitações a custos controlados. Revoga a Portaria n.º 828/88 de 29 de dezembro.
- **Decreto-Lei n.º 156/97, de 24 de junho**
Estabelece medidas especiais no âmbito do Decreto-Lei n.º 226/87, de 6 de junho, do Decreto-Lei n.º 163/93 de 7 de maio, e dos programas de habitação a custos controlados destinados ao arrendamento para alteração aos planos municipais de ordenamento do território e alvarás de loteamento urbano.
- **Portaria n.º 371/97, de 6 de junho**
Cria condições financeiras e técnicas para a concessão de empréstimos para Projetos de equipamento social, partes acessórias dos fogos e ou espaços comerciais, quando integrados em empreendimentos de habitações a custos controlados. Revoga a Portaria n.º 302/88, de 12 de maio.
- **Decreto-Lei n.º 109/97, de 8 de maio**
Revê o regime de intransmissibilidade e inalienabilidade em vigor para as segundas transmissões de habitações a custos controlados.
- **Decreto-Lei n.º 30/97, de 28 de janeiro**
Transfere para o Instituto Nacional de Habitação as competências legais cometidas ao Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado no âmbito do Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de maio) e dos programas municipais de realojamento (Decreto-Lei n.º 226/87, de 6 de junho).
- **Portaria n.º 711/96, de 9 de dezembro**

Estabelece o valor de acréscimo de comparticipação a atribuir quando da realização de obras de conservação em centros urbanos antigos.

- **Decreto-Lei n.º 34/96, de 29 de agosto**
Altera o Decreto-Lei 163/93, de 7 de maio (estabelece o Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto).
- **Decreto-Lei n.º 106/96, de 31 de julho**
Estabelece o Regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal, abreviadamente designado por RECRIPH.
- **Decreto-Lei n.º 105/96, de 31 de julho**
Cria o Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas, abreviadamente designado por REHABITA.
- **Decreto-Lei n.º 104/96, de 31 de julho**
Altera o Decreto-Lei n.º 197/92, de 22 de setembro, dando nova redação aos seus artigos 4.º, 7.º e 8.º aditando o artigo 9.º-A (Programa RECRIA).
- **Decreto-Lei n.º 79/96, de 20 de junho**
Cria o regime da concessão de comparticipações para o apoio à aquisição o reabilitação de fogos por famílias abrangidas pelo Programa Especial de realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, aprovado pelo Decreto-Lei 163/93, de 7 de maio.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 11/96/A, de 18 de junho**
Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 14/95/A, de 22 de agosto (cria um programa de apoio à habitação, a conceder pelo Governo Regional dos Açores).
- **Decreto-Lei n.º 73/96, de 18 de junho**
Permite a aplicação de limites e requisitos diferentes dos fixados no Regulamento Geral das Edificações Urbanas nos casos fixados nas Recomendações Técnicas para a Habitação Social. Revoga o Decreto-Lei n.º 237/85 de 5 de julho.
- **Decreto-Lei n.º 63/95, de 7 de agosto**
Altera o Decreto-Lei n.º 164/93 de 7 de maio (estabelece o Programa de Construção de Habitações Económicas).
- **Decreto-Lei n.º 93/95, de 9 de maio**
Altera o Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de maio (estabelece o Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto).
- **Portaria n.º 704-B/94, de 29 de julho**
Aprova o programa de concurso tipo e o caderno de encargos tipo a adotar pelo Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) nos concursos públicos a lançar no âmbito do Programa de Construção de Habitações Económicas
- **Decreto-Lei n.º 272/93, de 4 de agosto**
Estabelece medidas relativas aos programas de realojamento e de construção de habitações económicas.
- **Decreto-Lei n.º 167/93, de 7 de maio**
Estabelece o regime de propriedade resolúvel sobre prédios urbanos ou suas frações autónomas.

- **Decreto-Lei n.º 165/93, de 7 de maio**
Revê o regime jurídico dos contratos de desenvolvimento para a habitação (revoga o Decreto-lei n.º 39/89, de 2 de fevereiro).
- **Decreto-Lei n.º 183/92, de 22 de agosto**
Sujeita os promotores de Habitação Social ao regime de empreitadas de obras públicas como condição de acesso a financiamentos bonificados.
- **Decreto-Lei n.º 385/89, de 8 de novembro**
Regula o financiamento intercalar para a aquisição de terrenos e respetivas infraestruturas para o Instituto Nacional de Habitação para a promoção de Habitação Social.
- **Decreto-Lei n.º 828/88, de 29 de dezembro**
Considera habitações de custos controlados (habitações sociais). Revoga a Portaria n.º 580/83, de 17 de maio.
- **Decreto-Lei n.º 405/88, de 9 de novembro**
Estende à Região Autónoma da Madeira o regime de alienação de fogos de habitação social estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 141/88 de 22 de abril.
- **Decreto-Lei n.º 278/88, de 5 de agosto**
Regime de financiamento e aquisição de habitações sociais em operações de realojamento.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 9/88/M, de 21 de julho**
Estabelece as disposições relativas ao regime de alienação de fogos de habitação social e terrenos património da Região Autónoma da Madeira. Revoga o Decreto Regulamentar Regional n.º 16/82/M de 23 de agosto.
- **Decreto-Lei n.º 141/88, de 22 de abril**
Alienação de fogos de habitação social propriedade do Estado.
- **Decreto-Lei n.º 467/85, de 5 de novembro**
Altera a redação dos artigos 1.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 460/83, de 30 de novembro (institui o regime de auto-acabamento abrangendo as habitações construídas ao abrigo de programas de habitação social tutelados pelos organismos legalmente habilitados).
- **Portaria n.º 835/85, de 5 de novembro**
Define os requisitos condicionantes para a atribuição de regime de auto-acabamento.
- **Decreto-Lei n.º 366/85, de 11 de setembro**
Define os acórdãos de colaboração entre a Administração Central e os Municípios para a realização de programas de Habitação Social destinada a realojamento da população residente em barracas.
- **Portaria n.º 237/85, de 5 de julho**
Características técnicas da habitação social relativas à conceção, Projeto e qualidade da construção.
- **Portaria n.º 113/85, de 21 de fevereiro**
Dá nova redação aos n.ºs 9º e 15º, n.º 1 da Portaria 583/83 de 17 de maio, que define o que se entende por Habitação Social. Revoga a Portaria n.º 95/84 de 13 de fevereiro.
- **Despacho n.º 41/MES/85, de 5 de fevereiro**

Recomendações técnicas destinadas a servir de guia para a elaboração e apreciação de Projetos de habitação social. – Publicado como “RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS DE HABITAÇÃO SOCIAL” – Imprensa Nacional da Casa da Moeda, E.P. – Lisboa 1990.

- [Portaria n.º 243/84, de 17 de abril](#)
Estabelece as condições mínimas de habitabilidade exigíveis em edifícios clandestinos de habitação susceptíveis de reabilitação.
- [Portaria n.º 580/83, de 17 de maio](#)
Política social de habitação.
- [Decreto-Lei n.º 258/82, de 6 de julho](#)
Relativo a habitação social dos Serviços Sociais e do Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública.

I

INCÊNDIOS

- [Portaria n.º 208/2020, de 1 de setembro](#)
Regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios - alteração à [Portaria n.º 773/2009](#), de 21 de julho
- [Lei n.º 1/2020, de 14 de janeiro](#)
Prorrogação da vigência do observatório técnico independente para análise, acompanhamento e avaliação dos incêndios florestais e rurais que ocorram no território nacional, criado pela [Lei n.º 56/2018](#), de 20 de agosto
- [Lei n.º 123/2019, de 18 de outubro](#)
Terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 220/2008](#), de 12 de novembro, que estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios.
- [Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de janeiro](#)
Clarifica os condicionalismos à edificação no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios
- [Resolução de Conselho de Ministros n.º 14/2019, de 21 de janeiro](#)
Aprova os projetos de prevenção estrutural contra incêndios, de restauro, conservação e valorização de habitats naturais e de educação ambiental em diversas áreas protegidas
- [Resolução de Conselho de Ministros n.º 12/2019, de 21 de janeiro](#)
Aprova a visão, objetivos e medidas de concretização do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais
- [Lei n.º 1/2019, de 09 de janeiro](#)
Primeira alteração à [Lei n.º 56/2018](#), de 20 de agosto, que cria o observatório técnico independente para análise, acompanhamento e avaliação dos incêndios florestais e rurais que ocorram no território nacional
- [Resolução do Conselho de Ministros n.º 139/2018, de 23 de outubro](#)
Cria o grupo de acompanhamento da implementação da reforma do modelo de gestão dos meios aéreos e define o modelo de transição do comando e gestão centralizados dos meios aéreos de combate a incêndios rurais
- [Lei n.º 56/2018, de 20 de agosto](#)
Observatório técnico independente para análise, acompanhamento e avaliação dos incêndios florestais e rurais que ocorram no território nacional

- **Resolução da Assembleia da República n.º 182/2018, de 11 de julho**
Recomenda ao Governo que dê prioridade ao apoio ao associativismo florestal e à gestão comum de espaços florestais, para melhor defesa da floresta contra os incêndios
- **Resolução da Assembleia da República n.º 181/2018, de 11 de julho**
Recomenda ao Governo o reforço dos sistemas de informação de apoio à decisão operacional no combate aos incêndios florestais
- **Resolução da Assembleia da República n.º 180/2018, de 11 de julho**
Recomenda ao Governo que substitua o atual índice de risco de incêndio florestal (RCM) pelo índice meteorológico de perigo de incêndio (FWI) nos mecanismos de gestão de incêndios
- **Resolução da Assembleia da República n.º 177/2018, de 11 de julho**
Recomenda ao Governo a elaboração de um plano de utilização das máquinas de rasto no combate aos incêndios florestais
- **Resolução da Assembleia da República n.º 176/2018, de 11 de julho**
Recomenda ao Governo que adequa as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios à realidade da estrutura fundiária
- **Resolução da Assembleia da República n.º 5/2018, de 15 de janeiro**
Recomenda ao Governo que redefina as formas de participação das Forças Armadas nas missões de proteção civil e reforce os meios aéreos de combate aos incêndios
- **Resolução da Assembleia da República n.º 6/2018, de 15 de janeiro**
Recomenda ao Governo a uniformização dos apoios às vítimas dos incêndios florestais de 2017
- **Resolução da Assembleia da República, n.º 7/2018, de 15 de janeiro**
Recomenda ao Governo que tome medidas para apoiar a recuperação de segundas habitações nos concelhos afetados pelos incêndios florestais de 2017
- **Resolução da Assembleia da República n.º 8/2018, de 15 de janeiro**
Recomenda ao Governo o pagamento do tempo de serviço extra às Equipas de Sapadores Florestais
- **Resolução da Assembleia da República, n.º 9/2018, de 15 de janeiro**
Recomenda ao Governo o lançamento de um programa de autoproteção que promova campanhas de informação e sensibilização sobre como agir em caso de incêndio florestal
- **Resolução da Assembleia da República n.º 10/2018, de 15 de janeiro**
Recomenda ao Governo a adoção de medidas para recuperação dos solos e das encostas afetados pelos incêndios, promovendo uma nova política florestal nacional
- **Resolução da Assembleia da República n.º 11/2018, de 15 de janeiro**
Recomenda ao Governo que avalie e identifique o impacto dos incêndios florestais sobre os recursos naturais e adote uma estratégia para a recuperação das áreas afetadas que inclua medidas de apoio à pecuária e às raças autóctones, bem como à silvicultura vocacionada para a plantação de carvalhos, castanheiros e outras folhosas
- **Resolução da Assembleia da República, n.º 12/2018, de 15 de janeiro**
Recomenda ao Governo que tome medidas para apoiar os agricultores e os produtores de raças autóctones, afetados pelos incêndios florestais de 2017

INCOMPATIBILIDADES

- **Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril**
Altera a Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal nos termos do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.
- **Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro**
Aprova um conjunto de medidas adicionais de redução de despesa com vista à consolidação orçamental prevista no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para 2010-2013.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 33/2010/A, de 19 de novembro**
Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A, de 14 de outubro, que procede à harmonização, na Administração Pública da Região Autónoma dos Açores, dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas.
- **Lei n.º 34/2010, de 2 de setembro**
Altera o regime de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, no capítulo referente às garantias de imparcialidade (terceira alteração à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro).
- **Decreto-Lei n.º 269/2009, de 30 de setembro**
Estabelece a possibilidade de prorrogação excepcional do prazo legal de mobilidade de trabalhadores em funções públicas e, no contexto do regime de avaliação do desempenho, admite nomeadamente o recurso à ponderação curricular nos casos em que não tenha ocorrido no ano de 2008.
- **Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro**
Adapta aos serviços da administração autárquica o sistema integrado de avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP), aprovado pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, e revoga o Decreto Regulamentar n.º 6/2006, de 20 de junho.
- **Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro**
Adapta a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com excepção das normas respeitantes ao regime jurídico da nomeação, aos trabalhadores que exercem funções públicas na administração autárquica e procede à adaptação à administração autárquica do disposto no Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro, no que se refere ao processo de racionalização de efectivos.
- **Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro**
Regulamenta a tramitação do procedimento concursal nos termos do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (LVCR).
- **Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril**
Regulamenta a proteção na parentalidade, no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adoção, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de proteção social convergente.
- **Portaria n.º 292/2009, de 23 de março**
Estabelece o valor da taxa contributiva aplicável aos trabalhadores que exercem funções públicas, abrangidos pelo disposto no artigo 10.º da Lei n.º 4/2009, de 29 de janeiro.
- **Lei n.º 4/2009, de 29 de janeiro**
Define a proteção social dos trabalhadores que exercem funções públicas.

- **Portaria n.º 1553-D/2008 de 31 de dezembro**
Procede à revisão anual das tabelas de ajudas de custo, subsídios de refeição e de viagem, bem como dos suplementos remuneratórios, para os trabalhadores em funções públicas e actualiza as pensões de aposentação e sobrevivência, reforma e invalidez.
- **Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro**
Aprova a tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, contendo o número de níveis remuneratórios e o montante pecuniário correspondente a cada um e actualiza os índices 100 de todas as escalas salariais.
- **Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro**
Aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas.
- **Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro**
Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas.
- **Portaria n.º 30-A/2008, de 10 de janeiro**
Procede à revisão anual das remunerações dos funcionários e agentes da administração central, local e regional e pensões de aposentação e de sobrevivência a cargo da Caixa Geral de Aposentações (CGA).
- **Portaria n.º 1633/2007, de 31 de dezembro**
Aprova os modelos de fichas de auto-avaliação e avaliação do desempenho.
- **Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro**
Estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na administração pública.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 21/2007/M, de 7 de dezembro**
Adapta à Administração Regional Autónoma da Madeira o regime de justificação das faltas por doença e respetivos meios de prova dos funcionários e agentes da administração central, regional e local, previsto no Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 181/2007, de 9 de maio.
- **Decreto-Lei n.º 181/2007, de 9 de maio**
Altera o actual regime sobre a justificação das faltas por doença e respetivos meios de prova aplicável aos funcionários e agentes da Administração Pública, previsto no Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março.
- **Decreto-Lei n.º 15/2007 de 19 de janeiro**
Sétima alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, e altera o regime jurídico da formação contínua de professores, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 249/92, de 9 de novembro.
- **Portaria n.º 88-A/2007, de 18 de janeiro**
Procede à revisão anual das remunerações dos funcionários e agentes da administração central, local e regional e pensões de aposentação e de sobrevivência a cargo da Caixa Geral de Aposentações (CGA).
- **Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro**
Estabelece o regime geral de extinção, fusão e reestruturação de serviços públicos e de racionalização de efectivos.
- **Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de junho**

Procede à adaptação à administração local do regime previsto na Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 51/2005 de 30 de agosto, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, e altera o Decreto-Lei n.º 93/2004 de 20 de abril.

- **Portaria n.º 229/2006, de 10 de março**
Procede à revisão anual das remunerações dos funcionários e agentes da administração central, local e regional, atualizando os índices 100 e as escalas salariais em vigor, bem como as tabelas de ajudas de custo, subsídios de refeição e de viagem e marcha e participação da ADSE.
- **Portaria n.º 1256/2005, de 2 de dezembro**
Regulamenta o Programa Estágios Profissionais na Administração Pública.
- **Portaria n.º 814/2005, de 13 de setembro**
Regula o regime de acumulação de funções e atividades públicas e privadas dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básicos e secundários.
- **Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto**
Estabelece regras para as nomeações dos altos cargos dirigentes da Administração Pública.
- **Portaria n.º 42-A/2005, de 17 de janeiro**
Atualiza as remunerações dos funcionários e agentes da administração central, local e regional, atualizando os índices 100 e as escalas salariais em vigor, bem como as tabelas de ajudas de custo, subsídios de refeição e de viagem e marcha e as pensões a cargo da Caixa Geral de Aposentações.
- **Lei n.º 36/2004, de 13 de agosto**
Terceira alteração à Lei n.º 11/96, de 18 de abril, que estabelece o regime aplicável ao exercício do mandato dos membros das juntas de freguesia.
- **Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 25 de junho**
Regulamenta a Lei n.º 10/2004, de 22 de março, no que se refere ao sistema de avaliação do desempenho dos dirigentes de nível intermédio, funcionários, agentes e demais trabalhadores da administração directa do Estado e dos institutos públicos.
- **Portaria n.º 509-A/2004, de 25 de junho**
Aprova os modelos de impressos de fichas de avaliação do desempenho.
- **Lei n.º 23/2004 de 22 de junho**
Aprova o regime jurídico do contrato individual de trabalho da Administração Pública.
- **Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de abril**
Procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado.
- **Lei n.º 10/2004 de 22 de março**
Cria o sistema integrado de avaliação do desempenho da Administração Pública.
- **Portaria n.º 205/2004, de 3 de março**

Estabelece as linhas de orientação da política salarial para o ano 2004 dos funcionários e agentes da administração central, local e regional, procedendo à actualização das tabelas de ajuda de custo, subsídios de refeição e de viagem e marcha, bem como das pensões a cargo da Caixa Geral de Aposentações.

- **Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro**
Aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado.
- **Portaria n.º 303/2003, de 14 de abril**
Estabelece as linhas de orientação da política salarial para o ano 2003 dos funcionários e agentes da administração central, local e regional, procedendo à actualização das tabelas de ajuda de custo, subsídios de refeição e de viagem e marcha, bem como das pensões a cargo da Caixa Geral de Aposentações.
- **Declaração de Retificação n.º 9/2002, de 5 de março**
De ter sido retificada a Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro, - Primeira alteração à Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, publicada no Diário da República, 1ª série-A, n.º 9, suplemento, de 11 de janeiro.
- **Portaria n.º 88/2002, de 28 de janeiro**
Actualiza as remunerações dos funcionários e agentes da administração central, local e regional, actualizando os índices 100 e as escalas salariais em vigor, bem como as tabelas de ajuda de custo, subsídios de refeição e de viagem e marcha e comparticipações da ADSE.
- **Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de maio**
Introduz alterações ao regime de férias e licenças dos funcionários e agentes da Administração Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 100/99 de 31 de março.
- **Portaria n.º 80/2001, de 8 de fevereiro**
Procede à revisão anual das remunerações dos funcionários e agentes da administração central, local e regional, actualizando os índices 100 e as escalas salariais em vigor, bem como as tabelas e ajudas de custo, subsídios de refeição e de viagem e marcha e comparticipações da ADSE.
- **Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro**
Estabelece o sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência, com um grau de incapacidade funcional igual ou superior a 60%, em todos os serviços e organismos da administração central, regional autónoma e local.
- **Decreto-Lei n.º 70/2000, de 4 de maio**
Altera a Lei n.º 4/84, de 5 de abril, sobre a proteção da maternidade e paternidade, e procede à sua republicação retificada.
- **Portaria n.º 239/2000, de 29 de abril**
Procede à revisão anual das remunerações dos funcionários e agentes da administração central, local e regional, actualizando os índices 100 e as escalas salariais em vigor, bem como as tabelas de ajuda de custo, subsídios de refeição e de viagem e marcha e comparticipações da ADSE.
- **Decreto-Lei n.º 514/99, de 24 de novembro**

Procede à adaptação à administração local a Lei n.º 49/99, de 22 de junho, que estabelece o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central e local do Estado e da administração regional, bem como, com as necessárias adaptações, dos institutos personalizados ou de fundos públicos.

- **Lei n.º 142/99, de 31 de agosto**
Quarta alteração à Lei n.º 4/84, de 5 de abril, alterada pelas leis n.º 17/95, de 9 de junho, n.º 102/97, de 13 de setembro e n.º 18/98, de 28 de abril.
- **Portaria n.º 652/99, de 14 de agosto**
Regula o regime de acumulação de funções e atividades públicas e privadas dos educadores de infância e dos professores do ensino básico e secundário.
- **Lei n.º 117/99, de 11 de agosto**
Primeira alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março, que estabelece o regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da administração central, regional e local, incluindo os institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados ou de fundos públicos.
- **Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de junho**
Adapta à administração local o regime geral de recrutamento e seleção de pessoal na Administração Pública.
- **Lei n.º 49/99, de 22 de junho**
Estabelece o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central e local do Estado e da administração regional, bem como, com as necessárias adaptações, dos institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados ou de fundos públicos.
- **Lei n.º 44/99, de 11 de junho**
Primeira alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei n.º 404-A/98 de 18 de dezembro (estabelece regras sobre o regime geral de estruturação de carreiras da Administração Pública).
- **Portaria n.º 147/99, de 27 de fevereiro**
Actualiza as remunerações dos funcionários e agentes da administração central, local e regional, bem como as tabelas de ajudas de custo, subsídios de refeição e de viagem e marcha e participações da ADSE, e as pensões de aposentação e sobrevivência a cargo da Caixa Geral de Aposentações.
- **Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de dezembro**
Procede à adaptação à administração local do Decreto-Lei que estabelece regras sobre o ingresso, acesso e progressão nas carreiras e categorias do regime geral, bem como as respetivas escalas salariais.
- **Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de dezembro**
Estabelece regras sobre o regime geral de estruturação de carreiras da Administração Pública.
- **Decreto-Lei n.º 325/98, de 18 de agosto**
Introduz a semana de trabalho de quatro dias no âmbito da Administração Pública.
- **Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de agosto**
Estabelece as regras e os princípios gerais em matéria de duração e horário de trabalho na Administração Pública.
- **Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de julho**

Altera o Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de dezembro (constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na Administração Pública).

- **Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho**
Regula o concurso como forma de recrutamento e seleção de pessoal para os quadros da Administração Pública.
- **Decreto-Lei n.º 175/98, de 2 de julho**
Regula a mobilidade entre os funcionários da administração local e da administração central.
- **Lei n.º 18/98, de 28 de abril**
Alargamento da proteção à maternidade e paternidade (altera a Lei n.º 4/84, de 5 de abril, alterada pela Lei n.º 17/95, de 9 de junho).
- **Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril**
Estabelece normas relativas ao abono de ajudas de custo e de transporte pelas deslocações em serviço.
- **Decreto-Lei n.º 50/98, de 11 de março**
Reformula o regime jurídico da formação profissional na Administração Pública.
- **Lei n.º 12/98, de 24 de fevereiro**
Regime de incompatibilidades e impedimentos dos autarcas.
- **Lei n.º 102/97, de 13 de setembro**
Altera a Lei n.º 4/84, de 5 de abril (proteção da maternidade e da paternidade).
- **Decreto-Lei n.º 194/96, de 16 de outubro**
Revoga o Decreto-Lei n.º 135/85, de 3 de maio, e regulamenta as últimas alterações à lei da maternidade e da paternidade introduzidas na Lei n.º 4/84, de 5 de abril, pela Lei n.º 17/95, de 9 de junho.
- **Lei n.º 12/96, de 18 de abril**
Estabelece o novo regime de incompatibilidades.
- **Lei n.º 28/95, de 18 de agosto**
Altera a Lei 64/93, de 26 de agosto, sobre o regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos.
- **Decreto-Lei n.º 175/95, de 21 de julho**
Altera o Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de dezembro (Define o regime de constituição modificação e extinção da relação jurídica de emprego na Administração Pública).
- **Lei n.º 17/95, de 9 de junho**
Altera a Lei n.º 4/84, de 5 de abril (proteção da maternidade e da paternidade).
- **Decreto-Lei n.º 413/93, de 23 de dezembro**
Reforça as garantias de isenção da Administração Pública.
- **Lei n.º 64/93, de 26 de agosto**
Estabelece o regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos.

- **Lei n.º 6/92, de 29 de abril**
Alteração, por ratificação, do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de outubro.
- **Decreto-Lei n.º 413/91, de 19 de outubro**
Define o regime de regularização de atos de provimento de agentes e funcionários dos serviços dos municípios e estabelece sanções para a prática de atos de provimento nulos ou inexistentes.
- **Decreto-Lei n.º 407/91 de 17 de outubro**
Altera o Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de dezembro, o qual define o regime de contratação, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na Administração Pública.
- **Decreto-Lei n.º 397/91, de 16 de outubro**
Altera o regime jurídico das férias e da licença sem retribuição, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 874/76 de 28 de dezembro.
- **Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de outubro**
Estabelece regras sobre o estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública e a estrutura das remunerações base das carreiras e categorias nele contempladas.
- **Decreto-Lei n.º 247/89, de 5 de agosto**
Aprova o regime de apoio técnico e financeiro a programas de reabilitação profissional de pessoas deficientes. Revoga a alínea m) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/85, de 16 de maio, e o Despacho Normativo n.º 52/82, de 25 de março.
- **Decreto-Lei n.º 184/89 de 2 de junho**
Estabelece os princípios gerais em matéria de emprego público, remunerações e gestão de pessoal da função pública.
- **Decreto Regulamentar n.º 45/88, de 16 de dezembro**
Altera a disciplina de classificação de serviço do pessoal da administração autárquica.
- **Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de agosto**
Equiparação a bolseiro de funcionários e agentes da Administração Pública.
- **Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de julho**
Quadros técnicos da função pública.
- **Decreto-Lei n.º 247/87, de 17 de junho**
Estabelece o regime de carreiras e categorias, bem como as formas de provimento, do pessoal das câmaras municipais, serviços municipalizados, federações e associações de municípios, assembleias distritais e juntas de freguesia.
- **Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de julho**
Reestrutura as carreiras da função pública. Revoga o Decreto-Lei n.º 191-C/79, de 25 de junho.
- **Decreto Regulamentar n.º 40/85, de 1 de julho**
Altera a redação do n.º 1 e aditado um n.º 4 ao artigo 20.º do Decreto Regulamentar n.º 44-B/83, de 1 de junho (regime de classificação de serviço).
- **Decreto-Lei n.º 136/85, de 3 de maio**

Regulamenta a lei n.º 4/84, de 5 de abril (proteção da maternidade e da paternidade).

➤ **Portaria n.º 6/83, de 3 de janeiro**

Estatuto da carreira docente universitária, da carreira de investigação científica, da carreira docente do ensino superior politécnico, bem como das demais carreiras médicas vieram consagrar nas suas disposições o regime da dedicação exclusiva.

INDUSTRIA

➤ **Decreto-Lei n.º 42/2014, de 18 de março**

Procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 254/2007](#), de 12 de julho, transpondo o artigo 30.º da Diretiva n.º [2012/18/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias perigosas, que altera e subsequentemente revoga a Diretiva n.º [96/82/CE](#) do Conselho

➤ **Decreto-Lei n.º 24/2010, de 25 de outubro**

Fixa até 31 de dezembro de 2010 o prazo de regularização dos estabelecimentos de produção de vinhos comuns e licorosos, incluindo de engarrafamento e de envelhecimento dos mesmos, procedendo à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro.

➤ **Declaração de Retificação n.º 26/2010, de 27 de agosto**

Retifica o Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de junho, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que aprova o regulamento geral de ruído e de controlo da poluição sonora e transpõe para a ordem jurídica regional as Diretivas n.os 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de junho, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente, 2002/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de março, relativa ao estabelecimento de regras e procedimentos para a introdução de restrições de operação relacionadas com o ruído nos aeroportos comunitários, e 2003/10/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de fevereiro, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos ao ruído, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 125, de 30 de junho de 2010.

➤ **Portaria n.º 479/2010, de 12 de julho**

Segunda alteração à Portaria n.º 1098/2008, de 30 de setembro, que aprova as taxas relativas a atos e serviços prestados no âmbito da propriedade industrial, e à tabela de taxas do Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

➤ **Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de junho**

Aprova o regulamento geral de ruído e de controlo da poluição sonora e transpõe para a ordem jurídica regional a Diretiva n.º 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de junho, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente, a Diretiva n.º 2002/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de março, relativa ao estabelecimento de regras e procedimentos para a introdução de restrições de operação relacionadas com o ruído nos aeroportos comunitários, e a Diretiva n.º 2003/10/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de fevereiro, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos ao ruído.

➤ **Portaria n.º 1255/2009, de 14 de outubro**

Regula a tramitação por via electrónica do parecer a que se refere o n.º 8 do artigo 60.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, no momento do pedido de registo do Projeto de fusão ou de cisão, quando promovido através da Internet.

➤ **Portaria n.º 1254/2009, de 14 de outubro**

Regulamenta o envio, por via electrónica, do requerimento de isenção de impostos, emolumentos e outros encargos legais, previsto no n.º 6 do artigo 60.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, no momento do pedido de registo do Projeto de fusão ou de cisão, quando promovido através da Internet, e altera a Portaria n.º 1098/2008, de 30 de setembro.

- **Decreto Legislativo Regional n.º 28/2009/M, de 25 de setembro**
Estabelece o regime de exercício da atividade industrial na Região Autónoma da Madeira.
- **Decreto-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro**
Quarta alteração do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, simplificando o regime de manutenção em vigor dos títulos de utilização dos recursos hídricos emitidos ao abrigo da legislação anterior, e primeira alteração do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho, estabelecendo a competência da Agência Portuguesa do Ambiente no domínio da responsabilidade ambiental por danos às águas.
- **Portaria n.º 547/2009, de 25 de maio**
Regulamenta os procedimentos para operações especiais de registos.
- **Decreto-Lei n.º 72/2009, de 31 de março**
Estabelece o regime jurídico de instalação e exploração das áreas de localização empresarial e revoga o Decreto-Lei n.º 70/2003, de 10 de abril.
- **Declaração de Retificação n.º 15/2009, de 10 de fevereiro**
Retifica a Declaração de Retificação n.º 77-A/2008, de 26 de dezembro, que retifica o Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro, que estabelece o regime de exercício da atividade industrial (REAI), e revoga o Decreto-Lei n.º 69/2003, de 10 de abril, e respetivos diplomas regulamentares, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 249, suplemento, de 26 de dezembro de 2008.
- **Decreto-Lei n.º 223/2008, de 18 de novembro**
Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 113/2006, de 12 de junho, que estabelece as regras de execução, na ordem jurídica nacional, dos Regulamentos (CE) n.os 852/2004 e 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, relativos à higiene dos géneros alimentícios e à higiene dos géneros alimentícios de origem animal, e revoga as Portarias n.os 559/76, de 7 de setembro, 764/93, de 15 de julho, e 534/93, de 21 de maio.
- **Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro**
Estabelece o regime de exercício da atividade industrial (REAI) e revoga o Decreto-Lei n.º 69/2003 de 10 de abril, e respetivos diplomas regulamentares.
- **Decreto-Lei n.º 143/2008, de 25 de julho**
Aprova medidas de simplificação e acesso à propriedade industrial, alterando o Código da Propriedade Industrial.
- **Portaria n.º 347/2008, de 2 de maio**
Revoga a Portaria n.º 23 941, de 26 de fevereiro de 1969, que regulamenta o fabrico de produtos de confeitaria, abrangidos sob a designação de amêndoas, de confeitos e de grangeias ou missangas.
- **Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2007/M, de 12 de novembro**
Elimina o acto administrativo autónomo de registo obrigatório dos estabelecimentos industriais no âmbito do cadastro industrial.
- **Portaria n.º 1298/2007, de 2 de outubro**

Altera a Portaria n.º 699/2003, de 31 de julho, que aprova as taxas relativas a atos e serviços prestados pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

- **Decreto-Lei n.º 288/2007, de 17 de agosto**
Concede aos requerentes de autorizações ou licenciamentos de instalações industriais, de instalações do Sistema Elétrico Nacional, do Sistema Nacional de Gás Natural e do Sistema Petrolífero Nacional, a possibilidade de instruírem desde logo respetivos pedidos com os pareceres obrigatórios.
- **Lei n.º 37/2007, de 14 de agosto**
Aprova normas para a proteção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo.
- **Decreto-Lei n.º 183/2007, de 9 de maio**
Altera os Decretos-Leis n.ºs 69/2003, de 10 de abril, e 194/2000, de 21 de agosto, substituindo o regime de licenciamento prévio obrigatório dos estabelecimentos industriais de menor perigosidade, incluídos no regime 4, por um regime de declaração prévia ao exercício da atividade industrial.
- **Decreto Regulamentar n.º 61/2007, de 9 de maio**
Altera o Regulamento do Licenciamento da Atividade Industrial, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 8/2003, de 11 de abril.
- **Decreto-Lei n.º 1/2007, de 2 de janeiro**
Estabelece as condições de higiene dos locais de extração e processamento de mel e outros produtos da apicultura destinados ao consumo humano, complementares aos Regulamentos (CE) n.ºs 852/2004 e 853/2004, ambos do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, instituindo o respectivo regime e condições de registo e aprovação.
- **Decreto-Lei n.º 174/2006, de 25 de agosto**
Elimina o acto administrativo de registo obrigatório dos estabelecimentos industriais, dispensando o industrial do fornecimento de informação que já consta do processo de licenciamento.
- **Portaria n.º 637/2005, de 4 de agosto**
Define o regime aplicável por força de caducidade de alvarás e licenças dos estabelecimentos de fabrico e armazenagem de produtos explosivos.
- **Decreto-Lei n.º 87/2005, de 23 de maio**
Define o regime aplicável por força de caducidade de alvarás e licenças dos estabelecimentos de fabrico e de armazenagem de produtos explosivos.
- **Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro**
Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2001/45/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde para a utilização de equipamentos de trabalho, e revoga o Decreto-Lei n.º 82/99, de 16 de março.
- **Portaria n.º 1058/2004, de 21 de agosto**
Altera a Portaria n.º 1235/2003, de 27 de outubro, que estabelece o âmbito de aplicação do seguro em articulação com os regimes de licenciamento dos estabelecimentos industriais.
- **Decreto-Lei n.º 152/2004, de 30 de junho**

Estabelece o regime de intervenção das entidades acreditadas em ações relacionadas com o processo de licenciamento industrial.

- **Decreto-Lei n.º 317/2003, de 20 de dezembro**
Prorroga por seis meses o prazo previsto no Decreto-Lei n.º 112/2003, de 4 de junho, aplicável ao regime jurídico de pesquisa e exploração de massas minerais.
- **Decreto-Lei n.º 244/2003, de 7 de outubro**
Estabelece o regime a que ficam sujeitas as entidades geradoras de subprodutos animais relativamente à sua recolha, transporte, armazenagem, manuseamento, transformação e utilização ou eliminação, bem como as regras de financiamento do sistema de recolha de cadáveres de animais mortos na exploração (SIRCA).
- **Decreto-Lei n.º 197/2003, de 27 de agosto**
Altera a CAE - Rev. 2 constante do anexo ao Decreto-Lei n.º 182/93, de 14 de maio, que revê a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas.
- **Decreto-Lei n.º 139/2003, de 2 de julho**
Prorroga, pelo período de dois anos, o prazo de caducidade dos alvarás e licenças de fabrico ou de armazenagem de produtos explosivos, fixado no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 139/2002, de 17 de maio.
- **Portaria n.º 464/2003, de 6 de junho**
Estabelece um novo regime legal para o exercício da atividade industrial. Revoga a Portaria n.º 744-B/93, de 18 de agosto.
- **Decreto-Lei n.º 112/2003, de 4 de junho**
Prorroga por seis meses o prazo previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 63.º do Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro, que aprovou o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais-pedreiras.
- **Despacho Normativo n.º 14/2003, de 14 de março**
Aprova as normas técnicas mínimas a que deverá obedecer a elaboração dos planos específicos de gestão da extração de inertes em domínio hídrico.
- **Lei n.º 17/2002, de 15 de julho**
Autoriza o Governo a legislar em matéria de propriedade industrial, aprovado um novo código e revogando a legislação em vigor nessa matéria.
- **Portaria n.º 401/2002, de 18 de abril**
Fixa as taxas aplicáveis no âmbito do procedimento de licenciamento de pedreiras.
- **Decreto-Lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho**
Estabelece o regime jurídico de concessão do exercício da atividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas.
- **Decreto-Lei n.º 164/2001, de 23 de maio**
Aprova o regime jurídico da prevenção e controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias perigosas, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 96/82/CE, do Conselho, de 9 de dezembro.
- **Decreto-Lei n.º 46/2001, de 10 de fevereiro**
Aprova o regime jurídico de licenciamento das áreas de localização empresarial.

- **Portaria n.º 1214/2000, de 27 de dezembro**
Cria o Sistema de Incentivos à Utilização da Propriedade Industrial.
- **Decreto-Lei n.º 527/99, de 10 de dezembro**
Altera o Decreto-Lei n.º 167/96, de 7 de setembro, relativo às condições sanitárias em matéria de produção e colocação no mercado de carnes frescas de aves de capoeira, e transpõe a Diretiva n.º 97/79/CE, do Conselho, de 18 de dezembro.
- **Decreto-Lei n.º 481/99, de 5 de novembro**
Alteração ao Decreto-Lei n.º 44/96 de 10 de maio, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 92/45/CEE, do Conselho, de 16 de junho, relativa aos problemas sanitários referentes ao abate de caça selvagem e à colocação no mercado das respetivas carnes.
- **Decreto-Lei n.º 447/99, de 3 de novembro**
Altera o Decreto-Lei n.º 375/98, de 24 de novembro, que adapta as normas sanitárias relativas à produção e à colocação no mercado dos produtos da pesca destinados ao consumo humano, e transpõe a Diretiva n.º 97/79/CE, do Conselho, de 18 de dezembro.
- **Decreto-Lei n.º 425/99, de 21 de outubro**
Altera o Regulamento da Higiene dos Géneros Alimentícios, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 67/98, de 18 de março.
- **Decreto-Lei n.º 306/99, de 7 de agosto**
Altera o Regulamento da Comercialização de Alimentos Compostos para Animais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 350/90, de 6 de novembro. Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 98/87/CE, do Conselho, de 13 de novembro.
- **Decreto-Lei n.º 216/99, de 15 de junho**
Estabelece as condições e regras aplicáveis à aprovação e ao registo de certos estabelecimentos e intermediários no sector da alimentação animal. Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 95/69/CE, do Conselho, de 22 de dezembro.
- **Decreto-Lei n.º 183/99 de 22 de maio**
Altera o Regulamento da Comercialização de Alimentos Compostos para Animais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 350/90, de 6 de novembro, e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 96/24/CE, do Conselho, de 29 de abril, relativa à comercialização de alimentos compostos para animais.
- **Decreto-Lei n.º 57/99, de 1 de março**
Estabelece normas para o licenciamento dos pequenos estabelecimentos industriais de venda directa do sector agro-alimentar.
- **Decreto-Lei n.º 417/98, de 30 de dezembro**
Altera algumas disposições do Regulamento das Condições Higiénicas e Técnicas a Observar na distribuição e Venda de Carnes e seus Produtos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/97, de 24 de junho.
- **Decreto-Lei n.º 342/98, de 5 de novembro**
Estabelece as condições sanitárias aplicáveis à produção e à colocação no mercado de produtos à base de carne e de outros produtos de origem animal destinados, após tratamento, ao consumo humano ou à preparação de

outros géneros alimentícios e revoga o Decreto-Lei n.º 354/90, de 10 de novembro, e as portarias n.º 1229/93, de 27 de novembro, n.º 59/95, de 23 de janeiro, e n.º 684/95, de 28 de junho.

- **Decreto Legislativo Regional n.º 14/98/M, de 23 de julho**
Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-lei n.º 90/90, de 16 de março, que estabelece o regime geral de revelação e aproveitamento dos recursos geológicos.
- **Decreto-Lei n.º 141/98, de 16 de maio**
Transpõe para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 93/120/CEE, do Conselho, de 22 de dezembro, que altera a Diretiva 90/539/CEE, do Conselho, de 15 de outubro, relativa às condições de polícia sanitária que regem o comércio intracomunitário e as importações provenientes de países terceiros de aves de capoeira e ovos de incubação. Revoga o Decreto-Lei n.º 227/92, de 21 de outubro, e as Portarias n.º 231/93, de 27 de fevereiro, e n.º 640/93, de 5 de julho.
- **Decreto-Lei n.º 67/98, de 18 de março**
Estabelece as normas gerais de higiene a que devem estar sujeitos os géneros alimentícios, bem como as modalidades de verificação do cumprimento dessas normas.
- **Decreto-Lei n.º 158/97, de 24 de junho**
Aprova as condições higiénicas e técnicas a observar na distribuição e venda de carnes e seus produtos.
- **Portaria n.º 198/96, de 4 de junho**
Regula as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho das indústrias extractivas por perfuração.
- **Portaria n.º 197/96, de 4 de junho**
Regula as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho das indústrias extractivas a céu aberto ou subterrâneas.
- **Portaria n.º 1456-A/95, de 11 de dezembro**
Regulamenta as prescrições mínimas de colocação e de utilização da sinalização de segurança e de saúde no trabalho. Revoga a Portaria n.º 434/83 de 15 de abril.
- **Decreto-Lei n.º 324/95, de 29 de novembro**
Transpõe para a ordem jurídica interna as Diretivas n.º 92/91/CEE, de 3 de novembro, e n.º 92/104/CEE, de 3 de dezembro, relativas às prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar nas indústrias extractivas a céu aberto ou subterrâneas.
- **Decreto-Lei n.º 124/95, de 31 de maio**
Altera o Decreto-Lei n.º 283/94, de 11 de novembro (transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 91/493/CEE, do Conselho, de 22 de julho, que adopta as normas sanitárias relativas à produção e à colocação no mercado dos produtos das pescas), e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 92/48/CEE, do Conselho, de 16 de junho.
- **Decreto Regulamentar n.º 17/95, de 30 de maio**
Prorroga o regime transitório previsto no artigo 24.º do Decreto Regulamentar n.º 25/93, de 17 de agosto (aprova o novo Regulamento do exercício da atividade Industrial).
- **Portaria n.º 971/94, de 29 de outubro**
Aprova o Regulamento das Condições Sanitárias da Produção de Carnes Frescas e sua Colocação no Mercado.

- **Decreto Regulamentar n.º 59/94, de 24 de setembro**
Estabelece as regras de execução relativas às normas de comercialização aplicáveis aos ovos.
- **Decreto-Lei n.º 236/94, de 15 de setembro**
Altera o Decreto-Lei n.º 29 034, de 1 de outubro de 1938 (regulamenta a Lei n.º 1947 de 12 fevereiro de 1937, relativa à importação, armazenamento e tratamento industrial dos petróleos brutos, seus derivados e resíduos).
- **Decreto-Lei n.º 109/94, de 26 de abril**
Estabelece o regime jurídico das atividades de prospecção, pesquisa e produção de petróleo.
- **Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro**
Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, que estabelece os procedimentos e define as competências para licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de instalações de postos de abastecimento de combustíveis, conformando o mesmo às exigências constantes da Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa ao livre acesso e exercício de atividades de serviços
- **Portaria n.º 75/94, de 4 de fevereiro**
Substitui os quadros I, II e III anexos à Portaria n.º 780/91, de 8 de agosto, que estabelece o valor de base e a fórmula de cálculo das taxas devidas pelos atos relativos à instalação, alteração e laboração dos estabelecimentos industriais, conforme previsto na artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 109/91, de 15 de março.
- **Portaria n.º 1009/93, de 12 de outubro**
Estabelece as prescrições de ordem higiénica e sanitária aplicáveis à produção e colocação no mercado de ovoprodutos destinados tanto ao consumo genérico como ao fabrico de géneros alimentícios.
- **Portaria n.º 987/93, de 6 de outubro**
Prescrições mínimas de Segurança e Saúde nos locais de trabalho.
- **Decreto-Lei n.º 282/93, de 17 de agosto**
Altera o Decreto-Lei n.º 109/91 de 15 de março, que estabelece normas disciplinadoras do exercício da atividade industrial.
- **Declaração de Retificação n.º 144-A/93, de 9 de junho**
Retifica a Portaria n.º 744-B/93 de 18 de agosto.
- **Decreto-Lei n.º 106/93, de 7 de abril**
Estabelece a obrigatoriedade de prestação de informação à Direcção-Geral de Energia pelos operadores dos mercados do petróleo e do carvão.
- **Decreto-Lei n.º 9/93, de 15 de janeiro**
Altera o Decreto-Lei n.º 350/90, de 6 de novembro (aprova o Regulamento da Comercialização de Alimentos Compostos para Animais).
- **Decreto Regulamentar n.º 34/92, de 4 de dezembro**
Estabelece normas sobre segurança e proteção radiológica aplicáveis na extração e tratamento de minérios radioactivos.
- **Decreto-Lei n.º 234/92, de 22 de outubro**

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva do Conselho n.º 89/437/CEE, de 20 de junho, que estabelece medidas de ordem higiénica e sanitária respeitantes à produção e colocação no mercado de ovoprodutos.

- **Decreto-Lei n.º 232/92, de 22 de outubro**
Regula a instalação e gestão de parques industriais.
- **Portaria n.º 965/92 de 10 de outubro**
Aprova o Regulamento de Eliminação e Transformação de Subprodutos de Origem Animal e Colocação no Mercado dos seus Produtos Finais.
- **Decreto Regulamentar Regional n.º 40/92/A, de 7 de outubro**
Aprova o Regulamento da Autorização de Instalação e Laboração dos Estabelecimentos Industriais.
- **Portaria n.º 743/92, de 24 de julho**
Estabelece as normas relativas à disciplina aplicável em matéria de sanidade nas trocas de carnes frescas de aves.
- **Portaria n.º 512/92, de 22 de junho**
Estabelece normas de descarga das águas residuais dos sector dos curtumes.
- **Portaria n.º 505/92, de 19 de junho**
Estabelece normas de descarga das águas residuais do sector da pasta de celulose.
- **Decreto-Lei n.º 375/90, de 27 de novembro**
Fixa normas relativas à proteção física de materiais nucleares.
- **Portaria n.º 809/90, de 10 de setembro**
Aprova as normas de descarga das águas residuais provenientes de matadouros e de unidades de processamento de carnes.
- **Decreto-Lei n.º 162/90, de 22 de maio**
Aprova o Regulamento Geral de segurança e Higiene no Trabalho nas Minas e Pedreiras. Revoga o Decreto-Lei n.º 18/85, de 15 de janeiro.
- **Decreto-Lei n.º 90/90, de 16 de março**
Disciplina o regime geral de revelação e aproveitamento de recursos geológicos.
- **Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março**
Aprova o regulamento de depósitos minerais.
- **Decreto-Lei n.º 87/90, de 16 de março**
Aprova o regulamento dos recursos geotérmicos.
- **Decreto-Lei n.º 86/90, de 16 de março**
Aprova o regulamento das águas minerais.
- **Decreto-Lei n.º 85/90, de 16 de março**
Aprova o regulamento das águas mineroindustriais.
- **Decreto-Lei n.º 84/90, de 16 de março**

Aprova o regulamento de exploração das águas de nascente.

- **Decreto-Lei n.º 474/88, de 22 de dezembro**
Altera algumas disposições dos Regulamentos sobre o Fabrico, Armazenagem, Comercialização e Emprego de Produtos Explosivos e sobre Fiscalização de Produtos Explosivos, submetendo a licenciamento prévio a venda e lançamento das chamadas «bombas de Carnaval».
- **Decreto Legislativo Regional n.º 14/88/A, de 6 de abril**
Estabelece os princípios gerais para o exercício de atividades industriais na Região Autónoma dos Açores.
- **Decreto-Lei n.º 224/87, de 3 de junho**
Estabelece normas relativas à prevenção dos riscos de acidentes graves que possam ser causados por certas atividades industriais, bem como a limitação das suas consequências para o homem e o ambiente.
- **Decreto-Lei n.º 33/87, de 17 de janeiro**
Aprova o Regulamento do Exercício da Indústria de Panificação. Revoga o Decreto-Lei n.º 42 477 de 29 de agosto de 1959.
- **Decreto-Lei n.º 335/86, de 2 de outubro**
Autoriza os estabelecimentos de abate de aves a proceder à construção de dependências anexas destinadas ao abate de coelhos.
- **Decreto-Lei n.º 164/84, de 21 de maio**
Altera o Decreto-Lei n.º 403/82, de 24 de setembro (aprova o regulamento de extração de materiais inertes das zonas de escoamento e de expansão das águas de superfície).
- **Decreto-Lei n.º 494/80, de 18 de outubro**
Estabelece as disposições relativas à eliminação e armazenagem de pesticidas.
- **Portaria n.º 702/80, de 22 de setembro**
Revisão da Portaria n.º 53/71 de 3 de fevereiro, que regula o Regulamento Geral de Segurança e Higiene no trabalho para edifícios industriais.
- **Decreto Regulamentar n.º 39/80, de 20 de agosto**
Aprova o Regulamento da Comercialização de Coelhos Comestíveis.
- **Portaria n.º 559/76, de 7 de setembro**
Aprova o Regulamento de Inspeção e Fiscalização Hígio-Sanitárias de Pescado.
- **Portaria n.º 29/74, de 16 de janeiro**
Aprova o Regulamento das Condições de Higiene e Segurança do Trabalho e das Instalações para as Indústrias de Explosivos e de Pirotecnia.
- **Portaria n.º 53/71, de 3 de fevereiro**
Regulamento Geral de Segurança e Higiene no trabalho para edifícios industriais.
- **Decreto n.º 29 034, de 1 de outubro de 1938**
Regulamenta o estabelecido na Lei n.º 1947 de 12 fevereiro de 1937.

- **Decreto Legislativo Regional n.º 19/2011/M, de 19 de agosto**
Adapta à Região Autónoma da Madeira a Lei n.º 11/2011, de 26 de abril, que estabelece o regime jurídico de acesso e de permanência na atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime de funcionamento dos centros de inspeção e revoga o Decreto-Lei n.º 550/99, de 15 de dezembro.
- **Portaria n.º 239/2011, de 21 de junho**
Identifica os elementos que as meras comunicações prévias e as comunicações prévias com prazo previstas no Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, devem conter.
- **Lei n.º 11/2011, de 26 de abril**
Estabelece o regime jurídico de acesso e de permanência na atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime de funcionamento dos centros de inspeção e revoga o Decreto-Lei n.º 550/99, de 15 de dezembro.
- **Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril**
Simplifica o regime de acesso e de exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa «Licenciamento zero», no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 49/2010, de 12 de novembro, e pelo artigo 147.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro.
- **Decreto-Lei n.º 118/2009, de 19 de maio**
Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro, que estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os estabelecimentos onde se forneçam bens e se prestem serviços aos consumidores.
- **Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de novembro**
Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro, estabelecendo a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os estabelecimentos onde se forneçam bens e se prestem serviços aos consumidores.
- **Lei n.º 37/2007, de 14 de agosto**
Aprova normas para a proteção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo.
- **Decreto-Lei n.º 554/99, de 16 de dezembro**
Transpõe para a ordem jurídica portuguesa a Diretiva n.º 96/96/CE, do Conselho, de 20 de dezembro de 1996, alterada pela Diretiva n.º 1999/52/CE, da Comissão, de 26 de maio de 1999, relativa ao controlo técnico dos veículos e seus reboques, e regula as inspeções técnicas periódicas para atribuição de matrícula e inspeções extraordinárias de automóveis ligeiros, pesados e reboques.

INSTALAÇÕES DESPORTIVAS, RECREATIVAS E CULTURAIS

- **Portaria n.º 239/2011, de 21 de junho**
Identifica os elementos que as meras comunicações prévias e as comunicações prévias com prazo previstas no Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, devem conter.
- **Decreto-Lei n.º 48/2011, de 01 de abril**
Simplifica o regime de acesso e de exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa «Licenciamento zero», no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 49/2010, de 12 de novembro, e pelo artigo 147.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro.

- **Decreto Regulamentar n.º 6/2010, de 28 de dezembro**
Define as regras aplicáveis ao licenciamento de complexos, carreiras e campos de tiro para a prática de tiro com armas de fogo e revoga o Decreto Regulamentar n.º 19/2006, de 25 de outubro.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 18/2010/M, de 19 de agosto**
Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto Regulamentar n.º 5/97, de 31 de março, que aprova o Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança dos Recintos com Diversões Aquáticas.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 11/2010/A, de 16 de março**
Aprova o regulamento Geral dos Espetáculos Tauromáquicos de Natureza Artística da Região Autónoma dos Açores.
- **Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro**
Estabelece o regime do licenciamento dos recintos itinerantes e improvisados, bem como as normas técnicas e de segurança aplicáveis à instalação e funcionamento dos equipamentos de diversão instalados nesses recintos, e procede à terceira alteração do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, que regula a instalação e o financiamento de recintos de espetáculos, no âmbito das competências das câmaras municipais.
- **Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho**
Estabelece o regime jurídico das instalações desportivas de uso público.
- **Decreto-Lei n.º 119/2009, de 19 de maio**
Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de dezembro, que aprova o regulamento que estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, conceção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respectivo equipamento de superfície.
- **Decreto-Lei n.º 118/2009, de 19 de maio**
Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro, que estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os estabelecimentos onde se forneçam bens e se prestem serviços aos consumidores.
- **Decreto-Lei n.º 79/2009, de 2 de abril**
Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 65/97, de 31 de março, que regula a instalação e o funcionamento dos recintos com diversões aquáticas.
- **Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de novembro**
Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro, estabelecendo a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os estabelecimentos onde se forneçam bens e se prestem serviços aos consumidores.
- **Lei n.º 37/2007, de 14 de agosto**
Aprova normas para a proteção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo.
- **Resolução da Assembleia da República n.º 19/2006, de 9 de março**
Gestão ambiental dos campos de golfe.
- **Portaria n.º 127/2006, de 13 fevereiro**
Aprova a Regulamento da Náutica de Recreio.

- **Decreto Legislativo Regional n.º 36/2004/A, de 20 de outubro**
Regulamenta a instalação e o funcionamento dos recintos de espetáculos e divertimentos públicos e o regime dos espetáculos de natureza artística.
- **Portaria n.º 1049/2004, de 19 de agosto**
Fixa normas relativamente às condições técnicas e de segurança a observar na conceção, instalação e manutenção das balizas de futebol, de andebol, de hóquei e de pólo aquático e dos equipamentos de basquetebol existentes nas instalações desportivas de uso público.
- **Decreto-Lei n.º 82/2004, de 23 de maio**
Altera o Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança a Observar na Conceção, Instalação e Manutenção das Balizas de Futebol, de Andebol, de Hóquei e de Pólo Aquático e dos Equipamentos de Basquetebol Existentes nas Instalações Desportivas de Uso Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 100/2003, de 23 de maio.
- **Portaria n.º 369/2004, de 12 de abril**
Estabelece o regime de intervenção das entidades acreditadas em ações ligadas ao processo de verificação das condições técnicas e de segurança a observar na instalação e manutenção das balizas de futebol, de andebol, de hóquei e de pólo aquático e dos equipamentos de basquetebol existentes nas instalações desportivas de usos público.
- **Portaria n.º 41/2004, de 14 de janeiro**
Aprova o modelo de alvará da licença para os recintos de espetáculos e divertimentos públicos.
- **Decreto-Lei n.º 197/2003, de 27 de agosto**
Altera a CAE - Rev. 2 constante do anexo ao Decreto-Lei n.º 182/93, de 14 de maio, que revê a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas.
- **Decreto Regulamentar n.º 16/2003, de 9 de agosto**
Aprova as especificações técnicas previstas na alínea d) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, que regula a instalação e o funcionamento de recintos de espetáculos, no âmbito das competências das câmaras municipais.
- **Decreto-Lei n.º 96/2003, de 7 de maio**
Cria o Instituto do Desporto de Portugal (IDP), resultante da fusão do Instituto Nacional do Desporto (IND), do Centro de Estudos e Formação Desportiva (CEFD) e do Complexo de Apoio às Atividades Desportivas (CAAD).
- **Portaria n.º 1522-C/2002, de 20 de dezembro**
Fixa as situações em que é obrigatório o recurso à segurança privada nos recintos desportivos, bem como as condições do exercício de funções pelos assistentes de recinto desportivo.
- **Portaria n.º 1522-B/2002, de 20 de dezembro**
Introduz a figura de assistente de recinto desportivo, no âmbito da atividade de segurança privada. Define as suas funções específicas e fixa a duração, conteúdo do curso de formação e sistema de avaliação.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 33/2002/A, de 5 de novembro**
Aplica à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 385/99, de 28 de setembro, que define o regime de responsabilidade técnica pelas instalações desportivas abertas ao público e atividades aí desenvolvidas.
- **Decreto-Lei n.º 79/2002, de 26 de março**

Altera o Decreto-Lei n.º 217/2001 de 3 de agosto, que aprova a orgânica do Ministério da Juventude e Desporto.

- **Decreto Regulamentar n.º 10/2001, de 7 de junho**
Aprova o Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança dos Estádios.
- **Portaria n.º 455/2000, de 21 de julho**
Aprova o Regulamento Geral de Utilização das Instalações Desportivas do Complexo de Apoio às Atividades Desportivas. Revoga a Portaria n.º 332/87 de 23 de abril.
- **Decreto-Lei n.º 385/99, de 28 de setembro**
Define o regime da responsabilidade técnica pelas instalações desportivas abertas ao público e atividades aí desenvolvidas.
- **Resolução da Assembleia da República n.º 41/99, de 15 de maio**
Cessaçã o da vigência do Decreto-Lei n.º 15/99, de 15 de janeiro.
- **Portaria n.º 506/98, de 10 de agosto**
Define o organismo com competência para emitir certificados de conformidade, no âmbito do Decreto-Lei n.º 379/97 de 27 de dezembro, que estabelece o regulamento das condições de segurança em locais de jogo e recreio.
- **Lei n.º 38/98, de 4 de agosto**
Estabelece as medidas de combate à violência nos recintos desportivos.
- **Portaria n.º 379/98, de 2 de julho**
Publica a lista dos normativos europeus, Projetos normativos europeus e outras especificações técnicas aplicáveis na conceção e fabrico dos equipamentos e superfícies de impacto destinados a espaços de jogo e recreio.
- **Decreto-Lei n.º 278/97, de 8 de outubro**
Impacte ambiental. Projetos de infraestruturas desportivas (sujeitas a uma avaliação de impacte ambiental os planos e Projetos que, pela sua localização, dimensão ou características, sejam susceptíveis de provocar incidências significativas no ambiente).
- **Decreto Regulamentar n.º 5/97, de 31 de março**
Aprova o Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança dos Recintos com diversões aquáticas.
- **Portaria n.º 510/96, de 25 de setembro**
Fixa as taxas devidas pelas vistorias, em conformidade com a classificação dos recintos, feita no n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança dos Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/95, de 16 de dezembro.
- **Lei n.º 19/96, de 25 de junho**
Revisão da Lei de Bases do Sistema Desportivo.
- **Decreto-Lei n.º 315/95, de 28 de novembro**
Regula a instalação e funcionamento dos recintos de espetáculos e divertimentos públicos e estabelece o regime jurídico dos espetáculos de natureza artística.
- **Decreto-Lei n.º 350/93, de 7 de outubro**
Estabelece Normas relativas à atividade cinematográfica e à produção audiovisual.

- **Decreto Regulamentar n.º 62/91, de 29 de novembro**
Regulamento do Espectáculo Tauromáquico.
- **Lei n.º 1/90, de 13 de janeiro**
Lei de Bases do Sistema Desportivo.
- **Portaria n.º 210/85, de 16 de abril**
Regulamenta os dispositivos de segurança dos recintos desportivos.
- **Decreto-Lei n.º 271/84, de 6 de agosto**
Estabelece as disposições relativas à construção de instalações destinadas a boites, discotecas e certos espetáculos ao ar livre e outras atividades similares, na perspectiva de controle de poluição sonora.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 25/82/A, de 3 de setembro**
Estabelece para a Região Autónoma dos Açores as condições técnicas e de segurança das praças de touros.
- **Norma sobre Piscinas do Instituto Português da Qualidade:**
NP EN 15288-1 – Piscinas. Parte 1: Requisitos de segurança para a conceção.
- **Normas sobre Parques Infantis do Instituto Português da Qualidade**
NP EN 1177 – Superfícies amortecedoras de impacto para espaços de jogo e recreio. Requisitos de segurança e métodos de ensaio.
- **Normas sobre Parques Infantis do Instituto Português da Qualidade**
NP EN 1176-7 – Equipamento para espaços de jogos e recreio. Parte 7: guia de instalação, inspeção, manutenção e funcionamento.
- **Normas sobre Parques Infantis do Instituto Português da Qualidade**
NP EN 1176-6 – Equipamento para espaços de jogos e recreio. Parte 6: requisitos de segurança específicos e métodos de ensaio para equipamentos oscilantes.
- **Normas sobre Parques Infantis do Instituto Português da Qualidade**
NP EN 1176-5 – Equipamento para espaços de jogos e recreio. Parte 5: requisitos de segurança específicos adicionais e métodos de ensaio para carroses.
- **Normas sobre Parques Infantis do Instituto Português da Qualidade**
NP EN 1176-4 – Equipamento para espaços de jogos e recreio. Parte 4: requisitos de segurança específicos e métodos de ensaio para teleféricos.
- **Normas sobre Parques Infantis do Instituto Português da Qualidade**
NP EN 1176-3 – Equipamento para espaços de jogos e recreio. Parte 3: requisitos de segurança específicos e métodos de ensaio para escorregas.
- **Normas sobre Parques Infantis do Instituto Português da Qualidade**
NP EN 1176-2 – Equipamento para espaços de jogos e recreio. Parte 2: requisitos de segurança específicos e métodos de ensaio para baloiços.
- **Normas sobre Parques Infantis do Instituto Português da Qualidade**

NP EN 1176-1 – Equipamento para espaços de jogos e recreio. Parte 1: requisitos gerais de segurança e métodos de ensaio.

- **Norma sobre Guardas do Instituto Português da Qualidade:**
NP EN 4491 – Guardas para edifícios. Características dimensionais e métodos de ensaio.

L

LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES E SERVIÇOS

- **Decreto-Lei n.º 244/2015, de 19 de outubro**
Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 31/2006, de 15 de fevereiro, que estabelece as bases gerais da organização e funcionamento do Sistema Petrolífero Nacional, bem como as disposições gerais aplicáveis ao exercício das atividades de armazenamento, transporte, distribuição, refinação e comercialização e à organização dos mercados de petróleo bruto e de produtos de petróleo
- **Decreto-Lei n.º 87/2014, de 29 de maio**
Estabelece o regime jurídico aplicável à exploração de áreas de serviço e ao licenciamento para implantação de postos de abastecimento de combustíveis
- **Decreto Legislativo Regional n.º 21/2012/M. D.R., de 29 de agosto**
Estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e postos de abastecimento de combustíveis
- **Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto**
Procede à simplificação do regime de instalação e funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos e do regime de acesso, exercício e fiscalização de várias atividades de controlo municipal e altera os Decretos-Leis n.os 309/2002, de 16 de dezembro, e 310/2002, de 18 de dezembro
- **Decreto Legislativo Regional n.º 23/2012/A. D.R. n.º 106, Série I, de 31 de maio**
Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa
Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2012/A, de 1 de março, que estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos
- **Decreto Legislativo Regional n.º 34/2011/A**
Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa
Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de Agosto, que estabelece o regime jurídico de atividades sujeitas a licenciamento das câmaras municipais na Região Autónoma dos Açores
- **Portaria n.º 239/2011, 21 de junho**
Identifica os elementos que as meras comunicações prévias e as comunicações prévias com prazo previstas no Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, devem conter.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 20/2011/A, de 21 de junho**
Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o regime jurídico de atividades sujeitas a licenciamento das câmaras municipais na Região Autónoma dos Açores.
- **Decreto-Lei n.º 48/2011, de 01 de abril**

Simplifica o regime de acesso e de exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa «Licenciamento zero», no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 49/2010, de 12 de novembro, e pelo artigo 147.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro.

- **Lei n.º 49/2010, de 12 de novembro**
Autoriza o Governo a simplificar o regime de acesso e de exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa «Licenciamento zero».
- **Decreto Legislativo Regional n.º 28/2003/M, de 9 de dezembro**
Transfere para as câmaras municipais poderes atribuídos à administração regional autónoma em matéria de licenciamento e fiscalização de diversas atividades.
- **Decreto-Lei n.º 197/2003, de 27 de agosto**
Altera a CAE - Rev. 2 constante do anexo ao Decreto-Lei n.º 182/93, de 14 de maio, que revê a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas.
- **Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro**
Regula o regime jurídico do licenciamento e fiscalização pelas câmaras municipais de atividades diversas anteriormente cometidas aos governos civis.
- **Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro**
Transfere para as câmaras municipais as competências dos governos civis, alterando o Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de novembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 316/95, de 28 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 213/2001, de 2 de agosto.

LIVRE CIRCULAÇÃO

- **Lei n.º 27/2017, de 30 de maio**
Aprova medidas para aplicação uniforme e execução prática do direito de livre circulação dos trabalhadores, transpondo a Diretiva 2014/54/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014
- **Lei n.º 26/2017, de 30 de maio**
Facilita o reconhecimento das qualificações profissionais e diminui os constrangimentos à livre circulação de pessoas, procedendo à terceira alteração à Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e transpondo a Diretiva 2013/55/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de novembro de 2013, que altera a Diretiva 2005/36/CE, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais e o Regulamento (UE) n.º 1024/2012, relativo à cooperação administrativa através do Sistema de Informação do Mercado Interno
- **Lei n.º 67/98, de 26 de outubro**
Lei da Proteção de Dados Pessoais (transpõe para a ordem jurídica portuguesa a Diretiva n.º 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de outubro de 1995, relativa à Proteção das Pessoas Singulares no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais e à livre circulação dessas dados).
- **Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho**
Aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional (disposições criminais nos artigos 181.º a 191.º).
- **Decreto Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de novembro**
Regulamenta a Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros de território nacional.

LIVRO DE OBRA

- **Portaria n.º 1268/2008, de 6 de Novembro**
Define o modelo e requisitos do livro de obra e fixa as características do livro de obra electrónico

M

MÁQUINAS

- **Decreto-Lei n.º 138/2015, de 30 de julho**
Procede à primeira alteração à [Lei n.º 16/2011](#), de 3 de maio, transpondo a [Diretiva n.º 2014/82/UE](#) da Comissão, de 24 de junho de 2014, que altera a [Diretiva n.º 2007/59/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, no que respeita aos conhecimentos profissionais gerais, aos requisitos médicos e aos requisitos relativos à carta de maquinista
- **Decreto-Lei n.º 176/2008, de 26 de agosto**
Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 295/98, de 22 de setembro, que estabelece os princípios gerais de segurança relativos aos ascensores e respetivos componentes e que transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio, relativa às máquinas, que altera a Diretiva n.º 95/16/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de junho, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes aos ascensores.
- **Decreto-Lei n.º 103/2008, de 24 de junho**
Estabelece as regras relativas à colocação no mercado e entrada em serviço das máquinas e respetivos acessórios, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio, relativa às máquinas e que altera a Diretiva n.º 95/16/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de junho, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes aos ascensores.
- **DIRETIVA 2006/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio**
Relativa às máquinas e que altera a Diretiva 95/16/CE (reformulação).

MAR

- **Portaria n.º 10/2021, de 8 de janeiro**
Estabelece o regime aplicável às autorizações de pesca de espécies de profundidade, enumeradas no anexo I do Regulamento (UE) 2016/2336, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2016.
- **Portaria n.º 308/2020, de 30 de dezembro**
Estabelece as regras para a gestão da quota disponível do biqueirão (*Engraulis encrasicolus*) na subzona 9 do Conselho Internacional de Exploração do Mar.
- **Portaria n.º 201/2020, de 19 de agosto**

Altera (sétima alteração) o Regulamento do Regime de Apoio aos Investimentos em Portos de Pesca, Locais de Desembarque, Lotas e Abrigos, do Programa Operacional (PO) Mar 2020, para Portugal Continental, aprovado em anexo à Portaria n.º 57/2016, de 28 de março.

- **Portaria n.º 20/2020, de 27 de janeiro**
Alteração ao Regulamento do Regime de Apoio à Cessação Temporária das Atividades de Pesca com Recurso a Artes de Cerco, do Programa Operacional Mar 2020, para Portugal Continental, aprovado pela **Portaria n.º 394/2019**, de 11 de novembro.
- **Portaria n.º 394/2019, de 11 de novembro**
Regulamento do Regime de Apoio à Cessação Temporária das Atividades de Pesca com Recurso a Artes de Cerco
- **Decreto-Lei n.º 63/2017, de 9 de junho**
Decreto-Lei relativo à certificação económica de equipamentos marítimos, transpondo a **Diretiva n.º 2014/90/UE**

MECENATO

- **Lei n.º 26/2004, de 8 de julho**
Aprova o Estatuto de Mecenato Científico e procede à nona alteração do Decreto-Lei n.º 74/99, de 16 de março (Estatuto do Mecenato).
- **Lei n.º 160/99, de 14 de setembro**
Primeira alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei n.º 74/99, de 16 de março, que aprova o Estatuto do Mecenato, onde se define o regime dos incentivos fiscais no âmbito do mecenato social, ambiental, cultural, científico ou tecnológico e desportivo.
- **Decreto-Lei n.º 65/93, de 10 de março**
Revê o regime do mecenato cultural.

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

- **Portaria n.º 282/2010, de 25 de maio**
Aprova os regulamentos dos procedimentos de seleção de mediadores de conflitos para prestar serviços de mediação nos julgados de paz e no âmbito dos sistemas de mediação familiar e laboral e revoga a Portaria n.º 479/2006, de 26 de maio.
- **Portaria n.º 237/2010, de 29 de abril**
Aprova o regulamento de reconhecimento dos cursos de formação de mediadores de conflitos para prestar funções no âmbito da mediação pública.
- **Portaria n.º 479/2006, de 26 de maio**
Aprova o Regulamento do Concurso de Seleção de Mediadores de Conflitos Habilitados a Prestar Serviço nos Julgados de Paz. Revoga a Portaria n.º 1005/2001, de 18 de agosto.
- **Portaria n.º 1112/2005, de 28 de outubro**
Aprova o regulamento que disciplina a organização e o funcionamento dos serviços de mediação disponíveis nos julgados de paz e estabelece as condições de acesso aos mesmos, bem como as regras por que deve pautar-se a atividade dos mediadores de conflitos. Revoga a Portaria n.º 436/2002, de 22 de abril.

- **Lei n.º 78/2001, de 13 de julho**
Julgados de paz – Organização, competência e funcionamento.

MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA

- **Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 362/2011, de 14 de setembro**
Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das seguintes normas do Decreto-Lei n.º 211/2004, de 20 de agosto (exercício das atividades de mediação imobiliária e de angariação imobiliária): a) da norma contida no n.º 2 do artigo 4.º; b) das normas constantes dos artigos 6.º, n.º 4, alínea c), 25.º, n.º 2, alínea b), e 44.º, n.º 1, alínea d), na parte em que se reportam à violação e aos efeitos da condenação na sequência da violação do preceituado no n.º 2 do artigo 4.º do mesmo diploma.
- **Decreto-Lei n.º 69/2011, de 15 de junho**
Simplifica os regimes de acesso e exercício das atividades de construção, mediação e angariação imobiliária e altera a Lei Orgânica do InCI, I. P., aprovada pelo Decreto-Lei n.º 144/2007, de 27 de abril.
- **Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho**
Estabelece os princípios e as regras necessárias para simplificar o livre acesso e exercício das atividades de serviços e transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro.
- **Decreto-Lei n.º 118/2009, de 19 de maio**
Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro, que estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os estabelecimentos onde se forneçam bens e se prestem serviços aos consumidores.
- **Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de novembro**
Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro, estabelecendo a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os estabelecimentos onde se forneçam bens e se prestem serviços aos consumidores.
- **Portaria n.º 66/2005, de 25 de janeiro**
Fixa as condições mínimas de seguro de responsabilidade civil nas atividades de mediação imobiliária e de angariação imobiliária.
- **Portaria n.º 1328/2004, de 19 de outubro**
Fixa o montante das taxas devidas no âmbito dos procedimentos administrativos previstos no regime jurídico das atividades de mediação imobiliária e de angariação imobiliária.
- **Portaria n.º 1327/2004, de 19 de outubro**
Regulamenta os procedimentos administrativos previstos no Decreto-Lei n.º 211/2004, de 20 de agosto, que regula o regime jurídico das atividades de mediação imobiliária e de angariação imobiliária.
- **Portaria n.º 1326/2004, de 19 de outubro**
Define a avaliação da capacidade profissional, bem como os critérios de adequação da formação, no acesso e permanência nas atividades de mediação imobiliária e angariação imobiliária.
- **Portaria n.º 1324/2004, de 19 de outubro**
Fixa o montante mínimo de seguro de responsabilidade civil na atividade imobiliária.

- [Decreto-Lei n.º 258/2001, de 25 de setembro](#)
Altera o Decreto-Lei n.º 77/99, de 16 de março, que regula o exercício da atividade de mediação imobiliária.
- [Portaria n.º 1120/2001, de 24 de setembro](#)
Regulamenta o n.º 1 do artigo 26º e o n.º 1 do artigo 21º do Decreto-Lei 77/99, de 16 de março (regime jurídico da atividade de mediação imobiliária).
- [Portaria n.º 952/99, de 29 de outubro](#)
Sujeita ao pagamento de taxas destinadas a cobrir os encargos com a gestão do sistema de ingresso e permanência na atividade de mediação imobiliária, bem como com a sua fiscalização, vários procedimentos administrativos tendentes ao licenciamento, revalidação e substituição de licenças.

Modernização Administrativa

- [Portaria n.º 305/2020, de 29 de dezembro](#)
Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 73/2018, de 12 de março, que define os termos e as condições de utilização do Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP) para a certificação de atributos profissionais, empresariais e públicos através do Cartão de Cidadão e Chave Móvel Digital.

O

ORÇAMENTO DO ESTADO

- [Lei n.º 31/2014, de 30 de maio](#)
Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo
- [Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro](#)
Procede à segunda alteração à Lei do Orçamento do Estado para 2011, aprovada pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, altera o Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, e o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de Dezembro, que aprova um conjunto de medidas adicionais de redução de despesa com vista à consolidação orçamental prevista no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para 2010-2013

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

- [Lei n.º 99/2016, de 05 de setembro](#)
Primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (revoga a [Lei n.º 58/2007](#), de 4 de setembro)
- [Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 07 de maio](#)
Aprova a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030
- [Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto](#)
Primeira alteração à lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo
- [Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2016, de 23 de agosto](#)

Fixa as orientações estratégicas para a alteração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, aprovado pela [Lei n.º 58/2007](#), de 4 de setembro, através de um sistema colaborativo e descentralizado assente em pontos focais e numa comissão consultiva, sob coordenação da Direção-Geral do Território

- [**Lei n.º 152/2015, de 14 de setembro**](#)
Processo de reconhecimento da situação de prédio rústico e misto sem dono conhecido que não esteja a ser utilizado para fins agrícolas, florestais ou silvopastoris e seu registo
- [**Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto**](#)
Estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional
- [**Resolução da Assembleia da República n.º 155/2011, de 22 de dezembro**](#)
Recomenda ao Governo que proceda à avaliação e à revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA)
- [**Resolução da Assembleia da República n.º 156/2011, de 22 de dezembro**](#)
Sobre o processo de revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA)
- [**Decreto Legislativo Regional n.º 18/2011/M, de 11 de agosto**](#)
Estabelece um regime transitório para a aplicação à Região Autónoma da Madeira do regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional e da Reserva Agrícola Nacional.
- [**Portaria n.º 257/2011, de 12 de julho**](#)
Define os modelos de sinalização para efeitos de identificação e informação relativa à conservação da natureza e da biodiversidade no âmbito das áreas protegidas.
- [**Portaria n.º 245/2011, de 22 de junho**](#)
Define os requisitos, as condições e as regras de funcionamento e de utilização da plataforma informática destinada ao envio dos instrumentos de gestão territorial para publicação no Diário da República e para depósito na Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- [**Declaração de Retificação n.º 10/2011, de 1 de abril**](#)
Retifica a Portaria n.º 62/2011, de 2 de fevereiro, dos Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e do Ambiente e do Ordenamento do Território, que identifica os fatos relevantes que justificam o início dos procedimentos de alteração e revisão dos planos de ordenamento florestal (PROF) e suspende parcialmente a aplicação de vários PROF, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 23, de 2 de fevereiro de 2011.
- [**Decreto-Lei n.º 2/2011, de 6 de janeiro**](#)
Concretiza uma medida do programa SIMPLEGIS através da alteração da forma de aprovação e do local de publicação de determinados atos, substituindo a sua publicação no Diário da República por outras formas de divulgação pública que tornem mais fácil o acesso à informação.
- [**Decreto-Lei n.º 114/2010, de 22 de outubro**](#)
Simplifica a apresentação de candidatura a fundos destinados à beneficiação e valorização florestal, modifica o regime de aprovação, alteração ou revisão dos planos regionais de ordenamento florestal e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro.
- [**Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro**](#)

Estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda.

- **Portaria n.º 976/2009, de 1 de setembro**
Fixa o âmbito temporal e espacial de aplicabilidade do regime experimental de execução, exploração e acesso à informação cadastral previsto no Decreto-Lei n.º 224/2007, de 31 de maio.
- **Decreto-Lei n.º 181/2009, de 7 de agosto**
Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro, que procedeu à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.
- **Declaração de Retificação n.º 54/2009, de 28 de julho**
Retifica o Decreto Regulamentar n.º 10/2009, de 29 de maio, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que fixa a cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial, bem como na representação de quaisquer condicionantes, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 104, de 29 de maio de 2009.
- **Declaração de Retificação n.º 53/2009, de 28 de julho**
Retifica o Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de maio, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que estabelece os conceitos técnicos nos domínios do território e do urbanismo, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 104, de 29 de maio de 2009.
- **Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de maio**
Estabelece os critérios uniformes de classificação e reclassificação do solo, de definição de utilização dominante, bem como das categorias relativas ao solo rural e urbano, aplicáveis a todo o território nacional.
- **Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março**
Aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional e revoga o Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de junho.
- **Declaração de Retificação n.º 20/2009, de 13 de março**
Retifica o Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, que estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, e revoga a Lei n.º 14/2004, de 8 de maio, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 9, de 14 de janeiro de 2009.
- **Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro**
Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.
- **Declaração de Retificação n.º 10/2009, de 9 de fevereiro**
Retifica o Decreto-Lei n.º 15/2009, de 14 de janeiro, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, que aprova o regime de criação das zonas de intervenção florestal (ZIF), bem como os princípios reguladores do seu funcionamento e da sua extinção, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 9, de 14 de janeiro de 2009.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 43/2008/M, de 23 de dezembro**
Define o sistema regional de gestão territorial.
- **Portaria n.º 1356/2008, de 28 de novembro**

Estabelece as condições para a viabilização dos usos e ações referidas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto.

- **Decreto Legislativo Regional n.º 43/2008/A, de 8 de outubro**
Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 29/2004/A, de 24 de agosto, que estabelece o regime jurídico de proteção e valorização do património cultural móvel e imóvel, e terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 14/2000/A, de 23 de maio, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2002/A, de 11 de abril, republicado pelos Decretos Legislativos Regionais n.os 38/2002/A, de 3 de dezembro, e 24/2003/A, de 12 de maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro (regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial).
- **Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto**
Aprova o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional e revoga o Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de março.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 32/2008/A, de 28 de julho**
Estabelece o regime jurídico da Reserva Agrícola Regional.
- **Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho**
Estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade e revoga os Decretos-Leis n.os 264/79, de 1 de agosto, e 19/93, de 23 de janeiro.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho**
Aprova o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 relativo ao território continental.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 3 de junho**
Determina a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, designado «Polis Litoral - Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira».
- **Lei n.º 10/2008, de 20 de fevereiro**
Terceira alteração à Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, sobre as áreas urbanas de génese ilegal.
- **Declaração de Retificação n.º 1-C/2008, de 15 de janeiro**
Retifica a Portaria n.º 1474/2007, de 16 de novembro, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que «Regula a constituição, a composição e o funcionamento da comissão de acompanhamento da elaboração e da revisão do plano director municipal. Revoga a Portaria n.º 290/2003, de 5 de abril», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 221, de 16 de novembro de 2007.
- **Declaração de Retificação n.º 104/2007, de 6 de novembro**
Retifica o Decreto-Lei n.º 316/2007, de 7 de agosto, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 181, de 19 de setembro de 2007.
- **Decreto-Lei n.º 364/2007, de 2 de novembro**
Prorroga por mais três anos o prazo de vigência das medidas de carácter excepcional e transitório destinadas à regularização da situação jurídica de prédios rústicos sitos em áreas florestais, estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 136/2005, de 17 de agosto.
- **Declaração de Retificação n.º 80-A/2007, de 7 de setembro**

Retifica a Lei n.º 58/2007 (aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território), publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 170, de 4 de setembro de 2007.

- **Lei n.º 56/2007, de 31 de agosto**
Quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 53/2000, de 7 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de dezembro, e pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, impondo a transição digital georreferenciada dos planos municipais de ordenamento do território.
- **Lei n.º 54/2007, de 31 de agosto**
Primeira alteração à Lei n.º 48/98, de 11 de agosto, que estabelece as bases da política de ordenamento do território e urbanismo.
- **Portaria n.º 814/2007, de 27 de julho**
Fixa as taxas dos pedidos de autorização de usos e ações compatíveis com a afectação de certas áreas ao regime de Reserva Ecológica Nacional.
- **Portaria n.º 813/2007, de 27 de julho**
Fixa os elementos que devem instituir os pedidos de autorização para o uso e ações compatíveis com a afectação de certas áreas ao regime de Reserva Ecológica Nacional.
- **Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho**
Estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as Diretivas n.os 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio.
- **Decreto-Lei n.º 224/2007, de 31 de maio**
Aprova o regime experimental da execução, exploração e acesso à informação cadastral, visando a criação do Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral (SINERGIC).
- **Decreto-Lei n.º 202/2007, de 25 de maio**
Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho, que estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional.
- **Decreto-Lei n.º 12/2007, de 19 de janeiro**
Altera o Decreto-Lei n.º 125/2002, de 10 de maio, que regula as condições de exercício das funções de perito e de árbitro no âmbito dos procedimentos para a declaração de utilidade pública e para a posse administrativa dos processos de expropriação previstos no Código das Expropriações.
- **Declaração de Retificação n.º 76/2006, de 6 de novembro**
De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 180/2006, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de março, que define o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 172, de 6 de setembro de 2006.
- **Declaração de Retificação n.º 75-A/2006, de 3 de novembro**
De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 180/2006, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de março, que define o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 172, de 6 de setembro de 2006.

- **Portaria n.º 1140/2006, de 25 de outubro**
Define as especificações técnicas em matéria de defesa da floresta contra incêndios a observar na instalação e funcionamento de equipamentos florestais de recreio inseridos no espaço rural.
- **Portaria n.º 1139/2006, de 25 de outubro**
Define a estrutura tipo do conteúdo dos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios.
- **Lei n.º 49/2006, de 29 de agosto**
Estabelece medidas de proteção da orla costeira.
- **Declaração de Retificação n.º 48-A/2006, de 7 de agosto**
De ter sido retificado o Decreto Legislativo Regional n.º 20/2006/A, que aprova o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da Região autónoma dos Açores, publicado no Diário da República 1.ª série, n.º 109, de 6 de junho de 2006.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2006, de 15 de setembro**
Aprova a Estratégia Nacional para as Florestas.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio**
Aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2006, de 4 de maio**
Aprova as linhas orientadoras para a execução, manutenção e exploração de informação cadastral através da criação do Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral (SINERGIC) e definição dos seus objetivos gerais.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2006, de 27 de abril**
Aprova, para efeitos de discussão pública, a proposta técnica do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.
- **Lei n.º 12/2006, de 4 de abril**
Autoriza o Governo a legislar sobre o regime das infrações das normas estabelecidas no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.
- **Decreto-Lei n.º 67/2006, de 23 de março**
Prorroga o prazo fixado no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 217-A/2004, de 8 de outubro, para aprovação dos planos de ordenamento das áreas protegidas que ainda não disponham de tais planos especiais de ordenamento do território.
- **Portaria n.º 222/2006, de 8 de março**
Estabelece os requisitos das entidades gestoras das zonas de intervenção florestal (ZIF).
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2006, de 18 de janeiro**
Adopta as Orientações Estratégicas para a Recuperação das Áreas Ardidas, aprovadas pelo Conselho Nacional de Reflorestação em 30 de junho de 2005.
- **Portaria n.º 389/2005, de 5 de abril**
Fixa os elementos que acompanham o Projeto de intervenção em espaço rural.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 58/2005, de 8 de março**

Aprova o plano operacional de prevenção e combate aos incêndios florestais.

- **Portaria n.º 138/2005, de 2 de fevereiro**
Fixa os demais elementos que devem acompanhar os planos municipais de ordenamento do território.
- **Portaria n.º 137/2005, de 2 de fevereiro**
Fixa os demais elementos que devem acompanhar os planos especiais de ordenamento do território.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2005, de 7 de janeiro**
Alarga a composição das comissões mistas de coordenação dos planos de ordenamento das áreas protegidas.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2004, de 11 de novembro**
Altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2002, de 11 de abril, que determinou a elaboração do Programa de Ordenamento do Território.
- **Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2004/A, de 1 de julho**
Classifica as zonas de proteção especial (ZPE) da Região Autónoma dos Açores, a que se refere o artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2002/A, de 16 de maio.
- **Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2004/A, de 20 de maio**
Classifica as zonas de proteção especial (ZPE) da Região Autónoma dos Açores.
- **Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de maio**
No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 106/2003, de 10 de dezembro, aprova um regime excepcional de reabilitação urbana para as zonas históricas e áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística.
- **Resolução da Assembleia da República n.º 19/2004, de 16 de fevereiro**
Medidas prioritárias para a defesa de uma floresta sustentável.
- **Despacho Normativo n.º 1/2004, de 5 de janeiro**
Determina a composição da Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional.
- **Decreto-Lei n.º 316/2003, de 17 de dezembro**
Altera o Decreto-Lei n.º 97/2003, de 7 de maio, que aprova a orgânica do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.
- **Lei n.º 106/2003, de 10 de dezembro**
Autoriza o Governo a aprovar um regime excepcional de reabilitação urbana para as zonas históricas e áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística e a prever o regime jurídico das sociedades de reabilitação urbana.
- **Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de dezembro**
Altera pela segunda vez o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 44/2003/A, de 22 de novembro**
Altera do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio, que estabelece o sistema regional de planeamento dos Açores.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 179/2003, de 18 de novembro**
Altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 118/2000, de 13 de setembro, que incumbe as direcções regionais de agricultura de elaborar os planos regionais de ordenamento florestal.
- **Despacho Normativo n.º 36/2003, de 3 de setembro**
Altera o Despacho Normativo n.º 45-A/2000, de 21 de dezembro, que autoriza a Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) a realizar contratos-programa com os municípios para a promoção do desenvolvimento económico dos núcleos urbanos, tendo como base a sua requalificação urbanística e ambiental.
- **Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto**
Segunda alteração à Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, sobre as áreas urbanas de génese ilegal.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 24/2003/A, de 12 de maio**
Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 14/2000/A, de 23 de maio, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2002/A, de 11 de abril, republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 38/2002/A, de 3 de dezembro, que adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2003, de 30 de abril**
Aprova o Programa de Ação para o Sector Florestal.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2003, de 2 de abril**
Melhora as políticas de prevenção e combate aos fogos florestais.
- **Decreto-Lei n.º 212/2002, de 17 de outubro**
Prorroga, pelo prazo de um ano, as medidas preventivas previstas no Decreto-Lei n.º 119/2000, de 4 de julho, que aprova as medidas preventivas com vista a salvaguardar as execuções das intervenções previstas no âmbito do Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades.
- **Decreto-Lei n.º 204/2002, de 1 de outubro**
Mantém em vigor a classificação das áreas protegidas operada pelos diplomas que procederam à sua criação ou à respectiva reclassificação.
- **Decreto-Lei n.º 203/2002, de 1 de outubro**
Altera o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 93/90, e 19 de março (revê o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional reforçada a participação da autarquias locais, nomeadamente no que concerne a novas delimitações da REN).
- **Declaração de Retificação n.º 23-G/2002, de 29 de junho**
De ter sido retificada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2002, que determina a elaboração do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território e indica os princípios orientadores da sua elaboração, dando cumprimento ao disposto do n.º 2 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de setembro, publicada no Diário da República, 1ª série, n.º 85, de 11 de abril de 2002.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 7/2002/M, de 15 de maio**
Revoga o Decreto Legislativo Regional n.º 1/2002/M, de 28 de fevereiro, que procede a adaptações do Decreto-Lei n.º 309/93 de 2 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 218/94 de 20 de agosto, 151/95 de 24 de junho, 113/97 de 10 de maio e 380/99 de 22 de setembro, relativo à elaboração e aprovação dos planos de ordenamento da orla costeira (POOC).

- **Decreto-Lei n.º 103/2002, de 12 de abril**
Altera o anexo ao Decreto-Lei n.º 119/2000, de 4 de julho, que aprova as medidas preventivas com vista a salvaguardar as execuções das intervenções previstas no âmbito do Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana a Valorização Ambiental das Cidades.
- **Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro**
Aprova o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (revoga o Decreto-Lei n.º 129/84, de 27 de abril) e procede à 3.ª alteração do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março, alterado pela Lei n.º 163/99, de 14 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 159/2000, de 27 de julho, à 42.ª alteração do Código do Processo Civil, à 1.ª alteração da Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, e à 2.ª alteração da lei n.º 11/87, de 7 de abril, alterada pelo Decreto-Lei n.º 224-A/96, de 26 de novembro.
- **Decreto-Lei n.º 8/2002, de 9 de janeiro**
Altera o Decreto-Lei n.º 120/2000 de 4 de julho, que aprova a orgânica do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- **Decreto-Lei n.º 318/2001, de 10 de dezembro**
Altera o anexo ao Decreto-Lei n.º 119/2000, de 4 de julho, que aprova as medidas preventivas com vista a salvaguardar as execuções das intervenções previstas no âmbito do Programa Polis - Programa de Requalificação Urbana a Valorização Ambiental das Cidades.
- **Decreto-Lei n.º 251/2001, de 21 de setembro**
Altera o anexo ao Decreto-Lei n.º 119/2000, de 4 de julho (aprova as medidas preventivas com vista a salvaguardar as execuções das intervenções previstas no âmbito do Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana a Valorização Ambiental das Cidades.
- **Decreto-Lei n.º 203-B/2001, de 24 de julho**
Altera o anexo ao Decreto-Lei n.º 119/2000, de 4 de julho (aprova as medidas preventivas com vista a salvaguardar as execuções das intervenções previstas no âmbito do Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana a Valorização Ambiental das Cidades.
- **Decreto-Lei n.º 151/2000, de 20 de julho**
Aprova a Lei Orgânica do Ministério do Planeamento.
- **Portaria n.º 573/2001, de 6 de junho**
Aprova o Plano Nacional Orgânico para a Melhoria das Zonas Balneares não Conformes.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2001, de 6 de junho**
Determina a elaboração do plano sectorial relativo à implementação da Rede Natura 2000 e constitui a respectiva comissão mista de coordenação.
- **Decreto-Lei n.º 115/2001, de 7 de abril**
Simplifica os procedimentos de alteração a planos municipais de ordenamento do território e alvarás de loteamento urbano no âmbito da execução e concretização dos programas de realojamento regulados pelo Decreto-Lei n.º 226/87, de 6 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 163/93 de 7 de maio.
- **Decreto-Lei n.º 314/2000, de 2 de dezembro**
Estabelece o regime excepcional aplicável às sociedades gestoras das intervenções previstas no Programa Polis.

- **Decreto Legislativo Regional n.º 16/2000/A, de 21 de junho**
Altera o artigo 4º do Decreto Legislativo Regional n.º 16/89/A de 30 de agosto - regime jurídico das reservas florestais de recreio.
- **Decreto-Lei n.º 119/2000, de 4 de julho**
Aprova as medidas preventivas com vista a salvaguardar as execuções das intervenções previstas no âmbito do Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000, de 15 de maio**
Aprova o Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades.
- **Decreto-Lei n.º 53/2000, de 7 de abril**
Altera o Artigo 157º do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.
- **Decreto-Lei n.º 402/99, de 14 de outubro**
Altera o Decreto-Lei n.º 281/93 de 17 de agosto, que cria a Comissão Permanente de Apreciação dos PDMs.
- **Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro**
Cria diversas zonas de proteção especial e revê a transposição para a ordem jurídica interna as Diretivas 79/409/CEE, do Conselho de 2 de abril, e 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio.
- **Lei n.º 171/99, de 18 de setembro**
Combate à desertificação e recuperação do desenvolvimento nas áreas do interior.
- **Decreto-Lei n.º 165/99, de 14 de setembro**
Primeira alteração à Lei n.º 91/95, de 2 de setembro sobre as áreas urbanas de génese ilegal.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/99, de 8 de abril**
Adopta o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa.
- **Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril**
Revê a transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 79/409/CEE, do conselho, de 2 de abril (relativa à conservação das aves selvagens), e da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio (relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens). Revoga os Decretos-Lei n.º 75/91, de 14 de fevereiro, n.º 224/93, de 18 de junho, e n.º 226/97, de 27 de agosto.
- **Decreto-Lei n.º 34/99, de 5 de fevereiro**
Altera os artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, que regula a ocupação do solo objeto de um incêndio florestal.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 18/98/A, de 9 de novembro**
Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 218/94, de 20 de agosto, que regula a elaboração e aprovação dos planos de ordenamento da orla costeira (POOC).
- **Decreto-Lei n.º 226/97, de 27 de agosto**
Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativa à conservação dos habitats naturais e da flora e fauna selvagens.

- **Decreto-Lei n.º 113/97, de 10 de maio**
Altera a redação dos artigos 15.º e 24.º do Decreto-lei n.º 47/94, de 22 de fevereiro, e do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de setembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 218/94, de 20 de agosto.
- **Portaria n.º 767/96, de 30 de dezembro**
Aprova as normas técnicas de referência a observar na elaboração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira – POOC.
- **Lei n.º 33/96 de 17 de agosto**
Lei de Bases da Política Florestal.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/96, de 8 de julho**
Integração de políticas sectoriais nas áreas protegidas.
- **Decreto-Lei n.º 292/95, de 14 de novembro**
Estabelece os princípios relativos à definição das qualificações oficiais a exigir aos autores dos Planos Municipais de Ordenamento do Território e das operações de loteamentos.
- **Decreto-Lei n.º 290/95, de 10 de novembro**
Determina a imediata entrada em vigor das disposições sobre instrumentos de regulamentação conexas com a atividade balnear e sobre os editais de praia, previstos no Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de setembro (regulamenta a elaboração e a aprovação dos planos de ordenamento da orla costeira).
- **Decreto-Lei n.º 278/95, de 25 de outubro**
Altera diversos diplomas nos domínios da agricultura, das florestas e dos recursos cinegéticos.
- **Lei n.º 86/95, de 1 de setembro**
Lei de bases do desenvolvimento agrícola.
- **Decreto-Lei n.º 79/95, de 20 de abril**
Altera o Decreto-Lei n.º 93/90 de 19 de março (revê o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 321/83 de 5 de julho).
- **Decreto-Lei n.º 61/95, de 7 de abril**
Exclui do âmbito de aplicação do Decreto-Lei n.º 351/93 de 7 de outubro, as áreas urbanas consolidadas e eleva para o dobro os prazos nele previstos, prorroga até 31 de dezembro de 1995 o prazo de actuação da Comissão Permanente de Apreciação dos Planos Directores Municipais.
- **Decreto-Lei n.º 423/93, de 31 de dezembro**
Regula a elaboração e aprovação dos Planos Municipais de Intervenção na Floresta – PMIF.
- **Decreto-Lei n.º 351/93, de 7 de outubro**
Estabelece o regime de caducidade dos pedidos e dos atos de licenciamento de obras, loteamentos e empreendimentos turísticos.
- **Decreto-Lei n.º 274/92, de 12 de dezembro**
Altera o Decreto-Lei n.º 196/89 de 14 de junho, que define o novo regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional.
- **Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de outubro**

Altera o Decreto-Lei n.º 93/90 de 19 de março (Reserva Ecológica Nacional).

- **Lei n.º 54/91, de 8 de agosto**
Altera, por ratificação, do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, (regula a ocupação do solo objeto de um incêndio florestal).
- **Decreto-Lei n.º 59/91, de 30 de janeiro**
Altera o Decreto-Lei n.º 103/90, de 22 de março, que desenvolve as bases gerais do regime de emparcelamento e fracionamento de prédios rústicos (primeira alteração).
- **Decreto-Lei n.º 316/90, de 13 de outubro**
Prevê a intervenção do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais na gestão da Reserva Ecológica Nacional. Altera o Decreto-Lei n.º 93/90 de 19 de março.
- **Decreto-Lei n.º 302/90, de 26 de setembro**
Define o regime de gestão urbanístico do litoral.
- **Declaração de 30 de junho de 1990**
De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 103/90, de 22 de março, do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, que desenvolve as bases gerais do regime de emparcelamento e fracionamento de prédios rústicos, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 68, de 22 de março de 1990.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 16/89/A, de 30 de agosto**
Cria e delimita as reservas florestais de recreio.
- **Decreto-Lei n.º 180/89, de 30 de maio**
Estabelece as regras de ordenamento das zonas percorridas por incêndios florestais em áreas protegidas.
- **Decreto-Lei n.º 459/88, de 14 de dezembro**
Regime jurídico da proteção das florestas contra incêndios.
- **Decreto-Lei n.º 385/88, de 25 de outubro**
Estabelece o novo regime de arrendamento rural.
- **Decreto-Lei n.º 384/88, de 25 de outubro**
Estabelece o novo regime de emparcelamento rural.
- **Decreto-Lei n.º 139/88, de 22 de abril**
Estabelece as medidas de ordenamento das áreas percorridas por incêndios florestais.
- **Decreto-Lei n.º 321/83, de 5 de julho**
Regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN).
- **Lei n.º 11/82, de 2 de junho**
Estabelece o regime de criação e extinção das autarquias locais e de designação e determinação da categoria das povoações.
- **Decreto-Lei n.º 143/82, de 26 de abril**
Estabelece a proteção aos marcos de sinalização geodésica relativos à Carta Cadastral do País.

- **Decreto-Lei n.º 181/70, de 28 de abril**
Determina que a constituição de uma servidão administrativa, desde que exija a prática de um acto da Administração, deve ser precedida de aviso público e ser facultada audiência aos interessados.
- **Portaria n.º 202/70, de 21 de abril**
Aprova o Regulamento que Fixa a Unidades de Cultura para Portugal Continental. Revoga as Portarias n.º 20 302 e n.º 20 623.
- **Lei n.º 45 986, de 22 de julho de 1964**
Altera a Lei n.º 2 078 de 11 de julho de 1955 (Regime jurídico das servidões militares).
- **Decreto-Lei n.º 38 768, de 20 de dezembro de 1951**
Servidões relativas ao serviço de telecomunicações militares.

P

PATRIMÓNIO

- **Decreto-Lei n.º 149/2019, de 09 de outubro**
Reforça os mecanismos de publicitação dos procedimentos de identificação e reconhecimento de prédio rústico ou misto sem dono conhecido
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, de 7 de julho**
Aprova a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem
- **Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro**
Estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2009, de 21 de agosto**
Cria o Programa de Recuperação do Património Classificado.
- **Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho**
Estabelece o regime jurídico dos estudos, Projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.
- **Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho**
Estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial.
- **Decreto-Lei n.º 138/2009, de 15 de junho**
Cria o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural.
- **Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro**
Cria o Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial.
- **Portaria n.º 34-A/2009, de 15 de janeiro**
Cria o Conselho de Coordenação de Gestão Patrimonial e aprova o respectivo regulamento interno.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 43/2008/A, de 8 de outubro**

Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 29/2004/A, de 24 de agosto, que estabelece o regime jurídico de proteção e valorização do património cultural móvel e imóvel, e terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 14/2000/A, de 23 de maio, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2002/A, de 11 de abril, republicado pelos Decretos Legislativos Regionais n.os 38/2002/A, de 3 de dezembro, e 24/2003/A, de 12 de maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro (regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial).

- **Decreto-Lei n.º 173/2006, de 24 de agosto**
Define um regime transitório para os imóveis abrangidos pela zona de proteção dos edifícios públicos de reconhecido valor arquitectónico, revogando o Decreto n.º 21 875 de 18 de novembro de 1932.
- **Declaração de Retificação n.º 92/2004, de 22 de outubro**
De ter sido retificado o Decreto Legislativo Regional n.º 29/2004/A, da Região autónoma dos Açores, que estabelece o regime jurídico relativo à inventariação, classificação, proteção e valorização dos bens culturais móveis e imóveis, incluindo os jardins históricos, os exemplares arbóreos notáveis e as instalações tecnológicas industriais, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 199, de 24 de agosto de 2004.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 27/2004/A, de 24 de agosto**
Estabelece o quadro normativo relativo à gestão do património arqueológico, no sentido da prevenção, salvamento e investigação do património arqueológico imóvel e móvel na Região Autónoma dos Açores.
- **Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2004/M, de 6 de fevereiro**
Aprova a estrutura orgânica da Direcção Regional do Património. Revoga os Decretos Regulamentares Regionais n.os 11/93/M, de 13 de maio, e 18/2000/M, de 22 de março.
- **Aviso n.º 5/2004, de 13 de janeiro**
Torna público ter, agindo na sua qualidade de depositário da Convenção Relativa à Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais, adotada em Paris em 14 de novembro de 1970, o Director-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) comunicado ter Marrocos depositado, em 3 de fevereiro de 2003, o seu instrumento de ratificação da citada Convenção, que entrou em vigor para este país em 3 de maio de 2003.
- **Aviso n.º 4/2004, de 13 de janeiro**
Torna público ter, agindo na sua qualidade de depositário da Convenção Relativa à Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural adotada em Paris, em 16 de novembro de 1972, o Director-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) comunicado ter São Vicente e Grenadinas depositado, em 3 de fevereiro de 2003, o seu instrumento de ratificação da citada Convenção, a qual entrou em vigor para este país em 3 de maio de 2003.
- **Decreto-Lei n.º 131/2002, de 11 de maio**
Estabelece a forma de criação e gestão de parques arqueológicos, bem como os objetivos, o conteúdo material e o conteúdo documental do plano de ordenamento de parque arqueológico.
- **Decreto n.º 5/2002, de 19 de fevereiro**
Procede à classificação de 107 imóveis como monumentos nacionais e imóveis de interesse público.
- **Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro**
Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.
- **Portaria n.º 1008/2000, de 19 de outubro**

Define as áreas geográficas de actuação dos serviços regionais do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR).

- **Lei n.º 19/2000, de 10 de agosto**
Primeira alteração à Lei n.º 13/85, de 6 julho (património cultural português) e ao Decreto-Lei n.º 164/97, de 27 de junho (património cultural subaquático).
- **Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2000/A, de 30 de maio**
Estabelece o sistema de apoios a conceder pela administração regional autónoma à recuperação e conservação do património cultural arquitectónico e móvel da Região Autónoma dos Açores.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 11/2000/A, de 19 de maio**
Aprova o regulamento de proteção aos imóveis classificados – Região Autónoma dos Açores.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 29/99/A, de 31 de julho**
Classifica a zona central da cidade de Angra do Heroísmo.
- **Decreto n.º 67/97, de 31 de dezembro**
Classifica como monumentos nacionais imóveis de interesse público e imóveis de valor concelhio vários imóveis de relevante interesse arquitectónico e arqueológico.
- **Decreto-Lei n.º 120/97, de 16 de maio**
Aprovar a orgânica do Instituto Português do Património Arquitectónico, do Ministério da Cultura.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 32/96/A, de 13 de julho**
Estabelece normas de classificação e o sistema de apoios à conservação e recuperação dos moinhos de vento e de água da Região Autónoma dos Açores.
- **Decreto n.º 2/96, de 6 de março**
Classifica como monumentos nacionais, imóveis de interesse público e imóveis de valor concelhio vários imóveis de relevante interesse arquitectónico.
- **Despacho Normativo n.º 2/95, de 11 de janeiro**
Aprova o Regulamento da Intervenção «Aldeias Históricas de Portugal – Beira Interior».
- **Decreto-Lei n.º 316/94, de 24 de dezembro**
Cria a Divisão de Defesa, Conservação e Restauro e a Divisão do Património Subaquático, no IPPAR.
- **Lei n.º 14/94, de 11 de maio**
Altera, por ratificação, o Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de janeiro.
- **Decreto n.º 45/93, de 30 de novembro**
Classifica como monumentos nacionais, imóveis de interesse público e imóveis de valor concelhio 128 imóveis de relevante interesse arquitectónico e arqueológico.
- **Decreto Regulamentar n.º 29/93, de 16 de setembro**
Define a estrutura das unidades orgânicas da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, bem como a localização e a sede das respetivas direcções regionais.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 16/93/M, de 13 de setembro**

Aprova medidas de proteção e valorização da paisagem relativas ao acabamento exterior de edifícios.

- **Decreto-Lei n.º 284/93, de 18 de agosto**
Aprova a lei orgânica da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.
- **Decreto-Lei n.º 106-F/92, de 1 de junho**
Cria o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.
- **Decreto-Lei n.º 205/88, de 16 de julho**
Projetos de arquitectura em imóveis classificados e respetivas zonas de proteção.
- **Decreto-Lei n.º 5/88, de 14 de janeiro**
Estabelece normas relativas às obras de conservação corrente e ao apetrechamento em mobiliário e equipamento dos edifícios afectos aos diferentes ministérios.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 10/86/M, de 14 de junho**
Estabelece medidas de integração das edificações no ambiente.
- **Decreto-Lei n.º 116-B/76, de 9 de fevereiro**
Altera o Decreto n.º 20 985 de 7 de março 1932.
- **Decreto-Lei n.º 40 388, de 21 de novembro de 1955**
Aplicação aos edifícios e outras construções de interesse público as disposições relativas a zonas de proteção de edifícios públicos não classificados como monumentos nacionais fixadas pelo Decreto n.º 21 875 de 18 de novembro de 1932.
- **Lei n.º 2032, de 11 de junho de 1949**
Disposições sobre a proteção e conservação de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico concelhos.
- **Decreto-Lei n.º 23 122, de 11 de outubro de 1933**
Classificação dos Pelourinhos como imóveis de interesse público.

PEDREIRAS

- **Decreto-Lei n.º 340/2007. D.R. n.º 197, Série I de 2007-10-12**
Altera o Decreto-Lei n.º 270/2001 de 6 de outubro, que aprova o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais (pedreiras).
- **Decreto-Lei n.º 112/2003, de 4 de junho**
Prorroga por seis meses o prazo previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 63.º do Decreto-Lei n.º 270/2001 de 6 de outubro , que provou o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais-pedreiras.
- **Portaria n.º 401/2002, de 18 de abril**
Fixa as taxas aplicáveis no âmbito do procedimento de licenciamento de pedreiras.
- **Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro**
Aprova o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais-pedreiras, revogando o Decreto-Lei n.º 89/90, de 16 de março.

- **Decreto-Lei n.º 162/90, de 22 de maio**
Aprova o Regulamento Geral de segurança e Higiene no Trabalho nas Minas e Pedreiras. Revoga o Decreto-Lei n.º 18/85, de 15 de Janeiro.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 9/84/A, de 3 de fevereiro**
Aprova as normas relativas à exploração de pedreiras.

PERITO AVALIADOR

- **Portaria n.º 124/2018, de 07 de maio**
Define os requisitos e as condições aplicáveis ao seguro de responsabilidade civil - peritos avaliadores
- **Lei n.º 28/2017, de 30 de maio**
Revê o regime sancionatório do direito dos valores mobiliários [transpõe a Diretiva 2014/57/UE, do Parlamento e do Conselho, de 16 de abril de 2014, a Diretiva de Execução (UE) 2015/2392, da Comissão, de 17 de dezembro de 2015, e parcialmente a Diretiva 2013/50/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2013, e adapta o direito português ao Regulamento (UE) n.º 596/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, procedendo à alteração ao Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro, e ao Decreto-Lei n.º 357-C/2007, de 31 de outubro]
- **Regulamento da CMVM n.º 1/2017, de 17 de fevereiro**
Deveres de reporte dos Peritos Avaliadores de Imóveis
- **Lei n.º 153/2015, de 14 de setembro**
Regula o acesso e o exercício da atividade dos peritos avaliadores de imóveis que prestem serviços a entidades do sistema financeiro nacional
- **Decreto-Lei n.º 94/2009, de 27 de abril**
Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 125/2002, de 10 de maio, que regula as condições de exercício das funções de perito e de árbitro no âmbito dos procedimentos para a declaração de utilidade pública e para a posse administrativa dos processos de expropriação previstos no Código das Expropriações.
- **Portaria n.º 240/2008. D.R. n.º 54, Série I de 2008-03-17**
Aprova o plano do curso de formação que integra o concurso de recrutamento de peritos avaliadores, elaborado pelo Centro de Estudos Judiciários.
- **Portaria n.º 241/2008. D.R. n.º 54, Série I de 2008-03-17**
Aprova o programa da prova escrita de conhecimentos e a legislação e a bibliografia recomendadas para efeitos de seleção dos candidatos a concurso de recrutamento de peritos avaliadores.
- **Decreto-Lei n.º 12/2007, de 19 de janeiro**
Altera o Decreto-Lei n.º 125/2002, de 10 de maio, que regula as condições de exercício das funções de perito e de árbitro no âmbito dos procedimentos para a declaração de utilidade pública e para a posse administrativa dos processos de expropriação previstos no Código das Expropriações.
- **Portaria n.º 788/2004, de 9 de julho**
Determina os cursos superiores que habilitam ao exercício de perito avaliador (Decreto-Lei n.º 125/2002, de 10 de maio).
- **Decreto-Lei n.º 125/2002. D.R. n.º 108, Série I-A de 2002-05-10**

Regula as condições de exercício das funções de perito e árbitro no âmbito dos procedimentos para a declaração de utilidade pública e para a posse administrativa dos processos de expropriação previstos no Código das Expropriações.

- **Decreto-Lei n.º 44/94, de 19 de fevereiro**
Regula o exercício da função de perito avaliador nos processos de avaliação.

POLUIÇÃO

- **Portaria n.º 202/2017, de 04 de julho**
Estabelece os critérios e a metodologia para o reconhecimento de verificador qualificado da prevenção e controlo integrados da poluição, adiante designado por verificador PCIP
- **Decreto-Lei n.º 28/2014, de 21 de fevereiro**
Transpõe a Diretiva n.º [2012/46/UE](#), da Comissão, de 6 de dezembro, que altera a Diretiva n.º [97/68/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes a medidas contra a emissão de poluentes gasosos e de partículas pelos motores de combustão interna a instalar em máquinas móveis não rodoviárias, e procede à quarta alteração ao [Decreto-Lei n.º 236/2005](#), de 30 de dezembro, e à terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 47/2006](#), de 27 de fevereiro
- **Declaração de Retificação n.º 2/2014, de 31 de janeiro**
Retifica a [Portaria 353-A/2013](#) de 4 de dezembro, dos Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, da Saúde e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, que estabelece os valores mínimos de caudal de ar novo por espaço, bem como os limiares de proteção e as condições de referência para os poluentes do ar interior dos edifícios de comércio e serviços novos, sujeitos a grande intervenção e existentes e a respetiva metodologia de avaliação, publicada no Diário da República n.º 235, 1.ª série, suplemento, de 4 de dezembro de 2013
- **Portaria n.º 353-A/2013, de 04 de dezembro**
Estabelece os valores mínimos de caudal de ar novo por espaço, bem como os limiares de proteção e as condições de referência para os poluentes do ar interior dos edifícios de comércio e serviços novos, sujeitos a grande intervenção e existentes e a respetiva metodologia de avaliação
- **Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto**
Estabelece o regime de emissões industriais aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, bem como as regras destinadas a evitar e ou reduzir as emissões para o ar, a água e o solo e a produção de resíduos, transpondo a Diretiva n.º [2010/75/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, relativa às emissões industriais (prevenção e controlo integrados da poluição)
- **Decreto-Lei n.º 6/2011, de 10 de janeiro**
Adapta o registo das emissões e transferências de poluentes ao regime de prevenção e controlo integrados da poluição, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 127/2008, de 21 de julho.
- **Declaração de Retificação n.º 74/2009, de 9 de outubro**
Retifica o Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que estabelece o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro, as características técnicas e os requisitos a observar na conceção, licenciamento, construção, exploração, encerramento e pós-encerramento de aterros, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 1999/31/CE, do Conselho, de 26 de abril, relativa à deposição de resíduos em aterros, alterada pelo

Regulamento (CE) n.º 1882/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de setembro, aplica a Decisão n.º 2003/33/CE, de 19 de dezembro de 2002, e revoga o Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de maio, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 153, de 10 de agosto de 2009.

- **Declaração de Retificação n.º 64/2008, de 24 de outubro**
Retifica o Decreto-Lei n.º 173/2008, de 26 de agosto, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que estabelece o regime jurídico relativo à prevenção e controlo integrados da poluição, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2008/1/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de janeiro, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 164, em 26 de agosto de 2008.
- **Decreto-Lei n.º 208/2008, de 28 de outubro**
Estabelece o regime de proteção das águas subterrâneas contra a poluição e deterioração, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/118/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa à proteção da água subterrânea contra a poluição e deterioração.
- **Declaração de Retificação n.º 18/2007, de 16 de março**
De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 9/2007, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que aprova o Regulamento Geral do Ruído e revoga o regime legal da poluição sonora, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de novembro, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 12, de 17 de janeiro de 2007.
- **Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro**
Aprova o Regulamento Geral do Ruído e revoga o regime legal da poluição sonora, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de novembro.
- **Decreto-Lei n.º 130/2005, de 16 de agosto**
Quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2000, de 21 de agosto, que aprova o regime jurídico do licenciamento ambiental, na parte respeitante à participação do público, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio.
- **Decreto-Lei n.º 132/2004, de 3 de junho**
Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2003/76/CE, da Comissão, de 11 de agosto, relativa às medidas a tomar contra a poluição do ar pelas emissões provenientes dos veículos a motor, e altera o Decreto-Lei n.º 202/2000, de 1 de setembro.
- **Decreto-Lei n.º 78/2004, de 3 de abril**
Estabelece o regime da prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera, fixando os princípios, objetivos e instrumentos apropriados à garantia da proteção do recurso natural ar, bem como as medidas, procedimentos e obrigações dos operadores das instalações abrangidas, com vista a evitar ou reduzir a níveis aceitáveis a poluição atmosférica originada nessas instalações.
- **Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de maio**
Estabelece o regime jurídico a que fica sujeito o procedimento para a emissão de licença, instalação, exploração, encerramento e manutenção pós-encerramento de aterros destinados à deposição de resíduos e procede à transposição para a ordem jurídica nacional da Diretiva n.º 1999/31/CE, do Conselho, de 26 de abril, relativa à deposição de resíduos em aterros.
- **Portaria n.º 1047/2001, de 1 de setembro**

Aprova o modelo de pedido de licenciamento de atividades económicas abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 194/2000, de 21 de agosto, que aprovou o regime jurídico da prevenção e controlo integrados de da poluição (PCIP).

- **Portaria n.º 77/96, de 9 de março**
Estabelece disposições legais sobre a poluição sonora emitida por diversas atividades.
- **Portaria n.º 895/94, de 3 de outubro**
Estabelece os valores limite de descarga nas águas e nos solos e os objetivos de qualidade para certas substâncias ditas “perigosas”, com vista a eliminar ou reduzir a poluição que podem provocar nesses meios.
- **Portaria n.º 879/90, de 20 de setembro**
Estabelece disposições legais sobre a poluição sonora emitida por diversas atividades.
- **Decreto-Lei n.º 271/84, de 6 de agosto**
Estabelece as disposições relativas à construção de instalações destinadas a boites, discotecas e certos espetáculos ao ar livre e outras atividades similares, na perspectiva de controle de poluição sonora.

POSTOS DE ABASTECIMENTO

- **Portaria n.º 1232/2010, de 9 de dezembro**
Fixa o valor das taxas devidas pela emissão das licenças de comercialização de eletricidade para a mobilidade elétrica e de operação de pontos de carregamento, bem como da taxa de inspeção devida pela realização de inspeções periódicas.
- **Portaria n.º 1202/2010, de 29 de novembro**
Estabelece os termos aplicáveis às licenças de utilização privativa do domínio público para a instalação de pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos em local público de acesso público.
- **Portaria n.º 1201/2010, de 29 de novembro**
Estabelece os requisitos técnicos a que fica sujeita a atribuição de licença para o exercício da atividade de operação de pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica.
- **Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de abril**
Estabelece o regime jurídico da mobilidade elétrica, aplicável à organização, acesso e exercício das atividades relativas à mobilidade elétrica, bem como as regras destinadas à criação de uma rede piloto de mobilidade elétrica.
- **Portaria n.º 712/2010, de 18 de agosto**
Primeira alteração à Portaria n.º 159/2004, de 14 de fevereiro, que fixa os montantes das taxas a cobrar pelas entidades referidas no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, que estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis.
- **Decreto-Lei n.º 118/2009, de 19 de maio**
Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro, que estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os estabelecimentos onde se forneçam bens e se prestem serviços aos consumidores.
- **Portaria n.º 422/2009, de 21 de abril**

Aprova o estatuto dos responsáveis técnicos pelo Projeto e pela exploração de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de postos de abastecimento de combustíveis.

- **Decreto-Lei n.º 195/2008, de 6 de outubro**
Procede à terceira alteração e à republicação do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, que estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos do petróleo e postos de abastecimento de combustíveis.
- **Decreto-Lei n.º 31/2008, de 25 de março**
Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, que estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos do petróleo e postos de abastecimento de combustíveis.
- **Decreto-Lei n.º 389/2007, de 30 de novembro**
Altera o Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, que estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos do petróleo e postos de abastecimento de combustíveis, e o Decreto-Lei n.º 125/97, de 23 de maio, que estabelece as disposições relativas ao Projeto, à construção e à exploração das redes e ramais de distribuição alimentadas com gases combustíveis da terceira família, simplificando o respectivo licenciamento.
- **Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de novembro**
Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro, estabelecendo a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os estabelecimentos onde se forneçam bens e se prestem serviços aos consumidores.
- **Lei n.º 37/2007, de 14 de agosto**
Aprova normas para a proteção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo.
- **Portaria n.º 362/2005, de 4 de abril**
Altera o Regulamento de Construção e Exploração de postos de Abastecimento de Combustíveis, anexo à Portaria n.º 131/2002, de 9 de fevereiro.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 17/2004/M, de 27 de julho**
Define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis.
- **Portaria n.º 1188/2003, de 10 de outubro**
Regula os pedidos de licenciamento de combustíveis.
- **Decreto-Lei n.º 302/2001, de 23 de novembro**
Estabelece o novo quadro legal para a aplicação do Regulamento de Construção e Exploração de Postos de Abastecimento de Combustíveis.
- **Portaria n.º 460/2001, de 8 de maio**
Aprova o Regulamento de Segurança das Instalações de Armazenagem de Gases de Petróleo Liquefeitos (GPL) com Capacidade até 200 m3 por Recipiente.

PROCESSO DE BOLONHA

➤ **Decreto n.º 9/2010, de 27 de abril**

Aprova o Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Francesa sobre o Reconhecimento de Períodos de Estudos e de Graus e Diplomas no Ensino Superior, assinado em Lisboa em 22 de fevereiro de 2008.

➤ **Lei n.º 9/2009, de 4 de março**

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento e do Conselho, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e a Diretiva n.º 2006/100/CE, do Conselho, de 20 de novembro, que adapta determinadas diretivas no domínio da livre circulação de pessoas, em virtude da adesão da Bulgária e da Roménia.

➤ **Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho**

Altera os Decretos-Leis n.os 74/2006, de 24 de março, 316/76, de 29 de abril, 42/2005, de 22 de fevereiro, e 67/2005, de 15 de março, promovendo o aprofundamento do Processo de Bolonha no ensino superior, assim como uma maior simplificação e desburocratização de procedimentos no âmbito da autorização de funcionamento de cursos, introduzindo medidas que garantem maior flexibilidade no acesso à formação superior, criando o regime legal de estudante a tempo parcial, permitindo a frequência de disciplinas avulsas por estudantes e não estudantes, apoiando os diplomados estagiários e simplificando o processo de comprovação da titularidade dos graus e diplomas.

PRODUÇÃO ANIMAL

➤ **Decreto Legislativo Regional n.º 22/2011/A, de 4 de julho**

Regulamenta o exercício da atividade de aquicultura na Região Autónoma dos Açores.

➤ **Decreto-Lei n.º 78/2010, de 25 de junho**

Modifica o processo de instalação, alteração e exercício de uma atividade pecuária, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de Novembro.

➤ **Decreto-Lei n.º 316/2009, de 29 de outubro**

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 142/2006, de 27 de julho, que criou o Sistema Nacional de Informação e Registo Animal, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de novembro, que estabeleceu o regime jurídico do exercício da atividade pecuária.

➤ **Decreto-Lei n.º 152/2009, de 2 de julho**

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/88/CE, do Conselho, de 24 de outubro, relativa aos requisitos zoossanitários aplicáveis aos animais de aquicultura e produtos derivados, bem como à prevenção e combate a certas doenças dos animais aquáticos, alterada pela Diretiva n.º 2008/53/CE, do Conselho, de 30 de abril, e revoga os Decretos-Leis n.os 191/97, de 29 de julho, 149/97, de 12 de junho, 548/99, de 14 de dezembro, e 175/2001, de 1 de Junho.

➤ **Portaria n.º 638/2009, de 9 de junho**

Estabelece as normas regulamentares aplicáveis à atividade de detenção e produção pecuária ou atividades complementares de animais das espécies bovina, ovina e caprina.

➤ **Portaria n.º 637/2009, de 9 de junho**

Estabelece as normas regulamentares aplicáveis à atividade de detenção e produção pecuária ou atividades complementares de animais de espécies avícolas.

➤ **Portaria n.º 636/2009, de 9 de junho**

Estabelece as normas regulamentares aplicáveis à atividade de detenção e produção pecuária ou atividades complementares de animais da espécie suína.

- **Portaria n.º 635/2009, de 9 de junho**
Estabelece as normas regulamentares aplicáveis à atividade de detenção e produção pecuária ou atividades complementares de animais da família Leporidae (coelhos e lebres).
- **Portaria n.º 634/2009, de 9 de junho**
Estabelece as normas regulamentares aplicáveis à atividade de detenção e produção pecuária ou atividades complementares de equídeos.
- **Portaria n.º 619/2009, de 8 de junho**
Altera o Regulamento do Regime de Apoio aos Investimentos nos Domínios da Transformação e da Comercialização de Produtos da Pesca e da Aquicultura, aprovado pela Portaria n.º 424-C/2008, de 13 de Junho.
- **Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de novembro**
Estabelece o regime do exercício da atividade pecuária.
- **Decreto-Lei n.º 155/2008, de 7 de agosto**
Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 64/2000, de 22 de abril, que transpõe a Diretiva n.º 98/58/CE, do Conselho, de 20 de julho, que estabelece as normas mínimas comuns relativas à proteção dos animais nas explorações pecuárias.
- **Lei n.º 37/2007, de 14 de agosto**
Aprova normas para a proteção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo.
- **Portaria n.º 107/2007, de 23 de janeiro**
Altera a Portaria n.º 393/2004, de 16 de abril, que define uma taxa específica para a emissão dos pareceres pelas comissões de coordenação e desenvolvimento regional no âmbito do licenciamento das explorações de bovinos.
- **Despacho Normativo n.º 19/2005, de 22 de março**
Determina que os programas destinados a apoiar as atividades tradicionais e a melhoria qualitativa da produção de carne de bovino, de ovino e de caprino, previstos nos artigos 13.º e 22.º do Regulamento (CE) n.º 1453/2001, de 28 de junho, com a redação que lhes foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1782/2003, de 29 de setembro, são elaborados pelas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.
- **Decreto-Lei n.º 197/2003, de 27 de agosto**
Altera a CAE - Rev. 2 constante do anexo ao Decreto-Lei n.º 182/93, de 14 de maio, que revê a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas.
- **Decreto-Lei n.º 135/2003, de 28 de junho**
Estabelece as normas mínimas de proteção dos suínos alojados para efeitos de criação e engorda, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 91/630/CEE, do Conselho, de 19 de novembro, relativa às normas mínimas de proteção de suínos, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Diretivas n.ºs 2001/88/CE, do Conselho, de 23 de outubro, e 2001/93/CE, de 9 de novembro.
- **Decreto-Lei n.º 72-F/2003, de 14 de abril**

Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 1999/74/CE, do Conselho, de 19 de julho, relativa à proteção das galinhas poedeiras, e a Diretiva n.º 2002/4/CE, do Conselho, de 30 de janeiro, relativa ao registo de estabelecimentos de criação de galinhas poedeiras.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2002, de 7 de novembro**
Aprova um conjunto de medidas a adotar na área da segurança alimentar.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 174/2001, de 28 de dezembro**
Estabelece medidas inovadoras no âmbito da aquicultura.
- **Decreto-Lei n.º 48/2001 de 10 de fevereiro**
Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 91/629/CEE, do Conselho, de 19 de novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Diretiva n.º 97/2/CE, do Conselho, de 20 de janeiro, e pela decisão N.º 97/182/CE, da Comissão, de 24 de fevereiro, que estabelece as normas mínimas relativas à proteção dos vitelos.
- **Portaria n.º 24/2001, de 30 de janeiro**
Altera o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 338/99 de 24 de agosto, e os artigos 8.º, 9.º, 19.º, e 22.º do Regulamento de identificação, registo e circulação de animais.
- **Decreto-Lei n.º 20/2001, de 30 de janeiro**
Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 1999/89/CE do Conselho de 15 de novembro, que altera a Diretiva n.º 91/494/CEE, do Conselho, de 26 de junho relativa às condições da polícia sanitária que regem o comércio intracomunitário e as importações provenientes de países terceiros de carnes frescas de aves de capoeira.
- **Decreto-Lei n.º 257/2000, de 17 de outubro**
Transpõe para o ordenamento jurídico nacional a Diretiva n.º 1999/90/CE, do Conselho, de 15 de novembro, alterando o Decreto-Lei n.º 141/98, de 16 de maio, que estabelece as condições de polícia sanitária que regem o comércio intracomunitário e as importações provenientes de países terceiros de aves de capoeira e ovos de incubação.
- **Decreto Regulamentar n.º 14/2000, de 21 de setembro**
Estabelece os requisitos e condições relativos à instalação e exploração dos estabelecimentos de culturas marinhas e conexos, bem como as condições de transmissão e cessação das autorizações e das licenças.
- **Decreto-Lei n.º 339/99, de 25 de agosto**
Estabelece as normas relativas ao registo, autorização para exercício da atividade, classificação e titulação, implantação e funcionamento das explorações suínolas e dos centros de agrupamentos de suínos.
- **Decreto-Lei n.º 383/98, de 27 de novembro**
Altera o Decreto-Lei n.º 278/87, de 7 de julho, sobre contra-ordenações em matéria de pescas e culturas marinhas.
- **Decreto-Lei n.º 293/98, de 18 de setembro**
Altera os artigos 1.º, 3.º e 4.º e o n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 112/95, de 23 de maio, e revoga a Portaria n.º 552/95, de 8 de junho – normas sanitárias relativas à produção e à colocação no mercado de moluscos e bivalves vivos.
- **Portaria n.º 455/98, de 29 de julho**

Aprova o Regulamento do Registo e Licenciamento dos Centros de Inseminação Artificial para as Diversas Espécies Pecuárias.

- **Decreto Regulamentar Regional n.º 2/97/M, de 15 de janeiro**
Define as entidades competentes para executar, na Região Autónoma da Madeira, o Decreto-Lei n.º 69/96, de 31 de maio (regula o exercício das atividades avícolas de seleção, multiplicação e recria de aves de reprodução ou de postura, criadas ou mantidas em cativeiro ou em semicativeiro).
- **Portaria n.º 206/96, de 7 de junho**
Estabelece normas que disciplinam o exercício das atividades avícolas de seleção, multiplicação e recria de aves de reprodução ou postura, criadas ou mantidas em cativeiro ou em semicativeiro.
- **Decreto-Lei n.º 69/96, de 31 de maio**
Regulamenta o exercício das atividades avícolas de seleção, multiplicação e recria de aves de reprodução ou de postura, criadas ou mantidas em cativeiro ou em semicativeiro.
- **Portaria n.º 56/96, de 22 de fevereiro**
Altera a Portaria n.º 1068/95 de 30 de agosto, que altera o regulamento aprovado pela Portaria n.º 533/93, de 21 de maio (aprova o Regulamento das Normas Sanitárias Aplicáveis à Produção e Colocação no Mercado de Leite Cru, de Leite de Consumo Tratado Termicamente, de Leite Destinado à Transformação e de Produtos à Base de Leite, Destinados ao Consumo Humano).
- **Portaria n.º 1005/92, de 23 de outubro**
Aprova as normas técnicas de proteção dos animais utilizados para fins experimentais e outros fins científicos.
- **Decreto-Lei n.º 37/92, de 28 de março**
Altera o Decreto-Lei n.º 37/75, de 31 de janeiro (adopta diversas providências atinentes à dinamização e melhoria do rendimento das atividades relacionadas com a produção animal).
- **Decreto-Lei n.º 132/91, de 2 de abril**
Alarga o prazo para regularização dos estabelecimentos de culturas marinhas que funcionam sem autorização ou licenciamento. Altera o Decreto-Lei n.º 261/89, de 17 de Agosto.
- **Portaria n.º 980-C/89, de 14 de novembro**
Regulamenta o processo de licenciamento de exploração de estabelecimentos de culturas marinhas instalados no território do continente.
- **Portaria n.º 980-B/89, de 14 de novembro**
Regulamenta o processo de autorização para a instalação de estabelecimentos de culturas marinhas no território do continente.
- **Portaria n.º 980-A/89, de 14 de novembro**
Estabelece as condições de exploração de estabelecimentos de culturas marinhas no território do continente.
- **Portaria n.º 810/90, de 10 de setembro**
Aprova as normas sectoriais relativas à descarga de águas residuais provenientes de todas as explorações de suinicultura.
- **Portaria n.º 809/90, de 10 de setembro**

Aprova as normas de descarga das águas residuais provenientes de matadouros e de unidades de processamento de carnes.

- **[Decreto Legislativo Regional n.º 1/87/A, de 7 de janeiro](#)**
Classifica as explorações de suínos.
- **[Decreto Regulamentar Regional n.º 9/85/A, de 19 de agosto](#)**
Disciplina e controla o desenvolvimento das atividades de reprodução e atividades de produção.
- **[Portaria n.º 974/82, de 16 de outubro](#)**
Estabelece as regras a observar no licenciamento e funcionamento dos subcentros de inseminação artificial.

PROPRIEDADE INDUSTRIAL

- **[Decreto-Lei n.º 110/2018, de 10 de dezembro](#)**
Aprova o novo Código da Propriedade Industrial, transpondo as Diretivas (UE) [2015/2436](#) e (UE) [2016/943](#)
- **[Lei n.º 65/2018](#)**
Autoriza o Governo a aprovar um novo Código da Propriedade Industrial, transpondo as Diretivas (UE) 2015/2436 e (UE) 2016/943, e a alterar as Leis n.os 62/2011, de 12 de dezembro, que cria um regime de composição dos litígios emergentes de direitos de propriedade industrial quando estejam em causa medicamentos de referência e medicamentos genéricos, e 62/2013, de 26 de agosto, Lei da Organização do Sistema Judiciário

PROPRIEDADE HORIZONTAL

- **[Portaria n.º 1167/2010, de 10 de novembro](#)**
Aplica à constituição de propriedade horizontal, à modificação do título constitutivo da propriedade horizontal, ao mútuo de demais contratos de crédito e de financiamento, com hipoteca, com ou sem fiança, o procedimento especial de transmissão, oneração e registo imediato de prédios em atendimento presencial único.
- **[Decreto-Lei n.º 268/94, de 25 de outubro](#)**
Estabelece normas regulamentares do regime da propriedade horizontal.
- **[Decreto-Lei n.º 267/94, de 25 de outubro](#)**
Altera o regime da propriedade horizontal constante do Código Civil e o Código do Registo Predial.

PROTEÇÃO CIVIL

- **[Resolução n.º 32/2016, de 21 de outubro](#)**
Comissão Nacional de Proteção Civil aprovar os planos de emergência de âmbito distrital e municipal
- **[Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto](#)**
Segunda alteração à [Lei n.º 27/2006](#), de 3 de julho, que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil

PROTEÇÃO DE DADOS

- **[Lei n.º 67/98, de 26 de outubro](#)**

Lei da Proteção de Dados Pessoais (transpõe para a ordem jurídica portuguesa a Diretiva n.º 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de outubro de 1995, relativa à Proteção das Pessoas Singulares no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais e à livre circulação dessas dados).

- [Lei n.º 43/2004, de 18 de agosto](#)
Lei de organização e funcionamento da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

R

REGIME DE ARRENDAMENTO URBANO

- [Lei n.º 43/2017, de 14 de junho](#)
Altera o Código Civil, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 47 344](#), de 25 de novembro de 1966, procede à quarta alteração à [Lei n.º 6/2006](#), de 27 de fevereiro, que aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano, e à quinta alteração ao [Decreto-Lei n.º 157/2006](#), de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados.
- [Lei n.º 42/2017, de 14 de junho](#)
Regime de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local (terceira alteração à [Lei n.º 6/2006](#), de 27 de fevereiro, que aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano, e quarta alteração ao [Decreto-Lei n.º 157/2006](#), de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados).
- [Lei n.º 79/2014, de 19 de dezembro](#)
Revê o regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil e procedendo à segunda alteração à [Lei n.º 6/2006](#), de 27 de fevereiro, à terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 157/2006](#), de 8 de agosto, e à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 158/2006](#), de 8 de agosto.
- [Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro](#)
Estabelece o regime de renda condicionada dos contratos de arrendamento para fim habitacional.
- [Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro](#)
Estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a [Lei n.º 21/2009](#), de 20 de maio, e os Decretos-Leis n.os 608/73, de 14 de novembro, e 166/93, de 7 de maio.
- [Portaria n.º 9/2013, de 10 de janeiro](#)
Regulamenta vários aspetos do Procedimento Especial de Despejo
- [Portaria n.º 7/2013, de 10 de janeiro](#)
Determina a composição do mapa de pessoal do Balcão Nacional do Arrendamento
- [Decreto-Lei n.º 1/2013, de 07 de janeiro](#)
Procede à instalação e à definição das regras do funcionamento do Balcão Nacional do Arrendamento e do procedimento especial de despejo
- [Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro](#)
Estabelece o regime de determinação do nível de conservação dos prédios urbanos ou frações autónomas, arrendados ou não, para os efeitos previstos em matéria de arrendamento urbano, de reabilitação urbana e de

conservação do edificado, e que revoga os [Decretos-Leis n.ºs 156/2006](#), de 8 de agosto, e [161/2006](#), de 8 de agosto

➤ **[Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto](#)**

Procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 307/2009](#), de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da reabilitação urbana, e à 54.ª alteração ao Código Civil, aprovando medidas destinadas a agilizar e a dinamizar a reabilitação urbana

➤ **[Lei n.º 30/2012, de 14 de agosto](#)**

Procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 157/2006](#), de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados

➤ **[Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto](#)**

Procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e a [Lei n.º 6/2006](#), de 27 de fevereiro

➤ **[Resolução da Assembleia da República n.º 158/2009, de 22 de dezembro](#)**

Recomenda ao Governo que promova as medidas de promoção da reabilitação como estímulo ao arrendamento por parte da população, e em especial dos jovens

➤ **[Resolução da Assembleia da República n.º 159/2011](#)**

Recomenda ao Governo a avaliação e revisão do apoio ao arrendamento jovem e a promoção da «reabilitação urbana low cost»

➤ **[Resolução da Assembleia da República n.º 151/2011, de 22 de dezembro](#)**

Recomenda ao Governo que reavalie o actual regime de renda apoiada com base em critérios de maior sensibilidade social e que promova as medidas que se afigurem necessárias para minorar os efeitos da sua aplicação

➤ **[Resolução da Assembleia da República n.º 152/2011, de 22 de dezembro](#)**

Recomenda ao Governo que reavalie o actual regime de renda apoiada, aplicável a nível nacional, segundo um princípio de igualdade e justiça social

➤ **[Resolução da Assembleia da República n.º 153/2011, de 22 de dezembro](#)**

Revisão do regime de renda apoiada

➤ **[Portaria n.º 295/2011, de 15 de novembro](#)**

Estabelece os factores de correcção extraordinária das rendas para o ano de 2012.

➤ **[Portaria n.º 1190/2010, de 18 de novembro](#)**

Estabelece os factores de correcção extraordinária das rendas para o ano de 2011.

➤ **[Portaria n.º 1240-A/2008, de 31 de outubro](#)**

Estabelece os factores de correcção extraordinária das rendas a que se refere o artigo 11.º da Lei n.º 46/85 de 20 de setembro.

➤ **[Decreto Legislativo Regional n.º 14/2008/M, de 21 de maio](#)**

Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 161/2006 de 8 de agosto, que aprova e regula as comissões arbitrais municipais - CAM, no âmbito do Novo Regime do Arrendamento Urbano - NRAU, aprovado pela Lei n.º 6/2006 de 27 de Fevereiro.

- **Decreto Legislativo Regional n.º 13/2008/M, de 21 de maio**
Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 156/2006 de 8 de Agosto.
- **Portaria n.º 246/2008, de 27 de março**
Prorroga, por um ano, o prazo previsto no artigo 19.º da Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de novembro.
- **Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de novembro**
Aprova a ficha de avaliação para a determinação do nível de conservação de imóveis locados, nos termos do n.º 2 do artigo 33.º da Lei n.º 6/2006 de 27 de fevereiro, que aprovou o Novo Regime do Arrendamento Urbano, regula os critérios de avaliação, as regras necessárias a essa determinação e estabelece a remuneração dos técnicos competentes e dos árbitros das comissões arbitrais municipais, ao abrigo dos Decretos-Leis n.os 156/2006, 157/2006 e 161/2006, todos de 8 de agosto.
- **Portaria n.º 1192-A/2006, de 3 de novembro**
Aprova o modelo único simplificado através do qual os senhorios e arrendatários dirigem pedidos e comunicações a diversas entidades, no âmbito da Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, que aprovou o Novo Regime do Arrendamento Urbano, e dos Decretos-Leis n.ºs 156/2006, 157/2006, 158/2006 e 161/2006, todos de 8 de agosto.
- **Declaração de Retificação n.º 68/2006, de 3 de outubro**
De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, da Presidência do Conselho de Ministros, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 153, de 9 de agosto de 2006.
- **Declaração de Retificação n.º 67/2006, de 3 de outubro**
De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 158/2006, da Presidência do Conselho de Ministros, que aprova os regimes de determinação do rendimento anual bruto corrigido e a atribuição do subsídio de renda, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 152, de 8 de agosto de 2006.
- **Decreto-Lei n.º 160/2006 de 8 de agosto**
Aprova os elementos do contrato de arrendamento e os requisitos a que obedece a sua celebração.
- **Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto**
Aprova a definição do conceito fiscal de prédio devoluto.
- **Decreto-Lei n.º 158/2006, de 8 de agosto**
Aprova os regimes de determinação do rendimento anual bruto corrigido e a atribuição do subsídio de renda.
- **Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto**
Aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados.
- **Decreto-Lei n.º 156/2006, de 8 de agosto**
Aprova o regime de determinação e verificação do coeficiente de conservação.
- **Declaração de Retificação n.º 24/2006, de 17 de abril**

De ter retificada a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro [aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), que estabelece um regime especial de actualização de rendas antigas, e altera o Código Civil, o Código do Processo Civil, o Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Código do Registo Predial] publicada no Diário da República, 1.ª série-A, n.º 41 de 27 de fevereiro de 2006.

➤ **Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro**

Aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), que estabelece um regime especial de actualização das rendas antigas, e altera o Código Civil, o Código de Processo Civil, o Decreto-Lei n.º 287/2003 de 12 de novembro, o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Código do Registo Predial.

REABILITAÇÃO URBANA

➤ **Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho**

Estabelece o regime aplicável à reabilitação de edifícios ou frações autónomas

➤ **Decreto-Lei n.º 66/2019, de 31 de maio**

Altera as regras aplicáveis à intimação para a execução de obras de manutenção, reabilitação ou demolição e sua execução coerciva

➤ **Decreto-Lei n.º 142/2017, de 14 de novembro**

Aprova o Programa de Apoio à Reconstrução de Habitação Permanente

➤ **Resolução do Conselho de Ministros n.º 170/2017, de 9 de novembro**

Determina a realização do «Projeto Reabilitar como Regra».

➤ **Decreto-Lei n.º 88/2017, de 27 de julho**

Altera o regime das sociedades de reabilitação urbana.

➤ **Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2016, de 01 de setembro**

Determina a criação do Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado

➤ **Decreto-Lei n.º 194/2015, de 14 de setembro**

Procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 118/2013](#), de 20 de agosto, relativo ao desempenho energético dos edifícios, e à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 53/2014](#), de 8 de abril, que estabelece um regime excecional e temporário aplicável à reabilitação de edifícios ou de frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional

➤ **Decreto-Lei n.º 66/2014, de 07 de maio**

Procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 39/2001](#), de 9 de fevereiro, que aprova o programa SOLARH, no sentido de permitir que os reembolsos dos empréstimos possam ser destinados à concessão de financiamento no âmbito de outros programas de apoio à reabilitação e reconstrução urbana

➤ **Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril**

Estabelece um regime excecional e temporário a aplicar à reabilitação de edifícios ou de frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que estejam afetos ou se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional

➤ **Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2011, de 23 de março**

Aprova medidas para incentivar a reabilitação urbana e dinamizar a economia no âmbito da Iniciativa para a Competitividade e o Emprego.

- **Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro**
No uso da autorização concedida pela Lei n.º 95-A/2009, de 2 de setembro, aprova o regime jurídico da reabilitação urbana.
- **Lei n.º 95-A/2009, de 2 de setembro**
Autoriza o Governo a aprovar o regime jurídico da reabilitação urbana e a proceder à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados.
- **Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto**
Aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados.
- **ECO/273 - Abordagem integrada da reabilitação urbana**
Parecer da Secção Especializada da União Económica e Monetária e Coesão Económica e Social sobre A necessidade de uma abordagem integrada da reabilitação urbana.

REGIME GERAL DAS EDIFICAÇÕES URBANAS

- **Decreto-Lei n.º 121/2018, de 28 de dezembro**
Altera o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação
- **Portaria n.º 405/2015, de 20 de novembro**
Primeira alteração à [Portaria n.º 349-C/2013](#), de 2 de dezembro, que estabelece os elementos que deverão constar dos procedimentos de licenciamento ou de comunicação prévia de operações urbanísticas de edificação, bem como de autorização de utilização
- **Portaria n.º 279/2015, de 14 de setembro**
Identifica os requisitos formais do formulário e os elementos instrutórios a apresentar pelo interessado nos procedimentos com vistoria prévia, sem vistoria prévia e de mera comunicação prévia aplicáveis, respetivamente, à instalação e exploração de estabelecimentos industriais dos tipos 1, 2 e 3, e à alteração de estabelecimentos industriais, nos termos previstos no Sistema da Indústria Responsável
- **Portaria n.º 228/2015, de 03 de agosto**
Aprova os modelos de alvarás e de avisos de publicitação de operações urbanísticas, nos termos do regime jurídico da urbanização e da edificação (RJUE)
- **PORTARIA N.º 113/2015, de 22 de abril**
Identifica os elementos instrutórios dos procedimentos previstos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e revoga a Portaria n.º 232/2008, de 11 de março
- **Decreto-Lei n.º 136/1014, de 9 de setembro**
Procede à décima terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 555/99](#), de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação
- **Declaração de Retificação n.º 4/2014, de 31 de janeiro**

Retifica a [Portaria n.º 349-C/2013](#), de 2 de dezembro, do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia que estabelece os elementos que deverão constar dos procedimentos de licenciamento ou de comunicação prévia de operações urbanísticas de edificação, bem como de autorização de utilização, publicada no Diário da República n.º 233, 1.ª série, 2.º suplemento, em 2 de dezembro de 2013.

- [Lei n.º 28/2010. D.R. de 2 de setembro](#)
Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, que procede à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio.
- [Decreto Legislativo Regional n.º 7/2010/M, de 23 de abril](#)
Estabelece normas relativas ao processo de recepção e de utilização de donativos destinados à recuperação dos prejuízos sofridos pela Região Autónoma da Madeira após o temporal de 20 de fevereiro de 2010.
- [Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março](#)
Procede à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio.
- [Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro](#)
Aprova o Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (SCIE).
- [Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro](#)
Estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios.
- [Portaria n.º 1268/2008, de 6 de novembro](#)
Define o modelo e requisitos do livro de obra e fixa as características do livro de obra electrónico.
- [Declaração de Retificação n.º 26/2008, de 9 de maio](#)
Retifica a Portaria n.º 232/2008 de 11 de março, dos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que determina quais os elementos que devem instruir os pedidos de informação prévia, de licenciamento e de autorização referentes a todos os tipos de operações urbanísticas, e revoga a Portaria n.º 1110/2001 de 19 de setembro, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 50, de 11 de março de 2008.
- [Decreto-Lei n.º 50/2008, de 19 de março](#)
Procede à 16.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de agosto de 1951, que estabelece o Regulamento Geral das Edificações Urbanas.
- [Portaria n.º 232/2008, de 11 de março](#)
Determina quais os elementos que devem instruir os pedidos de informação prévia, de licenciamento e de autorização referentes a todos os tipos de operações urbanísticas, e revoga a [Portaria n.º 1110/2001](#) de 19 de setembro.
- [Portaria n.º 216-F/2008, de 3 de março](#)
Aprova os modelos de aviso a fixar pelo titular de alvará de licenciamento de operações urbanísticas e pelo titular de operações urbanísticas objeto de comunicação prévia e a publicar pelas entidades promotoras de operação urbanísticas.
- [Portaria n.º 216-E/2008, de 3 de março](#)

Enuncia todos os elementos que devem instruir os pedidos de emissão dos alvarás de licença ou autorização de utilização das diversas operações urbanísticas e revoga a Portaria n.º 1105/2001 de 18 de setembro.

- **Portaria n.º 216-D/2008, de 3 de março**
Aprova os modelos de alvarás de licenciamento de operações urbanísticas.
- **Portaria n.º 216-C/2008, de 3 de março**
Aprova os modelos do aviso de pedido de licenciamento de operações urbanísticas, do aviso de apresentação de comunicação prévia de operações urbanísticas e do aviso de pedido de parecer prévio ou de autorização de operações urbanísticas promovidas pela Administração Pública.
- **Portaria n.º 216-B/2008, de 3 de março**
Fixa os parâmetros para o dimensionamento das áreas destinadas a espaços verdes e de utilização colectiva, infraestruturas viárias e equipamentos de utilização colectiva.
- **Portaria n.º 216-A/2008, de 3 de março**
Regulamenta o funcionamento do sistema informático previsto no n.º 2 do artigo 8.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação da Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro.
- **Lei n.º 60/2007, de 4 de setembro**
Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação.
- **Decreto-Lei n.º 290/2007, de 17 de agosto**
Altera o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de agosto de 1951, que estabelece o Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU).
- **Portaria n.º 872-A/2006, de 30 de agosto**
Altera o n.º 2 da Portaria n.º 62/2003, de 16 de janeiro, que extingue a Subcomissão da Regulamentação de Edifícios e cria a Subcomissão para a Revisão do Regulamento Geral das Edificações Urbanas.
- **Portaria n.º 62/2003, de 16 de janeiro**
Extingue a Subcomissão da Regulamentação de Edifícios e cria a Subcomissão para a Revisão do Regulamento Geral de Edificações Urbanas. Revoga as Portarias n.os 748/75, de 16 de dezembro, e 310/80, de 30 de Maio.
- **Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de junho**
Altera o Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e da edificação.
- **Portaria n.º 243/84, de 17 de abril**
Estabelece as condições mínimas de habitabilidade exigíveis em edifícios clandestinos de habitação susceptíveis de reabilitação.

REGULAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS

- **Decreto-Lei n.º 126/2013, de 30 de agosto**
Procede à oitava alteração ao [Decreto-Lei n.º 34/2008](#), de 26 de fevereiro, que aprova o Regulamento das Custas Processuais

RESÍDUOS

- **[Decreto Legislativo Regional n.º 19/2016/A, de 6 de outubro](#)**
Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, que estabelece o regime geral de prevenção e gestão de resíduos
- **[Portaria n.º 278/2015, de 11 de setembro](#)**
Regula o montante da taxa de gestão de resíduos (TGR) a afetar aos municípios e estabelece as regras para a sua liquidação, pagamento e repercussão
- **[Decreto-Lei n.º 67/2014, de 07 de maio](#)**
Aprova o regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, transpondo a Diretiva n.º [2012/19/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012
- **[Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho](#)**
Procede à terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 178/2006](#), de 5 de Setembro, transpõe a Diretiva n.º [2008/98/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, relativa aos resíduos, e procede à alteração de diversos regimes jurídicos na área dos resíduos
- **[Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto](#)**
Altera o regime jurídico dos serviços de âmbito multimunicipal de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.
- **[Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto](#)**
Estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.
- **[Portaria n.º 417/2008, de 11 de junho](#)**
Aprova os modelos de guias de acompanhamento de resíduos para o transporte de resíduos de construção e demolição (RCD).
- **[Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março](#)**
Aprova o regime da gestão de resíduos de construção e demolição.
- **[Decreto-Lei n.º 85/2005, de 28 de abril](#)**
Estabelece o regime legal da incineração e co-incineração de resíduos, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2000/76/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de dezembro.
- **[Decreto-Lei n.º 103/2003, de 23 de Maio](#)**
Altera o artigo 4.º-A do Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro, que estabelece o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais e municipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos.
- **[Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de maio](#)**
Estabelece o regime jurídico a que fica sujeito o procedimento para a emissão de licença, instalação, exploração, encerramento e manutenção pós-encerramento de aterros destinados à deposição de resíduos e procede à transposição para a ordem jurídica nacional da Diretiva n.º 1999/31/CE, do Conselho, de 26 de abril, relativa à deposição de resíduos em aterros.

- **Decreto-Lei n.º 151/2002, de 23 de maio**
Altera o Estatuto do Instituto Regulador de Águas e Resíduos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 362/98, de 18 de novembro.
- **Decreto-Lei n.º 14/2002, de 26 de janeiro**
Altera o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro, que estabelece o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais e municipais de captação e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos.
- **Decreto-Lei n.º 154-A/2001, de 8 de maio**
Cessa a suspensão da vigilância das normas do Decreto-Lei n.º 273/98 de 2 de setembro, no que respeita às operações de co-incineração de resíduos industriais perigosos, incluindo a avaliação e seleção de locais para queimas e tratamento desses resíduos.
- **Portaria n.º 178/97, de 11 de março**
Aprova o modelo de mapa de resíduos hospitalares.
- **Portaria n.º 174/97, de 10 de março**
Estabelece as regras de instalação e funcionamento de unidades ou equipamentos de valorização ou eliminação de resíduos perigosos hospitalares, bem como o regime de autorização da realização de operações de gestão de resíduos hospitalares por entidades responsáveis pela exploração das referidas unidades ou equipamentos.
- **Decreto-Lei n.º 310/95, de 20 de Novembro**
Estabelece as regras a que fica sujeita a gestão de resíduos.
- **Portaria n.º 1147/94, de 26 de dezembro**
Estabelece as condições de licenciamento para a descarga, armazenagem, deposição ou injeção no solo de águas residuais ou de resíduos da indústria de dióxido de titânio.
- **Decreto-Lei n.º 236/94, de 15 de Setembro**
Altera o Decreto-Lei n.º 29 034, de 1 de outubro de 1938 (regulamenta a Lei n.º 1947 de 12 fevereiro de 1937, relativa à importação, armazenamento e tratamento industrial dos petróleos brutos, seus derivados e resíduos).
- **Decreto n.º 198/70, de 7 de maio**
Dá nova redação aos artigos 56.º e 72.º do Decreto n.º 29 634, que regulamenta a Lei n.º 1947, relativa à importação, armazenamento e tratamento industrial dos petróleos brutos, seus derivados e resíduos.

S

SEGURANÇA ALIMENTAR

- **Lei n.º 34/2019, de 22 de maio**
Define os critérios de seleção e aquisição de produtos alimentares, promovendo o consumo sustentável de produção local nas cantinas e refeitórios públicos
- **Despacho n.º 8291/2002 (2.ª série), de 23 de abril**
- **Portaria n.º 949/90, de 6 de outubro**

Aprova o Estatuto de Responsabilidade dos Profissionais pelo Controlo da Qualidade dos Géneros Alimentícios Transformados.

SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS

- **[Decreto Legislativo Regional n.º 3/2021/M, de 17 de fevereiro](#)**
Altera (primeira alteração) o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios.
- **[Portaria n.º 32/2021, de 10 de fevereiro](#)**
Procede à regulamentação do processo de credenciação de técnicos municipais responsáveis pela apreciação de projetos e medidas de autoproteção e pela realização de vistorias e inspeções das condições de segurança contra incêndio em edifícios (SCIE) de edifícios e recintos classificados na 1.ª categoria de risco.
- **[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 319/2018, de 10 de julho](#)**
Declara inconstitucionais, com força obrigatória geral, as normas dos n.os 1 a 3 do artigo 16.º do [Decreto-Lei n.º 220/2008](#), de 12 de novembro [regime jurídico em matéria de segurança contra incêndio em edifícios (SCIE)], tanto na redação que lhe foi conferida pelo [Decreto-Lei n.º 224/2015](#), de 9 de outubro, quanto na sua versão originária
- **[Resolução de Conselho de Ministros n.º 13/2018, de 20 de fevereiro](#)**
Determina um conjunto de iniciativas sobre a divulgação, verificação e cumprimento do regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios
- **[Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto](#)**
Altera o Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, procedendo à quinta alteração ao [Decreto-Lei n.º 124/2006](#), de 28 de junho
- **[Despacho n.º 7136/2017, de 16 de agosto](#)**
Determina um plano de trabalho, com um horizonte temporal de três anos, que preveja e identifique geograficamente as atividades a desenvolver no âmbito do plano de defesa da floresta contra incêndios
- **[Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de outubro](#)**
Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, que estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios
- **[Decreto Legislativo Regional n.º 6/2015/A, de 05 de março](#)**
Estabelece o regime jurídico de segurança contra incêndios em edifícios na Região Autónoma dos Açores
- **[Despacho n.º 4500/2014, de 27 de março](#)**
Atualização do valor das taxas pelos serviços de segurança contra incêndios em edifícios prestados pela Autoridade Nacional de Proteção Civil
- **[Despacho n.º 10738/2011, de 30 de agosto](#)**
Regulamento para acreditação dos técnicos responsáveis pela comercialização, instalação e manutenção de produtos e equipamentos de Segurança Contra Incêndio em Edifícios.
- **[Portaria n.º 136/2011, de 05 de abril](#)**

Primeira alteração à Portaria n.º 64/2009, de 22 de janeiro, que estabelece o regime de credenciação de entidades para a emissão de pareceres, realização de vistorias e de inspeções das condições de segurança contra incêndios em edifícios (SCIE).

- **Decreto Legislativo Regional n.º 11/2010/M, de 25 de junho**
Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, que estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios.
- **Portaria n.º 773/2009, de 21 de julho**
Define o procedimento de registo, na Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), das entidades que exerçam a atividade de comercialização, instalação e ou manutenção de produtos e equipamentos de segurança contra incêndio em edifícios (SCIE).
- **Portaria n.º 610/2009, de 8 de junho**
Regulamenta o sistema informático que permite a tramitação desmaterializada dos procedimentos administrativos previstos no regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios.
- **Despacho n.º 2074/2009 (II série), de 15 de janeiro**
Critérios técnicos para determinação da densidade de carga de incêndio modificada.
- **Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro**
Aprova o Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (SCIE).
- **Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro**
Estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios.
- **Decreto-Lei n.º 21/2006, de 2 de fevereiro**
Altera a lei orgânica do Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 49/2003 de 25 de março.
- **Decreto Regulamentar n.º 10/2001, de 7 de junho**
Aprova o Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança dos Estádios.
- **Portaria n.º 449/2001, de 5 de maio**
Cria o Sistema de Socorro e Luta Contra Incêndios.
- **NP 4386 : 2001 – Equipamento de segurança e de combate a incêndio**
Símbolos gráficos para as plantas de emergência de segurança contra incêndio. Especificação.
- **Declaração de Retificação n.º 7-H/99, de 27 de fevereiro**
Retifica o Decreto-Lei n.º 409/98 que aprova o Regulamento de Segurança contra Incêndio em Edifícios de Tipo Hospitalar.
- **Declaração de Retificação n.º 7-G/99, de 27 de fevereiro**
Retifica o Decreto-Lei n.º 414/98 que aprova o Regulamento de Segurança contra Incêndio em Edifícios Escolares.
- **Declaração de Retificação n.º 7-F/99, de 27 de fevereiro**
Retifica o Decreto-Lei n.º 410/98 que aprova o Regulamento de Segurança contra Incêndio em Edifícios de Tipo Administrativo.

- **Decreto-Lei n.º 414/98, 31 de dezembro**
Aprova o Regulamento de Segurança contra Incêndio em Edifícios Escolares.
- **Portaria n.º 1457/95, de 12 de dezembro**
Aprova as Medidas de Segurança contra riscos de incêndio aplicáveis na construção, instalação e funcionamento dos empreendimentos turísticos.
- **Decreto Regulamentar Regional n.º 21/95/M, de 14 de maio**
Adaptação à Região Autónoma da Madeira o Regulamento de Segurança Contra Incêndio em Parques de estacionamento cobertos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 66/95 de 8 de abril.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 8/94/A, de 26 de março**
Aplica à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 64/90, de 21 de fevereiro, que aprova o Regulamento de Segurança Contra Incêndio em Edifícios destinados a Habitação.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 7/94/A, de 26 de março**
Aplicação à Região Autónoma dos Açores o Regulamento de Segurança Contra Incêndio em Centros Urbanos Antigos.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 25/92/A, de 27 de outubro**
Aprova medidas de segurança contra incêndios nos estabelecimentos hoteleiros e similares e nos meios complementares de alojamento turístico.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 24/92/M, de 15 de setembro**
Aplica à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 64/90, de 21 de fevereiro, que aprova o Regulamento de Segurança Contra Incêndio em Edifícios de Habitação.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 23/92/M, de 15 de setembro**
Aplica à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 61/90, de 15 de fevereiro, que aprova as medidas de segurança contra incêndios nos estabelecimentos comerciais.
- **Lei n.º 113/91, de 29 de agosto**
Lei de Bases da Proteção Civil.
- **Declaração de 30 de abril de 1990**
De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 64/90 de 21 de fevereiro.
- **Declaração de 28 de fevereiro de 1990**
De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 426/89 de 6 de dezembro.
- **Lei n.º 10/79, de 20 de março**
Cria o Serviço Nacional de Bombeiros.

SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO

- **Decreto-Lei n.º 118/2019, de 21 de agosto**
Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do [Regulamento \(UE\) 2016/425](#), relativo aos equipamentos de proteção individual

- **Portaria n.º 14/2018, de 11 de janeiro**
Portaria que regula os modelos de participação relativa a acidentes de trabalho
- **Lei n.º 64/2017, de 7 de agosto**
Estabelece as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde a que estão ou possam vir a estar sujeitos devido à exposição a campos eletromagnéticos durante o trabalho e transpõe a [Diretiva 2013/35/UE](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013
- **Portaria n.º 257/2014, de 12 de dezembro**
Fixa o pagamento de taxas para a certificação de entidades formadoras para cursos de formação de técnico superior e técnico de segurança no trabalho e revoga a Portaria n.º 137/2001, de 1 de março
- **Declaração de Retificação n.º 20/2014, de 27 de março**
Declaração de Retificação à [Lei n.º 3/2014](#), de 28 de janeiro, que «Procede à segunda alteração à [Lei n.º 102/2009](#), de 10 de setembro, que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, e à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 116/97](#), de 12 de maio, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º [93/103/CE](#), do Conselho, de 23 de novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde no trabalho a bordo dos navios de pesca», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 19, de 28 de janeiro de 2014
- **Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro**
Procede à segunda alteração à [Lei n.º 102/2009](#), de 10 de setembro, que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, e à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 116/97](#), de 12 de maio, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º [93/103/CE](#), do Conselho, de 23 de novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde no trabalho a bordo dos navios de pesca
- **Portaria n.º 324/2013, de 31 de outubro**
Define o curso de formação para o exercício da função de coordenador de segurança e revoga a [Portaria n.º 181/2010](#), de 26 de março
- **Portaria n.º 384/2012, de 26 de novembro**
Primeira alteração à Portaria n.º 55/2012, de 9 de março, que especifica as profissões regulamentadas abrangidas na área do emprego e designa a respetiva autoridade competente para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais, nos termos da Lei n.º 9/2009, de 4 de março
- **Lei n.º 42/2012, de 28 de agosto**
Aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança no trabalho e de técnico de segurança no trabalho
- **Decreto-Lei n.º 24/2012, de 6 de fevereiro**
Consolida as prescrições mínimas em matéria de protecção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho e transpõe a Directiva n.º [2009/161/UE](#), da Comissão, de 17 de Dezembro de 2009
- **BTE Separata 2 18 maio 2011**
Projeto de decreto-lei que procede à alteração da lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro, e do decreto-lei n.º 110/2000, de 3 de Junho, alterado pela lei n.º 14/2001, de 4 de Junho, aplicando-lhes os princípios e regras de simplificação decorrentes da transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa aos serviços no mercado interno.

- **Decreto-Lei n.º 24/2012, de 6 de fevereiro de 2012**
Consolida as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho e transpõe a Diretiva n.º 2009/161/UE, da Comissão, de 17 de Dezembro de 2009
- **Portaria n.º 255/2010, de 5 de maio**
Aprova o modelo do requerimento de autorização de serviço comum, de serviço externo e de dispensa de serviço interno de segurança e saúde no trabalho, bem como os termos em que o requerimento deve ser instruído.
- **Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro**
Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho.
- **Portaria n.º 288/2009, de 20 de março**
Aprova o modelo de relatório anual da atividade dos serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho e revoga a Portaria n.º 1184/2002, de 29 de agosto.
- **Decreto-Lei n.º 182/2006, de 6 de setembro**
Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2003/10/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de fevereiro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos aos agentes físicos (ruído).
- **Decreto-Lei n.º 46/2006, de 24 de fevereiro**
Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2002/44/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de junho, relativa às prescrições mínimas de proteção da saúde e segurança dos trabalhadores em caso de exposição aos riscos devidos a agentes físicos (vibrações).
- **Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro**
Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2001/45/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde para a utilização de equipamentos de trabalho, e revoga o Decreto-Lei n.º 82/99, de 16 de março.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 105/2004, de 22 de julho**
Aprova o Plano Nacional de Ação para a Prevenção.
- **Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro**
Procede à revisão da regulamentação das condições de segurança e de saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis, constante no Decreto-Lei n.º 155/95, de 1 de julho, mantendo as prescrições mínimas de segurança e saúde no trabalho estabelecidas pela Diretiva n.º 92/57/CEE, do Conselho, de 24 de junho.
- **Portaria n.º 1184/2002 de 29 de agosto**
Aprova o modelo de relatório anual da atividade dos serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho.
- **Portaria n.º 1009/2002, de 9 de agosto**
Fixa as taxas de atos relativos à autorização ou à avaliação da capacidade de serviços externos de segurança, higiene e saúde no trabalho.
- **Portaria n.º 762/2002, de 1 de julho**
Aprova o Regulamento de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho na Exploração dos Sistemas Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais.

- **Portaria n.º 467/2002, de 23 de abril**
Regula a instrução do requerimento de autorização de serviços externos ou de alteração de autorização, a vistoria prévia e os parâmetros a ter em conta na decisão, de acordo com o regime legal de organização e funcionamento das atividades de segurança, higiene e saúde no trabalho.
- **Portaria n.º 183/2002, de 1 de março**
Altera os planos curriculares do curso de Técnico de Higiene e Segurança do Trabalho e Ambiente.
- **Decreto-Lei n.º 29/2002, de 14 de fevereiro**
Cria o Programa de Adaptação dos Serviços de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, previstos no Decreto-Lei n.º 141/95 de 14 de junho, alterado pelas Leis n.ºs 7/95 de 29 de março, e 118/99 de 11 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 109/2000 de 30 de junho, e define o respectivo regime jurídico.
- **Decreto do Presidente da República n.º 55/2001, de 23 de outubro**
Ratifica a Convenção n.º 176 da Organização Internacional do Trabalho, relativa à segurança e saúde nas minas.
- **Resolução da Assembleia da República n.º 65/2001, de 23 de outubro**
Aprova, para ratificação, a Convenção n.º 176 da Organização Internacional do Trabalho, relativa à segurança e saúde nas minas, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, em 22 de junho de 1995.
- **Decreto-Lei n.º 245/2001, de 8 de setembro**
Reestrutura o Conselho Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho (CNHST), criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 204/82, de 16 de novembro, revendo as suas atribuições, composição e estrutura, tendo em vista a sua reactivação.
- **Lei n.º 14/2001, de 4 de junho**
Primeira alteração, por apreciação parlamentar, do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 110/2000 de 30 de junho (estabelece as condições de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança e higiene do trabalho e de técnico de segurança e higiene).
- **Decreto-Lei n.º 110/2000, de 30 de junho**
Estabelece as condições de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança e higiene no trabalho e de técnico de segurança e higiene no trabalho.
- **Decreto-Lei n.º 109/2000, de 30 de junho**
Altera o Decreto-Lei n.º 26/94, de 1 de fevereiro, alterado pelas Leis n.ºs 7/95, de 29 de março, e 118/99, de 11 de agosto, que contém o regime de organização e funcionamento das atividades de segurança, higiene e saúde no trabalho.
- **Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro**
Aprova o novo regime jurídico dos acidentes em serviço e das doenças profissionais no âmbito da Administração Pública.
- **Decreto-Lei n.º 488/99, de 17 de novembro**
Define as formas de aplicação do regime jurídico de segurança, higiene e saúde no trabalho à Administração Pública e revoga o Decreto-Lei n.º 191/95, de 28 de julho.
- **Decreto-Lei n.º 143/99, de 21 de abril**

Regulamenta a Lei n.º 100/97, de 13 de setembro, no que respeita à reparação de danos emergentes de acidentes de trabalho.

- **Decreto-Lei n.º 133/99, de 21 de abril**
Altera o Decreto-Lei n.º 441/91, de 14 de novembro, relativo aos princípios da prevenção de riscos profissionais, para assegurar a transposição de algumas regras da diretiva quadro relativa à segurança e saúde dos trabalhadores nos locais de trabalho.
- **Decreto-Lei n.º 84/97, de 16 de abril**
Transpõe para a ordem jurídica interna as Diretivas do Conselho n.º 90/679/CEE de 26 de novembro, e 93/88/CEE de 12 de outubro, e a Diretiva n.º 95/30/CE da Comissão de 30 de junho, relativas à proteção de segurança e saúde dos trabalhadores contra os riscos resultantes da exposição de agentes biológicos durante o trabalho.
- **Portaria n.º 198/96, de 4 de junho**
Regula as prescrições mínimas de segurança e de saúde em locais e postos de trabalho das indústrias extractivas a céu aberto ou subterrâneas.
- **Portaria n.º 197/96, de 4 de junho**
Regula as prescrições mínimas de segurança e de saúde em locais e postos de trabalho das indústrias extractivas por perfuração.
- **Portaria n.º 101/96, de 3 de abril**
Regulamenta as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho dos estaleiros temporários ou móveis.
- **Portaria n.º 53/96, de 20 de fevereiro**
Altera a Decreto-Lei n.º 1179/95 de 26 de setembro (aprova o modelo da ficha de notificação da modalidade adotada pela empresa para a organização dos serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho).
- **Portaria n.º 1456-A/95, de 11 de dezembro**
Regulamenta as prescrições mínimas de colocação e de utilização da sinalização de segurança e de saúde no trabalho. Revoga a Portaria n.º 434/83 de 15 de abril.
- **Portaria n.º 1179/95, de 26 de setembro**
Aprova o modelo da ficha de notificação da modalidade adotada pela empresa para a organização dos serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho.
- **Decreto-Lei n.º 155/95, de 1 de julho**
Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 92/57/CEE, do Conselho, de 24 de junho, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis.
- **Lei n.º 7/95, de 29 de março**
Alteração, por ratificação, do Decreto-Lei n.º 26/94 de 1 de fevereiro.
- **Portaria n.º 987/93, de 6 de outubro**
Estabelece as prescrições mínimas de segurança e saúde nos locais de trabalho.
- **Decreto-Lei n.º 349/93 de 1 de outubro**

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 89/654/CEE, do Conselho, de 30 de novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais de trabalho.

➤ **Decreto-Lei n.º 348/93, de 1 de outubro**

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 90/270/CEE, do Conselho, de 29 de maio, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde respeitantes ao trabalho com equipamentos dotados de visor.

➤ **Decreto-Lei n.º 347/93, de 1 de outubro**

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 89/654/CEE, do Conselho, de 30 de novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais de trabalho.

➤ **Decreto-Lei n.º 332/93, de 25 de setembro**

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 90/269/CEE, do Conselho, de 29 de maio, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde na movimentação manual de cargas.

➤ **Decreto-Lei n.º 331/93, de 25 de setembro**

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 89/655/CEE, do Conselho, de 30 de novembro de 1989, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho.

➤ **Decreto-Lei n.º 113/93, de 10 de abril**

Transpõe para o direito interno a Diretiva do conselho n.º 89/106/CEE, de 21 de dezembro de 1988, relativa aos produtos de construção, tendo em vista a aproximação das disposições legislativas dos Estados membros.

➤ **Decreto-Lei n.º 162/90, de 22 de maio**

Aprova o Regulamento Geral de segurança e Higiene no Trabalho nas Minas e Pedreiras. Revoga o Decreto-Lei n.º 18/85, de 15 de janeiro.

➤ **Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/88, de 6 de janeiro**

Estabelece medidas relativas à implementação do Regulamento Geral de Higiene e Segurança no Trabalho nos Estabelecimentos Comerciais, de Escritórios e Serviços e nos serviços da Administração Pública.

➤ **Decreto-Lei n.º 243/86, de 20 de agosto**

Estabelece condições de higiene e segurança e a melhor qualidade do ambiente de trabalho em todos os locais onde se desenvolvem atividades de comércio, escritório e serviços.

➤ **Decreto-Lei n.º 49/82, de 18 de fevereiro**

Regulamento de higiene e segurança do trabalho nos caixões de ar comprimido.

➤ **Portaria n.º 702/80, de 22 de setembro**

Revisão da Portaria n.º 53/71 de 3 de fevereiro, que regula o Regulamento Geral de Segurança e Higiene no trabalho para edifícios industriais.

➤ **Portaria n.º 53/71, de 3 de fevereiro**

Regulamento Geral de Segurança e Higiene no trabalho para edifícios industriais.

➤ **Decreto n.º 46 427, de 10 de julho de 1965**

Regulamento de instalações provisórias destinadas ao pessoal empregado nas obras.

➤ **Decreto-Lei n.º 41 82, de 11 de agosto de 1958**

Regulamento de segurança no trabalho da construção civil.

- **Decreto-Lei n.º 41 820, de 11 de agosto de 1958**
Regulamento de segurança no trabalho da construção civil.
- **[Norma Portuguesa 4397/2008 - Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho](#)**
- **Norma BS OHSAS 18001:2007 - Occupational health and safety management systems - requirements**

SEGURANÇA – SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS

- **[Decreto-Lei n.º 63/2008, de 2 de abril](#)**
Procede à 1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 82/2003 de 23 de abril, que aprova o Regulamento para a Classificação, Embalagem, Rotulagem e Fichas de Dados de Segurança de Preparações Perigosas, transpondo para a ordem jurídica interna as Diretivas n.os 2004/66/CE, do Conselho, de 26 de abril, 2006/8/CE, da Comissão, de 23 de janeiro, e 2006/96/CE, do Conselho, de 20 de Novembro.

SEGURANÇA SOCIAL

- **[Portaria n.º 66/2011, de 4 de fevereiro](#)**
Define a os procedimentos, os elementos e os meios de prova necessários à inscrição, ao enquadramento e ao cumprimento da obrigação contributiva previstos no Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro.
- **[Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro](#)**
Procede à regulamentação do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro.
- **[Portaria n.º 598/2010, de 2 agosto](#)**
Aprova os modelos do requerimento do rendimento social de inserção, do requerimento do abono de família pré-natal e do abono de família para crianças e jovens e da declaração da composição e rendimentos do agregado familiar.
- **[Portaria n.º 1458/2009, de 31 de dezembro](#)**
Estabelece as normas de execução da actualização transitória das pensões e de outras prestações sociais atribuídas pelo sistema de segurança social e das pensões do regime de proteção social convergente para o ano de 2010 e revoga a Portaria n.º 1514/2008, de 24 de dezembro.
- **[Decreto-Lei n.º 302/2009, de 22 de outubro](#)**
Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro, que estabeleceu o novo regime jurídico de proteção social na eventualidade doença, no âmbito do subsistema previdencial de segurança social.
- **[Decreto-Lei n.º 292/2009, de 12 de outubro](#)**
Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de outubro, que estabelece o regime de avaliação de incapacidade das pessoas com deficiência para efeitos de acesso às medidas e benefícios previstos na lei.
- **[Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro](#)**
Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

- **Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro**
Aprova o regime processual aplicável às contra-ordenações laborais e de segurança social.
- **Portaria n.º 985/2009, de 4 de setembro**
Aprova a criação do Programa de Apoio ao Empreendimento e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE), a promover e executar pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., e regulamenta os apoios a conceder no seu âmbito.
- **Lei n.º 90/2009, de 31 de agosto**
Aprova o regime especial de proteção na invalidez.
- **Declaração de Retificação n.º 40/2009, de 5 de junho**
Retifica o Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, que regulamenta a proteção na parentalidade, no âmbito da eventualidade de maternidade, paternidade e adoção, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de proteção social convergente, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 70, de 9 de abril de 2009.
- **Portaria n.º 458/2009, de 30 de abril**
Aprova os modelos de requerimentos e declaração previstos no n.º 2 do artigo 84.º do Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, que regula a proteção na parentalidade do sistema previdencial e do subsistema de solidariedade.
- **Decreto-Lei n.º 93/2009, de 16 de abril**
Aprova o sistema de atribuição de produtos de apoio a pessoas com deficiência e a pessoas com incapacidade temporária.
- **Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril**
Estabelece o regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade e revoga o Decreto-Lei n.º 154/88, de 29 de abril, e o Decreto-Lei n.º 105/2008, de 25 de junho.
- **Decreto-Lei n.º 68/2009, de 20 de março**
Estabelece medidas de apoio aos desempregados de longa duração, actualizando o regime jurídico de proteção social na eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, no âmbito do sistema previdencial, estabelecido no Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro.
- **Portaria n.º 1514/2008, de 24 de dezembro**
Procede à actualização do valor do indexante dos apoios sociais e à actualização anual de pensões e de outras prestações sociais atribuídas pelo sistema de segurança social.
- **Portaria n.º 276/2008, de 9 de abril**
Aprova o suporte de informação «Declaração de opção, mod. RPC04-DGSS» previsto no Decreto-Lei n.º 26/2008, de 22 de fevereiro, que estabelece a regulamentação aplicável ao regime público de capitalização, destinada à atribuição de um complemento de pensão ou de aposentação por velhice.
- **Portaria n.º 96-B/2008, de 30 de janeiro**
Define os aspectos procedimentais necessários à integral execução do Decreto-Lei n.º 377/2007, de 9 de novembro, estabelecendo a forma de colaboração do Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS), no sistema de verificação de incapacidade permanente da Caixa Geral de Aposentações, I. P. (CGA).
- **Decreto-Lei n.º 397/2007, de 31 de dezembro**

Actualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2008.

- **Decreto-Lei n.º 377/2007, de 9 de novembro**
Altera a composição das juntas médicas e das comissões de verificação no âmbito da segurança social e uniformiza os procedimentos de verificação de incapacidades no âmbito da Caixa Geral de Aposentações e da segurança social, alterando os Decretos-Leis n.ºs 498/72, de 9 de dezembro, e 360/97, de 17 de dezembro, e o Decreto Regulamentar n.º 41/90, de 29 de novembro.
- **Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio**
No desenvolvimento da Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, aprova o regime de proteção nas eventualidades invalidez e velhice dos beneficiários do regime geral de segurança social.
- **Portaria n.º 168/2007, de 5 de fevereiro**
Estabelece as normas de execução necessárias à aplicação do Decreto-Lei n.º 117/2006, de 20 de junho, que define as regras aplicáveis às situações de transição do regime de proteção social dos funcionários e agentes da Administração Pública para o regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem.
- **Declaração de Retificação n.º 10/2007, de 26 de janeiro**
De ter sido retificada a Portaria n.º 1357-A/2006, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, que actualiza as pensões de invalidez, velhice e sobrevivência, bem como as pensões por doença profissional dos subsistemas previdencial e de solidariedade. Revoga a Portaria n.º 1316/2005, de 22 de dezembro, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 231, de 30 de novembro de 2006.
- **Portaria n.º 121/2007, de 25 de janeiro**
Elimina a participação de início, suspensão ou cessação de atividade profissional dos trabalhadores independentes.
- **Portaria n.º 112/2007, de 24 de janeiro**
Elimina a obrigatoriedade de efectuar a prova anual de rendimento do agregado familiar do beneficiário do abono de família.
- **Portaria n.º 91/2007, de 22 de janeiro**
Clarifica os procedimentos a adotar nas situações de incapacidade por doença e fixa a taxa prevista no artigo 201.º da Lei n.º 35/2004, de 29 de julho.
- **Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro**
Aprova as bases gerais do sistema de segurança social.
- **Portaria n.º 1357-A/2006, de 30 de novembro**
Actualiza as pensões de invalidez, velhice e sobrevivência, bem como as pensões por doença profissional dos subsistemas previdencial e de solidariedade. Revoga a Portaria n.º 1316/2005, de 22 de dezembro.
- **Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro**
Estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social no que respeita às condições de aposentação e cálculo de pensões.
- **Decreto-Lei n.º 146/2005, de 26 de agosto**
Altera o Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro, que estabelece o novo regime jurídico de proteção social na eventualidade de doença no âmbito do subsistema previdencial de segurança social.

- **Decreto-Lei n.º 125/2005, de 3 de agosto**
Suspende o regime de flexibilização da idade de acesso à pensão de reforma por antecipação, constante do n.º 2 do artigo 23.º, do n.º 2 do artigo 26.º e dos n.ºs 1 a 4 do artigo 38.º-A do Decreto-Lei n.º 329/93, de 25 de setembro, na redação em vigor, assim como revoga o regime de antecipação da idade da reforma para os trabalhadores desempregados, previsto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 84/2003, de 24 de abril.
- **Decreto-Lei n.º 119/2005, de 22 de julho**
Altera, pela 4.ª vez, o Decreto-Lei n.º 328/93, de 25 de setembro, que aprovou o regime de segurança social dos trabalhadores independentes.
- **Declaração de Retificação n.º 30/2005, de 18 de abril**
De ter sido retificada a Portaria n.º 311/2005, do Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança, que altera a Portaria n.º 1039/2001, de 27 de agosto, que estabelece normas relativas ao envio por correio electrónico da declaração de remunerações que os contribuintes estão obrigados a entregar nos serviços competentes do sistema de solidariedade e segurança social, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 58, de 23 de março de 2005.
- **Decreto-Lei n.º 77/2005, de 13 de abril**
Estabelece o regime jurídico de proteção social na maternidade, paternidade e adoção no âmbito do subsistema previdencial de segurança social face ao regime preconizado na legislação de trabalho vigente.
- **Portaria n.º 363/2005, de 4 de abril**
Actualiza as remunerações que servem de cálculo às pensões de invalidez e de velhice do regime geral de segurança social.
- **Portaria n.º 311/2005, de 23 de março**
Estabelece as normas relativas ao envio por correio electrónico da declaração de remunerações.
- **Decreto-Lei n.º 171/2004, de 17 de julho**
Aprova a orgânica do Ministério da Segurança Social e do Trabalho.
- **Portaria n.º 584/2004, de 28 de maio**
Actualiza as pensões de velhice e de sobrevivência dos regimes de segurança social, bem como os complementos por dependência e extraordinário de solidariedade.
- **Decreto-Lei n.º 92/2004, de 20 de abril**
No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 107-B/2003, de 31 de dezembro, estabelece a forma, extensão e limites da interconexão de dados entre os serviços da administração fiscal e as instituições da segurança social.
- **Portaria n.º 1299/2003, de 20 de novembro**
Fixa os montantes das prestações por encargos familiares do subsistema de proteção familiar.
- **Lei n.º 32/2002, de 20 de dezembro**
Aprova as bases da segurança social.
- **Decreto-Lei n.º 77/2000, de 9 de maio**
Altera do Decreto-Lei n.º 154/88, de 29 de abril, na redação que lhe foi dada pelos Decretos-Lei n.º 333/95, de 23 de dezembro, n.º 347/98, de 9 de novembro (define o quadro de proteção social do regime geral da segurança social decorrente da lei da proteção da maternidade e da paternidade).

- **Decreto-Lei n.º 70/2000, de 4 de maio**
Altera Lei n.º 4/84, de 5 de abril, sobre a proteção da maternidade e da paternidade, e procede à sua republicação retificada.
- **Decreto Regulamentar n.º 26/99, de 27 de outubro**
Procede à regulamentação do Decreto-Lei n.º 199/99 de 8 de junho, que definiu as taxas contributivas aplicáveis no âmbito do regime geral de segurança social dos trabalhadores por contra de outrem.
- **Decreto-Lei n.º 397/99, de 13 de outubro**
Altera o Decreto-Lei n.º 328/93 de 25 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 240/96, de 14 de dezembro, que regula o regime de segurança social dos trabalhadores independentes.
- **Decreto-Lei n.º 240/96, de 14 de dezembro**
Altera o Decreto-Lei n.º 328/93 de 25 de setembro, que estabelece o regime de segurança social dos trabalhadores independentes.
- **Decreto-Lei n.º 333/95, de 23 de dezembro**
Altera o regime de proteção social dos beneficiários do regime geral da segurança social.
- **Decreto-Lei n.º 327/93, de 25 de setembro**
Estabelece o enquadramento dos membros dos órgãos estatutários das pessoas colectivas no regime geral de segurança social dos trabalhadores por contra de outrem.
- **Decreto-Lei n.º 391/91, de 10 de outubro**
Disciplina o regime de acolhimento familiar de idosos e adultos com deficiência.
- **Decreto-Lei n.º 141/89, de 28 de abril**
Define o regime jurídico e de proteção social dos ajudantes familiares.
- **Portaria n.º 138/88, de 1 de março**
Estabelece disposições relativas aos apoios financeiros às iniciativas de investimento das instituições particulares de solidariedade social (IPSS) quanto a estabelecimentos de equipamento social.

SEGUROS

- **Portaria n.º 238/2019, de 30 de julho**
Define os critérios de fixação do capital mínimo e os demais requisitos mínimos do seguro de responsabilidade civil profissional
- **Portaria n.º 256/2011, de 5 de julho**
Aprova a parte uniforme das condições gerais da apólice de seguro obrigatório de acidentes de trabalho para trabalhadores por conta de outrem, bem como as respetivas condições especiais uniformes.
- **Declaração de Retificação n.º 17/2009, de 3 de março**
Retifica o Decreto-Lei n.º 2/2009, de 5 de janeiro, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, que procede à décima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de abril, procedendo à transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 2005/68/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de novembro, relativa ao resseguro, e ao reforço da tutela dos direitos dos tomadores de seguros, segurados, beneficiários ou

terceiros lesados na relação com as empresas de seguros, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 2, de 5 de janeiro de 2009.

- **Decreto-Lei n.º 159/99, de 11 de maio**
Regulamenta o seguro de acidentes de trabalho para os trabalhadores independentes.
- **Decreto-Lei n.º 251/97, de 26 de setembro**
Regulamenta e aprova o estatuto do Instituto de Seguros de Portugal.
- **Decreto-Lei n.º 176/95, de 26 de setembro**
Estabelece regras de transparência para a atividade seguradora e disposições relativas ao regime jurídico do contrato de seguro.
- **Portaria n.º 245/93, de 4 de março**
Fixa o montante do capital obrigatoriamente seguro a que se refere o artigo 5º do Decreto Regulamentar n.º 11/92, de 6 de maio, em 10 000 contos no tocante à responsabilidade civil extra-contratual e corresponde a 5% do valor do Projeto no que respeita à responsabilidade civil contratual. Revoga a Portaria n.º 173/92.
- **Decreto Regulamentar n.º 32/92, de 28 de novembro**
Altera o Decreto Regulamentar n.º 11/92, de 16 de maio (institui a obrigatoriedade de celebração de um contrato de seguro para os técnicos autores de Projetos e industriais de construção civil no âmbito do licenciamento municipal de obras particulares).
- **Portaria n.º 736/92, de 22 de julho**
Fixa o montante capital obrigatoriamente seguro, nos contratos a celebrar pelos autores de Projetos e industriais de construção civil, no processo de licenciatura municipal de obras particulares. Revogado pela Portaria n.º 245/93.
- **Decreto Regulamentar n.º 11/92, de 16 de maio**
Institui a obrigatoriedade de celebração de um contrato de seguro para os técnicos autores de Projetos e industriais de construção civil no âmbito do licenciamento municipal de obras particulares

T

TELECOMUNICAÇÕES

- **Aviso n.º 6279/2020, de 15 de abril**
Aprovação da 4.ª Edição do Manual de Infraestruturas de Telecomunicações em Edifícios (ITED) e da 3.ª Edição do Manual de Infraestruturas de Telecomunicações em Loteamentos, Urbanizações e Conjuntos de Edifícios (ITUR)
- **Aviso n.º 15409/2017, de 21 de dezembro**
Adendas ao Manual ITED 3.ª edição e ao Manual ITUR 2.ª edição
- **Decreto-Lei n.º 57/2017, de 09 de junho**
Projeto de Decreto-Lei que estabelece o regime da disponibilização no mercado, da colocação em serviço e da utilização de equipamentos rádio, transpondo a [Diretiva n.º 2014/53/UE](#)
- **Aviso n.º 459/2017, de 10 de janeiro**
Projeto de regulamento relativo à segurança e à integridade das redes e serviços de comunicações eletrónicas

- **Decreto-Lei n.º 248/2015, de 28 de outubro**
Primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 272/98](#), de 2 de setembro, que estabelece o regime de instalação e operação do sistema de transmissão de dados em radiodifusão pelos operadores de radiodifusão sonora
- **Portaria n.º 377/2015, de 21 de outubro**
Aprova os requisitos específicos para certificação de entidades formadoras de projetistas e de instaladores de infraestruturas de telecomunicações em loteamentos, urbanizações e conjuntos de edifícios (ITUR) e de infraestruturas de telecomunicações em edifícios (ITED)
- **Lei n.º 47/2013, de 10 de julho**
Procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 123/2009](#), de 21 de maio, que define o regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infraestruturas de comunicações eletrónicas
- **Aviso n.º 22358/2009, de 14 de dezembro**
Aviso de publicação dos manuais ITUR e ITED no site do ICP-ANACOM.
- **Portaria n.º 291-A/2011, de 4 de novembro**
Terceira alteração à Portaria n.º 1473-B/2008, de 17 de dezembro, que aprova as taxas devidas pela emissão das declarações comprovativas dos direitos, pelo exercício da atividade de fornecedor de redes e serviços de comunicações eletrónicas, pela atribuição de direitos de utilização de frequências e de números, pela utilização do espectro radioelétrico e demais taxas devidas ao ICP-ANACOM.
- **Decreto-Lei n.º 258/2009, de 25 de setembro**
No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 32/2009, de 9 de julho, que determina a aplicação do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, às infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas detidas, geridas ou utilizadas pelas empresas de comunicações eletrónicas, sujeitando-as ao regime de acesso aberto, procede à terceira alteração da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, e à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de Maio.
- **Declaração de Retificação n.º 43/2009, de 26 de junho**
Retifica o Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que define o regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infraestruturas de comunicações eletrónicas, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 98, de 21 de maio de 2009.
- **Decreto-Lei n.º 11/2003, de 18 de janeiro**
Regula a autorização municipal inerente à instalação das infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respetivos acessórios definidos no Decreto-Lei n.º 151-A/2000, de 20 de julho, e adota mecanismos para fixação dos níveis de referência relativos à exposição da população a campos electromagnéticos (0Hz–300GHz).
- **Lei n.º 29/2002, de 6 de dezembro**
Primeira alteração à Lei n.º 91/97, de 1 de agosto (define as bases gerais a que obedece o estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações e a prestação de serviços de telecomunicações).
- **Portaria n.º 1358/2002, de 16 de outubro**
Aplica as regras comunitárias em matéria de procedimentos de celebração de contratos de direito público às entidades que operam nos sectores da água, da energia, dos transportes e das telecomunicações.
- **Resolução da Assembleia da República n.º 53/2002, de 3 de agosto**

Código de conduta e boas práticas para a instalação de equipamentos que criam campos electromagnéticos.

- **Decreto-Lei n.º 151-A/2000, de 20 de julho**
Estabelece o regime aplicável ao licenciamento de redes e estações de radiocomunicações e à fiscalização da instalação das referidas estações e da utilização do espectro radioelétrico, bem como a definição dos princípios aplicáveis às taxas radioelétricas, à proteção da exposição das radiações electromagnéticas e à partilha de infraestruturas de radiocomunicações.
- **Decreto-Lei n.º 59/2000, de 19 de abril**
Estabelece o novo regime jurídico de instalação das infraestruturas de telecomunicações em edifícios e respetivas ligações às redes públicas de telecomunicações, bem como o regime da atividade de certificação das instalações e avaliação de conformidade de equipamentos, materiais e infraestruturas.
- **Portaria n.º 121/99, de 15 de fevereiro**
Fixa o quadro dos procedimentos relativos ao licenciamento, funcionamento, segurança e condições técnicas a que devem obedecer as estações de radiodifusão.
- **Lei n.º 69/98, de 28 de outubro**
Regula o tratamento de dados pessoais e a proteção da privacidade no sector das telecomunicações (transpõe a Diretiva n.º 97/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de dezembro de 1997).
- **Portaria n.º 791/98, de 22 de setembro**
Fixa as normas técnicas a que devem obedecer a instalação e o funcionamento da rede de distribuição por cabo, tal como definida no Decreto-Lei n.º 241/97, de 18 de setembro.
- **Decreto-Lei n.º 381-A/97, de 30 de dezembro**
Regula o regime de acesso à atividade dos operadores de redes públicas de telecomunicações e dos serviços de telecomunicações de uso público em desenvolvimento da Lei n.º 91/97, de 1 de agosto (Lei de Bases das Telecomunicações), e transpõe para o direito interno as Diretivas n.º 96/2/CE e n.º 96/19/CE, ambas da Comissão, e 97/13/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho.
- **Decreto-Lei n.º 249/97, de 23 de setembro**
Regula a instalação de sistemas de receção e distribuição de radiodifusão e sonora e televisiva em edifícios.
- **Decreto-Lei n.º 130/97, de 27 de maio**
Aprova o regime de licenciamento das estações emissoras de radiodifusão e atribuição de alvarás.
- **Decreto-Lei n.º 157/95, de 6 de julho**
Altera o Decreto-Lei n.º 292/91, de 13 de agosto (disciplina o exercício da atividade de operador de rede de distribuição de televisão por cabo, para uso público, no território nacional).
- **Portaria n.º 1127/91, de 30 de outubro**
Fixa as normas técnicas a que devem obedecer a instalação e funcionamento da rede de distribuição de televisão por cabo.
- **Decreto-Lei n.º 146/91, de 12 de abril**
Altera o quadro normativo aplicável às autorizações para a detenção, estabelecimento e utilização de estações e redes de radiocomunicações, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320/88, de 14 de setembro.
- **Decreto-Lei n.º 153/89, de 10 de maio**

Aprova o Regulamento do Serviço de Rádio Pessoal –Banda do Cidadão.

- **Decreto Regulamentar n.º 6/88, de 29 de fevereiro**
Altera a forma de aprovação dos anexos I, II, III ao Decreto Regulamentar n.º 25/87, de 8 de abril, que institui o Regulamento das Instalações Telefónicas de Assinante (RITA).
- **Decreto-Lei n.º 146/87, de 24 de março**
Torna obrigatória a instalação de infraestruturas telefónicas nos edifícios a construir ou a reconstruir.
- **Decreto-Lei n.º 597/73, de 7 de novembro**
Sujeições a servidões administrativas denominadas radioelétricas, bem como a outras restrições de utilidade pública, das zonas confinantes com os centros radioelétricos nacionais que prossigam fins de reconhecida utilidade pública.

TOPOGRAFIA

- **Portaria n.º 380/2015, de 23 de outubro**
Regula a duração e conteúdos do curso de formação complementar em cadastro predial, bem como as entidades habilitadas para ministrar essa formação e os trâmites da sua certificação
- **Despacho n.º 26152/2005 (2.ª série), de 20 de dezembro**

TRABALHO

- **Lei n.º 2/2021, de 21 de janeiro**
Estabelece o regime de acesso e exercício de profissões e de atividades profissionais e o regime aplicável à avaliação da proporcionalidade prévia à adoção de disposições legislativas que limitem o acesso a profissão regulamentada, ou regulamentar, ou o seu exercício, transpondo a Diretiva (UE) 2018/958 do Parlamento Europeu e do Conselho e revogando o Decreto-Lei n.º 37/2015, de 10 de março.
- **Despacho n.º 714-B/2021, de 15 de janeiro**
Procede à definição dos custos unitários e respetiva fórmula de cálculo previstos no âmbito da medida Estágios ATIVAR.PT, regulada pela Portaria n.º 206/2020, de 27 de agosto que regula a medida Estágios ATIVAR.PT, que consiste no apoio à inserção de jovens no mercado de trabalho ou à reconversão profissional de desempregados.
- **Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro**
Procede à primeira alteração à Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, que regulamenta a , tramitação do procedimento concursal de recrutamento, nos termos do n.º 2 do artigo 37.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho
- **Decreto-Lei n.º 109-A/2020, de 31 de dezembro**
Fixa o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2021.
- **Despacho n.º 12655-A/2020, de 30 de dezembro**
Determina que os planos de formação previstos na alínea a) do n.º 5 do artigo 4.º e no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 46-A/2020, de 30 de julho, na sua redação atual, que se encontrem em execução a 31 de dezembro de 2020, podem ser concluídos após essa data.
- **Decreto-Lei n.º 167/2019, de 21 de novembro**
Atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2020

- **Decreto-Lei n.º 117/2018, de 27 de dezembro**
Fixa o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2019
- **Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto**
Estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho, do mecanismo equivalente e do fundo de garantia de compensação do trabalho
- **Lei n.º 11/2013, de 28 de janeiro**
Estabelece um regime temporário de pagamento dos subsídios de Natal e de férias para vigorar durante o ano de 2013
- **Lei n.º 53/2011, de 14 de outubro**
Procede à segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado em anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, estabelecendo um novo sistema de compensação em diversas modalidades de cessação do contrato de trabalho, aplicável apenas aos novos contratos de trabalho.
- **Decreto-Lei n.º 66/2011, de 01 de junho**
Estabelece as regras a que deve obedecer a realização de estágios profissionais extracurriculares, no uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 146.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro.
- **Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 338/2010, de 8 de novembro**
Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma constante do artigo 356.º, n.º 1, do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro; não declara a inconstitucionalidade das seguintes normas do Código do Trabalho: n.ºs 1 e, em consequência, 2 a 5 do artigo 3.º; alíneas a) e b) do n.º 4 do artigo 140.º; n.º 1 do artigo 163.º, e artigos 205.º, 206.º, 208.º, 209.º, 392.º, 497.º, 501.º e 10.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.
- **Declaração de Retificação n.º 86/2009, de 23 de novembro**
Retifica o Decreto-Lei n.º 295/2009, de 13 de outubro, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, que no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 76/2009, de 13 de agosto, altera o Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de novembro, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 198, de 13 de outubro 2009.
- **Declaração de Retificação n.º 76/2009, 15 de outubro**
Retifica o Decreto-Lei n.º 259/2009, de 25 de setembro, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, que regula o regime jurídico da arbitragem obrigatória e a arbitragem necessária, bem como a arbitragem sobre serviços mínimos durante a greve e os meios necessários para os assegurar, de acordo com o artigo 513.º e a alínea b) do n.º 4 do artigo 538.º do Código do Trabalho, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 187, de 25 de setembro de 2009.
- **Lei n.º 295/2009, de 13 de outubro**
No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 76/2009, de 13 de agosto, altera o Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de novembro.
- **Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de outubro**
Aprova o regime jurídico de concessão de apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento das políticas de emprego e de apoio à qualificação das pessoas com deficiência e incapacidades e o regime de concessão de apoio técnico e financeiro aos centros de reabilitação profissional de gestão participada, às entidades de

reabilitação, bem como a credenciação de centros de recursos do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., e a criação do Fórum para a Integração Profissional.

- **Portaria n.º 1172/2009, de 6 de outubro**
Regula a entrega em documento electrónico de atos relativos a organizações representativas de trabalhadores e de empregadores e de instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho.
- **Decreto-Lei n.º 260/2009, de 25 de setembro**
Regula o regime jurídico do exercício e licenciamento das agências privadas de colocação e das empresas de trabalho temporário.
- **Decreto-Lei n.º 259/2009, de 25 de setembro**
Regula o regime jurídico da arbitragem obrigatória e a arbitragem necessária, bem como a arbitragem sobre serviços mínimos durante a greve e os meios necessários para os assegurar, de acordo com o artigo 513.º e a alínea b) do n.º 4 do artigo 538.º do Código do Trabalho.
- **Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro**
Aprova o regime processual aplicável às contra-ordenações laborais e de segurança social.
- **Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro**
Regulamenta e altera o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e procede à primeira alteração da Lei n.º 4/2008, de 7 de fevereiro.
- **Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro**
Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho.
- **Lei n.º 101/2009, de 8 de setembro**
Estabelece o regime jurídico do trabalho no domicílio.
- **Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro**
Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do artigo 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.
- **Lei n.º 76/2009, de 13 de agosto**
Autoriza o Governo a alterar o Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de novembro.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 21/2009/M, de 4 de agosto**
Adapta à Região Autónoma da Madeira o novo Código do Trabalho.
- **Portaria n.º 609/2009, de 5 de junho**
Aprova o modelo de registo de trabalho extraordinário e os elementos que deve conter.
- **Declaração de Retificação n.º 21/2009, de 18 de março**
Retificada a Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova a revisão do Código do Trabalho.
- **Portaria n.º 262/2009, de 12 de março**
Altera a Portaria n.º 131/2009, de 30 de janeiro, que regulamenta o programa de Estágios Qualificação-Emprego.

- **Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro**
Aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas.
- **Lei n.º 19/2007, de 22 de maio**
Aprova um novo regime jurídico do trabalho temporário (revoga o Decreto-Lei n.º 358/89, de 17 de outubro, alterado pelas Leis n.ºs 39/96, de 31 de agosto, 146/99, de 1 de setembro, e 99/2003, de 27 de agosto).
- **Decreto Legislativo Regional n.º 10/2007/M, de 10 de abril**
Aprova o valor da retribuição mínima mensal garantida para vigorar a partir de janeiro de 2007 na Região Autónoma da Madeira.
- **Portaria n.º 91/2007, de 22 de janeiro**
Clarifica os procedimentos a adotar nas situações de incapacidade por doença e fixa a taxa prevista no artigo 201.º da Lei n.º 35/2004, de 29 de julho.
- **Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro**
Estabelece o regime jurídico de proteção social da eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem e revoga os Decretos-Lei n.º 119/99, de 14 de abril, e n.º 84/2003, de 24 de abril.
- **Portaria n.º 712/2006, de 13 de julho**
Aprova o modelo do registo de trabalho suplementar previsto no n.º 2 do artigo 188.º da Lei n.º 35/2004, de 29 de julho (regulamenta a Lei n.º 99/2003, de 27 de agosto, que aprovou o Código do Trabalho).
- **Decreto-Lei n.º 238/2005, de 30 de dezembro**
Aprova o valor da retribuição mínima mensal garantida no território do Continente para 2006, fixando-a em □ 385,90.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 13/2005/A, de 3 de agosto**
Adapta à região Autónoma da Madeira a Lei n.º 35/2004, de 29 de julho, que regulamenta o Código do Trabalho.
- **Decreto-Lei n.º 171/2004, de 17 de julho**
Aprova a orgânica do Ministério da Segurança Social e do Trabalho.
- **Decreto-Lei n.º 19/2004, de 20 de janeiro**
Actualiza os valores do salário mínimo nacional para 2004.
- **Declaração de Retificação n.º 15/2003, de 28 de outubro**
De ter sido retificada a Lei n.º 99/2003, de 27 de agosto, que aprova o Código do Trabalho.
- **Decreto-Lei n.º 266/2002, de 26 de novembro**
Cria a Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho e aprova a respectiva orgânica.
- **Decreto-Lei n.º 70/2000, de 4 de maio**
Altera a Lei n.º 4/84, de 5 de abril, sobre a proteção da maternidade e paternidade, e procede à sua republicação retificada.
- **Lei n.º 142/99 de 31 de agosto**

Quarta alteração à Lei n.º 4/84, de 5 de abril, alterada pelas leis n.º 17/95, de 9 de junho, n.º 102/97, de 13 de setembro e n.º 18/98, de 28 de abril.

- **Lei n.º 73/98, de 10 de novembro**
Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 93/104/CE, do Conselho, de 23 de novembro, relativa a determinados aspectos da organização do tempo de trabalho.
- **Lei n.º 18/98, de 28 de abril**
Alargamento da proteção à maternidade e paternidade (altera a Lei n.º 4/84, de 5 de abril, alterada pela Lei n.º 17/95, de 9 de junho).
- **Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril**
Estabelece normas relativas ao abono de ajudas de custo e de transporte pelas deslocações em serviço público
- **Lei n.º 116/97, de 4 de novembro**
Estatuto do Trabalhador Estudante.
- **Lei n.º 102/97, de 13 de setembro**
Altera a Lei n.º 4/84, de 5 de abril (proteção da maternidade e da paternidade).
- **Lei n.º 100/97 de 13 de setembro**
Aprova o novo regime jurídico dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais.
- **Decreto-Lei n.º 194/96, de 16 de outubro**
Revoga o Decreto-Lei n.º 135/85, de 3 de maio, e regulamenta as últimas alterações à lei da maternidade e da paternidade introduzidas na Lei n.º 4/84, de 5 de abril, pela Lei n.º 17/95, de 9 de junho.
- **Lei n.º 21/96, de 23 de julho**
Estabelece a redução dos períodos normais de trabalho superiores a quarenta horas por semana.
- **Lei n.º 17/95, de 9 de junho**
Altera a Lei n.º 4/84, de 5 de abril (proteção da maternidade e da paternidade).
- **Decreto-Lei n.º 418/93, de 24 dezembro**
Altera o Decreto-Lei n.º 79-A/89, de 13 de março (subsídio de desemprego).
- **Decreto-Lei n.º 64-A/89, de 27 de fevereiro**
Aprova o regime jurídico da cessação do contrato individual de trabalho, incluindo as condições de celebração e caducidade do contrato de trabalho a termo.
- **Decreto-Lei n.º 136/85, de 3 de maio**
Regulamenta a lei n.º 4/84, de 5 de abril (proteção da maternidade e da paternidade).
- **Decreto-Lei n.º 409/71, de 27 de setembro**
Estabelece o novo regime jurídico da duração do trabalho.

VIAS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES

- **Portaria n.º 28/2019, de 18 de janeiro**
Altera a [Portaria n.º 145/2017](#), de 26 de abril, que define as regras aplicáveis ao transporte rodoviário, ferroviário, fluvial, marítimo e aéreo de resíduos em território nacional e cria as guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR), e a [Portaria n.º 289/2015](#), de 17 de setembro, que aprova o Regulamento de Funcionamento do Sistema de Registo Eletrónico Integrado de Resíduos (SIRER)
- **Decreto-Lei n.º 134/2017, de 19 de outubro**
Altera as regras e normas de segurança para os navios de passageiros, transpondo a [Diretiva \(UE\) 2016/844](#)
- **Decreto-Lei n.º 132/2017, de 11 de outubro**
Aprova o Regulamento Que Fixa os Pesos e as Dimensões Máximos Autorizados para os Veículos em Circulação, transpondo a Diretiva (UE) n.º [2015/719](#)
- **Lei n.º 2/2017, de 16 de janeiro**
Procede à primeira alteração à [Lei n.º 33/2016](#), de 24 de agosto, clarificando as disposições relativas à realização de estudos financeiros, técnicos e jurídicos sobre o desenvolvimento futuro da televisão digital terrestre (TDT)
- **Decreto-Lei n.º 139/2015, de 30 de julho**
Procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 38/2015](#), de 12 de março, que desenvolve a [Lei n.º 17/2014](#), de 10 de abril, que estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional, e transpõe a [Diretiva n.º 2014/89/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho de 2014, que estabelece um quadro para o ordenamento do espaço marítimo
- **Decreto-Lei n.º 123/2014, de 11 de agosto**
Estabelece o regime jurídico aplicável à realização das inspeções de segurança nas rodovias em operação, nomeadamente no que respeita às regras de exercício da atividade, ao respetivo quadro fiscalizador e sancionatório e às atribuições da entidade certificadora
- **Decreto-Lei n.º 122/2014, de 11 de agosto**
Estabelece o regime jurídico aplicável à realização das auditorias de segurança rodoviária, no que respeita às regras de exercício da atividade, ao respetivo quadro fiscalizador e sancionatório e às atribuições da entidade certificadora, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 138/2010, de 28 de dezembro, que transpõe a Diretiva n.º 2008/96/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro, relativa à gestão da segurança da infraestrutura rodoviária
- **Lei n.º 49/2014, de 11 de agosto**
Estabelece o regime de acesso e de exercício da profissão de auditor de segurança rodoviária, de emissão dos respetivos títulos profissionais e de acesso e exercício da atividade de formação profissional dos auditores, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.os 2005/36/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno
- **Decreto-Lei n.º 78/2014, de 14 de maio**
Aprova os estatutos da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, na sequência da [Lei n.º 67/2013](#), de 28 de agosto, que aprova a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo, e procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 11/2014](#), de 22 de janeiro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Economia

- **Decreto-Lei n.º 77/2014, de 14 de maio**
Procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 236/2012](#), de 31 de outubro, que aprova a orgânica do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P., procedendo à reestruturação prevista nos artigos 3.º e 4.º da [Lei n.º 67/2013](#), de 28 de agosto, que aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo
- **Decreto-Lei n.º 75/2014, de 13 de maio**
Procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 75/2006](#), de 27 de março, que estabelece os requisitos mínimos de segurança para os túneis da rede rodoviária transeuropeia e da rede rodoviária nacional e procede à transposição para a ordem jurídica nacional da Diretiva n.º [2004/54/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004
- **Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto**
Aprova o sistema portuário dos Açores.
- **Portaria n.º 252/2011, de 27 de junho**
Estabelece as normas técnicas para instalação e funcionamento de pontos de carregamento normal em edifícios e outras operações urbanísticas.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 1/2011/M, de 10 de janeiro**
Adapta à Região Autónoma da Madeira a Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, com a redação dada pela Lei n.º 17-A/2006, de 26 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 255/2007, de 13 de julho, que estabelece o regime jurídico do transporte colectivo de crianças e jovens até aos 16 anos.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 25/2010/M, de 30 de dezembro**
Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 15/93/M, de 4 de setembro, que estabelece normas relativas à defesa e proteção das estradas regionais.
- **Decreto-Lei n.º 138/2010, de 28 de dezembro**
Estabelece o regime jurídico de novos procedimentos que contribuem para o aumento da segurança rodoviária, transpõe a Diretiva n.º 2008/96/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro, e procede à terceira alteração do Decreto-Lei n.º 77/2007, de 29 de março.
- **Decreto-Lei n.º 138-B/2010, de 28 de dezembro**
Procede à revisão das bases da concessão da exploração do serviço de transporte ferroviário de passageiros do eixo norte-sul, aprovadas em anexo ao Decreto-Lei n.º 78/2005, de 13 de Abril.
- **Lei n.º 46/2010, de 7 de setembro**
Procede à terceira alteração ao Regulamento de Matrícula dos Automóveis, Seus Reboques, Motociclos, Ciclomotores, Triciclos, Quadriciclos, Máquinas Industriais e Máquinas Industriais Rebocáveis, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 554/99, de 16 de dezembro, na redação introduzida pelos Decretos-Leis n.os 107/2002, de 16 de abril, 109/2004, de 12 de maio, 136/2008, de 21 de julho, e 112/2009, de 18 de maio, à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 112/2009, de 18 de maio, à décima alteração ao Código da Estrada e à terceira alteração à Lei n.º 25/2006, de 30 de junho, na redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 113/2009, de 18 de maio.
- **Declaração de Retificação n.º 26/2010, de 27 de agosto**
Retifica o Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de junho, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que aprova o regulamento geral de ruído e de controlo da poluição sonora e transpõe para a ordem jurídica regional as Diretivas n.os 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de junho, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente, 2002/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de

26 de março, relativa ao estabelecimento de regras e procedimentos para a introdução de restrições de operação relacionadas com o ruído nos aeroportos comunitários, e 2003/10/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de fevereiro, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos ao ruído, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 125, de 30 de junho de 2010.

- **Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de junho**
Aprova o regulamento geral de ruído e de controlo da poluição sonora e transpõe para a ordem jurídica regional a Diretiva n.º 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de junho, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente, a Diretiva n.º 2002/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de março, relativa ao estabelecimento de regras e procedimentos para a introdução de restrições de operação relacionadas com o ruído nos aeroportos comunitários, e a Diretiva n.º 2003/10/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de fevereiro, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos ao ruído.
- **Decreto-Lei n.º 55/2010, de 31 de maio**
Procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 186/2007, de 10 de maio, que fixa as condições de construção, certificação e exploração dos aeródromos civis nacionais, estabelece os requisitos operacionais, administrativos, de segurança e de facilitação a aplicar nessas infraestruturas e procede à classificação operacional dos aeródromos civis nacionais para efeitos de ordenamento aeroportuário.
- **Decreto-Lei n.º 217/2009, de 4 de setembro**
Define o modelo de regulação económica e de qualidade de serviço do sector aeroportuário nacional.
- **Decreto-Lei n.º 216/2009, de 4 de setembro**
Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 102/90, de 21 de março, que aprova o regime jurídico do licenciamento do uso privativo dos bens do domínio público aeroportuário e do exercício de atividades nos aeroportos e aeródromos públicos, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 275/99, de 23 de julho, que regula as atividades de assistência em escala ao transporte aéreo nos aeroportos ou aeródromos nacionais.
- **Decreto Regulamentar n.º 24/2009, de 4 de setembro**
Define as taxas devidas pela ocupação de terrenos, edificações e outras instalações, bem como pelo exercício de quaisquer atividades na área dos aeroportos e aeródromos públicos, e revoga o Decreto Regulamentar n.º 12/99, de 30 de julho.
- **Decreto-Lei n.º 118/2009, de 19 de maio**
Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro, que estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os estabelecimentos onde se forneçam bens e se prestem serviços aos consumidores.
- **Decreto-Lei n.º 61/2009, de 9 de março**
Estabelece o regime simplificado a que fica sujeita a instalação de motores fixos.
- **Decreto Regulamentar n.º 12/2008, de 9 de junho**
Regulamenta a Lei n.º 24/2007, de 18 de julho, que define os direitos dos utentes nas vias rodoviárias classificadas como auto-estradas concessionadas, itinerários principais e itinerários complementares.
- **Decreto-Lei n.º 63-A/2008, de 3 de abril**
Altera o Decreto-Lei n.º 170-A/2007 de 4 de maio, e respetivos anexos, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/89/CE, da Comissão, de 3 de novembro, que adapta pela sexta vez ao progresso técnico a

Diretiva n.º 94/55/CE, do Conselho, de 21 de novembro, relativa ao transporte rodoviário de mercadorias perigosas.

- **Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de novembro**
Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro, estabelecendo a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os estabelecimentos onde se forneçam bens e se prestem serviços aos consumidores.
- **Lei n.º 37/2007, de 14 de agosto**
Aprova normas para a proteção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo.
- **Decreto-Lei n.º 268/2007, de 26 de julho**
No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 11/2007, de 6 de março, altera o Decreto-Lei n.º 102/90, de 21 de março, que estabelece o regime jurídico da ocupação e utilização privativa dos terrenos e edificações e o exercício de atividades na área dos aeroportos e aeródromos públicos.
- **Lei n.º 24/2007, de 18 de julho**
Define direitos dos utentes nas vias rodoviárias classificadas como auto-estradas concessionadas, itinerários principais e itinerários complementares.
- **Decreto-Lei n.º 257/2007, de 16 de julho**
No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 1/2007 de 11 de janeiro, institui o regime jurídico aplicável aos transportes rodoviários de mercadorias, por meio de veículos com peso bruto igual ou superior a 2500 kg.
- **Decreto-Lei n.º 186/2007, de 10 de maio**
Fixa as condições de construção, certificação e exploração dos aeródromos civis nacionais e estabelece os requisitos operacionais, administrativos, de segurança e de facilitação a aplicar nessas infraestruturas e procede à classificação operacional dos aeródromos civis nacionais para efeitos de ordenamento aeroportuário.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 23/2006/A, de 12 de junho**
Estabelece o regime jurídico do transporte coletivo de crianças.
- **Lei n.º 17-A/2006, de 26 de maio**
Primeira alteração à Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, (transporte coletivo de crianças).
- **Decreto-Lei n.º 81/2006, de 20 de abril**
Aprova o regime relativo às condições de utilização dos parques e zonas de estacionamento, revogando o Decreto Regulamentar n.º 2-B/2005, de 24 de março.
- **Decreto-Lei n.º 75/2006, de 27 de março**
Estabelece os requisitos mínimos de segurança para os túneis da rede rodoviária transeuropeia e da rede rodoviária nacional e procede à transposição para a ordem jurídica nacional da Diretiva n.º 2004/54/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 15/2005/M, de 9 de agosto**
Classifica as estradas da rede viária regional.
- **Decreto Regulamentar n.º 2-B/2005, de 24 de março**

Regulamenta as condições de utilização dos parques e zonas de estacionamento automóvel.

- **Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março**
Regulamenta a utilização das vias públicas para a realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal.
- **Portaria n.º 311-D/2005 de 24 de março**
Estabelece as características dos coletes retro-reflectores, cuja utilização se encontra prevista no n.º 4 do artigo 88.º do Código da Estrada.
- **Portaria n.º 311-C/2005, de 24 de março**
Aprova o Regulamento de Avisadores Especiais, que fixa as características e condições de utilização de dispositivos especiais para a emissão de sinais sonoros e de sinais luminosos.
- **Portaria n.º 311-B/2005, de 24 de março**
Define os sistemas de sinalização luminosa, bem como os reflectores dos velocípedes, quando circulem na via pública, com excepção da circulação no âmbito de provas desportivas devidamente autorizadas.
- **Portaria n.º 311-A/2005, de 24 de março**
Aprova o Regulamento de Utilização de Acessórios de Segurança, previsto no artigo 82.º do Código da Estrada.
- **Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro**
No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 53/2004, de 4 de novembro, altera o Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44/2005 de 23 de fevereiro.
- **Decreto-Lei n.º 24/2005, de 26 de janeiro**
Altera o Regulamento de Passagens de Nível, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 568/99, de 23 de dezembro.
- **Lei n.º 33/2004, de 28 de julho**
Colocação de protecções nas guardas de segurança das vias de comunicação públicas, integradas ou não na rede rodoviária nacional, contemplando a perspectiva da segurança dos veículos de duas rodas.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2004, de 26 de junho**
Define os princípios de enquadramento da rede ferroviária de alta velocidade para o século XXI, aprova o desenvolvimento das infraestruturas e promove a preparação de integração de integração no futuro plano ferroviário nacional.
- **Decreto-Lei n.º 74-A/2005, de 24 de março**
Interpreta o Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, que altera o Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio.
- **Decreto-Lei n.º 25/2004, de 24 de janeiro**
Actualiza as taxas constantes do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 13/71, de 23 de janeiro.
- **Lei n.º 107-C/2003, de 31 de dezembro**
Autoriza o Governo a aprovar o regime geral de licenciamento aeronáutico civil e da certificação e autorização das respetivas organizações de formação.
- **Decreto-Lei n.º 293/2003, de 19 de novembro**

Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2002/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de março, relativa ao estabelecimento de regras e procedimentos para a introdução de restrições de operações relacionadas com o ruído nos aeroportos comunitários.

- **Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de novembro**
No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 51/2003, de 22 de agosto, estabelece o novo regime jurídico dos bens do domínio público ferroviário, incluindo as regras sobre a sua utilização, desafetação, permuta e, bem assim, as regras aplicáveis às relações dos proprietários confinantes e população em geral com aqueles bens.
- **Lei n.º 51/2003, de 22 de agosto**
Autoriza o Governo a legislar sobre um novo regime jurídico dos bens do domínio público ferroviário, incluindo as regras sobre a sua utilização, desafetação, permuta e, bem assim, as regras aplicáveis às relações dos proprietários confinantes e população em geral com aqueles bens.
- **Decreto-Lei n.º 182/2003 de 16 de agosto**
Altera o plano rodoviário nacional, definido pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho.
- **Decreto-Lei n.º 75/2003, de 16 de abril**
Estabelece as condições a satisfazer para a realização, no território nacional, da interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu convencional.
- **Decreto-Lei n.º 313/2002 de 23 de dezembro**
Estabelece o regime jurídico aplicável à construção, colocação em serviço e exploração das instalações por cabo para transporte de pessoas, transpondo para a ordem jurídica portuguesa a Diretiva n.º 2000/9/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de março.
- **Decreto-Lei n.º 261/2002 de 23 de novembro**
Confere às câmaras municipais competência para emitir parecer sobre a localização de áreas de serviço nas redes viárias regional e nacional e prevê a audição dos municípios na definição da rede rodoviária nacional e regional da via pública.
- **Decreto-Lei n.º 260/2002, de 23 de novembro**
Transfere para as câmaras municipais o licenciamento de áreas de serviço que se pretende instalar na rede viária municipal.
- **Decreto-Lei n.º 257/2002, de 22 de novembro**
Cria o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, por fusão do Instituto Marítimo-Portuário, de Instituto Portuário do Norte, do Instituto Portuário do Centro, do Instituto Portuário do Sul e do Instituto da Navegabilidade do Douro.
- **Decreto-Lei n.º 227/2002, de 30 de outubro**
Opera a fusão no Instituto das Estradas de Portugal do Instituto das Estradas de Portugal, do Instituto para a Construção Rodoviária e do Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária, pela transferência para o Instituto das Estradas de Portugal de todas as respetivas atribuições e competências.
- **Portaria n.º 1358/2002, de 16 de outubro**
Aplica as regras comunitárias em matéria de procedimentos de celebração de contratos de direito público às entidades que operam nos sectores da água, da energia, dos transportes e das telecomunicações.

- **Declaração de Retificação n.º 27-A/2002, de 28 de agosto**
De ter sido retificada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2002, que aprova a minuta do contrato da concessão, Projeto, construção, aumento do número de vias, financiamento, exploração e conservação de lanços de auto-estrada e conjuntos viários associados designada por concessão SCUT do Grande Porto, a que se referem as alíneas d) do n.º 1 e d) do n.º 2 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 267/97, de 2 de outubro, a celebrar entre o Estado Português e a LUSOScut do grande Porto, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 198, de 28 de agosto de 2002.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2002, de 28 de agosto**
Aprova a minuta do contrato de concessão, Projeto, construção, aumento do número de vias, financiamento, exploração e conservação de lanços de auto-estrada e conjuntos viários associados designada por concessão SCUT do Grande Porto, a que se referem as alíneas d) do n.º 1 e d) do n.º 2 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 267/97, de 2 de outubro, a celebrar entre o Estado Português e a LUSOScut- Auto-Estradas do grande Porto, S. A..
- **Decreto-Lei n.º 189/2002, de 28 de agosto**
Aprova as bases da concessão da conceção, Projeto, construção, aumento do número de vias, financiamento, exploração e conservação de lanços de auto-estrada e conjuntos viários associados designada por concessão SCUT do Grande Porto.
- **Lei n.º 20/2002, de 21 de agosto**
Quinta alteração ao Código da Estrada e revogação da Lei n.º 1/2002, de 2 de janeiro.
- **Decreto Regulamentar n.º 41/2002, de 20 de agosto**
Altera o Regulamento de Sinalização do Trânsito aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro.
- **Lei n.º 1/2002, de 2 de janeiro**
Primeira alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei n.º 256-A/2001, de 28 de setembro, que altera os Decretos-Lei n.ºs 114/94 de 3 de maio e 2/98 de 3 de janeiro, bem como o Código da Estrada e revoga os Decretos-Lei n.ºs 162/2001 de 22 de maio e 178-A/2001 de 12 de junho.
- **Decreto-Lei n.º 334/2001, de 24 de dezembro**
Altera os Decretos-Lei n.ºs 335/98, 336/98, 337/98 e 338/98, todos de 3 de novembro, que transformam as Administrações dos Portos do Douro e Leixões, de Lisboa, de Sines de Setúbal e Sesimbra em sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos e aprovam os respetivos estatutos.
- **Decreto-Lei n.º 265-A/2001, de 28 de setembro**
Altera os Decretos-Lei n.ºs 114/94 de 3 de maio e 2/98 de 3 de janeiro, bem como o Código da Estrada e revoga os Decretos-Leis n.ºs 162/2001 de 22 de maio e 178-A/2001 de 12 de junho.
- **Decreto-Lei n.º 234/2001, de 28 de agosto**
Aprova as bases da concessão da conceção, Projeto, construção, financiamento, exploração e conservação de lanços de auto-estrada e conjuntos viários associados, designada com Concessão SCUT Norte Litoral.
- **Declaração de Retificação n.º 13-A/2001, de 24 de maio**
De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 162/2001, do Ministério da Administração Interna, que altera o Altera o Decreto-Lei n.º 114/94 de 3 de maio, que aprova o Código da Estrada, publicado no Diário da República Iª Série n.º 118 de 22 de maio de 2001.

- **Decreto-Lei n.º 142-A/2001, de 24 de abril**
Atribui à Sociedade LUSOS CUT – Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta, S.A., a concessão da conceção, Projeto, construção, financiamento, exploração e conservação de lanços de auto-estradas e conjuntos viários associados, designados por Beira Litoral/Beira Alta, a que se refere a alínea f) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 267/97, de 2 de outubro.
- **Decreto-Lei n.º 3/2001, de 10 de janeiro**
Institui um novo regime jurídico de acesso à atividade dos transportes rodoviários de passageiros por meio de veículos com mais de nove lugares e de organização do mercado de transportes não regulares.
- **Decreto-Lei n.º 322/2000, de 19 de dezembro**
Institui um novo regime jurídico relativo à designação e à qualificação profissional dos conselheiros de segurança para o transporte de mercadorias perigosas por estrada, caminho de ferro ou via navegável.
- **Lei n.º 3-B/2000, de 4 de abril**
Orçamento de Estado para 2000.
- **Declaração de Retificação n.º 5-G/2000, de 31 de março**
De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 568/99 de 23 de dezembro – Procede à revisão do Regulamento de Passagens de Nível, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 156/81, de 9 de junho, e estabelece a obrigatoriedade da elaboração de planos plurianuais de suspensão de passagens de nível.
- **Lei n.º 98/99, de 26 de julho**
Primeira alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, que redefine o plano rodoviário nacional (PRN) e cria estradas regionais.
- **Decreto-Lei n.º 254/99, de 7 de julho**
Aprova o regime de instalação de equipamentos e instalações portuárias em águas territoriais excluídas das zonas de jurisdição portuária.
- **Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1 de julho**
Transforma a Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira em APRAM - Administração do Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., e aprova os respetivos estatutos.
- **Decreto-Lei n.º 244/99, de 28 de junho**
Cria o Instituto Portuário do Sul e extingue a Junta Autónoma dos Portos do Sotavento do Algarve e a Junta Autónoma dos Portos do Barlavento do Algarve.
- **Decreto-Lei n.º 243/99, de 28 de junho**
Cria o Instituto Portuário do Centro e extingue a Junta Autónoma do Porto da Figueira da Foz e a Junta Autónoma dos Portos do Centro.
- **Decreto-Lei n.º 242/99, de 28 de junho**
Cria o Instituto Portuário do Norte e extingue a Junta Autónoma dos Portos do Norte.
- **Decreto-Lei n.º 339/98 de 3 de novembro**
Transforma a Junta Autónoma do Porto de Aveiro em APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A., e aprova os respetivos Estatutos.
- **Decreto-Lei n.º 334/98, de 3 de novembro**

Cria o Instituto Portuário do Centro (IPC) e extingue a Junta Autónoma do Porto da Figueira da Foz e a Junta Autónoma dos Portos do Centro.

- **Decreto-Lei n.º 333/98, de 3 de novembro**
Cria o Instituto Portuário do Norte (IPN) e extingue a Junta Autónoma dos Portos do Sotavento do Algarve e a Junta Autónoma dos Portos do Barlavento do Algarve.
- **Decreto-Lei n.º 332/98, de 3 de novembro**
Cria o Instituto Portuário do Sul (IPS) e extingue a Junta Autónoma dos Portos do Sotavento do Algarve e a Junta Autónoma dos Portos do Barlavento do Algarve.
- **Decreto-Lei n.º 331/98 de 3 de novembro**
Cria o Instituto Marítimo-Portuário (IPM) e extingue a Direcção-Geral dos Portos, Navegação e Transportes Marítimos, o Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos e o Instituto de Trabalho Portuário.
- **Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de outubro**
Aprova o Regulamento de Sinalização do Trânsito.
- **Decreto-Lei n.º 274/98 de 5 de setembro**
Altera o Decreto-Lei n.º 116/92, de 20 de junho, estabelecendo o regime de concessão directa pelo Estado no trço de linha ferroviária designado por eixo Norte-Sul.
- **Decreto-Lei n.º 105/98 de 24 de abril**
Regula a afixação ou inscrição de publicidade na proximidade das estradas nacionais fora dos aglomerados urbanos.
- **Decreto-Lei n.º 86/98, de 3 de abril**
Aprova o regime jurídico do ensino da condução.
- **Decreto-Lei n.º 294/97, de 24 de outubro**
Revê o contrato de concessão da BRISA – Auto-estradas de Portugal S.A..
- **Decreto Legislativo Regional n.º 10/96/M, de 4 de julho**
Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 15/93/M de 4 de setembro (estabelece as normas relativas à defesa e proteção das estradas regionais).
- **Decreto Regulamentar n.º 16/95/M, de 31 de julho**
Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 2/94, de 28 de janeiro (regulamenta o exercício da atividade portuária).
- **Decreto Legislativo Regional n.º 26/94/A, de 30 de novembro**
Define o quadro jurídico disciplinador do desenvolvimento e da gestão das vias públicas de comunicação terrestre na Região Autónoma dos Açores.
- **Portaria n.º 850/94, de 22 de setembro**
Regulamenta os limites de peso e dimensão dos veículos.
- **Decreto-Lei n.º 2/94, de 28 de janeiro**
Regulamenta o exercício da atividade portuária.

- **Decreto-Lei n.º 13/94, de 15 de janeiro**
Estabelece as faixas com sentido non aedificandi junto das estradas nacionais, constantes no Plano Rodoviário Nacional.
- **Portaria n.º 674/93, de 19 de julho**
Determina a dimensão mínima dos parques de estacionamento situados na periferia dos grandes centros urbanos.
- **Decreto-Lei n.º 171/93 de 11 de maio**
Liberaliza o transporte público rodoviário interurbano de passageiros nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.
- **Decreto-Lei n.º 12/92, de 4 de fevereiro**
Altera o Decreto-Lei n.º 315/91 de 20 de agosto.
- **Decreto-Lei n.º 315/91, de 20 de agosto**
Aprova as novas bases da concessão da construção, conservação e exploração das auto-estradas, outorgada à BRISA – Auto-Estradas de Portugal, S.A..
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/88, de 30 de dezembro**
Adopta a bitola europeia em matéria de linhas ferroviárias para altas velocidades.
- **Decreto-Lei n.º 348/86, de 16 de outubro**
Estabelece as bases gerais a que devem obedecer os estatutos orgânicos das administrações dos portos.
- **Decreto-Lei n.º 341/86, de 7 de outubro**
Estabelece as zonas non aedificandi nos lanços das auto-estradas outorgadas à BRISA.
- **Decreto Regulamentar n.º 6/82, de 19 de fevereiro**
Altera o Decreto-Lei n.º 39 780, de 21 de agosto de 1954 (Regulamento para a Exploração e Polícia dos Caminhos de Ferro).
- **Portaria n.º 784/81, de 10 de setembro**
Altera a Portaria 13 038, de 9 de janeiro, que estabelece a obrigatoriedade de construção de passagens superiores nos caminhos de ferro.
- **Decreto Regulamentar n.º 38/81, de 20 de agosto**
Requisitos a observar na localização e no Projeto das instalações dos terminais internacionais rodoviários de mercadorias.
- **Resolução da Assembleia da República n.º 61-G/81, de 30 de março**
Terminais rodoviários.
- **Decreto-Lei n.º 324/79, de 23 de agosto**
Regulamenta a instalação de depósitos de TIR.
- **Decreto-Lei n.º 424/78, de 22 de dezembro**
Regulamenta os Terminais Terrestres Internacionais de Mercadorias.
- **Portaria n.º 158/77, de 24 de março**
Altera Portaria n.º 537/71, de 4 de outubro (Regulamento da Direcção de Faróis).

- [Decreto n.º 594/73, de 7 de novembro](#)
Sinalização Marítima.
- [Decreto-Lei n.º 219/72, de 27 de junho](#)
Altera a Lei n.º 2037 de 19 de agosto de 1949 (Estatuto das Estradas Nacionais).
- [Decreto-Lei n.º 170/71, de 27 de abril](#)
Regula a localização e dimensionamento das estações centrais de camionagem.
- [Portaria n.º 114/71, de 1 de março](#)
Regulamento do Licenciamento de Obras pela Junta Autónoma de Estradas.
- [Decreto-Lei n.º 13/71, de 23 de janeiro](#)
Altera a Lei n.º 2037 de 19 de agosto de 1949 (Estatuto das Estradas Nacionais).
- **Decreto-Lei n.º 48 594, de 26 de setembro de 1968**
Proteção às linhas de caminho de ferro.
- **Decreto-Lei n.º 45 987, de 22 de outubro de 1964**
Estabelece as servidões aeronáuticas em zonas confinantes com aeródromos civis e instalações de apoio à aviação civil.
- **Decreto-Lei n.º 45 291, de 3 de outubro de 1963**
Altera a Lei n.º 2037 de 19 de agosto de 1949 (Estatuto das Estradas Nacionais).
- **Lei n.º 2 110, de 19 de agosto de 1961**
Regulamento Geral das Estradas e Caminhos Municipais.
- **Lei n.º 2037, de 19 de agosto de 1949**
Estatuto das Estradas Nacionais.
- **Decreto-Lei n.º 32 842, de 11 de junho de 1943**
Planos de ordenamento e expansão dos portos.